CIP-Brasil. Catalogação-na-Fonte
Câmara Brasileira do Livro, SP

Ferreira, Tito Lívio, 1894-
F444o A Ordem de Cristo e o Brasil / Tito Lívio Ferreira. -- São Paulo : IBRASA, 1980.
(Biblioteca história ; 29)

1. Ordem de Cristo - Brasil I. Título.

CDD-255.79
-981

80-1232

Indices para catálogo sistemático:
1. Brasil : História : Influências da Ordem de Cristo 981
2. Ordem de Cristo : Influências : História do Brasil 981
3. Ordem de Cristo : Ordens religiosas 255.79

A

Ordem de

Cristo

e o

Brasil

Volumes publicados:

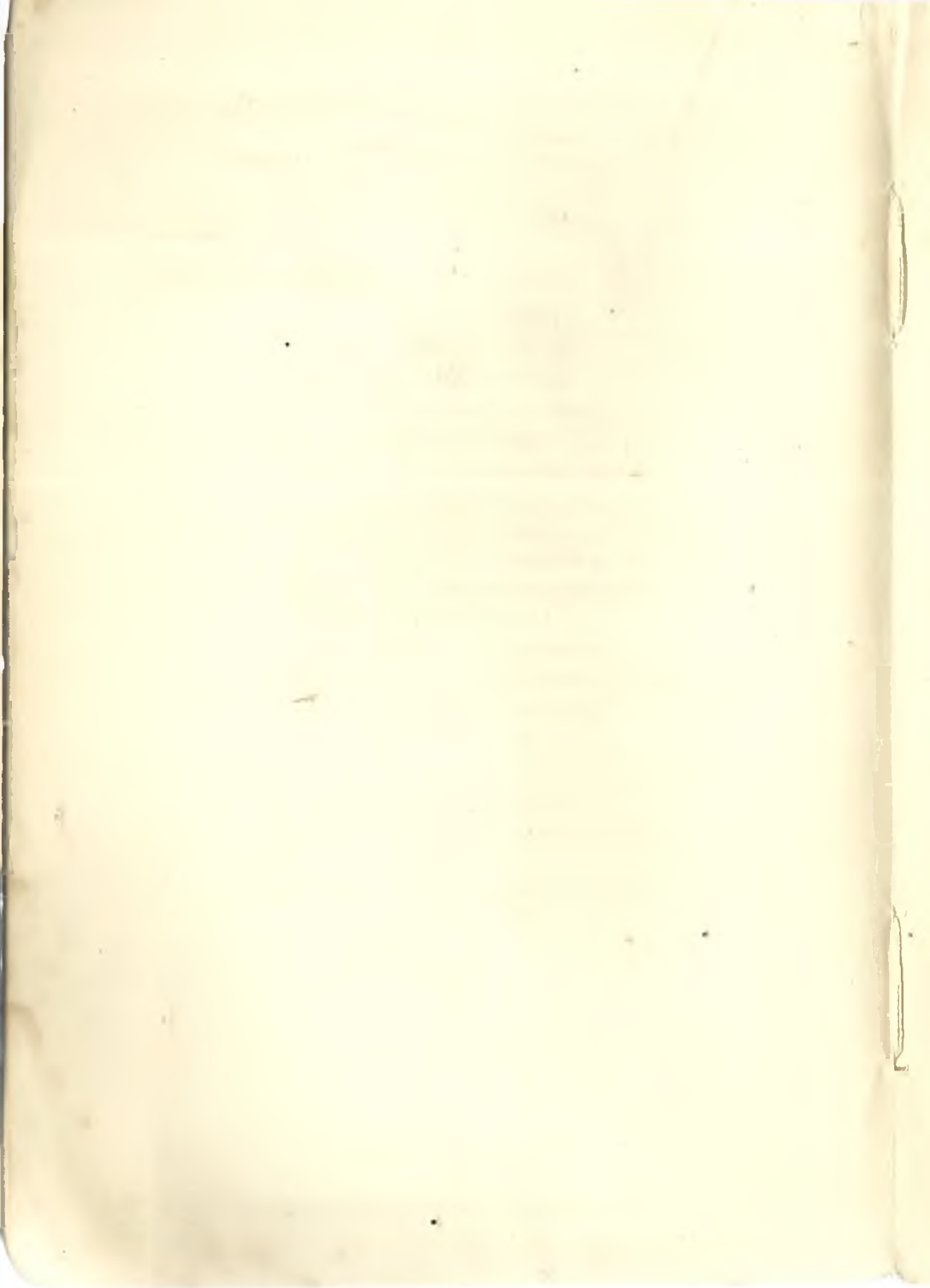
A ORDEM DE CRISTO E O BRASIL

TITO LÍVIO FERREIRA

IBRASA

INSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE DIFUSÃO CULTURAL S.A.

SÃO PAULO

Edição comemorativa do
IV centenário da morte de
LUÍS VAZ DE CAMÕES
o mais alto poeta do Renascimento,
o gênio universalista da
raça portuguesa e o cantor imortal de
"OS LUSÍADAS"
através de três oceanos
— o Atlântico, o Índico e o Pacífico —
e dos cinco continentes onde disseminou o
LUSOCRISTIANISMO
irradiante na civilização grega, no
espírito jurídico romano e na teologia judaico-cristã;
e do IV centenário da morte de
JOÃO RAMALHO
patriarca dos
LUSÍADAS BANDEIRANTES
desbravadores, povoadores e civilizadores do
BRASIL,
PATRIMÔNIO DA ORDEM DE CRISTO,
humanizando-o.

Ao Acadêmico

DIMAS DE MELO PIMENTA

Porque não somos do passado,
somos da vida na dimensão
do tempo irreversível.

Ao Acadêmico

MANOEL RODRIGUES FERREIRA

Meu irmão, a quem devo as
pesquisas sobre a Ordem de Cristo.

Em memória de
MANOEL RODRIGUES FERREIRA
(meu pai) e
MANOEL DE MELO PIMENTA
Portugueses a serviço da
Pátria brasileira.
O.D.C.

ÍNDICE

PREFÁCIO

A grande criação artística de Cervantes, paradoxalmente, exalta a Cavalaria. O Ocidente entrara na fase da decomposição, quando o Cavaleiro da Triste Figura saiu pela sua Mancha querida. Já não mais havia combates, nem sagrações, nem cruzadas no curso do lento processo de mudança que se operava na civilização, com a ascensão social, política, econômica da burguesia, e a fratura introduzida na Barca de Pedro pela Reforma. Ficara atrás, na História, a grande gesta dos cavaleiros; seus mandamentos, abalados, não mais impunham códigos de honra. As Ordens de Cavalaria, nesse alvorecer de uma nova idade histórica, desapareciam, e o cavaleiro já não obedecia a este sublime Decálogo, pois outra era a concepção da vida e do mundo.

I Tu crerás em tudo quanto a Igreja ensina, e observarás todos os seus mandamentos.

II Tu protegerás a Igreja.

III Tu respeitarás todas as fraquezas e lhes serás defensor.

IV Tu amarás a Pátria.

V Tu não recuarás diante do inimigo.

VI Tu farás guerra sem tréguas nem piedade aos infiéis.

VII Tu cumprirás os teus deveres, se não forem contrários à lei de Deus.

VIII Tu não mentirás, e serás fiel à palavra dada.

IX Tu serás liberal e praticarás larguezas.

X Tu serás sempre, em toda a parte, o campeão do direito e do bem contra a injustiça e o mal.

Mas, num recanto da Europa sobrevivera, no começo do século XIV, uma Ordem, que herdara o patrimônio dos templários, cuja legenda enchera séculos, até que o Papa Clemente V, pela bula *Regnum in coelis,* a extinguira, — a Ordem de Cristo. O Sumo Pontífice, gloriosamente reinante, Chefe da Cristandade, ainda integra, dá origem, com a bula *Ad ea exquibus cultis augeautur divinus,* à Ordem da milícia de Jesus Cristo.

Reinava em Portugal o grande D. Dinis. Seus embaixadores sonhavam, habilidosamente, convencer o Santo Padre João *XXII* a erigir uma nova Ordem de Cavalaria no lugar dos templários. Ouviu o Papa a proposta de D. Dinis e, em 14 de março de 1319, criou a Ordem, que tanto iria contribuir para incorporar novas terras ao reino de Cristo. Batizada com o nome do Filho de Deus, a Ordem a que João *XXII* deu origem, começou longo e intenso esforço para defender o Depósito da Revelação, como ele viera sendo trasladado pelas ordens que o antecederam, pelo clero e pelos reis católicos, sobretudo os de França, Espanha e Portugal.

Todos os cavaleiros seguiriam a regra de São Bento, o grande monge que fundou o monaquismo no Ocidente e instituiu a oração como um hábito do espírito e de obediência a Deus. Em Portugal, o abade de Alcobaça vigiaria a nova Ordem, cabendo-lhe receber o juramento de fidelidade do Mestre.

A Igreja velava pela consciência do rei, de seus súditos, dos cavaleiros e soldados. A freqüência dos sacramentos, a rigorosa submissão aos Evangelhos pregados pela Santa Madre, a fé na salvação, a esperança na recompensa divina e a caridade, ou amor cristão, como princípio, nutriam as sociedades em eras heróicas, que poucos séculos depois estariam, para sempre, e, irremediavelmente, feridas de morte, até perecerem.

A nova milícia, a Ordem de Cristo, foi instituída por D. Dinis em cinco de maio do mesmo ano, na velha e heróica

Santarém. Prestou juramento perante o rei o seu primeiro mestre, D. Gil Martins, armado cavaleiro, segundo o rito de antiga tradição. Portugal foi obra de uma fundação, D. Afonso Henrique, Duque de Borgonha, e de uma Ordem, a dos Templários. Nasceu a monarquia lusitana à sombra da cruz, e nessa modesta posição se conservou até o século *XIX*, quando os ventos da revolução sopraram sobre suas instituições e as desfiguraram.

Enquanto a monarquia de Avis e Bragança, interrompida durante sessenta anos pelos reinados dos Filipes de Espanha, teve forças, foi robustamente fiel à Igreja. O rei e seus súditos deram estupendo e raro exemplo histórico de mútua compreensão. Os mestres da Ordem de Cristo, à qual Portugal devia a propagação da fé, eram eleitos. Reconhecidos e proclamados, nessa condição governavam a milícia. Vestidos de hábito branco, ao qual foi acrescentada uma cruz de cor vermelha, combateram pela fé e pelo rei.

Quem defendeu Portugal e alargou as suas fronteiras, foi a Ordem de Cristo. Quem combateu estrenuamente os mouros, foram esses cavaleiros. Quem conduziu a gloriosa bandeira, tremulando-a em lutas e batalhas contra o Infiel de Mafoma, foi a Ordem de Cristo. A honra do cavaleiro era a sua fé, o seu escudo moral, a sua posição altaneira, que os modernos, desta idade muito abastardada, não compreendem. Nada ilustra melhor a Ordem de Cristo e a honra da Cavalaria, do que a vida exemplar de seus mestres e cavaleiros, os serviços que prestaram ao rei e ao reino, à Igreja e à fé, ao tempo e à eternidade.

Não vamos fazer a história da Ordem de Cristo. Seria matéria para um ou alguns volumes. Salientamos o seu venerável e heróico papel na defesa da civilização e da cultura cristãs. Quando, no fim da grande Idade Média, no século *XV*, os portugueses saíram pelos mares ignotos e tenebrosos, iluminando, com o último clarão do heroísmo, o mundo que, daí por diante, iria abismar-se na rasa chatice da mentalidade burguesa da vida; quando os portugueses enfrentaram perigos e guerras, como o grande Camões cantou, para dilatar a fé e o Império, partiram com a bandeira da Ordem de Cristo. D. Manoel, o mestre de Avis, era o rei acolhido ao pendão da Ordem de Cristo.

As naus e caravelas que o rei armou e expediu aos oceanos e mares desconhecidos, levavam a cruz, o padre e a bandeira branca com cruz de cor vermelha nela costurada. Era o sím-

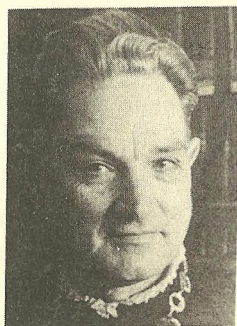
bolo da fidelidade nunca rompida, na sucessão dos monarcas, que prosseguiriam, depois, na obediência da mesma fé e da mesma crença. Quando os navegadores portugueses desceram no Brasil em 1500, ergueram um mastro, hasteando-lhe a bandeira da Ordem de Cristo, a mesma bandeira que ondulou aos ventos do grande oceano, enquanto navegava a armada do Comandante Cabral.

Bandeira do descobrimento, da ocupação da nova terra, e, sobretudo, de sua consagração ao reino de Cristo. O ato inaugural do Brasil, originariamente Terra de Santa Cruz, foi a missa, rezada por Frei Henrique de Coimbra, mas o sinal visível da posse deu-a a bandeira da Ordem de Cristo, reconhecida e abençoada pela Santa Igreja, a sociedade de nações da época.

Está, portanto, a bandeira da Ordem de Cristo historicamente vinculada ao Brasil. Prova-o com abundância de documentos o douto historiador Tito Lívio Ferreira. Tudo quanto devemos à gloriosa Ordem, ao seu majestoso e excelso significado, à sua simbologia, o historiador Tito Lívio Ferreira demonstra, com autoridade, nas páginas da obra que lhe dedicou. Não poderia ter escolhido melhor tema para homenagear a poderosa organização que, do fundo da História, trouxe até o Novo Mundo a fé, com todos os seus corolários, e formou na latitude dos trópicos uma grande nação.

A dívida que contraímos historicamente com a Ordem de Cristo não será nunca quitada. Basta conhecer a sua história e a sua obra para concordar conosco. O historiador Tito Lívio Ferreira acrescenta à sua rica bibliografia mais uma obra de alto valor, como pesquisa, indagação histórica e interpretação sobre o papel da Ordem de Cristo no Brasil.

João de Scantimburgo

SOBRE O AUTOR

O Professor Dr. TITO LÍVIO FERREIRA
nasceu em Itapuí (Est. de São Paulo) em 04/06/1894.

Formado em Direito pela Universidade Fluminense.

Presidente da Academia Paulistana de História.

Presidente Honorário da Ordem Nacional dos Bandeirantes Mater.

Membro da Academia Paulista de Letras.

Sócio do Instituto de Coimbra (Portugal).

Sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Sócio dos Institutos Históricos e Geográficos de São Paulo, Piracicaba, Santos, Sorocaba, Paraná, Rio Grande do Sul, Petrópolis, Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Ceará e Goiás.

Professor de História das Civilizações da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Diretor da Revista "Scientia Juridica", editada em Braga, Portugal.

Orador do Instituto de Divulgação do Direito Civil (São Paulo).

Professor Emérito da Faculdade de Turismo e Letras da Faculdade "Padre Manoel da Nóbrega" (São Paulo).
Autor de várias obras de História publicadas, entre as quais:
História de São Paulo — 2 Volumes.

A Maçonaria na Independência Brasileira — 2 Volumes — 2.ª edição (Em colaboração com Manoel Rodrigues Ferreira).

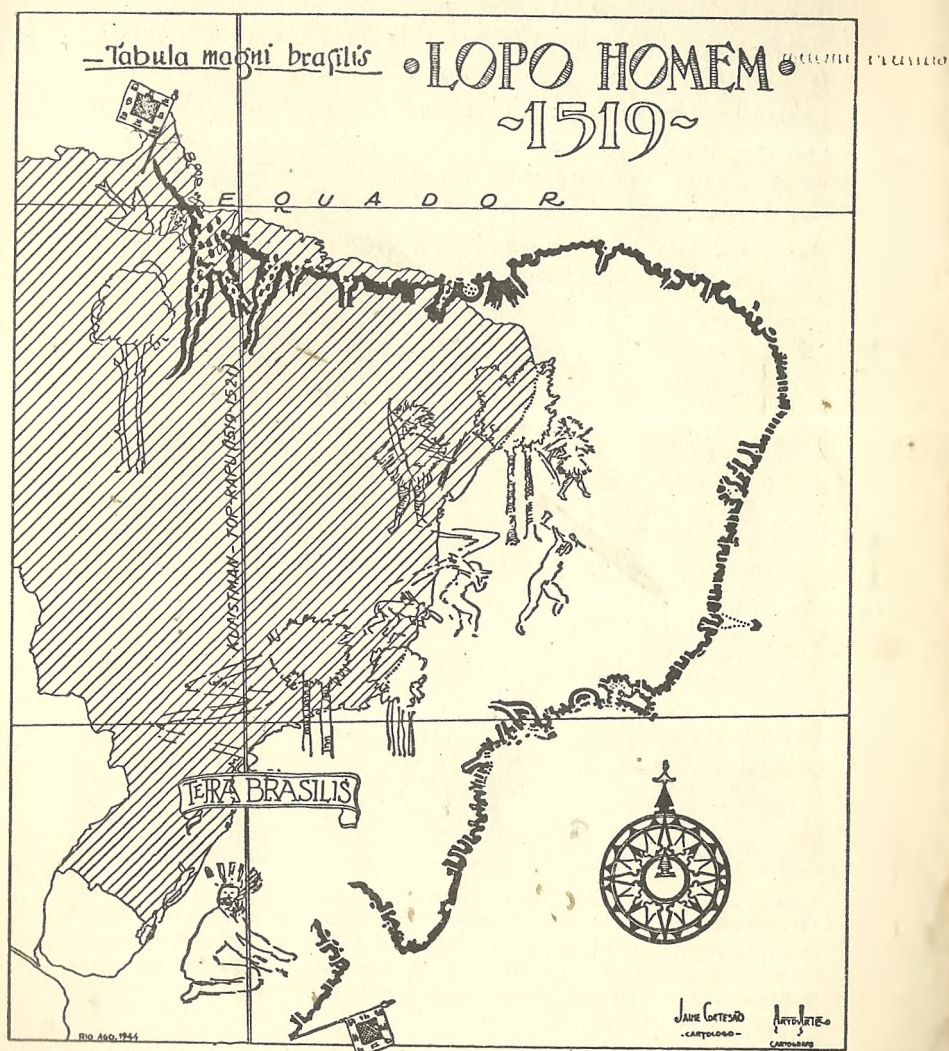
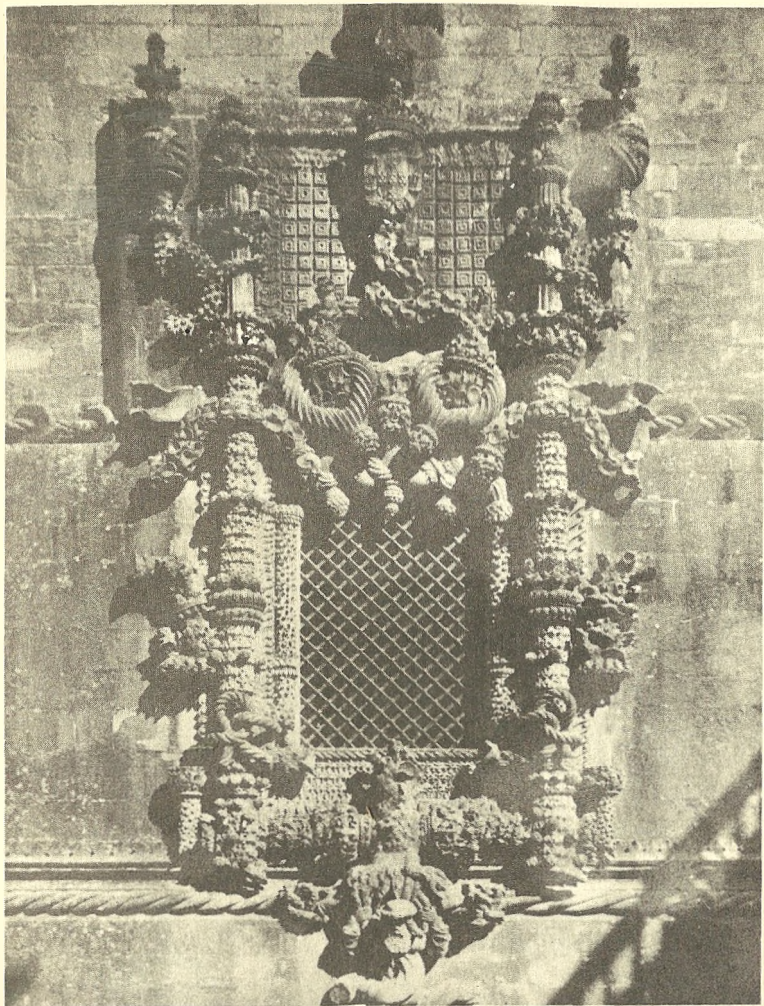
Padre Manoel da Nóbrega — Fundador de São Paulo — (biografia).

História da Educação Lusobrasileira.

Nóbrega e Anchieta em São Paulo de Piratininga — 2.ª edição.

História da Civilização Brasileira (Em col. c/ M. R. Ferreira).

Jornalista: antigo diretor do Jornal de São Paulo. Diretor da "Gazeta Maçônica", São Paulo. Colaborador de vários jornais, entre os quais "O Estado de São Paulo". Atualmente colabora, aos domingos, no "Diário Popular", de São Paulo.

Agraciado pelo Governo de Portugal com a Comenda Cultural da Ordem de Sant'Iago da Espada.

Mapa de Lopo Homem (traços grossos) comparado com o contemporâneo (traço fino). Acrescentou-se o meridiano de Tordesilhas segundo dois outros mapas da mesma época. (Jaime Cortesão: *Introdução à História das Bandeiras*, Vol. I, págs. 184-185).

Janela do Convento de Tomar (Portugal), toda rendilhada.
Monumento de pedra, ao levantar-se, foram ali gravadas em latim as palavras abaixo, traduzidas para o português: "Na era de 1160, reinando Afonso ilustríssimo Rei de Portugal, D. Gualdim, Mestre dos cavaleiros portugueses do Templo, com os seus freires começou, no primeiro dia de março, a edificar este castelo chamado Tomar, o Rei ofertou a d............................"
Conserva-se ainda hoje esta inscrição incompleta, mandada fazer por D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal. Em 1321, cento e sessenta anos mais tarde, D. Dinis, rei de Portugal, cria a Ordem de Cristo, genuinamente portuguesa, em prolongamento à Ordem dos Templários extinta pelo Papa em 1312. E instalou-a no Convento de Tomar.

1. *Os primeiros navegadores*

Homens, mulheres, crianças e bichos sempre olharam o Mar com desconfiança, medo e respeito. As sombras, os perigos e o desconhecido cresciam nas vagas e nas ventanias. E ouvia-se nas praias o barulho misterioso das águas a envolver a terra, rumorejando.

A oeste do atual continente europeu, largamente se abria, até perder-se ao longe, na linha azul do horizonte visual, o Mar da Noite, nome dado pelos marinheiros ao oceano imponente. Por aquelas paragens as costas ofereciam, aos navegadores solitários, lugares de abrigo: baías, portos e enseadas. Ali se demoravam as embarcações e se encontravam homens de todas as partes do mundo conhecido. E os Lusitanos, homens e mulheres moradores à beira-mar, acolhiam, com amizade, os hóspedes estrangeiros.

Rumo ao Sul, às terras mais quentes, desciam do Mar Nórdico, atravessavam o Mar do Norte, costeavam as areias lusitanas. Depois seguiam pelo Mar Mediterrâneo a fora. Ancoravam no Mar Norte e no Mar Cáspio. Procuravam uma passagem ao Leste para outros mares mas não a encontravam. Assim, alargavam o comércio entre os povos perdidos nos confins da Terra, conhecendo-os. Voltavam pelo mesmo caminho. Partiam do Poente para o Nascente. No regresso, descansavam nos lares lusitanos a contemplar a imensidão das águas do mar-oceano cheio de monstros e encantamentos. E narravam aos marinheiros lusos as suas viagens a lugares tão distantes, de gentes estranhas, linguajares diferentes, religiões diversas, usos e costumes exóticos.

Naturalmente, esses homens e essas mulheres, de eras tão remotas, pensavam, sentiam e agiam de maneira oposta aos homens e às mulheres de outras épocas. Cada geração pensa, sente e age diferentemente das outras. A vida é uma perpétua mudança. Não há manhã igual a outras manhãs, nem tarde igual a outras tardes. Se os homens e as mulheres variam de idéias, de pensamentos, de maneiras de estar, de viver e de existir, não se pode *comparar* nem *contrapor* uma sociedade a outra. O dia de ontem não é o de hoje, e o de hoje não é o de amanhã, porque há uma noite no meio. Assim, o passado coexiste com o presente e o presente coexistirá com o futuro, transformando-o. E como o vento perpassa, também o tempo desliza com o colorido cambiante das horas e dos dias.

Assim, em nossos dias, a nossa gente, o nosso povo e a nossa sociedade não são nem podem ser iguais a outra gente, a outro povo e a outra sociedade. Querer nivelar, com a guilhotina do poder discricionário, gentes, povos e sociedades é uma utopia ideológica. Os homens e as mulheres não são todos e todas da mesma dimensão, da mesma inteligência, da mesma estrutura mental, da mesma psicologia e do mesmo conhecimento impresso. E todos e todas têm uma alma que os materialistas ignoram.

Nesse caso, os homens e as mulheres, daquelas eras remotíssimas, viessem do Norte, do Sul e do Leste, encontravam os Lusitanos, fronteiriços do Mar-oceano. Ninguém se atrevia a aceitar o desafio do Mar das Trevas, porque os barcos eram pequenos e andavam para onde o vento os levava. Por isso, os navegadores velejavam sempre à vista da terra. Quando o vento sumia, as embarcações ficavam à mercê das ondas, flutuando. E quando os marujos caíam de cansaço, de tanto remar, eram jogados em terra, porque o trabalho braçal era duro, sofrido e suado.

2. *Os lusitanos fronteiriços do mar-oceano*

"A ocidental praia lusitana" (Luís de Camões — "Os Lusíadas") do continente eurásico inclina-se na vertente atlântica. É o ponto obrigatório da passagem dos povos do Norte, do Sul, de oeste a leste. Cruzam-se ali os caminhos marítimos de todos os povos da mais alta antiguidade. E essa encruzilhada aberta ao mundo é o ponto de encontro das gentes de todos os quadrantes terrestres.

Assim, a Lusitânia está de peito aberto ao mar-oceano. Ao sul do rio Minho, abaixo da Galiza, abre-se o território lusitano com 90 mil quilômetros quadrados de superfície, entre 561 quilômetros de comprimento por 218 quilômetros de largura e 1.209 quilômetros de fronteira terrestre por 845 quilômetros de costa oceânica. Essa região é cortada pelos rios Minho, Lima, Douro, Tejo e Guadiana, cujas cabeceiras são castelhanas e as embocaduras portuguesas. O Cávado, o Ave, o Vouga, o Mondego, o Sado e outros são genuinamente lusitanos. No litoral observa-se o contacto íntimo do mar com a terra. Daí a trova popular: "O mar também é casado,/o mar também mulher/é casado com a areia/dá-lhe beijos quando quer." O oceano envolve o litoral; baías numerosas, portos freqüentes de norte a sul, estuários acolhedores formados por quinze rios, cujas águas

se perdem mar a dentro. Dessa proa da Eurásia, levantada sobre o Atlântico, vai partir, tempo adiante, a gente lusitana para as sete partes do globo, a fim de unir, sob as bênçãos de Deus, as praias do Ocidente às praias do Oriente, para congregar sob a bandeira de Cristo povos diversos e diferentes espalhados por todos os rincões do mundo; para envolver a Terra, na zona intertropical, numa atmosfera de paz e de lusocristianismo, onde irradiam a civilização grega, o espírito jurídico romano e a teologia judeu-cristã. E, para mudar, como mudou a situação econômica e social da Europa.

3. *Povo multirracial e multicultural*

Na formação étnica da gente lusitana entram dez raças, dez povos, dez culturas: lusitanos, celtas, iberos ou lígures, gregos, fenícios, cartagineses (norte da África), ROMANOS, alemães, árabes e normandos (nórdicos). Desse caldeamento sociocultural surge o português multirracial, multicultural e transcontinental, a partir do século XV. Évora é a capital civil e política da Lusitânia, província romana. Ali começa a funcionar uma Universidade latina, onde se ensina literatura grega e latina, além do Direito Romano. Verifica-se com o correr do tempo o transplante de usos e costumes, produtos agrícolas e industriais romanos. A educação confere aos lusitanos o título de *cidadãos romanos*. Fundem-se os povos e as culturas com a implantação da língua latina e do Direito Romano. Santo Agostinho, nascido em Tagaste, cidade da Numídia, ao norte da África, província do Império de Roma, é cidadão romano. Paulo Orósio, natural de Brácara Augusta, na Lusitânia, hoje Braga (Portugal), a quem Santo Agostinho confiou a tarefa de escrever a *Primeira História Universal*, é cidadão romano. E os lusitanos são cidadãos romanos, porque a Lusitânia é província do Império de Roma. E Júlio Cesar concede honras a Olissipo (Lisboa), Scalabis (Santarém) e Évora. Otávio, o Imperador Augusto, prestigia Bracara Augusta. Ele intensifica a obra de romanização da península ibérica. Torna-se importante centro de cultura e civilização latinas. Os povos ibéricos aprendem a lavrar a terra com os romanos. Eles constroem obras de arte conforme seus estilos. Até hoje, em Portugal, há pontes romanas, estradas calçadas pelos romanos, templos (o templo de Diana, em Évora), cidades puramente latinas. Roma implanta na Lusitânia o "Municipium", isto é, o *Município*, transferido para o Brasil, em 1532, por Mar-

tim Afonso de Sousa, com o nome de *Câmara de Vereadores*, ou Câmara Municipal. E ainda são bem vivos os vestígios romanos em Évora, Condeixa-a-velha, Tróia, Aljustrel, Faro e Conimbriga, cujos restos podem ser vistos e admirados hoje, graças aos trabalhos dos arqueólogos portugueses. Muitas outras cidades conservam e conservarão os traços da romanidade. Vespasiano outorga o Direito Romano a toda a Península ibérica. Caracala concede a dignidade de cidadãos romanos a todos os homens livres da Lusitânia. No primeiro século da nossa era, a cultura e a civilização latinas envolviam todas as províncias do Império de Roma. O Direito Civil instituído em Roma abrangia todas as províncias desse Império, até hoje o mais bem organizado, administrado e constituído juridicamente. E são províncias do Império de Roma: as Gálias (hoje França e Bélgica, daí os Galo-romanos), a Britânia (sul da Inglaterra), a Ibéria (Espanha), a Lusitânia (Portugal hoje e daí os Luso-romanos), a Dácia (Romênia), a Acaia (Grécia), a Judéia (Ásia Menor, daí Jesus Cristo ser cidadão romano), o Egipto e a Numídia (Tunísia, África).

Mas os nórdicos descem para o Sul, atraídos pelo clima do Mediterrâneo. Vândalos e Suevos ocupam a Ibéria. Estes fixam-se ao norte da Lusitânia. Surge a Monarquia Sueva (de Suevos, Alemães), cuja capital é Bracara, hoje Braga (Portugal). E Santo Agostinho escreve já na decadência do Império de Roma: "Os exércitos romanos trabalharam para que a altiva Roma não só impusesse o seu domínio aos povos vencidos, mas até a sua língua, depois de associados pela paz romana." Na paz se desenvolviam as instituições sociais e culturais e as organizações administrativas. E elas eram a infra-estrutura do município romano onde as liberdades públicas se robusteciam.

4. *A cultura luso-romana e a cultura árabe*

Após a invasão dos povos alemães ou germânicos, vieram os árabes, durante o século VII, a fim de conquistar o Império de Roma. Atravessam o atual estreito de Gibraltar. Na batalha de Cádiz, em 711, vencem o último rei visigodo, D. Rodrigo. Todo o Império Visigótico, isto é, alemão, cai em poder dos árabes. Eles dominam o sul da Hispânia e quase toda a Lusitânia, com exceção da atual província do Minho, onde ficou a marca racial do godo, e daí Godoy, isto é, alemão. Os árabes trouxeram, da Índia, a cana de açúcar para a África, e depois para o Algarve,

mais tarde radicada na Ilha da Madeira; o arroz para a Sicília e para o Algarve, nome genuinamente árabe. Ainda trouxeram o papel e a bússola, de origem chinesa. E tomam conta de todas as vias marítimas mediterrâneas.

A influência muçulmana foi grande na Lusitânia. Os mouros desenvolveram as artes metalúrgicas, as têxteis e a arquitetura. Verificaram-se notáveis progressos na poesia, na música e no canto. Ampliaram o conhecimento da alquimia (química), da medicina, astrologia (astronomia), matemática, ciências naturais e filosofia. Promoveram melhoramentos técnicos na indústria e na agricultura, com a nora, além de intensificarem as culturas do arroz e da laranja. Desenvolveram o comércio. Habituaram os povos ibéricos à vida do luxo e do bom gosto. Despertaram o interesse pela cultura intelectual caída em decadência após a queda do Império de Roma. Cerca de duzentos anos, do século V ao século VII, as escolas estiveram fechadas. Os árabes recriaram escolas e ainda bibliotecas. Incorporaram ao latim falado e escrito e, depois, à Língua Portuguesa, cerca de duas mil palavras árabes, vivas até hoje. Trataram com tolerância os cristãos residentes no território dominado pelos moçárabes, isto é, luso-árabes. A antiga "Liberalitas Julia" dos romanos se transforma em *Yeborath* dos árabes e depois em Évora portuguesa. Sob o domínio dos imperadores de Roma, ela fora a capital da província lusitânia. Com os árabes, Silves torna-se a cidade mais importante do ocidente muçulmano. E notabilizam-se os escritores e filósofos luso-árabes Ibne Abdune, de Évora; Ibne Baçame, de Santarém, Ibne Adelkan, de Lisboa; Ibne Caci e Ibne Bradune, de Silves.

Face a face, as duas culturas — a visigótica (germânica) e a árabe — modificam-se e interpenetram-se. Predomina a cultura latina. Esta era superior nas letras e nas artes e possuía uma língua, a Latina, enriquecida pelos árabes e pelos germânicos (suevos). Mas o estudo da literatura oriental atrai as inteligências mais brilhantes. A filosofia, a poesia e as ciências árabes empolgam os espíritos. Sem abandonar o Cristianismo, muitos vencidos se submeteram aos muçulmanos. Os sarracenos davam-lhes o nome de mosárabes ou moçárabes, vindo de *musta rab*, tomado do árabe. Foram eles, segundo Alexandre Herculano, o autor da monumental "História de Portugal", que conservaram a tradição do município romano e o transmitiram aos Concelhos Lusitanos, isto é, às Câmaras de Vereadores lusobrasileiras. E

mais adiante falarei do saber árabe e do saber israelita assimilado pelos lusitanos.

5. *A fundação do Reino de Portugal*

Com todos esses elementos culturais, intelectuais e espirituais, a cultura lusitana se enriquece com o caldeamento das culturas lusa, celta, lígure ou ibérica, fenícia, grega, cartaginesa, ROMANA, germânica, árabe e normanda (nórdica). Predomina a cultura latina ou greco-latina, consubstanciada no humanismo mediterrâneo disseminado pelos romanos na Lusitânia, província do Império de Roma. No século XI, surge o Conde D. Henrique de Borgonha, por ter servido como vassalo do Duque de Borgonha, hoje departamento da França, mas húngaro de origem.

> "Destes Henrique, disem que segundo
> Filho de um Rei de Hungria exp'rimentado,
> Portugal houve em sorte que no mundo
> Então não era ilustre nem prezado;
> E, para mais sinal de amor profundo,
> Quiz o Rei Castelhano, que casado
> Com Tereza, sua filha, o Conde fosse;
> E com ela das terras tomou posse."

(Camões. *Os Lusíadas.* III-XXV)

O Rei Afonso VI, de Aragão, dá em casamento a princesa Teresa, sua filha, ao Conde D. Henrique de Borgonha e faz doação ao casal do condado de Portugal, situado na Lusitânia, antiga província do Império de Roma. E logo Portugal vai nascer de um dote de núpcias.

Assim, o diploma do Rei de Aragão, datado de 9 de abril de 1097, dá ao Conde D. Henrique de Borgonha o território de Portucale, nome do posto fiscal romano, situado na foz do rio Douro, estendido entre os rios Minho e Tejo. Conserva-o até que seu filho Afonso Henriques, após a morte do pai, ao chegar à maioridade, conquista-o guerreando as tropas de sua mãe, D. Teresa, sem qualquer intervenção estrangeira. Feita a independência, o Rei D. Afonso I funda o reino de Portugal e cria a Monarquia Lusitana, em 1140, em pleno século XII. Afonso Henriques revela-se chefe político e militar de alto gabarito. Ofereceu o seu reino à Igreja de Roma. Declarou-se vassalo de São Pedro e do Papa. Comprometeu-se por si e seus sucessores a pagar o censo anual de quatro onças de ouro e não reconhecer

outro domínio, eclesiástico ou secular, que não fosse o de Roma. E assim Portugal surge no antigo Império de Roma, como vassalo do Vigário de Cristo e sob a proteção de Cristo, para tempo adiante dilatar a Fé e o Império, segundo Luís de Camões.

6. *Portugal nasce de um dote de casamento*

Na Lusitânia, antiga província do Império de Roma, nasce o Reino de Portugal, vassalo de São Pedro e de Roma, num só bloco, integralmente unido, com as três unidades jurídicas da Nação Portuguesa: governo, território e povo. Homem de Estado, civil-militar, D. Afonso I funda a Monarquia Lusitana e a dinastia de Borgonha. Cabe-lhe a honra de ter concebido, em primeiro lugar, na História das Civilizações, a idéia de uma cooperação atlântica (o atual Pacto do Atlântico mergulha suas raízes nesse plano), como defesa contra uma ideologia política militante, estranha. Para D. Afonso I, Rei de Portugal, o Islamismo não devia ser combatido na Terra Santa. A Cruzada começava, para ele, no extremo oeste. Era preciso expulsar os muçulmanos da Lusitânia. Nesse caso, era necessária uma cooperação de outros povos cristãos. Duas idéias conflitam. O Papa Inocêncio III e os reis querem ir a Jerusalém e expulsar diretamente os muçulmanos. A tese portuguesa era: combater o islamismo onde estivesse. Concepção global e católica. E esta foi a vencedora.

A diplomacia lusitana soube fazer triunfar a sua tese. Entre 1140 e 1217, sete corpos expedicionários, com elementos de todos os países atlânticos, integrados na Cavalaria Portuguesa e sob o comando dos reis lusitanos, combatem os muçulmanos na terra portuguesa. Para esse fim, chegam os cruzados nórdicos. Em Portucale, na foz do rio Douro, hoje a cidade do Porto, eles pararam. D. Afonso I entra em contacto com os chefes expedicionários. Discutidas as condições, o exército dos cruzados atlânticos entra em combate, sob o comando do Rei de Portugal, contra os inimigos dos cristãos. *E a Cruzada começa em Portugal*, pela primeira vez na História dos povos ocidentais, com um exército luso-internacional, espontaneamente organizado para a defesa do Cristianismo, sob o comando de D. Afonso I, o Rei lusitano.

Essas forças multinacionais eram consideráveis. Todos os povos, componentes dessas expedições, deram prova do sentido perfeito de compreensão, de espírito de sacrifício, de cooperação

e de perseverança. Tudo isso, sem os meios de ação técnica, sem radar e sem T.S.F., ou qualquer outro meio de comunicação do mundo de hoje. O elemento principal e dominante ficou para o todo sempre nesse pacto de defesa coletiva do Ocidente contra a agressão do Oriente, do Cristianismo contra qualquer ideologia política ameaçadora e violenta. E os políticos do Oeste, na atualidade, dariam prova de inteligência e compreensão se se mostrassem capazes de se unir, como se uniram, em Portugal e a Portugal, as forças militares da época empenhadas em salvar o Ocidente de ideologias políticas exóticas.

Êis a ordem impressionante dessas Cruzadas luso-internacionais:

1140 — Tropas do Mar no Norte, especialmente da Inglaterra, transportadas em sessenta navios, combateram integradas na Cavalaria portuguesa, sob o comando de D. Afonso I, para tomar Lisboa aos mouros, embora sem resultado.

1147 — Tomada de Lisboa pelo exército conjugado, Luso-multinacional, com tropas vindas em 200 navios onde se encontravam 10.000 neerlandeses, flamengos, ingleses, escoceses, alemães e normandos.

1158 — Dois assaltos inúteis por parte dos cruzados atlânticos para expulsar os mouros de Alcácer do Sal, fortaleza acastelada, dois anos mais tarde tomada por D. Afonso I, o fundador da Monarquia Portuguesa.

1189 — Expedição vitoriosa ao Algarve, na qual tomam parte 55 navios contra Silves, capital muçulmana da região, e 37 contra Alvor. Em ambas combatiam tropas do Atlântico, ombro a ombro com a Cavalaria portuguesa, sob o comando supremo do Rei de Portugal. Entre os 6.000 cruzados estrangeiros estavam principalmente frisões, dinamarqueses, saxões, ingleses e flamengos.

1190 — Cruzados ingleses integrados na Cavalaria portuguesa, comandada por D. Sancho I, rei de Portugal, tomam definitivamente Santarém.

1197 — Quarenta e quatro navios com 4.000 cruzados, vindos especialmente do noroeste da Alemanha, combatem no Algarve, integrados na Cavalaria lusitana, comandados pelo Rei de Portugal.

1217 — Última expedição dos povos atlânticos desembarca em Portugal para combater e aniquilar o inimigo comum, político e religioso. Foi uma das maiores. Em primeiro lugar, os 200 navios, cuja metade, a caminho da Palestina, conquista, com o Exército lusitano, Faro, no Algarve. Outra metade fica integrada no Exército português e auxilia a retomar Alcácer do Sal, caída em poder dos mouros. E, assim, graças aos Cruzados atlânticos o território português fica livre, para sempre, dos muçulmanos.

7. *Portugal funda a Cavalaria da Ordem de Cristo*

No fim do século XIII, Portugal está de costas para o continente a fim de receber na "pequena Casa Lusitana" todos os povos atlânticos nas suas marchas e contramarchas do norte para o sul, do sul para o norte, de leste para o oeste, devido à sua posição estratégica. Ali é ponto de encontro dos povos nas suas viagens constantes atraídos pelas guerras religiosas, pelo comércio pacífico e pelo capitalismo nascente. Entreabre-se uma carreira regular de navegação mercante, para unir os mercados mediterrâneos às cidades flamengas de tecidos, empórios da lã e metais industrializados. E o Atlântico, ou Mar das Trevas, atrai os navegadores genoveses.

Os precursores desses navegantes foram os egípcios. Seis séculos antes de Cristo, sob o governo do faraó Necao, uma esquadra egípcia deixa o delta do rio Nilo, por um braço aberto no istmo de Suez, entra no Mar Vermelho, daí desce a costa do continente negro até a ponta extrema ao Sul, para entrar no Atlântico. À força de remos costeia o litoral africano, cruza o estreito de Gibraltar, entra no Mediterrâneo e regressa ao ponto de partida. E os marinheiros egípcios fazem o primeiro périplo africano, seis séculos antes de Cristo.

No soerguer do século XIV, o Rei D. Dinis manda plantar os pinhais de Leiria para a fabricação de barcos, porque o mar-oceano então era o maior desafio da gente lusitana. A Cavalaria Medieval tivera a sua época. Igualmente, as Ordens religiosas-militares de monges-guerreiros começam a declinar a Oeste. E vão ser extintas pelo Papa.

D. Dinis, rei de Portugal, funda a Ordem de Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo, ou Ordem de Cristo, com militares portugueses. Nessas condições, para sustentar a nova Ordem

portuguesa, D. Dinis pede ao Papa João XXII fossem entregues à Ordem de Cristo os bens patrimoniais da extinta Ordem dos Templários, constante de castelos, vilas e terras no Reino de Portugal. E em 1319 o patrimônio da extinta Ordem dos Templários é entregue à Ordem de Cristo, sua sucessora, com a condição de não diminuir, mas aumentar o patrimônio recebido, por qualquer forma

O Exército português e a Marinha portuguesa nascem juntos após a conquista de Lisboa em 1149, nove anos depois da fundação da Monarquia Portuguesa. A nomeação do genovês Manoel Pessagno e a entrada de vinte genoveses para o serviço de Portugal representa o fato de a Nação estar em pleno desenvolvimento, em 1317, após longa e metódica preparação científica. Peçanha vai desenvolver a esquadra portuguesa das galés para os combates navais com os reinos muçulmanos de Granada e Marrocos. Os marinheiros genoveses não conheciam as naves, caravelas, pinaças, barcas, isto é, todos os tipos de veleiros atlânticos. Conheciam as galeras mediterrâneas movidas à força de braços humanos. E as pequenas esquadras dessas embarcações do Mediterrâneo ficam à margem do desenvolvimento naval e marítimo dos portugueses, fronteiriços do Atlântico.

Os séculos XII e XIII constituem o espigão da Idade Média. Poder-se-ia também chamar o divisor de águas, no tempo e no espaço. Nesse período estruturam-se os fundamentos da vida social, econômica, religiosa e intelectual do antigo Império de Roma, cuja queda, no século V da nossa era, destrói todo o sistema administrativo do mundo romano, do rio Danúbio ao Atlântico, do mar do Norte ao Mediterrâneo. E do século V ao século XII as instituições latinas quase desaparecem, para serem reanimadas em plena Idade Média.

Nesse mundo latino ainda caótico, desorganizado e subdividido, apenas o reino de Portugal apresenta, no outono medieval, as características próprias de uma nação organizada, constituída e estruturada. E daí ter-se preparado, como se preparou, para ser no século XV o porta-bandeira da civilização cristã no planeta.

8. *Entre o outono medieval e a primavera renascentista*

Madrugam no outono medieval os albores da primavera renascentista. Portugal vai abrir, de par em par, as portas do mundo

moderno, sem propósitos, sem objetivos, sem interesses imperialistas. D. João I, rei de Portugal, com seus filhos chamados os "príncipes perfeitos", faz a conquista de Ceuta, na África do Norte. Casado com a inglesa dona Filipa de Lencastre, filha do Duque de Lencastre, de quem teve filhos muito ilustres — *a ínclita geração.* Entre eles, o príncipe D. Duarte e os infantes D. Pedro e D. Henrique. Após a conquista de Ceuta, D. Pedro e D. Henrique ali permanecem algum meses. Nas praias africanas nasce-lhe a idéia de apossar-se do Estreito de Gibraltar, onde o Mediterrâneo e o Atlântico se misturam. Para os povos mediterrâneos estava ali a porta do *Mare Tenebrosum.* No afã de possuí-la, mais tarde, a República de Veneza iria oferecer muito dinheiro. E Portugal, situado nessa encruzilhada marítima, poderia ambicionar o domínio do Atlântico.

De regresso à Europa, os infantes vão tomar rumos diferentes. Herdeiro da coroa portuguesa, D. Duarte participa do Conselho formado por seu pai e toma parte ativa nos problemas administrativos e políticos do reino. Em viagem de recreio e de estudos, D. Pedro percorre o continente. Quando esteve na República veneziana, a Senhoria de Veneza faz-lhe presente do manuscrito da Viagem de Marco Polo à China. Serve nos exércitos do Imperador Segismundo da Polônia, que o agraciou com a medalha Tervisana, ao recompensar-lhe a bravura demonstrada nas guerras contra os turcos e venezianos. Visitou pouco depois as cortes da Dinamarca, Inglaterra, Castela e Aragão, onde casa com a princesa dona Isabel. Poeta e escritor, D. Pedro deixou obra notável. É de sua autoria o "Tratado da Virtuosa Benfeitoria", onde se revela filósofo e humanista. Traduziu o livro de Cícero "De Amicitia" do latim para o português do seu tempo. E era, sem dúvida, o português de maior e mais vasto conhecimento da teoria política da sua época.

Os três irmãos rivalizavam na cultura do espírito. Se o Infante D. Henrique, o Navegador, não escreveu o "Leal Conselheiro", de autoria do irmão D. Duarte, em compensação a obra henriquina constitui todo o esforço lusíada, onde vive e vibra a inteligência universalista dos portugueses, cuja tradição romana se manifesta a serviço de Cristo e da humanidade. Atribui-se ao Infante D. Henrique de Portugal a obra "Secreto de los secretos de Astrologia". E o único infante de Portugal, de

nome Henrique, é o filho de D. João I, capaz de escrever essa obra.

Trata-se de um livro de astrologia, ou de astronomia, na linguagem atual. D. Henrique cultivava o estudo da Esfera. Nesse livro possivelmente se encontrem a gênese e os propósitos das primeiras viagens henriquinas, com espírito prático, exato e concreto. Em "Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XV", (vol. I) escreve Joaquim de Carvalho: "Marchar às cegas e acertar, guiado somente pelo instinto vital, é dom de animais, que não de seres onde amanheceu a razão ou, por outras palavras, a dúvida acompanhada do desejo de alcançar a certeza pela solidez dos fundamentos e a paz da consciência pelo acerto premeditado das ações; por isso o Infante D. Henrique careceu de se convencer a si mesmo, e de convencer capitães e tripulações, de que não iriam navegar com rumo ao suicídio, porque o que diziam do mar largo e do termo da Terra talvez não fosse verdadeiro e algumas razões haveria para crer que a verdade se poderia alcançar sem o risco fatal das vidas embarcadas". A atuação do Infante D. Henrique está patente na preparação da conquista de Ceuta e na reforma da Universidade de Lisboa. E as suas benemerências e iniciativas, de "protetor" da Universidade, provam o seu espírito prático de intelectual inovador e amante dos conhecimentos matemáticos.

9. *Portugal funda a primeira Escola Naval do Mundo*

Começa o século XV. O Infante D. Henrique, o Sábio, trouxe de Ceuta uma visão panorâmica do mundo até então conhecido. Instala-se no promontório de Sagres, a ponta mais ocidental do mundo romanizado, erguida sobre a vastidão infinita do Atlântico. Em Sagres, sobre esses rochedos oceânicos, escreve Elaine Sainceau, na biografia de D. Henrique, o Sábio, o Infante "com Portugal e toda a Europa atrás de si encarava o infinito para além do mar sem limites". João Ameal vê o fundador da Escola Naval de Sagres, em 1415, batido pelo vento, "dir-se-á um capitão debruçado na proa de um barco enorme, que é, afinal, o país inteiro." E ali, na proa desse barco imenso, na proa do continente, ei-lo, a mão em pala sobre os olhos, a sondar os horizontes oceânicos onde se projetam os horizontes da Humanidade.

"O DOS CASTELOS"

Fernando Pessoa

A Europa jaz, posta nos cotovelos:
De Oriente a Ocidente jaz, fitando,
E, toldam-lhe românticos cabelos
Olhos gregos, lembrando.

O cotovelo esquerdo é recuado;
O direito é em ângulo disposto.
Aquele diz Itália onde é pousado;
Este diz Inglaterra onde, afastado,
A mão sustenta, em que se apóia o rosto.

Fita, com olhar esfíngico e fatal,
O Ocidente, futuro do passado.
O rosto com que fita é Portugal."

Com a sua força de vontade, o seu espírito científico e a sua magnífica inteligência, o Infante D. Henrique, Príncipe do Atlântico, "é ali (em Sagres) que ele funda a sua particular Universidade Náutica (a Escola Naval e a Junta dos Matemáticos de Lagos) que passou a ser o centro não-oficial dos estudos de geografia de toda a Europa", afirma Van Loon, enquanto a Europa ainda retalhada em países medievais não alcançara o princípio unitário de nação e nacionalidade, enquanto Portugal já o atingira desde 1385, pois o iniciara em 1140.

Por isso mesmo, "os centros escolares europeus ferviam naquela ocasião (quando o Infante D. Henrique, Príncipe do Atlântico, funda a primeira Escola Naval do planeta), como hoje nos centros universitários os rapazes (e as moças) se atiram às especulações em torno da energia atômica ou das velocidades supersônicas. E tudo o que o Infante fazia, tudo o que em Sagres se estudava, qualquer notícia, qualquer descoberta, corria no galopar dos cavalos por todas as cidades européias. E tudo isso aliado à verdade e à lenda, às fantasias dos marinheiros", escreve Mário Graciotti em sua obra "Portugal".

Em Sagres e em Lagos, sob a direção do Infante D. Henrique, Príncipe do Atlântico, se processava a transformação da Europa, da Idade Média para a Idade Moderna, a interligação dos povos de todas as latitudes e longitudes, de todos os meridianos. E "os povos europeus pressentiam que era de Sagres

que viriam palavras novas e novos caminhos dos mundos até então desconhecidos", conclui Mário Graciotti.

"O INFANTE D. HENRIQUE"

Fernando Pessoa

Em seu trono entre o brilho das esferas,
Com seu manto de noite e solidão,
Tem aos pés o mar novo e as mortas eras —
O único imperador que tem, deveras,
O globo mundo em sua mão."

10. *A Escola de Sagres e a Ordem de Cristo*

Há mil e quinhentos anos, após a queda do Império de Roma, em fins do século V, as províncias imperiais ficaram entregues ao seu próprio desgoverno, por sua natural autonomia. Assumiram a sua autodeterminação por força das circunstâncias. Nessas condições, a Lusitânia, província de Roma, une-se ao Reino de Leão, na península ibérica. Por volta de 1094, o Conde D. Henrique de Borgonha, de origem húngara, conforme já explicamos em capítulo anterior, casa-se com D. Teresa, filha do rei D. Afonso VI, rei leonês, e os recém-casados recebem, em dote de casamento, o condado de Portucale, cujo território se estreitava entre os rios Douro e Minho, na Lusitânia. Em 1114 falece o Conde Portucalense. Sua viúva, Dona Teresa, em 1128, doou aos Templários, isto é, aos frades-militares da Ordem do Templo, a vila de Soure e todas as terras entre Coimbra e Leiria, despovoadas ainda. Em 1140, D. Afonso Henriques, primogênito do Conde D. Henrique de Borgonha e de Dona Teresa de Leão, funda a Monarquia Portuguesa e o Reino de Portugal, a primeira nação européia organizada política e administrativamente após o desaparecimento do Império de Roma, disseminador da civilização greco-latina no Ocidente. E a Monarquia Lusitana surge com os fundamentos greco-latino-cristãos do Império de Roma.

Tempo adiante, o Papa extingue a Ordem do Templo, conforme já dissemos. Os bens patrimoniais dos Templários ficaram, daí em diante, sob a guarda e proteção dos reis portugueses. O Rei D. Dinis cria a Ordem Militar de Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo, ou Ordem de Cristo, sucessora da Ordem dos Templários, conforme reconhecimento do Papa Clemente V. Nessas condições, D. Dinis, rei de Portugal, embora fosse

casado com uma santa, a Rainha Santa Isabel de Portugal, nada tinha de santo, fez doação à Ordem de Cristo, recém-fundada, do patrimônio dos Templários, mais a vila de Castro-Marim, no Algarve, donde passa, mais tarde, para o convento de Tomar, ou convento de Cristo, um dos mais belos monumentos portugueses. E assim a Ordem de Cristo, em Portugal, é a continuidade e a permanência da Ordem dos Templários.

Fundada a Escola Naval de Sagres, em 1415, pelo Infante D. Henrique, o Príncipe do Atlântico, o Papa Martinho V nomeia-o administrador apostólico da Ordem de Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo. Pela bula de 12 de março de 1455, Calixto III confirma a anterior de Nicolau V, e concede a jurisdição espiritual das terras do cabo Nao, na costa da África, até à Índia, na Ásia, à Ordem de Cristo, governada pelo Infante D. Henrique, Príncipe do Atlântico. Entre as cláusulas e condições o Papa estipula:

"Como pois por parte do rei D. Afonso V (filho do rei D. Duarte e tio do Príncipe do Atlântico) e do Infante D. Henrique, citados, os mesmos ambicionam sobremodo, a fim de que a espiritualidade (jurisdição espiritual) nas mesmas ilhas solitárias, nas terras e nos lugares existentes no mar-oceano pela região meridional da Guiné, as quais o mesmo Infante (D. Henrique) arrancou das mãos dos Sarracenos e conquistou para a religião cristã, como relatado foi acima, para a Milícia referida de Jesus Cristo (Ordem de Cristo), em favor das rendas da qual o mesmo Infante diz ter feito a conquista dessas terras, *conceda-se para* sempre, pela sede apostólica, aquela declaração, constituição, mandado e vontade..." essas terras à Ordem de Cristo.

Linhas adiante, o Papa alarga o domínio e o poder, desde o cabo Bojador, no litoral do continente negro, até a Índia, na Ásia, "*adquiridos e por adquirir*", para que, "*caibam e pertençam à Milícia e à Ordem de Cristo pelos tempos futuros e perpétuos*". Assim, a Bula de 12 de marco de 1455 confirma e revigora as anteriores de 4 de abril de 1418, de 6 de janeiro de 1447. de 18 de junho de 1452 e de 8 de janeiro de 1454, verdadeiros diplomas jurídicos expedidos pelos Papas, com o objetivo de premiar o esforço e o devotamento dos portugueses, empenhados na obra gigantesca de "darem mundos novos ao mundo", sob o signo da Fé e do Império, iniciada em 1415, pelo Infante D. Henrique, o Príncipe do Atlântico. E, segundo as

determinações específicas dos Papas referidos, as terras descobertas pelos portugueses seriam *adjudicadas* naturalmente ao patrimônio da Ordem de Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo, cujas rendas podiam ser empregadas na empresa dos descobrimentos marítimos portugueses, por isso o patrimônio da Ordem de Cristo podia ser aumentado, jamais diminuído por forma alguma.

11. *O planeta antes da caravela*

O século XV vai amanhecendo. Na Escola Naval de Sagres — a primeira a instalar-se no planeta — madrugam os tempos modernos. D. Henrique, Príncipe do Atlântico, contrata os melhores cientistas dessa época. São portugueses, árabes, italianos e espanhóis. Não importa a naturalidade, porque apenas Portugal tem o princípio jurídico da *nacionalidade*. Todos servem à Nação e à Monarquia lusitanas.

Na Escola Naval de Sagres falta a aparelhagem de uma Universidade deste fim do século XX. Talvez nem haja bancos para os alunos. Os de hoje têm até poltronas. A sala de aula é o mar-oceano. Mestres e estudantes são marinheiros, são pilotos, são cartógrafos, são geógrafos, são matemáticos, são astrônomos. As salas de aula navegam. Velejam sobre as águas, à luz do sol e das estrelas, entre o infinito do céu e o mar infinito. Trazem, para a Junta dos Matemáticos de Lagos, os resultados de suas observações científicas. Recolhem dados para a correção e a elaboração de mapas e portulanos. E a ciência náutica do tempo está a serviço do Infante D. Henrique, Príncipe do Atlântico, de Portugal e da Humanidade.

D. Henrique representa Portugal no século XV. Assim como Péricles representa a Grécia no século V, antes de Cristo, e Augusto representa Roma no século I da nossa era. Mas para o Príncipe do Atlântico realizar, como realizou, a grande aventura oceânica, era necessário inventar outro tipo de navio capaz de arrostar o mar-oceano. Assim, "a conquista do Atlântico começou com o aperfeiçoamento do veleiro. Esperando que a nau chegasse ao tipo mais conveniente para as grandes viagens, os *portugueses inventaram a caravela* de aparelho misto: velas quadrangulares para a navegação com vento de popa, e velas latinas para navegarem contra o vento. Sem esta combinação, é provável que o navegador não tivesse podido singrar, tanto a favor, como contra a eterna corrente dos ventos, e os périplos

africanos, prelúdio das descobertas colombianas, não teriam sido realizáveis." (Cf. Quirino da Fonseca. "A Caravela Portuguesa e a Prioridade técnica das navegações henriqueínas." Citado por C. La Roeri e J. Vivielle em "Navires et Marins.")

Para as suas viagens Atlântico afora, na direção do Sul, a bordejar litorais africanos e a velejar na direção das Américas, os portugueses teriam observado como eram deficientes os Caravos, os Caíques, o peso dos Barinéis cheios de tripulação numerosa, a lerdeza das Galés, das Barcas e das Carracas italianas, movidas à força de braços. Daí terem criado a Caravela, "o tipo ideal para aquela época, de um navio leve, ligeiro, que, impelido pelo vento, consegue mover-se na direção contrária ao próprio vento, viajando em "bolina", como dizem os técnicos." Esta forma de navegação dos princípios do século XV representa, na opinião de Clerc-Rampal, professor de arqueologia naval do Instituto de França, uma conquista de grande e excepcional vulto, pois gastaram-se trinta séculos para que o homem chegasse a esse ponto. (Cf. Mário Graciotti. "Portugal".)

12. *Italianos a serviço de Portugal*

A invenção da Caravela, no espigão do século XV, pelos nautas portuguesès da Escola de Sagres, resolveu o problema das grandes viagens oceânicas. Nesse caso, assim como os cavaleiros andantes da Idade Média deixavam a sua *pátria,* isto é, o lugar do seu nascimento, para servirem, como soldados-vassalos, os senhores de castelo e brazão, também no Renascimento os marinheiros de outras *pátrias* vão oferecer os seus serviços como vassalos da Monarquia Portuguesa e do Rei lusitano e tomam Portugal por sua Pátria adotiva. Se depois da Revolução Francesa, em fins do século XVIII, a Pátria do cidadão é todo o território nacional, a Pátria Portuguesa nasce com o território lusitano, com Portugal e com a Monarquia Portuguesa em 1140. E foi criada pelo rei D. Afonso I. Assim, "troviamo gli italiani a fianco dei portoghesi anche nei momenti critici", escreve Guido Po em seu trabalho "Navigatori italiani nel Medio Evo al servizio del Portogallo". Não só italianos como espanhóis, franceses, árabes e judeus dão o seu contributo a "l'expansione portoghese nel mondo." E isso testemunha a essência universalista do luso-cristianismo, onde irradiam a civilização grega, o espírito jurídico romano e a teologia judeu-cristã, consubstanciada no humanismo lusíada tradicionalmente latino.

Já em fins do século XI mercadores genoveses freqüentam todos os portos lusitanos até a Galiza. Tempo adiante, o Rei D. Dinis manda plantar os pinhais de Leiria e de Azambuja para a construção de embarcações. "Egli chiamó nel 1317 il genovese Emanuelle Pessagno (Manoel Peçanha) e concluso con lui un contrato che ancora si conserva." Esse documento foi redigido em língua portuguesa. Talvez seja o primeiro escrito em nosso idioma, porque até então todos o eram em língua latina. "Il re conferisce al Pessagno il titolo de ammiraglio (almirante), transmissible per ereditá nella sua famiglia, insieme col feudo di Pedreira e 3.000 libre de moneta portoghese all'anno. Dal canto suo il Pessagno s'impegna di servire il re con almeno 3 galere, e de tener sempre al servizio dela marineria portoghese 20 capitani e piloti genovesi."

Traziam os marinheiros genoveses a experiência mediterrânea dos barcos movidos a remos para juntá-la à experiência atlântica dos marinheiros portugueses. E o homem do Mediterrâneo deixa os horizontes limitados e circunscritos pela terra à vista, para se unir ao homem do Atlântico e auxiliá-lo no devassamento e conquista dos horizontes infinitos e ignotos do mar-oceano. "Riprendendo il disegno che aveva spinto i Vivaldi nel loro sfortunato viaggio, il da Recco (Nicoloso Recco), capitano al servizio di Alfonso IV re del Portogallo, salpó de Lisbona nel Luglio del 1341, con due galere ed una navicella appositamente attrezzata del Sovrano. Il Boccaccio ci ha lasciato relazioni di questo viaggio e ci fa sappere che il Recco era coadiuvatto del fiorentino Angelino del Teghia dei Corbizzi e che gli equipaggi erano da Genovesi, Fiorentini e Castigliani (castelhanos)." A oficialidade era portuguesa. Em 1385 Filippo Pallastrelli, natural de Piacenza, refugia-se em Portugal. E seu filho Bartolomeu Perestrelo, nascido em Lisboa, é nomeado pelo rei de Portugal donatário de Porto Santo.

Cristovão Colombo, genovês, nascera em 1451, quando já marinheiros de Sagres tinham quarenta anos de reconhecimentos marítimos do Atlântico, de experiências náuticas, e já haviam chegado ao golfo de Guiné, no litoral africano, nas Caravelas portuguesas, donde regressavam a Lisboa descrevendo um longo arco pelo centro do Atlântico. "Fra i navigatori italiani che nel secolo XV explicavano loro attivitá e perizia *sotto l'insegna portoghese, soprattuto per l'impulso animatore dell'Infante Enrico,* occupa um posto di piano il veneziano Alvise da Cadamosto,

nato a Venezia nel 1432", e ao serviço do Infante de Sagres desde 1455, quando as navegações dos portugueses já tinham cerca de quarenta anos. Vieram, a seguir, Antoniotto Usodimare, Luca Cassano, Fieschi, Negri, Guano, genoveses; Strozzi, Sernigi, Marchioni, Giraldi, Frescobaldi, Guaterotti, Acciaouoli (mais tarde Acioli), Vinetti, florentinos; e vários cremoneses. "Riferendocci a quelle verso ponente, citiamo solo di sfuggita all'opera del Vespucci quale pilota maggiori nela spedizzioni di Gonçalves Coelho per la scoperta del Brasile, en 1501." (Cf. Guido Po. Navigatori italiani nel Medio Evo al servizio del Portogallo. Doni e regalia dei sovrani portoghesi ad italiani in roconoscimento del loro meriti e servizi navali in Portogallo." (1940) Citado como elemento da primeira expedição de reconhecimento do litoral da Província de Santa Cruz, *patrimônio da Ordem de Cristo,* da qual o Rei de Portugal era Grão-Mestre. Vespúcio veio em 1501. No ano seguinte ao descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral em 1500. E Vespúcio estava a serviço da Coroa Portuguesa.

13. *A ciência a serviço de Portugal e do mundo*

Por isso, explica-se por que os astronautas estadunidenses, de regresso de sua primeira viagem à Lua, foram a Lisboa para agradecer a Portugal o fato de esta nação ter contribuído com os *primeiros estudos técnicos* feitos pelos astrônomos lusitanos do século XV, ao calcular, pela altura das marés, a distância da Terra à Lua. Mestre José Vizinho, astrônomo a serviço de Portugal, no reinado de D. João II, determina, em 1485, a latitude do golfo de Guiné, no continente negro, pela altura do Sol, escreve Cristovão Colombo. Ambos, Vizinho, judeu português, e Colombo, genovês, eram vassalos do rei lusitano e da Monarquia Portuguesa. *Com seus estudos técnico-científicos, os Portugueses fizeram o reconhecimento geográfico da Terra.* E com toda a razão, Duarte Pacheco Pereira, o capitão da Ásia, a quem D. Manoel I deu o encargo de em 1499 atravessar o Atlântico e verificar a posição geográfica da futura Província de Santa Cruz, no ano seguinte *descoberta* por Pedro Álvares Cabral, em viagem para a Índia, na Ásia, escreve em "Esmeraldo de Situ Orbis": "A melhor parte do saber de tantas regiões e províncias ficou para nós (portugueses) e nós lhes *levamos a vergindade* (sic).

Por isso, Luís de Camões forjou a epopéia ímpar de "Os Lusíadas" com a inteligência, a alma e a humanidade portuguesas, onde fulge este decassílabo imortal: "Todo o mundo é feito de mudança". Ele velejou os oceanos, "cortando o longo mar com larga vela." Trabalhava o bronze do verso heróico e a filigrana de ouro da elegia suspirosa, viveu as tespestades oceânicas e terrestres, padeceu as errâncias aventurosas do seu tempo "a tão largos ventos dando as velas", lidou com a vara da mandança na crista das ondas, e, ainda provedor de ausentes, em Macau, na soleira do Ocidente, vaticinou-lhes as mágoas e os destinos confusos. E assim, os portugueses deixaram "*a vida, pelo mundo, em pedaços repartida.*"

Por isso mesmo, "O Camões da epopéia, da lírica, das écoglas, dos sonetos, não usurpou a Deus a sua asseidade; outros poetas estiveram em seu plano, mas quem soube cantar a beleza com toda a força, com veemência tamanha, como a cantou Camões, chegou muito perto do modelo supremo da arte, que é Deus." (Cf. João de Scantimburgo. "Interpretação de Camões — À luz de Santo Tomás de Aquino." p. 26. São Paulo 1979, Asseidade, Escolástica. Natureza de um ser que existe por si mesmo e não precisa de outro para existir.)

14. *O Brasil é patrimônio da Ordem de Cristo*

Em 1487, setenta e dois anos após a fundação da Escola Naval de Sagres e de reconhecimento do Atlântico, pelos marinheiros portugueses, Bartolomeu Dias é o primeiro europeu a dar a volta à ponta extrema do sul do continente negro. Dá-lhe o nome de Cabo das Tormentas. Tempo adiante, D. Manoel I pôs-lhe o nome definitivo de Cabo da Boa Esperança. E as caravelas e naus lusitanas velejam no Oceano Índico, no litoral leste da África. Colombo menciona o acontecimento no seu "Diário". Segundo parece, ele tinha sob os olhos o mapa do Atlântico-Norte, feito em Sagres e suas atenções estavam dirigidas para lá, porque supunha ser aquele o caminho para as Índias, na Ásia. Quatro anos mais tarde, ao deixar o serviço de D. João II, rei de Portugal, vai oferecer-se a Fernando de Aragão para descobrir a via marítima para a Ásia pelo Atlântico-Norte e, com três cavarelas compradas pelo rei de Castela, a 12 de outubro de 1492 chega à atual ilha de Cuba, donde regressa. Ao passar por Lisboa procura o rei D. João II e comunica-lhe ter descoberto o caminho para as Índias, cujos habitantes batizou

com o nome de Índios. O rei de Portugal observa-lhe: — Não é esse o caminho para as Índias.

Nessa altura, D. João II, rei de Portugal, e o rei de Castela assinam o Tratado de Tordesilhas, em 07 de junho de 1494. Por esse documento, uma linha imaginária deveria passar, traçada num globo da época, de norte a sul, a trezentos e setenta léguas ao poente mais ocidental da ilha de Santo Antão, do arquipélago de Cabo Verde, já descoberto e ocupado pelos portugueses, desde 1450, havia 45 anos, e assim esse meridiano de demarcação cairia na foz do rio Amazonas e sairia na embocadura do rio da Prata, ao Sul. E assim, seis anos antes da viagem de Pedro Álvares Cabral, já Portugal reivindicava a posse da terra do Brasil, para o *patrimônio da Ordem de Cristo,* segundo as bulas anteriores dos Papas D. Martinho V, D. Nicolau V e D. Calixto III, porque os descobrimentos portugueses eram custeados pelas rendas da Ordem de Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo, isto é, Ordem de Cristo.

Por isso mesmo observa Francisco Adolpho de Varnhagen, o Pai da História do Brasil: "*As terras, pois, que se encontrassem desse meridiano para Leste deveriam logo ser adjudicadas a Portugal; e neste caso, em virtude das anteriores bulas, tinham de ser administradas pela insigne Ordem de Cristo, da qual era grão-mestre, não já o Infante D. Henrique, (Príncipe do Atlântico), falecido trinta e três anos antes (em 1460), mas sim o Duque de Viseu, D. Manoel (o Venturoso) seu primo, que depois herdou (em 1495) a coroa portuguesa, reunindo em si a administração e padroado da dita Ordem, e que em tudo venturoso, recebera em Tordesilhas um legado, que se pode dizer continha um testamento, cujos selos só em devido tempo se deveriam romper.*" (Cf. F. A. de Varnhagen, "História Geral do Brasil". T. 1.º — 3.ª — ed. int. p. 71. Editora Companhia Melhoramentos São Paulo. s/d.)

15. *O piloto árabe de Vasco da Gama*

Traçada a fronteira *ideal* das terras pertencentes a Castela e das terras *adjudicadas* à Ordem de Cristo, pelo Tratado de Tordesilhas, em 1494, quatro anos mais tarde, em 1498, Duarte Pacheco Pereira, mandado por D. Manoel I, cruza o Atlântico de norte a sul, para *localizar geograficamente* o patrimônio ultramarino da Ordem de Cristo, no novo continente e chega até o cabo de Santo Agostinho, no litoral do atual Estado da Paraíba.

E o Papa Calixto III, pela Bula de 13 de março de 1455, "*declarara inerentes ao mestrado da Ordem de Cristo em Portugal a administração e padroado das terras adquiridas e por adquirir, desde o Cabo Bojador até à Índia (Ásia) e Xisto IV confirmara ao rei D. João II (de Portugal) as bulas de seus predecessores.*" (Cf. Francisco Adolpho de Varnhagen. "História Geral do Brasil", T. 1 — p. 69.)

Nesse mesmo ano de 1498, parte do Tejo, em Lisboa, a frota de Vasco da Gama, para completar a viagem de Bartolomeu Dias à Ásia, interrompida após a volta do Cabo da Boa Esperança, em 1487. Os documentos desde o século XV revelam que Vasco da Gama, depois de ter ultrapassado o Cabo da Boa Esperança, em 1498, subiu ao largo a costa oriental da África até Melinde, em procura de um piloto prático, experimentado, a fim de lhe facilitar a travessia do Índico. O famigerado piloto árabe que guiou Vasco da Gama de Melinde a Calicute era geralmente conhecido entre os arabistas, por *Ahmad Ibn-Madjd,* mas o seu nome completo é Chihabaldin Ahmad Ibn-Madjik ibn-Muhammad ibn-Mu'allak as-Sa'id ibn-Abur-Raka'ib and-Nadjid. Nascera na cidade de Djulgar, em Omã, e seus antepassados foram beduínos da Arábia do Norte. Não se sabe, ao certo, quando nascera nem quando morrera. O certo é que já escrevia roteiros em 1460 e vivia. naturalmente, em 1498, quando serve ao português Vasco da Gama. Teria então cerca de 61 anos de idade. Com boa cultura, dentro do seu meio e do seu tempo, era uma pessoa ilustre, tinha conhecimentos técnico-profissionais deveras importantes. Desde a adolescência até à morte passara a vida no mar, cortando o Índico em todas as direções e assiduamente freqüentando o mar Vermelho. Assim, escreve o piloto árabe: "Aqui passaram os navios dos Francos (portugueses) no ano de 900 (1495-1496) irmão, navegavam havia dois anos inteiros para aqui e dirigiam-se, evidentemente, para a Índia." "Por este caminho os Francos voltaram da sua Índia." "A gente ficava surpreendida do que eles faziam." "Isto comunicou-nos também o Franco-Português (burtukal)" "...e a ciência (dos portugueses) deve-te ser conhecida." (Cf. Costa Brochado. "O Piloto Árabe de Vasco de Gama". ps. 26 a 93. Lisboa, 1959.)

Ibn-Madjid escreveu dezenas de roteiros em prosa e verso de valor histórico. O "Roteiro de Sofala", em verso, onde fala dos portugueses e dos seus feitos, é um dos "Três Roteiros" descobertos em Leningrado e foi traduzido do árabe para o russo pelo

orientalista Dr. T. A. Chumovski. E foi traduzido para o português pelo Professor Dr. Myron Jirmunski, segundo o manuscrito árabe fotocopiado pelo tradutor russo.

Assim, se para a conquista e domínio do Atlântico os portugueses tiveram o auxílio dos Italianos, para a conquista e domínio do Índico e do Pacífico os Lusitanos contaram com a colaboração dos Árabes. Jaime Cortesão em sua obra "Os Descobrimentos Portugueses" considera Madjid e o Gama duas figuras expoentes da *História das Civilizações,* observando:

"Quando o Capitão português (Vasco da Gama) e o piloto árabe (Madjid), naquele dia se comunicam os seus conhecimentos, o mundo geográfico e o espírito humano alargam-se de súbito. Alargam-se para sempre. Em frente das cartas de marear de cada um, Ibn-Madjid e o Gama entreolham-se e medem, inebriados pela alegria inefável que dá o conhecimento às novas dimensões da Terra e do homem. Do cruzamento dos dois olhares nasce uma luz nova e naquele momento histórico, único, muda-se a face da História. À superfície os homens combatem, nas profundidades secretas, para além do cotidiano e do transitório, começa e avoluma-se dia a dia um patrimônio de cultura e um sentido de vida comum aos dois mundos do Oriente e do Ocidente. Até então havia apenas homens, povos e religiões diferentes. Mas naquele dia nasce a Humanidade, que hoje está no quinto século da sua breve História. Daqui por diante, a verdadeira História dos povos desenvolve-se como um corolário desse encontro."

16. *A esquadra de Pedro Álvares Cabral*

A esquadra cabralina está no porto do Tejo, na foz de Lisboa, preparada para a longa viagem através do Atlântico e do Pacífico para chegar às portas do Pacífico. "A qual armada era de treze velas, entre naus, navios e caravelas, cujos capitães eram estes: Pedro Álvares Cabral, Capitão-mor (comandante); Sancho de Toar, filho de Martim Fernandes de Toar; Simão de Miranda, filho de Diogo de Azevedo; Aires Gomes da Silva, filho de Pero da Silva; Vasco de Taide e Pedro de Taide, de alcunha "Inferno"; Nicolau Coelho *que fora com Vasco da Gama, Bartolomeu Dias, o que descobriu o Cabo da Boa Esperança, seu irmão Pero Dias,* Nuno Leitão, Gaspar de Lemos, Luís Pires e Simão de Pina." (Cf. João de Barros, "Décadas da Ásia". I, liv. V, cap. I.)

Simão de Toar, ou de Tovar, era soto-capitão, ou imediato do Capitão-mor, não almirante, segundo em mando como estava expresso nas instruções a Cabral. (Cf. Damião de Góes. "Crónica do Sereníssimo Senhor Rei D. Manoel". parte I, cap. LIX).

Dos treze navios, saídos do Tejo, um aparta-se da rota na altura das ilhas de Cabo Verde e regressa ao ponto de partida. Outro foi despachado para levar a D. Manoel a notícia do Achamento da Província de Santa Cruz, *patrimônio da Ordem de Cristo.* A que se perdeu seria a de Vasco de Ataíde, segundo a Carta de Pero Vaz de Caminha, ou a de Luís Pires, segundo João de Barros, na obra citada. Quatro naus naufragaram, a 12 de maio de 1500, nas alturas do Cabo da Boa Esperança, entre elas a de Bartolomeu Dias, que guiara a armada desde Porto-Seguro, através do Atlântico Sul, além das comandadas por Aires Gama da Silva e Pero Dias. Quando voltou da Índia, com a sua armada reduzida a seis velas, Cabral encontra Pero Dias em uma das ilhas do arquipélago de Cabo Verde. Na viagem de Vasco da Gama, em 1498, a sua esquadra se compunha de 350 homens e apenas 49 marinheiros regressam a Lisboa. *Foram sepultados no oceano duzentos e onze portugueses.* Cabral sai de Lisboa com treze navios, sete naufragaram e a sua tripulação ficou sepultada nos abismos oceânicos; apenas seis voltaram ao ponto de partida. Ainda não se calculou quantos portugueses da armada cabralina desapareceram no seio das tempestades marítimas. E daí a pergunta e a resposta de um dos maiores poetas portugueses e universais do mundo moderno.

MAR PORTUGUÊS

Fernando Pessoa

"O mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão resaram!
Quantas noivas ficaram por casar
para que fosses nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador,
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu."

Nas expedições dos descobrimentos portugueses houve sempre, a bordo, três personagens principais; o Comandante (capitão-mor), o físico, isto é, o médico e o capelão para os ofícios religiosos. Por isso, na armada de Cabral esses elementos estavam presentes, segundo os documentos da época. "Além das armas materiais, que cada um levava para seu uso, mandava El-rei outras espirituais, que eram oito Frades da Ordem de São Francisco, de que era Guardião Frei Henrique de Coimbra." (Cf. João de Barros. "Décadas da Ásia". I, liv. V-cap. I-) Os companheiros de Frei Henrique de Coimbra eram: Frei Gaspar, Frei Francisco da Cruz, Frei Simão de Guimarães e Frei Luís do Salvador, sacerdotes pregadores; Frei Malfeu, sacerdote organista; Frei Pedro Neto, corista com ordens sacras e Frei João da Vitória, frade leigo. (Cf. Frei Fernando da Soledade. "História Seráfica Cronológica de S. Francisco, Província de Portugal"-3,-489, 490). E foram esses sete frades portugueses os primeiros religiosos europeus a pisarem as terras americanas, porque nas caravelas de Colombo não veio nenhum religioso.

Frei Henrique Soares, de Coimbra, fora desembargador da Casa da Suplicação e trocara a toga de magistrado pelo hábito simples de Franciscano, no convento de Alenquer. Fora ferido na Índia pelos indígenas no assalto feito à feitoria de Calicute. Ao regressar a Portugal foi confessor do rei D. Manoel, seu embaixador em missão de pêsames junto à princesa D. Joana, bispo de Ceuta e inquisidor do Tribunal do Santo Ofício.

Quem conduz a esquadra de Cabral, de Lisboa a Porto Seguro, pois aqui estivera em 1498, foi o escritor Duarte Pacheco Pereira, em quarenta e quatro dias de viagem através do Atlântico, para entregá-la a Bartolomeu Dias, o qual fez a travessia do Atlântico sul de Porto Seguro ao Cabo da Boa Esperança, para ficar sepultado na encruzilhada das águas do oceano Índico, onde o seu navio naufraga em meio a uma tempestade. E Duarte Pacheco Pereira vai escrever, mais tarde, o "Esmeraldo de Situ Orbis".

17. *Os portugueses rasgam os caminhos do Planeta*

Há quem diga, com muita verdade: o Português alia à inteligência universalista as tradições de cidadão romano. No século XV a população de Portugal não atingia um milhão de habitantes. No entanto, esse punhado de portugueses vai rasgar os caminhos do Planeta, para os homens de Oeste se comunicarem

com os homens de Leste, para participarem das culturas humanas de todos os meridianos, de todas as latitudes e longitudes. E depois se perdeu no labirinto da saudade.

"Duas forças contribuíram para dar ao homem ibérico formas e expressões diferentes: sexualidade e ombridade. Por isso, o Português da beira-mar e o Espanhol da meseta se diferenciaram através dos tempos. Em Portugal, ao que supomos, a maior percentagem de sangue celta, adoçando a aspereza feroz do ibérico; a altimetria moderada, a riqueza pluvial e fluvial, as terras de agro-verde e perspectivas bucólicas; e, talvez, mais que tudo, o contacto com o mar, moldaram em matéria mais branda o Adão português.

O mar deu ao Português personalidade e independência. Pelo mar respirou. O mar lhe abriu caminhos. O mar foi o teatro principal das suas ações e a maior fonte de compreensão, universalismo e amor.

Se, em verdade, tivéssemos de admitir a formação, à maneira bíblica, dum Adão luso, em sua essência humana, política e histórica, seríamos levados a imaginar o capítulo respectivo do Gênesis, por esta forma redigido: "E Deus formou o Português, não da argila terrena, mas das ondas do Mar; insuflou-lhe no peito o vento do largo; e assim foi feito alma vivente." (Cf. Jaime Cortesão. "Introdução à História das Bandeiras". Vol. I. p. 156. Lisboa 1964) E no Português se caldeiam a sexualidade, a ombridade e a humildade.

Explica-se por que os Portugueses descobriram dois terços do planeta, velejaram os sete mares e traçaram com rigor científico as cartas geográficas dos litorais africanos, asiáticos e atlânticos da América do Sul, em menos de duzentos anos de trabalhos marítimos para todos os povos hoje se utilizarem de suas descobertas. Para isso enfrentaram com ânimo, decisão e arrojo, as tempestades oceânicas e terrestres. E, com as mulheres de todos os continentes, brancas, pretas, amarelas e vermelhas (brasilíndias) os Portugueses *povoaram* a faixa intertropical da Terra, embora fossem apenas um punhado de homens espalhados pela superfície terrestre.

Assim, a partir de 1434 quando os Portugueses chegam às praias do continente negro e são os primeiros do mundo a aproveitar os ventos alíseos do Atlântico, soprantes de leste para oeste, para regressarem diretamente a Lisboa, com as caravelas movidas não mais pela força dos homens amarrados aos remos,

mas pela energia natural dos ventos oceânicos. Até então o homem obedecia ao comando imperativo dos ventos; daí em diante os Portugueses comandam os ventos oceânicos. Para isso colocam as velas quadrada e latina de forma a receber o vento para a Caravela seguir no rumo desejado, com o rumo traçado pela bússola, a balestilha e o astrolábio, os instrumentos científicos da época. E o navio caminha contra o vento, à deriva.

Após cerca de cento e cinqüenta anos de combate com as tempestades oceânicas, os Portugueses já faziam sozinhos as primeiras cartas marítimas, os primeiros roteiros oceânicos dos litorais africanos, asiáticos e brasileiros. Para isso a Monarquia Portuguesa mantinha em Lisboa uma Escola de Cartografia oficial, com mestres em cartografia, matemática, geografia e astronomia. Ainda há pouco uma escritora francesa observava: "On a calculé qu'en quelque cent cinquante ans, á partir de 1434, les navigateurs portugais ont levé, á eux seul, plus de 60.000 km. de côtes." (Yvonne Rebeyrol. "Une promenade de dix siècles à la dècouvert de la Terre." Em o jornal "Le Monde". Paris, 23 mai 1979). Em nossa latina Língua Portuguesa, a escritora teria dito: "Calcula-se que em cerca de cento e cinquenta anos, a partir de 1434, os navegadores portugueses fizeram, sozinhos, o levantamento geográfico de mais de 60.000 quilômetros de litorais, nos continentes africano, asiático e brasileiro. Nesse número não entram as travessias terrestres do continente negro, do Atlântico ao Índico, da China de sul a norte e o devassamento do Estado do Brasil, *patrimônio da Ordem de Cristo,* de leste a oeste, de norte a sul, palmo a palmo destes oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados, do Atlântico aos Andes, do rio Oiapoque ao estuário do rio da Prata. E povoar, com as brasilíndias, é civilizar, humanizando.

18. *Os portugueses foram os descobridores da América do Norte*

O historiador-pesquisador, D. Tzukernik, em 1959 documenta, segundo a revista soviética "Literatura e Vida", que a América não foi descoberta por Colombo, mas muito antes dele, por navegantes portugueses. O historiador russo chega a essa conclusão após minucioso e paciente estudo de documentos espanhóis, italianos e portugueses, além de outros documentos raríssimos existentes nos arquivos das Bibliotecas de Leningrado e Moscou.

Esta informação traz a assinatura do Professor Forman, da Universidade de Vorone, na U.R.S.S.

Assim, no prefácio de seu estudo "Uma nova luz sobre as expedições de Colombo", o historiador e pesquisador Tzukernik escreve: "A hipótese da descoberta da América pelos Portugueses, anteriormente a Colombo, foi exposta várias vezes, mas geralmente recusada na literatura histórica. Com efeito, para a justificar não se encontram provas suficientes nos documentos mais seguros dos séculos XV e XVI (especialmente nos documentos portugueses).

A afirmativa do historiador russo é a prova evidente de que sem documentos não há História. Por isso, a História não existe antes de o historiador escrevê-la com documentos e na linguagem dos documentos, porque neles está a linguagem histórica. E a linguagem histórica e não outra é a linguagem da História.

Nesse caso, uma História sem documentos é uma história forjada pela fantasia, uma história puramente imaginativa, como é o materialismo histórico, ou teoria materialista da história ou teoria econômica da história, onde a História entra como Pilatos no Credo, apenas para situar a decadência da filosofia da história sob o ponto de vista econômico, um ângulo agudo do conjunto global histórico, aberto ao estudo de toda a documentação existente, e o documento não é a favor nem contra. Ora, os documentos portugueses dos séculos XV e XVI *silenciam* porque a *política de sigilo* impunha esse procedimento. Nenhum governo de qualquer sistema, de qualquer época, revela ao Mundo as suas idéias, os seus planos, os seus programas, senão depois de os ver realizados, concretizados, materializados. Então e hoje, a espionagem era uma profissão rendosa e perigosa. E os espiões existem e existirão enquanto existir o planeta..

"As nossas investigações, porém, conduziram-nos a uma nítida conclusão: *marinheiros portugueses visitaram muitas vezes as terras do Novo Mundo ainda antes da primeira viagem de Colombo. Pretendemos basear esta afirmação sobre documentos convincentes que não foram utilizados para a solução do problema*", assevera Tzukernik, continuando: "Chegamos à conclusão acima exposta de uma maneira inesperada que a nós próprios surpreendeu, porque as navegações dos Portugueses não eram assunto das nossas investigações. Foi ela deduzida, independentemente, dos estudos de navegações de Colombo e

das noções geográficas que dominavam na época. Com efeito, pensamos que o único modo para a demonstração certa da prioridade dos Portugueses na descoberta da América deduz-se da solução dos problemas que suscitam as viagens do navegador genovês. As provas decisivas encontram-se nos documentos e crônicas relativas à navegação de Colombo". Tzukernik talvez não soubesse que Colombo, durante vinte anos, fora marinheiro a serviço de Portugal. Ao deixar o rei de Portugal, ele procura o rei de Castela e oferece-se a ele para descobrir o caminho da Índia, porque embora tivesse anotado no seu "Diário" que Bartolomeu Dias dera a volta ao cabo da Boa Esperança, o genovês ignorava onde ficava o sul da África.

Nesse caso, o pesquisador russo afirma: "A única base do projeto de Colombo foram as *instruções* que *ele recebeu* em Portugal. Com efeito, o que determinou Colombo em sua empresa foram os dados, e especialmente o mapa obtido dos marinheiros que tinham visitado o Novo Mundo nos anos 80. Demonstraremos que esses homens que visitaram a América anteriormente a Colombo eram marinheiros de navios portugueses." (D. Tzukernik. "Uma nova luz sobre as expedições de Colombo." Em "Ocidente" — Lisboa, janeiro de 1961. N.º 273 — Vol. LX. ps. 3 a 20)

E Colombo foi vítima da política de sigilo de Portugal.

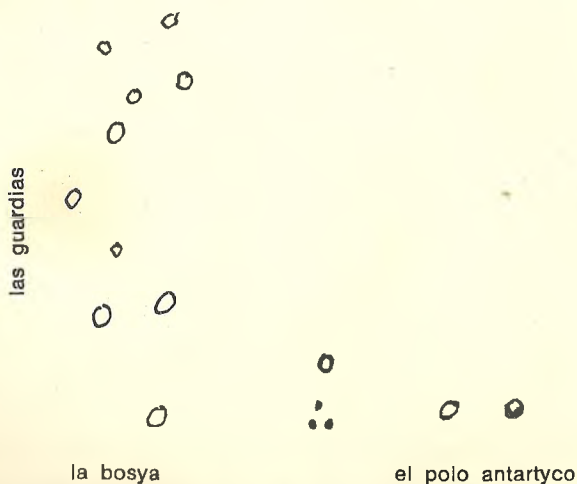
19. *O Brasil já era conhecido antes de 1500*

A Carta de Pero Vaz de Caminha ao rei D. Manoel, datada de Porto Seguro, 1.º de maio de 1500, é a *certidão de nascimento* da terra brasileira, *patrimônio da Ordem de Cristo*, da qual o monarca português é o Grão-Mestre. Por isso batiza-a logo com o nome de *Província de Santa Cruz*, para ser administrada pela Monarquia Portuguesa, independente do Reino Lusitano. Não compreendem isso os complexados pelo colonialismo europeu, e, muito menos, os bitolados pelo linguajar marxista do materialismo histórico, também conhecido pelos nomes de teoria materialista da história ou teoria econômica da história, um sofisma vazio como uma bolha de sabão flutuante. E ficam satisfeitos em ensinar que o Brasil foi colônia, porque Marx é o filósofo ateu da economia vermelha, isto é, da luta de classes, com as armas do ódio e da violência, a ferro e fogo, sem documentos.

Ora, nenhum outro povo pode vangloriar-se de possuir documento igual a esse em sua História Nacional. Por isso, o antro-

pólogo patrício, o padre José Afonso de Morais Bueno Passos, escreveu: "A Carta de Pero Vaz de Caminha deve ser lida com a alma de joelhos." E esse documento ímpar na História das Civilizações já mereceu do historiador Jaime Cortesão o mais completo estudo feito até hoje, em sua obra: "A Carta de Pero Vaz de Caminha".

A bordo da armada cabralina viajaram outros escritores, além de Pero Vaz de Caminha. Entre eles, Duarte Pacheco Pereira, autor da obra "Esmeraldo de Situ Orbis", o qual conduziu a esquadra de Cabral, de Lisboa a Porto Seguro, de norte a sul, através do Atlântico. Do físico, isto é, do médico embarcado, Bacharel Mestre João Menelau, o qual na Carta a D. Manoel, o Venturoso, escreveu: "Quanto, señor, al sytyo desta tierra, mande Vosa Alteza trer un mapamundi que tieni Pero Vaaz Bisagudo, e por ay podrá ver Vosa Alteza el sytyo desta tierra; en pero, aquel mapamundi non certifica esta tierra ser habitada, o no. Es mapamundi antiguo." (Cf. Jaime Cortesão. "A expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil". p. 226. Lisboa, 1967).

Assim, Mestre João informa como a terra brasileira já era conhecida dos navegantes portugueses. Na qualidade de médico e astrônomo do Rei, ele desenha no corpo da Carta a posição das estrelas no céu de Porto Seguro, nas noites de plenilúnio ali passadas.

Por isso, escreve: "...estas estrelas, principalmente las de la cruz son gramdes, casy como las del carro; e la estrela del polo antartyco, o sul, es pequena com la del norte e muy clara; e la estrela que está en riba de toda la cruz es mucho pequena." É a primeira vez que, na História das Civilizações, um astrônomo localiza o Cruzeiro do Sul, no firmamento do Novo Mundo, em 1.º de maio de 1500.

O cosmógrafo e navegante Duarte Pacheco Pereira, que conduziu a armada de Cabral de Lisboa a Porto Seguro, confirma o documento de Mestre João, quando escreve no "Esmeraldo de situ Orbis": "E alem do que dito he, ha (a) *experiencia que he(é) madre (mãi) das cousas, nos desengana,* e de toda dúvida nos tira; e *por tanto,* bem-aventurado Príncipe (D. Manoel I) temos sabido e visto como no terceiro ano de vosso reinado do hanno (ano) de nosso Senhor de mil quatrocentos e noventa e oito (1498), *donde nos vossa alteza mandou descobrir ha(a) parte ocidental, passado alem ha(a) grandeza do mar oceano,* onde he(é) achada e navegada hua tam grande terra firme, com muitas e grandes ilhas adjacentes a ela, que se estende..." (Jaime Cortesão. Ob. cit. p. 131)

20. *A certidão de nascimento do Brasil*

Era domingo o dia 8 de março de 1500. D. Manoel, o Venturoso, à frente de sua corte, a cavalo chega à praia do Restelo, à beira do Tejo, onde vozeavam as gentes do mar e de armas, no alto das naus e caravelas. O povo redemoinhava na areia. Todos se aprestavam para ouvir missa na ermida de Nossa Senhora de Belém, a velha capelinha do Infante D. Henrique, o Príncipe do Atlântico. Já se erguiam os andaimes, no local seria construído o futuro Mosteiro dos Jerônimos, um dos grandes e magníficos edifícios de pedra de toda a Europa. Respirava-se o ar fino e macio de um dia primaveril, sob a cúpula azul de um céu ensolarado. Quando o Rei e a sua comitiva faiscante, já Pedro Álvares de Gouveia, depois Pedro Álvares Cabral, e a sua luzida comitiva de pilotos, dispunha-se em ordem, ao lado da ermida. D. Diogo Ortiz, bispo de Ceuta, matemático e cosmógrafo, era o celebrante da missa pontifical de circunstância. Ele auxiliara D. João II no plano dos descobrimentos marítimos e conhecia os altos *segredos* da Coroa, na ímpar empresa de Portugal, vassalo do Vigário de Cristo. E ele ia sagrar, à partida, o Capitão-mor Pedro Álvares Cabral e sua selecionada comitiva.

Sobre o altar, para ser bem vista pelo povo formigante, *esteve arvorada a bandeira da Ordem de Cristo, com a cruz em vermelho em campo branco,* enquanto durou a cerimônia religiosa. Terminada a missa, o bispo lançou a bênção a Pedro Álvares e benzeu a *bandeira da Ordem de Cristo.* Solenemente, o Rei entregou-a ao Capitão-mor, para tomar posse do continente onde a expedição ia aproar na sua viagem a Calicute; *pertencia à Ordem de Cristo,* e não a Portugal ou à Monarquia Portuguesa. E pôs na cabeça do descobridor do Brasil um barrete bento, enviado pelo Papa.

Todo este cerimonial deslumbrante tinha a sua origem, a sua causa e as suas tradições históricas. Quando D. Afonso I cria o Reino de Portugal e funda a Monarquia portuguesa em 1140, em plena Idade Média, em território da Lusitânia, antiga província do Império de Roma, o novel monarca quis um Portugal para o todo sempre. "Nestas circunstâncias recorreu ao Pontífice, cuja supremacia política naquele tempo se considerava princípio fundamental do direito público na Europa cristã, e fonte da qual derivava a legitimidade e o poder dos príncipes temporais." (Cf. Fortunato de Almeida. "História de Portugal" T1. L. I. — p. 146.) Para a nova Nação não perder, futuramente, a sua independência política, "ofereceu D. Afonso Henriques o seu reino à Igreja romana; declarou-se vassalo de S. Pedro e do Pontífice; comprometeu-se a pagar o censo anual de quatro onças de ouro e não reconhecer outro domínio, eclesiástico ou secular, que não fosse o da Santa Sé. O censo constituía, segundo as instituições feudais então dominantes, parte essencial e como que sinal externo do preito de vassalagem. No regime feudal, o censo era uma renda em dinheiro devida pelo vassalo em razão da tenência ou posse, alguma coisa parecida com o preço do arrendamento, fixado por um costume antigo. Se o possuidor ou vassalo não pagava na época determinada, o senhor podia retirar-lhe a tenência ou pelo menos exigir a quantia com multa suplementar. (Cf. ob. cit. p. 146)

Em começos do século XIV, o Papa extingue a Ordem dos Templários, monges guerreiros com serviços prestados nas Cruzadas. D. Dinis cria em 1321 a Ordem de Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo, com monges-soldados portugueses. A seu pedido, o Papa João XXII adjudica à Ordem de Cristo todo o patrimônio da extinta Ordem dos Templários. E assim a Ordem de Cristo é a sucessora dos frades do Templo.

Explica-se por que o Rei D. Manoel entrega pessoalmente, a Pedro Álvares Cabral, a bandeira da Ordem de Cristo, exposta no altar durante a missa celebrada a 8 de março de 1500 pelo bispo de Ceuta: Pedro Álvares Cabral recebia do seu Rei a ordem de *tomar posse da terra do Brasil*, em Porto Seguro, o *único porto onde ancorou a expedição cabralina*, por ser *patrimônio da Ordem de Cristo.*

Em Porto Seguro, domingo da Pascoela, 26 de abril de 1500, Frei Henrique de Coimbra celebra a missa cantada, com a assistência de todos os religiosos e com a presença de Pedro Álvares Cabral e os capitães da armada. "Ali era com o Capitão-(mor) a *bandeira de Cristo* (bandeira da Ordem de Cristo), com que saiu de Belém, a qual esteve sempre levantada, da parte do Evangelho", escreve Pero Vaz de Caminha na sua Carta a D. Manoel I. E esse documento é a *certidão de nascimento do Brasil, patrimônio da Ordem de Cristo,* do qual Pedro Álvares Cabral *tomou posse em nome do monarca lusitano,* porque o Rei de Portugal era Grão-Mestre da Ordem de Cristo, naquele domingo da Pascoela, 26 de abril de 1500. Ali não foi hasteada a bandeira do Rei, a bandeira da Coroa Portuguesa, mas a bandeira da Ordem de Cristo, porque esse patrimônio lhe fora adjudicado pelos Papas Martinho V, Nicolau V e Calisto III, no século XV, segundo documentamos em capítulos anteriores. E na viagem de Colombo às Antilhas, oito anos antes, em 1492, não havia nenhum religioso.

O fato de a terra descoberta em 1500 receber o nome de *Província de Santa Cruz* está explicado. "O que não parece carecer de mistério, porque assim como nestes Reinos de Portugal trazem a cruz no peito por insígnia da *Ordem e Cavalaria de Cristo*... pois havia de ser possuída de Portugueses e ficar por herança *de patrimônio ao Mestrado da mesma Ordem de Cristo.*" (Cf. Pero de Magalhães Gandavo. "História da Província de Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil". 1.ª ed. de 1576. 2.ª ed. 1858. p. 3)

Mas os escritores da História do Brasil, filósofos da história, sociólogos da história, ensaístas da história e marxistas da história, bitolados pelo linguajar do materialismo histórico ou teoria materialista da história ou teoria econômica da História, ignoram a *linguagem do documento* que é a única linguagem da História, por ser a linguagem histórica. E contentam-se com a palavra colônia, generalizando-a.

21. *A primeira expedição povoadora*

A Carta de Pero Vaz de Caminha a D. Manoel, de Porto Seguro, 1.º de maio de 1500 informa que dois degredados ficaram na praia, chorando. Chama-se um Afonso Ribeiro. É o primeiro *povoador* da Província de Santa Cruz, *patrimônio da Ordem de Cristo,* cujo Grão-Mestre e governador é o Rei de Portugal, D. Manoel I e seus sucessores até D. Pedro I, fundador do Império Brasileiro em 1822.

Segundo o Livro V da *Ordenação,* a Constituição política do Reino de Portugal, por qualquer infração às leis vigentes, por simples que fosse, o condenado podia ser degredado, isto é, para o degredo. Degredado, desterrado, exilado ou banido são sinônimos. Nesse caso, o degredo, o desterro, o exílio, o banimento é "a pena sem prisão", na feliz sentença do Professor Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira. E, conforme a "Salve Rainha", homens e mulheres todos nós "somos degredados filhos de Eva."

Decorridos trinta anos após a viagem de Cabral, D. João III, o Rei Humanista, Grão-Mestre da Ordem de Cristo, nomeia Martim Afonso de Sousa, matemático e cosmógrafo, comandante da primeira expedição *povoadora* da Província de Santa Cruz, tempo adiante Estado do Brasil, cujos litorais já eram freqüentados pelos piratas franceses, isto é, ladrões do mar. Na altura de Pernambuco, a armada afonsina aprisionara uma nau de piratas franceses e a mandara para Lisboa.

Diretamente relacionado com esse aprisionamento do navio dos piratas franceses, em 1531, o pesquisador pernambucano Jordão de Freitas publica em maio de 1926, na Revista de Estados Portugueses — LUSITÂNIA: (fasc. IX, ps. 315-317) um estudo no qual prova, *documentadamente,* o descobrimento do Brasil pelos Portugueses antes de 1500. A esse estudo o Professor Jordão de Freitas deu o título de "O descobrimento pré-colombino da América Austral pelos Portugueses" e o subtítulo "A fortaleza e a feitoria de Pernambuco", onde prova que o Nordeste brasileiro foi descoberto, ocupado e *povoado* por portugueses ainda no reinado de D. João II, não pouco antes de Pedro Álvares Cabral ter aportado a Porto Seguro, em 22 de abril de 1500.

O extenso documento judiciário encontrado pelo Professor Jordão de Freitas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em 1926, abre com estas palavras:.

"O que se deve fazer no Juízo de França no libelo que deu Sam Blanchard contra o arcebispo e Pero Lopes de Sousa e outros." Em seguida encontram-se as naturais alegações de direito em latim com referências às correspondentes contrariedades, as quais constam de vinte *provarás* enunciados em três capítulos: "Por maneira de contrariedade diz Antonio Corrêa, Gonçalo Leite, Bartolomeu Ferraz e Gaspar Palha réus" (9 *provarás*); "Por parte de Dom Martinho de Portugal arcebispo do Funchal (1 *provará*)." Todas as oito folhas do documento estão numeradas e rubricadas na parte inferior de cada página pelo doutor "Luduvicus"; no final a assinatura deste e a do doutor "X põus" (Cristophorus), desembargadores do Paço, em Lisboa. No terceiro *provará* do segundo grupo das contrariedades está escrito: *"Pernambuco (Fernambuco, Fernamburgo) foi descoberto e ocupado e começou a ser habitado pelos portugueses no ano de 1490, senão antes ainda."*

Com efeito, alegam os acusados Antonio Corrêa, Gonçalo Leite, Bartolomeu Ferraz e Gaspar Palha:

"Entendem provar que no ano de 1531 em tal mês e a nau e gente que se diz serem do autor foram ter a fernambuquo porto do brasil, onde estava *um castelo e fortaleza feita por el-rei e seus vassalos portugueses a qual havia trinta anos e mais no dito porto era feita e era o dito porto habitado pelos Portugueses que tinham aí suas casas de morada havia QUARENTA ANOS E MAIS* e ao tempo que se diz a nau do autor aí chegar estava no dito castelo e feitoria do dito senhor (rei) e de *muitos portugueses* que tinham aí muitas mercadorias assim de Portugal para tratar como da terra que tinham havida, a saber pau do brasil, algodões, peles de animais de diversas cores, papagaios e bugios e óleos e escravos e outras muitas mercadorias de muita valia e assim tinham muita artilharia de cobre e ferro e pólvora, lanças e bestas, espingardas e outras armas ofensivas e defensivas para sua guarda e contra seus inimigos."

Jordão de Freitas esclarece: "Destes precisos termos da contrariedade resultam duas importantes afirmações: uma relativa à data da construção dum castelo e fortaleza no porto de Pernambuco, a outra respeitante à data em que neste mesmo porto os Portugueses começaram a construir casas e nelas passaram a estabelecer as suas moradas e habitações. Uma e outra reportadas com anterioridade ao ano de 1531. Da segunda afirmação se infere lógica e insofismavelmente que os Portugueses tinham

ali suas casas de moradas desde 1490, pelo menos quarenta anos abatidos de 1531, dão-nos, é certo, 1491; como, porém, a contagem da contrariedade é de "quarenta anos e *mais*", forçoso é registrar como limite mais próximo de nós o ano de 1490." (Cf. Jordão de Freitas. "O descobrimento do Brasil pelos Portugueses antes de 1500". Em "Congresso do Mundo Português" IX vol. T-I — 1.ª sec. pgs. 11 a 24)

Ora, em 1490 Cristovão Colombo ainda era vassalo de D. João II, rei de Portugal, a cujo serviço estava na marinha portuguesa. Depois daquele ano deixa de ser vassalo do monarca português para ser vassalo de Fernando de Aragão, rei de Castela. E a documentação citada por Jordão de Freitas vai ser confirmada pelo estudo feito pelo pesquisador russo D. Tzukernik, segundo mencionamos anteriormente neste livro.

22. *As Câmaras de Vereadores lusobrasileiras*

Em 1519 o cartógrafo real Lopo Homem, isto é, do Rei D. Manoel I, publica em Lisboa o primeiro mapa da *Província de Santa Cruz, patrimônio da Ordem de Cristo,* da qual o Rei é o Grão-Mestre e o Governador. Nesse documento, feito dezenove anos após a viagem de Cabral, estão inscritos os nomes de cento e quarenta e seis (146) acidentes geográficos desde o litoral do Maranhão ao cabo de Santa Maria, além do estuário do rio da Prata. Com esse mapa sob os olhos, Martim Afonso de Sousa aproa ao porto de Pernambuco, veleja o litoral de Porto Seguro, onde se detém três meses, ruma para o Sul até o estuário do rio da Prata. Daí regressa e, em janeiro de 1532, ancora no porto das Naus, em São Vicente, onde já existe uma povoação de portugueses. Em 22 de janeiro de 1532 preside a primeira eleição livre realizada nas Américas e instala a Câmara de Vereadores de São Vicente, a primeira no Mundo Novo. Em São Vicente, Martim Afonso de Sousa recebe a visita do português João Ramalho, morador no planalto de Piratininga, aquém da serra do mar, ou de Paranapiacaba, onde vivia maritalmente com Isabel Bartira, filha do cacique Tibiriçá, e com ela tinha muitos filhos. Ramalho descera a serra à frente de quinhentos brasilíndios dos campos de Piratininga. A convite do compatriota, Martim Afonso de Sousa sobe a serra, pelo pior caminho do mundo, de gatinhas. Chega ao povoado indígena de João Ramalho, mais tarde chamado Santo André da Borda do Campo e nomeia o senhor da povoação sertaneja Guarda-Mor do Campo. Duas léguas

adiante, numa pequena elevação situada entre os rios Anhangabaú e Tamanduateí, manda arruar o terreno, distribui datas de terra aos companheiros portugueses, procede a segunda eleição livre no Mundo Novo e instala a Câmara de Vereadores de Piratininga, nos termos do Código Eleitoral capitulado nas *Ordenações* do Reino, a Constituição Política da América Portuguesa, em 10 de outubro de 1532." Repartiu o Capitão-mor (Martim Afonso de Sousa) a gente nestas duas vilas (São Vicente e Piratininga), e fez (instalou) nelas oficiais (vereadores), e pôs tudo em boa ordem de justiça; de que a gente toda tomou muita consolação, com verem *povoar* vilas e ter leis e sacrifícios, celebrar matrimônios e viver em comunicação das artes; a ser cada um senhor do seu; e investir as injúrias particulares; a ter todos os bens da vida segura e conversável." (Cf. "Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa". — 1530-1532)

Os portugueses moradores da Vila (porque tinham a Câmara de Vereadores) de Piratininga ficaram isolados, na solidão sertaneja do alto do Inhapuambuçu, rodeados pela serra da Cantareira a erguer-se na linha do horizonte e pelo pico do Jaraguá, a apontar-lhes o rumo do sertão desconhecido.

23. *Os poderes outorgados a Martim Afonso de Sousa*

Martim Afonso de Sousa fora companheiro de estudos do rei D. João III, o Humanista. Conhece perfeitamente o latim e o grego. Fala e escreve com desembaraço as línguas latina e portuguesa. Matemático, geógrafo, cosmógrafo e astrônomo, conhecia a ciência náutica do seu tempo. Assim, ao regressar a Lisboa, leva a Pedro Nunes, o famoso matemático português, universalmente conhecido, os defeitos por ele encontrados nas "Cartas de navegação quadradas". Por isso, o inventor do "Nónio" foi quem imaginou primeiramente, estudou e fez construir as dos rumos de navegação moderna. E daí pertencer-lhe a prioridade, a glória inicial no campo da ciência cosmográfica.

Pelas três cartas do rei D. João III, assinadas em Castro Verde, 20 de novembro de 1530, Martim Afonso de Sousa fora investido no cargo de Capitão-mor da primeira armada povoadora enviada à "terra do brazil" e de todas as terras por ele achadas e descobertas, com plena jurisdição sobre todas as pessoas às suas ordens. em mar como em terra, no crime e no civil, dando as sentenças conforme for de justiça, até a morte natural sem apelo nem agravo, colocar padrões nas terras por ele descobertas no território do *patrimônio da Ordem de Cristo,* da qual o rei

era Grão-mestre e Governador; nomear capitães e governadores em nome do rei a pessoa de sua inteira confiança. Na qualidade de preposto do Grão-Mestre da Ordem de Cristo podia criar ofícios de justiça, necessários à Província de Santa Cruz, nomear tabeliães e mais funcionários, criar vilas, presidir as primeiras eleições e instalar as Câmaras de Vereadores, hoje Câmaras Municipais. Finalmente dar terras de semaria às pessoas de sua comitiva, que no Mundo Novo quisessem viver, *povoar* e trabalhar segundo os seus merecimentos, serviços e qualidades. (Cf. Tito Lívio Ferreira e Manoel Rodrigues Ferreira. "História da Civilização Brasileira". Gráfica Biblos Ltda. Editora. São Paulo, 1959. Manoel Rodrigues Ferreira. "História dos Sistemas Eleitorais Brasileiros." Livravia Nobel Editora S.A. São Paulo, 1976)

Assim, Martim Afonso de Sousa *criou* as duas *primeiras vilas* lusobrasileiras com as respectivas Câmaras de Vereadores ou Câmaras Municipais na linguagem atual: a de São Vicente no litoral e a de Piratininga, no planalto piratininguára. Aquela em 22 de janeiro de 1532 e esta em 10 de outubro de 1532. Povoação, vila e cidade eram as denominações dadas, naquele tempo, aos núcleos urbanos. A povoação não tinha autoridades administrativas. Era elevada à categoria de vila com a instalação da Câmara de Vereadores. E chamava-se Senado da Câmara quando a vila era elevada à categoria de Cidade.

Assim, o núcleo urbano lusotupi, localizado por Martim Afonso de Sousa, no alto do Inhapuambuçu, em 10 de outubro de 1532, é lògo elevado a vila, com a primeira eleição livre dos respectivos vereadores e empossados nas suas funções legislativas, porque as suas leis eram e são as *posturas,* aplicáveis na área municipal; judiciárias porque o presidente da Câmara era, ao mesmo tempo, juiz-presidente com atribuições especificadas nas "Ordenações do Reino"; e executivas com um vereador eleito para isso. (Cf. Tito Lívio Ferreira e Manoel Rodrigues Ferreira, "História da Civilização Brasileira", cit.)

24. *Origens das municipalidades lusobrasileiras*

A origem do município remonta à Atenas do tempo de Péricles, onde as palavras democracia, república e pátria eram sinônimas. Atenas era uma República, uma democracia e a pátria dos atenienses, e a Grécia era uma confederação de Repúblicas urbanas ou citadinas. Quando Júlio César conquista e anexa a Grécia ao

governo de Roma, cria a República Romana para todo o mundo latino. Dá-lhe a amplitude de nação republicana. Para servir de base ao Império de Roma, Augusto cria, em cada cidade latina, a República urbana ou citadina. Assim, cada cidade do mundo romano tinha o seu governo próprio, isto é, a sua República, para a qual elegia diretamente os seus representantes chamados edis e hoje vereadores. Na Lusitânia, província do Império de Roma, hoje Portugal, o *municipium* romano foi implantado. Essa foi a mais bela das instituições que o mundo antigo legou ao mundo moderno. Embora modificado através dos séculos, ele não perde as suas características fundamentais, ao ser restaurado pelo instinto das liberdades e pelas conveniências da organização política. (Cf. Alexandre Herculano. "História de Portugal". T—V. II—p. 26. 1916) Em Portugal, o município, após a queda do Império de Roma, recebe o nome de Concelho. Essa instituição parece ter saído diretamente das mãos de Deus. (Cf. A. Tocqueville. "De la Démocratie en Amérique." T.I. c.5) Quando, em 1140, D. Afonso I funda a Monarquia Portuguesa, ela se apóia nos municípios lusitanos, isto é, nas Repúblicas Populares greco-latinas. E assim, o povo português não elege o seu Rei, mas em compensação elege e fiscaliza os seus representantes para a administração da vila.

Por isso, ainda antes de fazer a primeira divisão administrativa e de nomear o primeiro Governador-Geral do *território da Ordem de Cristo,* D. João III, rei humanista, outorga poderes a Martim Afonso de Sousa para implantar na Província de Santa Cruz o município português, segundo as *Ordenações,* a Constituição Política da Monarquia Portuguesa. Para poder sobreviver, a Câmara de Vereadores de Piratininga é transferida para Santo André da Borda do Campo, a povoação fundada por João Ramalho, onde passa a funcionar desde oito (8) de abril de 1553, por ordem de Tomé de Sousa. Nomeado Alcaide-mor do Campo, João Ramalho ergue, à sua custa, a trincheira ao redor da Vila, constrói quatro baluartes onde se cavalgasse artilharia, igreja, cadeia em cujo andar superior funciona a Câmara de Vereadores. Assim, naquela data Antonio de Oliveira loco-Tenente de Martim Afonso de Sousa está presente com o Provedor da Fazenda Real, o qual levantou o pelourinho, símbolo luso-latino das liberdades municipais, defronte do edifício da Câmara de Vereadores. Assim, a Câmara de Vereadores de Piratininga, instalada em 10 de outubro de 1532 por Martim Afonso de Sousa, no alto do Inhapuambuçu, transferida para Santo André da Bor-

da do Campo, em 8 de abril de 1553, é reinstalada com os mesmos vereadores andreenses, em junho de 1560, no local primitivo, entre os rios Anhangabaú e Tamanduateí, a pedido do Padre Manoel da Nóbrega, fundador do Real Colégio de São Paulo. Aí fica definitivamente, entre os rios Anhangabaú e Tamanduateí, com o nome de Câmara dos Vereadores de São Paulo de Piratininga. Nóbrega localiza bem esse ponto: "E do mar dez léguas pouco mais ou menos, duas léguas de uma povoação de João Ramalho, que se chama *Piratinim, onde Martim Afonso de Sousa primeiro povoou,* ajuntamos todos os que Nosso Senhor quer trazer à sua Igreja e aqueles que sua palavra e evangelho engendra pela pregação. E vai-se fazendo uma formosa povoação." (Cf. Padre Manoel da Nóbrega. "Cartas do Brasil e mais escritos." (Opera omnia) Com introdução e notas históricas e críticas de Serafim Leite S. J. Coimbra, 1955). E Nóbrega, primeiro secretário da Educação do Estado do Brasil, patrimônio da Ordem de Cristo, nomeado por D. João III, Rei de Portugal, funda o Real Colégio de São Paulo, no local onde Martim Afonso de Sousa primeiro povoou, isto é, na Vila de Piratininga, duas léguas além da vila de Santo André da Borda do Campo.

25. *As Capitanias e as Santas Casas*

D. João III, o rei humanista, começa por civilizar a *Província de Santa Cruz,* onde viviam homens nus e mulheres nuas, seguindo os próprios instintos, por onde precisa começar, com a implantação no *patrimônio da Ordem de Cristo,* das Câmaras de Vereadores, atualmente Câmaras Municipais, para que os casais de *povoadores portugueses* integrados na expedição *povoadora* de Martim Afonso de Sousa, vivessem desde o início de suas novas existências num ambiente de *liberdades políticas* onde pudessem agir com autonomia franca, independência pessoal e iniciativa própria. Por isso somos povo livre com responsabilidade, há quatrocentos e quarenta e oito (448) anos. Começa a *emancipação política* da nossa gente e nossa terra, em 1532, quando Martim Afonso de Sousa, com poderes outorgados pelo seu rei, preside as primeiras eleições livres realizadas nas Américas e instala as Câmaras de Vereadores, atualmente Câmaras Municipais, de São Vicente, no litoral, e de Piratininga, hoje São Paulo, no planalto piratininguara. E nestas duas Repúblicas Citadinas os vereadores eram chamados *repúblicos* e

Mapa da divisão da Província de Santa Cruz em capitanias por D. João III, em 1535, onde se vê que a linha imaginária de Tordesilhas atravessa a foz do rio da Prata em direção ao Sul.

republicanos segundo se lê nas Atas da Câmara Municipal Paulistana.

Em 1536 a povoação de Olinda, em Pernambuco, foi elevada a Vila com a instalação de Câmara de Vereadores em território americano. Um ano antes, em 1535, D. João III, no mapa de Pero Lopes publicado em 1519, faz a primeira divisão administrativa do *patrimônio da Ordem de Cristo,* na sua qualidade de Grão-Mestre, em Capitanias. Para cada um nomeia um Capitão, isto é, um Chefe civil com poderes para *povoar*, governar e distribuir justiça, numa terra onde tudo estava por fazer e precisava de ser feito. E para isso a gente portuguesa ia queimar a sua existência.

Para socorrer os necessitados fora criada, em Portugal, a primeira Casa de Misericórdia em Lisboa em 1498, pela Rainha Dona Leonor de Lencastre, viúva do rei D. João II, mantida por uma "confraria para se as obras de misericórdia haverem de cumprir, especialmente acerca dos presos pobres e desamparados... e assim em muitas obras piedosas..." Em cada vila onde essa instituição social surge recebe o nome de *A Misericórdia* ou a *A Santa Casa de Misericórdia,* entidade genuinamente portuguesa. A primeira Santa Casa de Misericórdia constituída no *patrimônio da Ordem de Cristo,* isto é, na *Província de Santa Cruz,* foi na Vila de Santos por iniciativa de Braz Cubas, em 1543. E hoje as Santas Casas de Misericórdia são um patrimônio lusobrasileiro.

26. *O primeiro Governador-Geral do Estado do Brasil*

Em 1549, D. João III dá à Província de Santa Cruz o nome de *Estado do Brasil,* Província da Monarquia Portuguesa. Nomeia primeiro Governador-Geral do Estado do Brasil Tomé de Sousa, com serviços prestados à Coroa no Estado da Índia Portuguesa, na Ásia. Escreve diretamente a Caramuru, na Bahia: "Diogo Álvares. Eu el-rei vos envio muito saudar. Eu ora mando Tomé de Sousa, fidalgo de minha casa a essa Bahia de Todos os Santos, por Capitão governador dela, para na dita Capitania e mais outras desse *Estado do Brasil,* prover de justiça dela e do mais que ao meu serviço cumprir; e mando que na dita Bahia faça uma *povoação* e assento grande e outras coisas mais do meu serviço; e porque sou informado, pela muita prática e experiência que tendes dessas terras e da gente e costumes dela, o sabereis bem ajudar e conciliar, vos mando que tanto o dito Tomé de

Sousa lá chegar vós vades para ele e o ajudeis no que lhe deveis cumprir e vos ele encarregar; porque fareis nisso muito serviço. E porque o cumprimento e tempo de sua chegada, ache mantimentos da terra para o provimento da gente que com ele vai, escrevo sobre isso a Paulo Dias, vosso genro, procure se haverem, e os vá buscar pelos portos dessa Capitania de Jorge de Figueiredo, sendo necessário vossa companhia e ajuda, encomendo-vos que o ajudeis no que virdes que cumpre como creio que o fareis. Bartolomeu Fernandes a faz em Lisboa, a 19 de novembro de 1549. Rei." No subscrito: "Por El-Rei. A Diogo Álvares, Cavaleiro de sua casa, na Bahia de Todos os Santos" (Cf. Francisco Adolpho de Varnhagen. "História Geral do Brasil". T-1. ps. 297/298)

Nesse espigão do século XV já havia no *patrimônio da Ordem de Cristo,* juridicamente *Estado do Brasil,* três patriarcas portugueses *povoadores:* no planalto piratininguara, João Ramalho, casado com Isabel Bartira, filha do cacique Tibiriçá, de cujo casal descendem os lusobandeirantes, as principais famílias lusobrasileiras, na Bahia, Diogo Álvares Correia, casado com Catarina Paraguaçú, de cujo casal se originam as principais famílias lusobaianas; em Pernambuco, Jerônimo de Albuquerque, casado com Maria Arcoverde, filha do cacique Arcoverde, de cujo casal derivam as famílias lusopernambucanas do Nordeste. E do patriarca piratininguára, em 1553, Tomé de Sousa em carta a D. João III escreve: "Nestes campos de Piratininga há um português chamado João Ramalho que tem tantos filhos que nem ouso dizer a V.A."

A expedição de Tomé de Sousa ancora na Bahia de Todos os Santos em 29 de março de 1549. Em sua companhia vieram, além de casais portugueses, Padre Manoel da Nóbrega, nomeado por D. João III primeiro Secretário da Educação do *patrimônio da Ordem de Cristo,* mais cinco jesuítas, todos a serviço de Portugal: Padre Antonio Pires, Padre Leonardo Nunes, Padre João de Aspicuelta Navarro, Irmão Vicente Rodrigues e Irmão Diogo Jacome. Todos são portugueses, com exceção de Aspicuelta Navarro, porque natural de Navarra, na Espanha. Até fins do século XVIII, não existia o princípio de nacionalidade instituído em 1792, com a proclamação da primeira República Francesa. Nesse caso, o vassalo tinha apenas naturalidade e não nacionalidade. E se estivesse a serviço do rei de Portugal, era considerado português para todos os efeitos.

27. *Portugal e a Companhia de Jesus*

Desde 1528, o rei de Portugal, D. João III, mantinha anualmente no Colégio de Santa Bárbara, anexo à Universidade de Paris, cinqüenta (50) bolsas de estudo para estudantes pobres. Em 1529 matriculam-se lá Inácio de Loiola, Francisco Xavier (navarros), Pedro Fabro (suíço), Nicolau Afonso, o Bobadilha, Diego Laynes, Afonso Salmeron (espanhóis) e Simão Rodrigues, português, todos pensionistas da Coroa Lusitana. Graduam-se em teologia em 1537. No ano seguinte estão em Roma, onde Loiola pede ao Papa o reconhecimento da Companhia de Jesus, como Ordem religiosa. De Paris, 17 de fevereiro de 1538, o Dr. Diogo de Gouveia, português, reitor do Colégio de Santa Bárbara, recomenda-os a D. João III, de Portugal. No ano seguinte, 1540, pede ao Papa Paulo III enviasse a Lisboa, ao menos, "dois pares" de jesuítas. Sua Santidade consente. O próprio Loiola surpreso exclama: "Jesus, se de dez vão seis para a Índia (portuguesa), que nos ficará para o resto do Mundo". Loiola manda Francisco Xavier e Simão Rodrigues para Lisboa, a fim de ficarem às ordens de D. João III. O rei cria o Real Colégio anexo à Universidade de Coimbra e nomeia Francisco Xavier diretor desse estabelecimento de ensino. Igualmente, cria o Real Colégio de Santo Antão em Lisboa e Simão Rodrigues é o diretor nomeado pelo monarca. Em 1541, na companhia de Martim Afonso de Sousa, nomeado Vice-rei do Estado da Índia Portuguesa, D. João III manda os jesuítas Francisco Xavier, Francisco Mansilhas e Paulo Camerte para a Ásia evangelizar os povos asiáticos, por conta da Monarquia Portuguesa. Da munificência e zelo do rei de Portugal, Francisco Xavier ainda escreve em Lisboa, 18 de março de 1541:

"De las Indias os escribiremos mais a largo con las primeras naos, que dallá bieren, dandos entera information de lo de allá. El Rey (D. João III) me dixo quando del me despedi, que por amor de nuestro Señor le escrebiesse muy a largo de dispositión que allá ay para la conversión de aquellas pobres ánimas, doliéndose mucho de la miseria en que están metidas y muy descosso que el Creador y Redentor dellas no sea perpetuamente offendido de las creaturas, a su imagen y similitud creadas, y con tanto precio compradas. Es tanto el zelo que su Altez (D. João III) tiene de la honra de Christo nuestro Señor y de la salvación de los próximos que es cosa para dar infinitos loores y gratias a Dios de ver un rey que tan bién y piamente siente

de las cosas de Dios; y es assi que en el he visto. Plegue a Dios nuestro Señor le acresiente los dias de su vida por muchos años, pues tanbién los emplea y tan utilis et necessarius populo suo." (Cf. Schurhammer-Wicki. "Epistolae S. Francisco Xavier. t. I. ps. 37 e segs. "Fontes Narativi" V.I-Pas 228/252, Roma. 1943 e páginas seguintes, Tito Lívio Ferreira. "História da Educação Luso-brasileira" ps. 7/8. São Paulo 1966)

Onze anos mais tarde, onze anos de peregrinação pela Ásia até à China e o Extremo Oriente, ao regressar do Japão, Francisco Xavier escreve de Cochim, 29 de janeiro de 1552, dizendo:

"Em todo este tempo que istivemos em Japão, que seria mais de dous anos e meio, sempre nos mantivemos das esmolas que ho christianissimo Rey de Portugal (D. João III) nos manda dar nestas partes, porque quando imos a Japão nos mandou dar passante de mil cruzados. Não se pode crer quão favorecidos somos de Sua Alteza (D. João III), e o muyto que comnosquo gasta em dar tão largas esmolas pera colegios, casas e todas as outras necessidades." (Cf. Ob. citadas.) E mil cruzados portugueses seriam cerca de cem mil cruzeiros brasileiros, atualmente.

São Francisco Xavier (Francisco Jassu) prova quanto a Companhia de Jesus deve a Portugal na expansão planetar do luso-cristianismo, onde irradiam a civilização grega, o espírito jurídico romano e a teologia judeu-cristã.

Em 11 de junho de 1557, falece em Lisboa D. João III, o Rei Humanista, co-fundador da Companhia de Jesus. (Cf. Francisco Rodrigues, S. J. "História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal", — Os grandes benfeitores", Tomo 1.° — Vol. II — Livro 4.° ps. 587 a 610. Porto, 1931). A 31 de janeiro de 1559, em carta ao Padre Geral Diego Laynes, o Doutor Miguel de Torres, Províncial da Companhia de Jesus em Portugal, refere-se ao Real Colégio de Coimbra, anexo à Universidade de Coimbra, esclarecendo:

"El-Rei (D. João III), que esteja em glória, desejou a Companhia de Jesus em suas terras, *esperando por ministério cumprir dela com muitas obrigações que a Coroa tem, não só como Rei, mas ainda como Prelado*,* *por ser ele e os seus descendentes, Mestres (das Ordens) de Cristo, Santiago e Avis,* por cuja razão é pastor espiritual em todas as Indias e terras da sua Conquista, e em muita parte do Reino. E a este fim quis fundar e dotar o Colégio de Coimbra." (Cf. "Cartas do Brasil e mais escritos

* Reitor da Universidade de Coimbra

(opera omnia)" com introdução e notas históricas e críticas de Serafim Leite S. J. p. 38. Coimbra, 1955.)

A palavra prelado está empregada no sentido de "Reitor da Universidade de Coimbra". Nesse caso, desde D. Manoel I, pai de D. João III, o rei de Portugal, segundo a bula da união, era o Grão-Mestre da Ordem de Cristo, da Ordem de Santiago da Espada e da Ordem de Avis.

Assim, o padre jesuíta Miguel de Torres justifica por que D. João III contratou os serviços da Companhia de Jesus para a propagação da Fé na África, na Ásia e no Brasil, patrimônio da Ordem de Cristo. Nesse caso, o jesuíta italiano Tacchi-Venturi faz o elogio do Rei Humanista, observando:

"Gli uomini delle presenti generazioni tropo sono ormai disavvezzi dall incontrare professioni simili a a quella di questo re potentissimo (D. João III), padrone quasi assoluto di uno del più vasti imperi-transmarini che il conosca.)" Storia della Compagnia di Gesù in Italia." II. (Roma 1922)363) Na tradução do Professor Giulio Dávide Leoni, o trecho acima diz:

"Os homens das gerações atuais não têm mais, infelizmente, o hábito de usar meios de vida iguais ao deste rei poderosíssimo (D. João III, de Portugal) dono quase que absoluto de um dos mais vastos impérios transmarinos que o mundo conhece."

Por isso, "*Nenhum ato dos Padres da Companhia de Jesus, tanto na Índia (Ásia) como no Brasil,* se pode separar da memória de D. João III de Portugal." (Cf. Serafim Leite. S. J. "Cartas do Brasil e outros escritos" do Padre Manoel da Nobrega." 40*) Nesse caso, o Padre José de Anchieta, o primeiro biógrafo do Padre Nóbrega, escreve: "El-Rei (D. João III) escrevia-lhe mui familiarmente, encomendando-lhe a conversão do gentío (brasilíndio) e o mais tocante ao bom governo do Brasil, e que o avisasse de tudo; e assim mais faziam por uma carta do Padre Nóbrega que por muitas outras informações e instrumentos." (Cf. Serafim Leite S. J. "Breve Itinerário para uma biografia do Padre Manoel da Nóbrega", p. 220. 1955)

28. *D. João III — pai e protetor da Companhia de Jesus*

Assim, Portugal auxilia os trabalhos da Companhia de Jesus no Mundo desde o começo, até 1759, cerca de duzentos e vinte anos, até ser extinta no Império Lusitano. Nenhuma outra na-

 1540 a 1759

ção do Mundo contribuiu tanto para a dilatação do Cristianismo na Terra, como a Nação Portuguesa. Os próprios historiadores jesuítas o documentam quando escrevem:

"Chegados a este ponto da nossa História, depois de termos acompanhado passo a passo a nova Ordem instituída por Inácio de Loiola, desde os primórdios em Paris e Roma até seu estabelecimento em Portugal, no seu crescimento e expansão e nas diversas manifestações de sua assombrosa atividade, é tempo de tributarmos o justo preito de louvor e reconhecimento aos grandes benfeitores que mais generosamente promoveram, auxiliaram e defenderam a obra inaciana em domínios portugueses, essa obra admirável da maior glória de Deus." (Cf. Francisco Rodrigues S. J. "História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal". t. I, vol. II, p. 587.)

Para isso, Portugal, em 1140, ao surgir como a primeira Nação independente e organizada no território do antigo Império de Roma, declara-se *vassalo de Cristo e de S. Pedro.* Tempo adiante, ao receber do Papa o patrimônio da extinta Ordem dos Templários, cria a Ordem de Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo, isto é, a Ordem de Cristo, em sucessão à primeira, e obriga-se a aumentar-lhe o patrimônio com as terras descobertas e por descobrir, desde a fundação da Escola de Sagres em 1415. E por isso, *o Estado do Brasil é patrimônio da Ordem de Cristo*, conforme documentamos.

Assim, "o primeiro e o maior benfeitor, não só da Província (Jesuítica) Portuguesa, *mas ainda de toda a Companhia, foi sem contestação o piedoso monarca D. João III. Em Portugal lhe nasceu nos braços a Companhia de Jesus;* e, logo desde os primeiros vagidos da nova Ordem, com tão sincero e dedicado amor e singular carinho a tratou, que bem significava que a metera muito adentro no seu coração real. A luz dos fatos o tem claramente mostrado a História que nestes dois volumes desenvolvemos, enumerando ano por ano os favores que lhe fez continuadamente a sua magnanima e amorosa liberdade. Recebeu-a nos seus domínios com paternal alvoroço, ajudou-a com sua fazenda (seu dinheiro) e proteção no rápido desenvolvimento em que se expandiu; defendeu-a como coisa muito sua, *alargou-a por todo o Mundo, porque em toda a parte a sustentava* o amor, a autoridade e os benefícios deste rei magnificente." (Cf. Francisco Rodrigues S. J. Ob. cit. p. 587)

Nesse caso, a Companhia de Jesus é uma promoção magnífica de Portugal no Mundo, graças à generosidade e à clarividência de D. João III, o rei humanista.

29. *A gratidão de Loiola a Portugal*

Em carta de Almeirim, 28 de fevereiro de 1551, D. João III escreve a Loiola:

"Sabeis quanto contentamento tenho de ajudar e favorecer todas as coisas desta Congregação e Companhia de Jesus para em meus reinos e senhorios ser muito aumentada." (Cf. Francisco Rodrigues S. J. ob. cit.)

Nestas condições, "não é pois sem grande justeza que lhe quadra (a D. João III) o nome de pai da Companhia de Jesus, nome que Inácio se comprazia de lhe dar, declarando-o por pai, senhor e como fundador da sua Ordem, de modo que era a Companhia mais própria do Rei e mais coisa sua que dele Inácio e de todos os seus religiosos." (Cf. Francisco Rodrigues S. J. Ob. cit.) Ao incentivar o Padre jesuíta Simão Rodrigues, Provincial da Companhia de Jesus em Portugal, a mostrar-se afeiçoado a D. João III, Loiola escreve-lhe:

"Toda a Companhia sabe e vós entre todos mais claramente, por estardes presente em Portugal, quanto somos todos nós obrigados ao Rei vosso senhor e nosso no Senhor Nosso... Quem somos nós ou donde saímos, para que Deus tenha disposto que um príncipe (D. João III) tão assinalado se recordasse de nós e, movido, ou por si mesmo ou por intermédio dos seus, sem que nós o pensássemos sequer, pedisse com tais instâncias ao Papa, *ainda antes que a Companhia fosse confirmada pela Sé Apostólica,* alguns de nós para seu serviço no Nosso Senhor e num tempo em que não poucas suspeitas corriam de nossa doutrina, tão notavelmente nos favorecesse?

"Depois que chegastes a esse reino, melhor e mais particularmente sabeis vós, ainda que a nós nada se nos encobre, como vos tratou com tamanha afeição e amor, como vos ajudou com subsídios temporais, que nem todos os príncipes costumam, e pelo muito afeto que nos tem se ofereceu generosamente a *fundar um colégio* e a edificar algumas casas para esta Companhia de Jesus e demais recebeu *debaixo de sua proteção a quantos de cá enviamos para os estudos em Portugal.* Tudo isto vos quis trazer à memória para que vós aí e nós cá... sejamos todos

fiéis e gratíssimos a quem tanto devemos." (Cf. Francisco Rodrigues. S. J. Ob. cit.)

E o Padre Simão Rodrigues andava desgostoso com D. João III porque o seu rei não o mandara para a Ásia na companhia de São Francisco Xavier e nomeara o Padre Manoel da Nóbrega Primeiro Secretário da Educação do Estado do Brasil, patrimônio da Ordem de Cristo.

Nesse caso, Loiola se dirige ao Padre Simão Rodrigues, insistindo:

"Quizera escrever carta ao Rei (D. João III), mas teve mão em mim a consideração da minha pequenês e indignidade para o fazer, e também a lembrança de que, estando vós pessoalmente nesse reino, ficava eu desculpado, pois compete a vós prestar-lhe toda a reverência e falar por nós todos como por vós mesmo."

Afinal o Santo cria ânimo e Loiola escreve diretamente a D. João III no ano de 1554. Nessa carta grava expressões da mais profunda e sincera gratidão por esta forma:

"Muito tempo há que eu desejei fazer isto mesmo, diz Inácio, mas o meu pouco ser e menos valer me foi estorvando. Agora, tomando algum alento em Nosso Senhor... aproveitei a ocasião de esta escrever; e escrevendo-a não posso deixar de me gozar no Senhor Nosso, dando infinitas e incessantes graças à sua divina e eterna bondade, ao considerar quanto ela faz continuadamente por nós, indignos de ser nomeados sequer, escolhendo a Vossa Alteza por seu assinalado e fiel instrumento para esse efeito... Quando é que nós merecemos que, no tempo de nossas maiores contradições (dificuldades) em Roma, se recordasse Vossa Alteza de nós tão indignos de tal benevolência, e que sendo tidos por sedutores (enganadores), nos pedisse por fiéis? Que merecimento tivemos para que, sendo nós tão mesquinhos e abatidos por terra, fossem os que dos nossos chegaram a Portugal, tão favorecidos por Vossa Alteza, tão levantados e postos em tão grande estimação? Donde finalmente pôde cair tanto maná e em tamanha abundância sobre esta mínima Companhia (de Jesus), sendo nós tão inúteis e sem merecimento de serviços nem do céu nem da terra? Muita é na verdade a minha consolação e regozijo de me ver inteiramente ligado e para sempre muito obrigado, porque em sentir e conhecer a tamanha e tão inestimável dívida como a Deus e a Vossa Alteza em seu lugar temos, parece acharmos a segurança de não poder cair em nenhuma ingratidão." (Cf. Francisco Rodrigues. S. J. Obr. cit.)

A carta é de Roma, 8 de março de 1543.

Vencida a humildade, o Santo recorda o notável benefício recebido de D. João III quando a oportunidade se lhe oferece. Daí escrever-lhe:

"Quis a Majestade Divina que fosse Vossa Alteza entre os príncipes cristãos o primeiro e o principal instrumento da sua Providência para começar e levar adiante as coisas da Companhia (de Jesus) *toda de Vossa Alteza.*" (Cf. Francisco Rodrigues S. J. Ob. cit.)

Assim Loiola deixa o seu coração extravasar os sentimentos de gratidão a D. João III: "E pode dizer-se que nenhum outro monarca da Terra a favoreceu tanto como D. João III. Depois do Papa que a aprovou e reconheceu e autorizou, *ninguém a serviu tanto como o Rei de Portugal*". (Cf. Alfredo Pimenta. *D. João III.* p. 305. 1936)

30. *O jesuíta pede ao rei D. João III para ser o primeiro no Estado do Brasil*

Províncial da Companhia de Jesus em Portugal, o Padre Simão Rodrigues cumpre ordens de D. João III, na direção do Real Colégio de Coimbra, anexo à Universidade. Alvoroça-o a notícia da criação do *Estado do Brasil, no patrimônio da Ordem de Cristo,* para onde o Rei vai mandar jesuítas, assim como mandara para o Estado da Índia Portuguesa São Francisco Xavier e seus companheiros. E daí o Padre Simão Rodrigues ter dirigido a D. João III a seguinte carta-petição:

"Alteza Real

Até agora, Senhor, *tendo recebido de Vossa Real Alteza senão muitas e mui grandes mercês para a Companhia (de Jesus)* — que todos sabemos reconhecer e nenhuma acabar de servir — não tenho pedido nada para mim, *à conta da grande vontade com que vos sirvo e de que em Vossa Alteza vejo para me fazer mercê.* Por onde agora, com toda a confiança, *Vos quero pedir uma mercê, que segundo confio da graça divina, será para Vos fazer maiores serviços,* estando ausente, ensinando gentios (brasilíndios), do que Vos faço com a minha presença, sendo Mestre do Príncipe, meu Senhor. Bem sabe Vossa Alteza, *como de Roma vinha destinado para a Índia,* por companheiro do Padre Mestre Francisco (Xavier). O gosto de Vossa Alteza me fez ficar na Europa, cheio de saudades da Índia e grandes invejas de meu

bom companheiro; pelo que Vossa Alteza, como a Príncipe tão justo, pertence *fazer-me justiça,* restituindo-me agora a conversão da gentilidade (brasilíndia) que então por bons respeitos me tirou. Já agora o Colégio de Coimbra que Vossa Alteza *mandou fundar* — a cuja obra até agora tenho assistido — está em altura que sem mim pode ir avante. Bem sei que haverá muitos, que estranham querer deixar a corte de Vossa Alteza, pelas choupanhas dos brasis (brasilíndios), deixar o melhor *príncipe,* pelos piores gentios: e o maior Senhor (D. João III) pelos mais baixos servos, mas talvez é lícito deixar a Deus pelo amor de Deus, largar o Rei pelos vassalos, deixar o Senhor pelos escravos. Há muitos, melhores que eu, nesta corte que com partes mais avantajadas possam acudir ao Vosso Real Serviço, mas há mui poucos que se animem a deixar os cortesãos de Lisboa, pelos Aimorés do Brasil. Destes poucos, *com Vossa Real licença, quero ser o primeiro no Brasil,* pois não mereci ser o segundo na Índia. *A Vossa Alteza pertence, por muitos* títulos *conceder-me* estes gentios (brasilíndios), *como também porque peço em recompensa de serviços, se alguns tenho feito a Vossa Alteza; a cuja real benignidade pertence acudir como bom Senhor àqueles servos, como bom Rei àqueles vassalos,* como bom pastor àquelas almas e como Príncipe tão benigno à consolação deste humilde servo seu,

P. Simão Rodrigues"

(Cf. Baltazar Teles. *Crônica de Portugal.* I L. 3.º cap. 2.º p. 346. São meus os grifos e as palavras entre parênteses.)

O jesuíta Padre Simão Rodrigues pede como vassalo ser mandado para servir onde os serviços de Sua Majestade são mais necessários.

---

31. *O regimento de Tomé de Sousa*

O Regimento dado por D. João III a Tomé de Sousa, primeiro Governador-Geral do *Estado do Brasil,* tem a rubrica do Rei de Portugal e a do Grão-Mestre da Ordem de Cristo, pois refere-se ao *patrimônio da Ordem de Cristo.* Assim, o Rei começa:

"Eu o Rei faço saber a vós Tomé de Sousa, fidalgo de minha Casa que vendo Eu quanto serviço de Deus e meu é conservar e enobrecer as Capitanias e *povoações* das terras do Brasil e da ordem e maneira com que melhor e mais seguidamente se pos-

sam ir *povoando* para exaltamento da *nossa Santa Fé* e proveito de meus reinos e senhorios e dos naturais deles, ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e *povoação grande e forte* em lugar conviniente para daí se dar favor e ajuda às outras *povoações* e se ministrar *justiça* e prover nas coisas que cumprirem a meu serviço e aos negócios de minha Fazenda (Real — hoje Fazenda Nacional e Fazenda Estadual) e a bem das partes e por ser informado que a Bahia de Todos os Santos é o lugar mais conviniente da costa do Brasil..."

Mais adiante o Rei recomenda: "Tanto que chegardes à dita Bahia tomareis posse da cerca (terreno cercado, estacada) que nela está que fez Francisco Pereira Coutinho, (donatário da Capitania da Bahia) a qual sou informado que está ora *povoada* de meus vassalos e que é favorecida de alguns gentios (brasilíndios) da terra e está de maneira que pacificamente sem resistência podereis desembarcar..."

Em seguida o Rei observa: "Tanto que tiverdes assentada a terra para seguramente se poder aproveitar dareis de sesmarias que estiverem dentro do dito termo às pessoas que vô-las pedirem, não dando já dadas a outras pessoas que as queiram ir *povoar* e aproveitar *no tempo que lhe para isso há de ser notificado,* as quais terras dareis livremente sem foro algum, somente pagarão o *dízimo à Ordem de Nosso Senhor Cristo (Ordem de Cristo)*...", porque o *patrimônio é da Ordem de Cristo.*

Páginas adiante, o Rei ordena: "Levareis o traslado da *Ordenação* porque tenho mandado que em meus reinos e senhorios (Reinos de Portugal e Algarves, senhorios na África, onde os Reis da tribos africanas eram mantidos, e Estado da Índia Portuguesa, na Ásia, e Estado do Brasil, patrimônio da Ordem de Cristo, do qual o Rei era Grão-Mestre). E na dita notificação se fará auto em cada Capitania o qual se trasladará com a dita *Ordenação* no livro da Câmara (de Vereadores a ser implantada na Bahia) para do dia da notificação em diante se executar as penas da dita *Ordenação* nas pessoas que nelas concorrerem."

Assim, a *Ordenação* era a Constituição Política do Império de Portugal, nos Reinos de Portugal e Algarves, dos senhorios africanos, do Estado do Brasil e Estado da Índia Portuguesa, na Ásia. Assentava no Direito Romano. Fora mandada compilar por D. Afonso V, o primeiro Rei Europeu a ordenar esse trabalho pelos jurisconsultos portugueses formados na Universidade de Bolonha, daí chamar-se "Ordenações Afonsinas". D. Manoel

I, o Venturoso, ampliou-as e deu-lhes o nome de "Ordenações Manoelinas". Os Filipes de Espanha e Portugal apenas as atualizaram. D. João IV mandou redigi-las conforme os usos e costumes de seu tempo. E daí o nome de "Ordenações do Reino".

32. *Os homens bons são vereadores*

O *Regimento* de Tomé de Sousa é a primeira Constituição Política outorgada ao Estado do Brasil, *patrimônio da Ordem de Cristo.* Nesse caso, a *Carta* de Pero Vaz de Caminha, isto é, a Certidão de nascimento do Brasil, devia ser lida e *explicada* em todas as *escolas* brasileiras para os alunos terem uma idéia do Brasil em 22 de abril de 1500, quando os portugueses aqui chegaram para povoar e civilizar o *patrimônio da Ordem de Cristo,* humanizando-o. Da mesma forma, o *Regimento* de Tomé de Sousa também devia ser lido e *explicado* em nossas escolas para os alunos *compreenderem* como se verificou a evolução histórica, jurídica, social e econômica da nossa terra e nossa gente. Ainda o *Regimento* refere-se à Câmara de Vereadores da Bahia a ser instalada em 1549 por Tomé de Sousa com os oficiais, isto é, os vereadores eleitos pelo povo, os quais eram chamados *homens bons.* Muitos atos jurídicos vêm confirmar as antecedentes provas acerca do que se entendia por homens bons. Nesses atos intervêm às vezes indivíduos que exercendo misteres (profissões) inferiores eram designados como *homens bons.* Por exemplo:

Em 1172, doação de bens em Traxede ao mosteiro de S. Jorge: é feita na presença de *homens bons;* entre estes um sapateiro. Em 1198, carta de venda em Alvorninha: é feita perante *homens bons,* entre os quais figura *N* sapateiro. Em 1240, doação de uma vinha em Elvas, em que se diz: "Quando fizemos este ato estavam aí presentes homens bons que o viram." Entre eles aparecem um alfagemè (armeiro, fabricante de espadas), e um sapateiro. Em 1244, o prior de S. Vicente de Lisboa celebrou contrato de compra perante os *homens bons,* entre os quais um cliente do prior (homo prioris) e um alfaiate. Em 1249, venda feita em Santarém na presença de *homens bons,* dos quais um carpinteiro, outro cozinheiro. Em 1253, outra venda em Santarém perante *homens bons,* entre os quais cinco alfaiates." (Cf. Alexandre Herculano. "História de Portugal." V. 7 — L. VIII ps. 314/315)

33. *O Regimento dos Provedores*

Com Tomé de Sousa chega à Bahia o primeiro Provedor-mor da Fazenda del-Rei Nosso Senhor nas Terras do Brasil, Antônio Cardoso de Barros. O Provedor-mor então é o atual Ministro da Fazenda Pública. O documento diz: "Eu el-Rei faço saber a quantos este meu regimento virem, que eu envio ora às terras do Brasil por provedor-mor da minha fazenda Antônio Cardoso de Barros ao qual mando em seu regimento que prover (tomar providências, nomear) as capitanias das ditas terras e ordene em cada uma delas casas para alfândega e contos (coletorias) e livros para o negócio das ditas casas, e assim ordene em ramos apartados as rendas por direito que eu tiver nas ditas capitanias e proveja em todo mais que cumprir ao negócio de minha Fazenda..."

Esse Regimento de ordem geral explica a maneira de ser feita a escrituração nas Recebedorias Fiscais das capitanias. O Regimento de Antônio Cardoso de Barros especifica a forma pormenorizada como devia ser feita a arrecadação dos dízimos devidos pelos povoadores à Ordem de Cristo e à Fazenda Real, assim como as despesas com o Governador, com o funcionalismo civil e militar, inclusive com os professores-catequistas, isto é, os jesuítas. E tanto o Regulamento dado a Tomé de Sousa, quanto os Regulamentos dos provedores, documentam como o Governador e os funcionários civis deviam cumprir as ordens do Grão-Mestre da Ordem de Cristo, simultaneamente Rei de Portugal.

"Não se fez ainda um levantamento da vida político-administrativa das Capitanias do Brasil. As verdadeiras funções dos órgãos administrativos, como eram preenchidos os respectivos cargos, as relações entre os diversos poderes, praticamente nada se sabe a respeito.

"O funcionamento das instituições político-administrativas do Brasil-Província é um segredo a ser desvendado. Este completo desconhecimento da vida do Brasil de 1532 a 1822 — durante 290 anos — é o grande responsável pelas noções erradas, tal como vêm sendo escritas.

"Um estudo sumário, entretanto, mostra que a administração das Capitanias era formada de *representantes do povo e de representantes do Rei.* Essa administração formava um todo harmônico, e provam-no as 'Atas' e o 'Registro' da Câmara de Vereadores da cidade de São Paulo.

"Não só a administração civil, mas também o poder militar, eram formados de *representantes do povo* (através de eleições) e de representantes do Rei. Faremos, em seguida, um rápido esboço da organização administrativa da Capitania de São Paulo", escreve Manoel Rodrigues Ferreira. (Cf. Tito Lívio Ferreira e Manoel Rodrigues Ferreira. "História da Civilização Brasileira 1500-1822". Gráfica Biblos São Paulo ps. 288/289. 1958) E, a seguir, Manoel Rodrigues Ferreira documenta quem eram os *representantes do Rei de Portugal,* os *representantes do povo lusobrasileiro,* como funcionava a organização da justiça *no patrimônio da Ordem de Cristo.*

Assim, a História do Brasil, seja a referente ao *período lusobrasileiro* (1500-1822), seja ao *período nacional,* escrita e ensinada em nossas escolas, do primeiro grau ao grau universitário, é uma caricatura dos *fatos* econômicos e sociais segundo o figurino do linguajar marxista. E daí os *acontecimentos históricos* serem deformados, deturpados e denegridos pelos escritores da história. Já escreveu Albert Babeau: "Respeitando o passado é como nos tornamos do respeito do futuro." E por isso devemos respeitar o homem do passado, para no presente sermos dignos do futuro.

34. *O urbanismo no período lusobrasileiro*

O urbanismo no período lusobrasileiro (1500-1822) nasce com Tomé de Sousa, primeiro Governador-Geral do *Estado do Brasil, patrimônio da Ordem de Cristo.* Nasce com Tomé de Sousa em 1549. Ao tratar deste assunto, Manoel Rodrigues Ferreira abre o capítulo de sua autoria "O urbanismo no Brasil-Província" da Capital do Estado do Brasil, em 1549, e escreve: "Planta da cidade do Salvador, destacada do 'Desenho das fortificações e trincheiras que se fizeram em diferença do inimigo.' Cartografia militar de cartógrafo português e que foi parar às mãos dos invasores holandeses." (Número 2166 do catálogo de Rijkasarchief, reproduzido em "Salvador da Bahia de Todos os Santos." Haia, MCMLVII, organizada por Joaquim de Sousa-Leão). (Cf. Tito Lívio Ferreira e Manoel Rodrigues Ferreira. "História da Civilização Brasileira". Ob. cit. p. 355)

Nesse caso, no *Regimento* de Tomé de Sousa, o Rei D. João III recomenda:

"Conformando-vos com as *traças* e amostras (plantas) que levais praticando com os oficiais que para isso lá mando e com quaisquer outras pessoas que o bem entendem e para esta obra vão em vossa companhia alguns oficiais, assim pedreiros e carpinteiros como outros que poderão fazer cal, telhas e tijolos. . ." Após o arruamento da cidade do Salvador da Bahia, o mestre de obras Luís Dias escreve a D. João III para dar contas do seu trabalho, carta da Bahia, 15 de agosto de 1551, onde informa ter feito dois baluartes, um na Ribeira do Góes e outro na Santa Cruz, "casa da Fazenda, alfândega, armazéns, ferrarias", casa de audiência da Câmara de Vereadores em cima e cadeia embaixo. (Cf. Sousa Viterbo. "Expedições científico-militares enviadas ao Brasil" coordenação, aditamentos e introdução de Jorge Faro. 1.º vol. ps. 138 a 132. Lisboa, Edições Panorama, 1962). E no século XVI foram enviados ao Brasil três engenheiros-arquitetos militares: Lopo Machado, Francisco Gonçalves e Alexandre Italiano. (Cf. Ob. cit. p. 129)

Na construção da Cidade do Salvador da Bahia, D. João III gastou trezentos mil (300.000) cruzados trazidos de Portugal por Tomé de Sousa. E essa quantia hoje seria talvez mais de um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros, quando o *patrimônio da Ordem de Cristo* nada rendia.

Manoel Rodrigues Ferreira publica os documentos referentes à fundação da Vila de Goiás, hoje Goiás Velho, de Vila Bela do Mato Grosso, para servir de Capital da Capitania de Mato Grosso; de Barcelos no Amazonas; de Monte-Mór, Icó, de Aracati no Ceará; e de Viçosa na Bahia; no Ceará; de Piracicaba em São Paulo; de Vilas do Piauí. (Cf. ob. cit. ps. 355 e segs.)

35. *"Esta terra é a nossa empresa"*

Padre Manoel da Nóbrega desce do navio em Salvador da Bahia, em 29 de março de 1549, com seus primeiros auxiliares jesuítas, mandados por D. João III, Rei de Portugal, para catequizarem os brasilíndios do *patrimônio da Ordem de Cristo,* denominado *Estado do Brasil,* juridicamente. Traz uma grande cruz de madeira às costas. Ajoelha-se na terra brasileira, porque ela vai servir-lhe de sepultura vinte e um anos mais tarde, em 1570. Levanta-se e diz aos irmãos: "Esta terra é a nossa empresa". E nessa empresa vai queimar a sua existência de homem, de apóstolo e de sacerdote a serviço de Deus, de seu Rei e da civilização lusobrasileira.

Padre Manoel da Nóbrega nascera em 18 de outubro de 1517 em Sanfins do Douro, Trás-os-Montes, Portugal. Falece no Rio de Janeiro em 18 de outubro de 1570, aos cinqüenta e três anos de idade e vinte e um anos de trabalhos apostólicos dados gratuitamente à disseminação do lusocristianismo onde irradiam a civilização grega, o espírito jurídico romano e a teologia judeu-cristã, nas selvas brasileiras. Doutor em Direito Canônico e Filosofia pela Universidade de Coimbra, tinha a humildade, a ação e a energia dos predestinados e dos santos.

D. João III nomeia o Padre Manoel da Nóbrega primeiro Secretário da Educação do Estado do Brasil para estabelecer a estrutura da rede espiritual da educação lusobrasileira. Em carta da Bahia, princípios de julho de 1552, escrita a D. João III, Nóbrega pede: "Mande Vossa Alteza muitos da Companhia (de Jesus) que sustentem este pouco que está ganhado, para que nós possamos ir buscar tesouro de almas para Nosso Senhor e descobrir proveito para este Reino (de Portugal) e Rei (D. João III), que tão bem o sabe gastar em serviço e glória do Rei dos Reis e do Senhor dos senhores (Deus)." (Padre Manoel da Nóbrega. "Cartas do Brasil e outros escritos" (Opera Omnia). Com introdução e notas históricas de Serafim Leite S. J. p. 116. Coimbra, 1953. As palavras entre parênteses são minhas.

Ao Padre Simão Rodrigues, Provincial da Companhia de Jesus em Lisboa, da Bahia, a 10 de julho de 1552 Nóbrega escreve: "O Governador (Tomé de Sousa) ordenou de dar a dez (jesuítas) que viemos de Portugal, um cruzado em ferro cada mês para a mantença de um e cinco mil e seiscentos reis para vestir cada ano, com o qual nenhuma roupa se poderá fazer nesta terra, e porém eu não lhe pus grosa porque nem ainda esse merecemos." (Ob. cit. p. 121)

Os dez cruzados recebidos mensalmente por Nóbrega para ele e seus irmãos seriam cerca de duzentos mil cruzeiros hoje. Mas isso pouco ajudava numa terra pobre, onde cada casa devia ter a sua roca e o seu fuso para fiar e tecer o algodão nativo. Nessa mesma carta, o Secretário da Educação lusobrasileira pede: "*Mande V. R. Padres e com eles alguns meninos de bom exemplo e boas falas para lhes darem bom princípio.* Nesta terra custa muito pouco fazer-se um colégio e sustentar-se porque a terra é farta (de mantimentos) e os meninos da terra (corumins) sustentam-se com muito pouco e os moradores muito afeiçoados

a isso, e as *terras não custam dinheiro*." (Ob. cit. p. 122. Os grifos e as palavras entre parênteses são meus.)

36. *Trabalhamos para dar princípio a casas que fiquem enquanto o mundo durar*

"Trabalhamos para dar princípio a casas que fiquem para enquanto o Mundo durar", escreve Manoel da Nóbrega da Bahia, fins de agosto de 1552, ao Padre Simão Rodrigues, Provincial da Companhia de Jesus em Lisboa. Com fé inquebrantável, imbatível e imperativa, escreve essas palavras nascidas do seu coração e da sua alma de lutador consciente e conscientizado. Em carta ao mesmo Provincial, nesse mesmo ano, escreve: "Esta Casa (Real Colégio da Bahia) tem 50 meninos e com toda a gente manterá a cinqüenta, cem ou mais pessoas. O Governador (Tomé de Sousa) deu-me esperança de haver de Sua Alteza (D. João III) o dízimo do arroz desta Capitania (da Bahia) e que lhe rende pouco; e será muita provisão para esta Casa e para sustento de muitos meninos, como mais largo escreverei ao Padre Doméneco. A provisão (ordenado) e vestido, que Sua Alteza (D. João III) nos manda cá dar, nos pagam muito mal, tanto que o que dão para 10, que do Reino viemos, (seis na primeira expedição — 1549), quatro na segunda (1550) não mantém nem veste a 3, não fossem esmolas e o que do Reino trouxemos ainda dura." (Ob. cit. p. 163. As palavras entre parênteses são minhas.)

O dízimo era pago ao Rei e a redízima à Ordem de Cristo. E tanto o dízimo como a redízima eram pagos em espécie, isto é, em mantimentos, porque ainda corria pouca moeda de cobre, talvez nem uma de ouro ou prata.

Padre Nóbrega vive dificuldades de toda ordem, principalmente de ordem econômica, para manter as Casas dos jesuítas e os Reais Colégios, porque a tudo deve prover para prover a tudo. Assim, da Bahia, 2 de setembro de 1557, ao Padre Miguel de Torres, Provincial em Lisboa, Nóbrega escreve:

"Quanto ao que diz o Padre Francisco Anriquez, que mande certa e larga informação do que se pode ordenar para dote (subsídio do Rei) e mantimento das Casas (dos jesuítas): quanto a esta Capitania (da Bahia) digo que El-Rei tem nela de renda dos dízimos o seguinte, as miunças rendem cento e vinte mil reis; nisto andam arrendadas em cada ano; o peixe, mandioca e algodão, que andam arrendados sobre si, rendem setenta e oito mil-

-reis em dinheiro; o açúcar de um engenho, que até agora não há outro na terra, anda em cento e cinqüenta arrobas de açúcar que vai a cruzado a arroba. Todos estes dízimos se espera que vão crescendo segundo a terra se for *povoando.* Daqui *podia El-Rei (D. João III) dar o que quisesse contanto que fosse perpétuo;* a nós mais nos servem os dízimos das miunças porque entram neles as criações." (Ob. cit. ps. 266/267. São meus os grifos e as palavras entre parênteses.)

Em carta da Bahia, 5 de julho de 1559, a Tomé de Sousa, em Lisboa, Nóbrega escreve: "Des que nesta terra estou, que vim com Vossa Mercê (1549), dois desejos me atormentaram sempre: um de ver os cristãos nestas partes reformados em bons costumes e que fossem boa semente transplantada nestas partes e que desse cheiro de bom exemplo; e outro, ver disposição no gentio (brasilíndio) para se lhe pregar a palavra de Deus, e eles fazerem-se capazes da graça e entrarem na Igreja de Deus, pois Cristo Nosso Senhor por eles também padeceu. *Porque para isso fui com meus Irmãos mandado a esta terra, e esta foi a intenção do nosso Rei (D. João III), tão cristianíssimo que a estas partes nos mandou.* E porque para ambas estas coisas eu via sempre por esta costa toda mau aparelho, ó quantos cálices de amargura e de angústia bebia a minha alma sempre! E disto alguma coisa alembrará a Vossa Mercê posto que ainda naquele tempo não me amargavam tanto as fezes deste cálice por não entrar tanto nelas." (Ob. cit. p. 318. São meus os grifos e as palavras entre parênteses.)

O desabafo é natural no Santo, mas não o desanima nem o abala. Nesse mesmo documento, Nóbrega escreve: "Em todas (as Capitanias) há escolas (Bahia, Porto Seguro, Ilhéus, Espírito Santo, São Paulo, Pernambuco e iria fundar a do Rio de Janeiro) de muitos meninos; pequeno nem grande morre sem ser de nós examinado se deve ser batizado, e assim Nosso Senhor vai ganhando gente para povoar sua glória e a terra se vai pondo em sujeição de Deus e do Governador (o Desembargador Mem de Sá), o qual os faz viver em justiça e razão, castigando os delinqüentes com muita moderação, com tanta *liberdade* como aos mesmos cristãos. E cada *povoação* destas (Aldeias do Rei) tem seus meirinhos (delegados de polícia), os principais (Caciques) delas, os quais por mandado do Governador prendem e lhe trazem os delinqüentes, e assim lhes tira a liberdade de mal viver e os favorece no bem." (Ob. cit. p. 335. São minhas as palavras entre parênteses.)

37. *O Mestre da Ordem de Cristo e os jesuítas*

Nos primeiros dezesseis anos, de 1549 a 1565, de trabalho dos Jesuítas no patrimônio da Ordem de Cristo, isto é, no Estado do Brasil, o Padre Manoel da Nóbrega recebia da Monarquia Portuguesa quantias incertas para a subsistência dos religiosos, conforme se verifica dos recibos passados por ele na Provedoria Geral ou Secretaria da Fazenda Real instalada na Bahia, segundo a documentação publicada em "Documentos Históricos", da Biblioteca Nacional, volumes 13 e 14. Davam-se ordens provisórias para pagar o alimento, mantimento, ou dote, sinônimos de ordenado ou vencimento. O alvará de 12 de fevereiro de 1557 destinava a cada um dos vinte e oito religiosos do Brasil, quatro panicuns (espécie de cesto) de mandioca e um alqueire de arroz, e, quando não houvesse arroz, um alqueire de milho da terra e um cruzado em dinheiro. Em 1559, depois das cartas de Nóbrega, ordenou El-Rei (D. Sebastião, neto de D. João III) a Mem de Sá que desse aos Padres o que eles *precisassem,* durante quatro anos, esperando, ao fim desse tempo, estivesse tudo ultimado para uma dotação em regra. O Governador-Geral (Desembargador Mem de Sá) ordenou, pois, que se desse a cada religioso, por ano, além do estipulado no alvará de 12 de fevereiro (de 1557) cinco mil-réis e doze cruzados em ferro. (Cf. Serafim Leite S. J. "História da Companhia de Jesus no Brasil". T. 1.º — p. 112. São meus os grifos e as palavras entre parênteses.)

Decorridos quatro anos, em 1565, D. Sebastião, Rei de Portugal e Mestre da Ordem de Cristo, assina o documento definitivo sobre o assunto:

"D. Sebastião, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém mar em África, Senhor de Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia, e como *governador e administrador,* que sou, *da Ordem e Cavalaria do Mestrado de Nosso Senhor Jesus Cristo,* faço saber a quantos esta minha *carta de doação* virem, que, considerando eu a *obrigação* que a Coroa de seus reinos e senhorios tem à *conversão* da gentilidade (brasilíndios) das partes do Brasil, e *instrução e doutrina* dos novamente convertidos, assim por as ditas partes serem da conquista destes reinos e senhorios, como por estarem os dízimos e frutos eclesiásticos delas, *por bulas dos Santos Padres, aplicados à Ordem e Cavalaria do dito Mestrado de Nosso Senhor Jesus Cristo,* de que eu

e os reis destes reinos meus sucessores somos *governadores e perpétuos* administradores; e havendo também respeito a El-Rei, meu senhor e avô (D. João III) que santa glória haja, vendo quão apropriado o *Instituto dos Padres da Companhia de Jesus* é para a conversão dos infiéis e gentios (brasilíndios) daquelas partes e *instrução* dos novamente convertidos, ter *mandado* alguns dos ditos Padres às ditas partes do Brasil, com intenção e determinação de nelas *mandar fazer e fundar Colégios à custa de sua fazenda* (Fazenda Real, da Coroa Portuguesa), em que se pudesse *sustentar e manter* um copioso número de religiosos da dita Companhia (de Jesus), porque quanto eles mais fossem e melhor aparelho tivessem para exercitar seu Instituto, tanto mor benefício poderão receber as gentes das ditas partes, na dita conversão e doutrina; e, enquanto se lhe não faziam e dotavam os ditos *Colégios,* mandava o dito senhor prover de sua fazenda (da Coroa Portuguesa) os ditos Padres, nos ditos lugares, em que estavam de *mantimentos, vestidos e tudo o mais necessário a suas pessoas, igrejas, casas e habitações.* E vendo eu o intento e determinação del-Rei, meu senhor e avô (D. João III) neste caso, e o muito fruto que Nosso Senhor em a dita conversão e doutrina faz, por meio dos Padres da dita Companhia (de Jesus), e a esperança que se tem de, com a ajuda de Deus, pelo tempo em diante ir em maior crescimento, tendo eles, nas ditas partes, fundadas Casas e Colégios para seu recolhimento, conforme a seu Instituto, mandei tomar informação do modo que se poderia ter para se melhor poder fazer, havendo respeito ao estado em que minha fazenda (a Fazenda Real) ao presente está. E, depois de havida a dita informação, assentei, com *parecer* do meu Conselho (Conselheiros do Rei) de mandar acabar nas ditas partes um Colégio da dita Companhia (de Jesus), na cidade do Salvador, da Capitania da Bahia de Todos os Santos, onde já está começado; o qual Colégio fosse tal que nele pudessem residir e estar até sessenta pessoas da dita Companhia, que parece que por agora deve haver nele, pelos diversos lugares e muitas partes em que os ditos Padres residem e a que do dito Colégio são enviados para bem da conversão e outras obras de serviço de Nosso Senhor; *e para sustentação do dito Colégio e religiosos dele, hei por bem de lhes aplicar e dotar, e de feito por esta minha carta de doação, doto e aplico uma redízima de todos os dízimos e direitos que tenho e me pertencem e ao diante pertencerem, nas ditas partes do Brasil, assim na Capitania de Todos os Santos, como nas outras Capi-*

tanias e povoações delas; para que o dito Reitor e Padres do dito Colégio tenham e hajam a dita redízima do primeiro dia do mês de janeiro de mil quinhentos sessenta e cinco, em diante, para sempre." Lisboa, 7 de novembro de 1564. (Cf. Serafim Leite S. J. "História da Companhia de Jesus no Brasil", T. I. ps. 113/114. Os grifos e as palavras entre parênteses são meus, com exceção da parte final, sublinhada pelo historiador jesuíta.) "Portugal assumia, assim, na pessoa do seu Chefe supremo, o encargo oficial de sustentar os Padres da Companhia de Jesus no Brasil". (Cf. Serafim Leite S. J. Ob. cit.)

38. *O Real Colégio da Capitania de São Vicente estabelecido em São Paulo*

Para manutenção e sustento do Real Colégio de São Vicente, transferido para o planalto de Piratininga e inaugurado pelo Padre Manoel da Nóbrega em 25 de janeiro de 1554, com a missa padroeira celebrada pelo Padre Manoel de Paiva, acolitado pelo noviço Irmão José de Anchieta, D. Sebastião, Rei de Portugal e Mestre da Ordem de Cristo, assina, em 1568, a Carta de Doação:

"Registro do padrão do dote dos Padres da Companhia de Jesus. Do Rei d. Sebastião. '*Eu El-Rei, como Governador e perpétuo administrador que sou da Ordem e Cavalaria do Mestrado de Nosso Senhor Jesus Cristo.* Faço saber a vós Mem de Sá, terceiro Governador-Geral do *Estado do Brasil,* considerando eu a obrigação que tenho na conversão da gentilidade (brasilidade) das partes do Brasil e instrução e doutrina dos novamente convertidos. . . *mandei* que na cidade do Salvador, da Capitania da Bahia de Todos os Santos, *se fundasse e se fizesse um Colégio dos Padres da Companhia de Jesus* que aí está principiado, em que houvesse o número de sessenta religiosos para do dito Colégio poderem entender na conversão dos gentios (brasilíndios) e irem ensinar a doutrina cristã nas aldeias e povoações da dita Capitania (da Bahia) e das outras a ela mais propínquas (próximas), como tenho sabido que se faz, e por também ter sabido o muito fruto que Nosso Senhor por meio dos ditos Padres e de seu exemplo, ensino e doutrina cristã têm feito na gente daquelas partes, não somente os gentios (brasilíndios), mas também nos cristãos, que nelas residem, o que com ajuda de Nosso Senhor se espera que será muito em crescimento, por quanto apropriado seu Instituto de religião é para a dita

obra de conversão e benefício das almas, havendo mais religiosos e tendo Casas e aparelho (meios), para o dito efeito como tenho sabido, que era o intento del-Rei, meu senhor e avô (D. João III) que Santa Glória haja, *hei* por bem que na CAPITANIA DE SÃO VICENTE *se junte e se faça outro Colégio em que possa residir e estar cinqüenta religiosos da dita Companhia (de Jesus)* para dele se poder entender o ensino da doutrina cristã na Capitania de São Vicente, a que os da Capitania da Bahia não pudessem chegar para assim se repartirem por toda a dita costa (litoral) e se ajudarem uns aos outros na dita obra de conversão, *os quais serão providos (sustentados) à custa da minha Fazenda (de minhas finanças) do mantimento (ordenado) e do mais necessário à sua sustentação (manutenção), reduzido tudo* a DINHEIRO, a respeito do que minhas provisões (ordens) *se dá a cada um dos religiosos,* que residem na dita Capitania da Bahia, de que lhe passareis vossa certidão nas costas (no verso), desta para se saber o que é, e o que pela dita maneira, nas ditas cousas montar (atingir), *lhe será pago de minha Fazenda* (do dinheiro do Rei) em parte e da maneira que melhor lhe poderá ser e com menos opressão (trabalho) sua; e *portanto vos mando a vós lhe ordeneis e arbitrareis o que cada um* (jesuíta) há de haver (receber) a respeito do que hão (recebem) os outros religiosos do Colégio da Bahia e lhe ordeneis e assenteis o dito *pagamento* onde virdes que convém *para poderem ser melhor pagos* como dito é, e pelo trabalho desta provisão (ordem) que será trasladada no *livro da despesa* do oficial (funcionário) ou oficiais em que houverem de haver (receber) e certidão do Reitor do dito Colégio (de São Vicente), que em cada ano passará, do número de religiosos que nele houver até os ditos cinqüenta e o seu conhecimento lhe será levado em carta a respeito do que por vós lhe for arbitrado como dito é. . .' Lisboa, 11 de fevereiro de 1568. Rei D. Sebastião." (Cf. Documentos Históricos. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Vol. XV. p. 18.)

39. *O patrimônio da Ordem de Cristo, de 1580 a 1640*

Após a morte de D. Sebastião e do Cardeal-Rei D. Henrique, seu sucessor e tio-avô, pois era irmão de seu avô D. João III, o rei humanista, o rei de Castela assume a coroa lusitana com o título de Filipe I de Portugal e Filipe II de Espanha. De 1580 a 1640, durante sessenta anos, houve união das duas coroas,

mas não unidade. Pelo tratado de Tomar, cidade portuguesa, de 1582, Filipe II de Espanha prometeu respeitar a língua portuguesa onde fosse falada, as leis portuguesas onde vigorassem, a moeda portuguesa onde corresse, as autoridades portuguesas no Reino de Portugal, no Estado do Brasil, no Estado da Índia Portuguesa (Ásia), nos senhorios africanos e nas ilhas e arquipélagos portugueses do Atlântico e do Pacífico. E por isso, falamos até hoje a nossa latina Língua Portuguesa e tivemos o jesuíta Padre Antônio Vieira, natural de Lisboa, "Imperador da Língua Portuguesa", no verso de Fernando Pessoa.

Assim, os reis de Espanha respeitaram as Cartas de doação do Rei D. Sebastião, citadas no capítulo anterior, de 1565 e 1568. Por isso, à margem do último documento assinado por D. Sebastião, lê-se:

"Houveram pagamento os Padres da Companhia de Jesus do Colégio da Bahia no (sic) Rio de Janeiro, do almoxarife Filipe Francisco de *seiscentos mil reis* do Governador passado, que foi Matias de Albuquerque, de 12 de março de 1625 à conta do dote (do subsídio) do dito ano. Em 19 de maio de 1632. Conforme alvará de 1627, os Padres da Companhia de Jesus recebem na Bahia, *em dinheiro da Coroa Portuguesa,* o subsídio de *três mil cruzados,* adiantamento referente a oito anos, ou seja, até 1645." (Cf. Documentos Hist. p. 25). "Pelo que mando ao meu Governador-Geral do Brasil... faça fazer o pagamento dos três mil cruzados do seu dote. Lisboa, 16 de maio de 1632." (Cf. Doc. Hist. p. 26). As ordens da Coroa Portuguesa sucedem-se. Registro da Provisão de Sua Majestade aos Padres da Companhia de Jesus: "Eu, El-Rei, faço saber aos que este alvará virem, que por parte dos religiosos da Companhia de Jesus, da Província do Brasil, me foi representado o registro de um alvará citado nos Livros do Conselho da minha Fazenda, assinado por Manoel Roiz, porteiro dele, de que o traslado é o seguinte: 'Eu, El-Rei, faço saber aos que este alvará virem, que eu hei por bem e me praz fazer esmola aos Padres da Companhia de Jesus, que residem no Brasil, que quando o Provincial da Companhia, que reside nas ditas partes, por si, ou por seus Visitadores, houverem de visitar a Província, que é de três em três anos, lhe seja por cada um dos meus Governadores das ditas partes da Governança do *Estado do Brasil,* donde partir a embarcação, o mantimento (ordenado) para ele e para dois companheiros que consigo levar, *tudo à custa de minha fazenda*

(Coroa Portuguesa)'. Lisboa, 14 de fevereiro de 1633." (Cf. Doc. Hist. Vol. XVI. p. 158.) As ordens de pagamento sucedem-se anualmente conforme se lê nos "Documentos Históricos" citados, volumes XV, XVI, XVII. Foram registradas ordens de pagamento aos religiosos do Real Colégio do Rio de Janeiro, a partir de 1.º de janeiro de 1639, para manutenção dos professores jesuítas a quantia de um conto de reis mensalmente na cidade guanabarina e dois contos de reis em Lisboa. (Cf. Documentos Históricos cit.)

40. *Os jesuítas espanhóis contra os jesuítas portugueses*

Em fins do século XVI os jesuítas espanhóis estabelecem as suas *reduções* no Paraguai. No *Estado do Brasil,* isto é — *no patrimônio da Ordem de Cristo* — os jesuítas moravam em Casas próprias, ao lado dos Reais Colégios, e iam aos aldeamentos, dos brasilíndios, chamados Aldeias do Rei de Portugal, celebrar missas e todos os atos religiosos, mas não tinham nenhuma autoridade sobre os indígenas. Ao contrário, nas *reduções* os jesuítas eram senhores, moravam com os guaranis e estes trabalhavam para sustentar os religiosos. Os jesuítas espanhóis nada tinham com o Rei de Espanha, e com as autoridades espanholas. E obedeciam apenas ao Províncial da Companhia de Jesus em Espanha.

Em começos do século XVII, os jesuítas espanhóis transpõem o rio Paraná e estabelecem suas reduções, com guaranis, no pontal norte do atual Estado do Paraná. Em 1611 começam os conflitos entre os jesuítas espanhóis e "los portugueses de San Pablo." (Cf., "Anais do Museu Paulista", vol. I, 2.ª parte. Documentação espanhola. p. 153). Nomeado Governador do Paraguai, pelo Rei de Espanha, Luiz Céspedes Xería desembarca em Santos, galga a serra do Mar, passa pela vila de São Paulo e viaja para Assunção, donde escreve ao seu Rei, segundo a carta que lhe dirigira o superior dos jesuítas espanhóis, onde lhe informa:

"No le de pena, diz o superior, a Vuestra Señoria de los portugueses, que nosotros supimos benir a estas rreduciones; pero, mas prestos fûimos nosotros que no ellos, porque nos metimos en las paliçadas, podimoslos atar e quitar las escopetillas, pero no quisimos hacerlo, sino salir de nuestro yntento. De nuestra parte ubo sangre, de la dellos van huyendo como ladrones, bellacos, dejandonos el hato y los enfermos. Nuestro padre Antonio

Ruyz va en su seguimento al alcance." (Cf. Afonso d'E. Taunay. "História Geral das Bandeiras Paulistas." Vol. 2, p. 176)

Segundo o Governador do Paraguai, os jesuítas espanhóis foram os agressores. O encontro verificara-se a trinta léguas aquém das reduções e ninguém havia ofendido os portugueses de São Paulo. "Vencedores, mostraram-se inacinos cruéis. Haviam os paulistas (portugueses) perdido um homem branco e quarenta índios (brasilíndios); prisioneiros, alguns deles se viram muito maltratados de "obras y palabras". (Os jesuítas) iam à testa dos guaranis, "en todas estas facciones los ditos padres con chusos (chussos) y armas de fuego, capitaneando los yndios y su superior que era el padre Antonio Ruiz (Montoya) capitaneando los actos de la guerra." Dos autos tudo isto constava, cartas e declarações comprobatórias da lavra dos próprios inacinos. E depois, não fora o próprio Montoya quem lhe escrevera (ao Governador do Paraguai) ainda duas cartas tranqüilizadoras; a lhe dizer numa carta: *"Ya no (não) ay mas portugueses"*... Só depois de sua chegada à capital paraguaia se dera o assalto dos paulistas (portugueses) "irritados de los dichos padres por los males recebidos." Cinco ou seis mil seriam os índios (guaranis) tomados às Reduções; não ouvira que os paulistas (portugueses de San Pablo) queimassem igrejas nem maltratassem sacerdotes. Se assim fora, nunca teriam consentido em que os padres Mansilla e Maceta houvessem acompanhado o comboio de *escravos* do Guairá a S. Paulo, argumento aliás de importância, força é convir." (Afonso d'E. Taunay. "História Geral das Bandeiras Paulistas." vol. 2. ps. 176/177)

Antonio Ruis Montoya exagera quando escreve: Em agosto de 1628 "salieron de la vila de S. Paulo *nuevecientos portugueses* con escopetas, espadas, escupiles, Rodelas, Machetes, y mucha munición de balas y polbora y de otras armas acompanhados de dos (dois) mil Y docientos yndios en otros tiempos injustamen cativados..." (Cf. Anais do Museu Paulista. T, 1. — ob. cit. p. 248)

Ninguém, nem os próprios mil e duzentos tupis, poderiam trazer à *força* os cinco ou seis mil guaranis das reduções paraguaias. Seria como querer pegar passarinhos em plena floresta. Além disso, o Capitão Juan Diaz Andino, comandante da tropa espanhola que perseguira os portugueses de São Paulo, na sua retirada, observa "que las familias (de los guaranis) que tan gostosas se iban al Brasil con lo enemigo" (p. 101)... "se vi-

nieron *entregar* a los portugueses" (p. 108)... "quatro o sinco Portugueses Y algunos Tupis que iban les guiando Porque los yndios apresados... *de su voluntad muy contentes y Gostosos con los ditos enemigos diciendo mil males y yniquidades de los castellanos*..." (110) (Cf "Bandeirantes no Paraguai" — Século XVII. Documentos inéditos, publicação da Divisão do Arquivo Histórico — Prefeitura do Município de São Paulo. Vol. XXXV. 1949. Grifos e palavras entre parênteses são meus.)

Assim, estava armada a guerra entre os portugueses de São Paulo, ou seja, os lusobandeirantes, e os jesuítas espanhóis das reduções paraguaias. E esse combate iria prolongar-se até fins do século XVIII, cerca de dois séculos, nos campos gaúchos, hoje Estado do Rio Grande do Sul.

41. *A guerra dos portugueses de São Paulo contra os jesuítas espanhóis nas terras gaúchas*

Os próprios jesuítas espanhóis confessam: "Es publico y notório que dizen los portugueses de San Pablo que como sean doutrinantes los padres (portugueses) de la Compañia (de Jesus) los an de seguir al cabo del mundo." Por isso, "quando sucedera o êxodo total dos índios estabelecidos ao norte do Iguassu, a retirada de trinta e cinco mil guaranis para o sul, sob a direção dos jesuítas (espanhóis), haviam os padres aproveitado o ensejo para levar de encambulhada os silvícolas que lhe *não pertenciam* e sim dos moradores brancos de Ciudad Real, apesar dos veementes protestos dos prejudicados. Fora violenta a resposta que a estes dera Montoya: "El dicho padre Antonio Ruis mando tomar las armas a los dichos yndios arcabuzeros, lanças y flecheros contra las justicias y sus amos que fueran a pedirselos y de toda esta cantidad de yndios y chusmas con los trabajos del camino, ambres (fomes) y cansacio quando llegaron a las reduciónes del Paraná, que estan ducientas leguas y mas de adonde los sacara de su natural sin orden del rey nuestro señor ni del excelentissimo Señor Virrey del Perú se murienran mas de las trinta y tres mil personas con los que comieran los tigueres que fueron muchisimas." (Cf. Afonso d'E. Taunay. "História Geral das Bandeiras Paulistas." T. 2 — p. 177)

Como se vê o truculento jesuíta Antonio Ruis de Montoya enfrenta os próprios patrícios do Paraguai com os seus guaranis munidos de armas de fogo. E tange os guaranis para as campinas gaúchas povoadas de rebanhos de gado selvagem.

42. *A guerra dos jesuítas espanhóis contra os lusopaulistas*

Iniciada pelo Padre Montoya, no Paraguai, a guerra entre os portugueses de São Paulo e os jesuítas espanhóis ia estender-se aos rincões gaúchos onde arderia por mais de cem anos. Contavam os lusopaulistas com a amizade aberta dos minuanos, em cujas tabas encontravam alimento e repouso. Em 1636 surge nas reduções jesuíticas a bandeira de Antônio Raposo Tavares. Já era esperada com todas as armas bem municiadas. "Em conselho com outros padres, governador da Província (de Buenos Aires) e reitor do Colégio, em Buenos Aires ficou acertado com o provincial padre Diego de Borôa, deviam as reduções *se opor à invasão com força armada* (sic.) E para isto, com o padre Francisco Dias Taño, veterano e missionário, são destacados para as reduções do Tape dois antigos soldados das guerras sul-americanas, irmãos Antônio Bernal, que havia sido soldado no Chile, e Juan de Cardenas, *profissionais da arte militar.*" (Cf. Aurélio Porto. "História das Missões Orientais do Uruguai", Ministério da Educação, n.º 9, pag. 90. Rio de Janeiro, 1943. São meus os grifos e as palavras entre parênteses.) Os jesuítas espanhóis haviam invadido o *patrimônio da Ordem de Cristo.* Achavam que a bandeira lusopaulista era a invasora. E por isso deviam repelir os portugueses de São Paulo "com força armada", porque para eles as terras do atual Estado do Rio Grande do Sul eram de propriedade deles, jesuítas espanhóis. "Para o desempenho dessa missão, levando armas e munições, partiu o padre Taño, em 15 de maio de 1635, e a 6 de setembro do mesmo ano, de Jesus Maria, onde aprestava a defesa, escrevia ao padre superior uma carta de que este riscou, tornando quase ilegíveis, as primeira e última página" (Cf. Aurélio Porto. Ob. citada. p. 90.) Mas o historiador-pesquisador gaúcho Aurélio Porto conta como conseguiu obter o original riscado, no pé da página 90. "B. N. Mss. I, 29, I, 53. *Continham essas páginas matéria que não conviria passar à posteridade, pois que proibido era o uso de armas, pelos índios.* Deve-se a reconstituição desse verdadeiro palimpsesto à tenacidade e beneditina paciência do saudoso Rego Monteiro que, a pedido nosso, nessas duas páginas que restaurou, empregou largos dias de afanoso trabalho." E assim esse paleógrafo honesto e culto prestou relevante serviço à verdade histórica.

"E seria o segredo que, em torno disto, o emprego de armas de fogo, fizeram os jesuítas, motivo por que historiadores afirmam que com suas armas de flechas não podiam os índios concorrer com as européias que os alcançavam de tão longe e irresistivelmente. Havia aí as provas, os fatos, devendo abandonar as florescentes reduções de Guaíra, e ao depois as do Tapes, no Rio Grande do Sul, perdendo-se tantas vidas e a liberdade de tantos capturados como escravos." (Cf. Aurélio Porto. Ob. cit. p. 90) Aurélio Porto cita a fonte do trecho entre aspas desde a palavra "concorrer" até "escravos": C. Teschauer. "Hist. — Rio Grande do Sul". I. Cap. XXVIII. 306 e seguintes. Assim, por falta de documentação, os escritores da história são levados a contribuir para a "lenda negra" criada pelo padre Antonio Ruis Montoya de que os bandeirantes, isto é, os portugueses de São Paulo, eram caçadores de índios para fazê-los escravos e como escravos vendê-los. NESSE CASO, O GOVERNADOR DE BUENOS AIRES AUTORIZOU OS JESUÍTAS ESPANHÓIS DAS REDUÇÕES SUL-RIOGRANDENSES A PÔR ARMAS DE FOGO NAS MÃOS DOS GUARANIS REDUZIDOS, E A EXERCITAR O SEU EXÉRCITO DE INDÍGENAS PARA COMBATER, COMO COMBATERAM, COM ARMAS SUPERIORES, OS PORTUGUESES DE SÃO PAULO, ISTO É, OS LUSOBANDEIRANTES, À REVELIA DO REI DE ESPANHA. Assim criou, nos rincões gaúchos, isto é, no atual Estado do Rio Grande do Sul, parte integrante do PATRIMÔNIO DA ORDEM DE CRISTO, uma guerra religiosa entre as duas nações peninsulares. E levou o Marquês de Pombal em 1759 a expulsar os jesuítas do Reino de Portugal, do Vice-Reino do Estado do Brasil, ou seja, do *patrimônio da Ordem de Cristo*, dos senhorios da África Portuguesa e do Estado da Índia Portuguesa, na Ásia. Em todos esses lugares a Monarquia Portuguesa *sustentou* a Companhia de Jesus durante duzentos e vinte anos. E os jesuítas espanhóis, religiosissimamente mancomunados com o Governador de Buenos Aires, queriam e conseguiram arrebatar a Portugal a glória de ter sido o Pai da Companhia de Jesus, para depô-lo, como troféu de vitória, aos pés do rei de Espanha.

43. *O exército guarani dos jesuítas espanhóis*

Segundo a "Relación de los agravios que hicieron los portugueses de San Pablo saqueando las aldeas que los religiosos de

la Companhia de Jesús tenian en misión de Guairá y campus del Iguazú", escrita em Salvador, Bahia de Todos los Santos, 10 de octubre de 1629", feita e assinada na Casa dos jesuítas portugueses da Capital do Estado do Brasil, isto é, do *patrimônio da Ordem de Cristo,* pelos jesuítas espanhóis Padres Juan Mancilla e Simon Maceta, as *bandeiras lusopaulistas* compunham-se *de 90 a 95% de tupis armados de arco e flecha e de 5 a 10% a oficialidade portuguesa com armas de fogo. E assim o exército tupi das bandeiras usava as suas armas próprias.* (Cf. Anais do Museu Paulista. n.º 1 — 2.ª parte. Documentação espanhola. ps. 247 a 270) E assim o exército guarani dos jesuítas espanhóis era superior em armamento ao exército tupi dos portugueses de São Paulo. Prova essa afirmação a "Ânua" inédita e original do padre Francisco Diaz Taño, de 1635, (B. N. Mss, I, 29, I, 53), "onde faz o austero padre Taño, em sua carta, uma revelação singular. Os arcabuzes existentes em Jesus Maria (redução), por ocasião da morte do padre, *já haviam sido empregados contra os próprios índios,* o que constituía até hoje um segredo que a decifração da carta cancelada revela. Quando o padre Taño chegou à redução, achou 'muy mala prevención de armas porq' con la muerte del b.º P.ᵉ xpual (Cristobal) tudo se desconcertó, sos arcabuces allé sin llaves y los demas quebrados y el p. Mola decia q' V. R.ª (padre Romero superior) auia llevado las llaves para hacer aderçar pero no auian buelto ni se sabian dellas, pedian para este efecto q' veniesen para aderçales y para hacer uns quatro mil harpones de hierro y tambien para cuerda de arcabuces porqq' aunq' acá ay *bocayi* (uma espécie de fibra semelhante ao linho muito apreciada pelos índios) y arde bien pero no serve para cuerda ni tan poco el pino porq' asi como se va enpreendiendo el fuego se va cobriendo luego de cenizas y por mas q' le soplen nunca se descubre el fuego sin q' este pegada en cima la ceniza y asi era necesario cuerda del paraguas y hilo de algodan para hacerlo q' por aca cosa q' tanto auemos esperimentado y buscado". (Cf. Aurélio Porto. "História das Missões Orientais do Uruguai". ps. 90/91)

Assim, estavam prevenidos e bem prevenidos os jesuítas espanhóis para receberem, como receberam, com balas de estalo, os portugueses de São Paulo. Para isso fizeram os preparativos de estilo, de forma a marcar-lhes a visita ao território onde os religiosos eram os invasores e os portugueses os defensores do *patrimônio da Ordem de Cristo.* E o encontro não devia demo-

rar-se. "De chegada a Jesus Maria (redução) onde era certo, deveriam, inicialmente, tocar os bandeirantes, os irmãos Bernal e Cardenas, *instrutores militares,* procuraram organizar uma força regular com os índios aguerridos que ali encontraram. A ânua do Padre Borôa, de 13 de agosto de 1637, informa que os índios "assistiam com grande entusiasmo aos exercícios militares, sob a direção do irmão Bernal. Cada dia acudiam em tropel ao campo para se exercitarem em ataques e contra-ataques, em ginástica, *tiro* e esgrima, obedientes à voz de comando e até a um simples sinal." (Ânua cit. Iglésia, tomo XX, pags. 549 e seguintes.) Com estes exercícios, em pouco tempo estavam os índios maravilhosamente aptos para os misteres da guerra. Sabiam formar alas, mudar de frente, fazer assaltos em regra e rechaçar ataques. E o que não diz o padre Boroa, mas que em outros documentos se encontra, conhecendo, perfeitamente, alguns deles, o *manejo das armas* e podendo com elas atirar com perfeita pontaria. (Cf. Aurélio Porto. Ob. cit. p. 91. Os grifos e as palavras entre parênteses são meus.)

Assim, os brasilíndios das reduções estavam no seu elemento. Eram combatentes por natureza e guerreiros adestrados. E neles os jesuítas espanhóis depositavam a esperança de abater os adversários.

44. *A derrota dos jesuítas espanhóis*

Embora fossem tomadas as providências para receber os portugueses de São Paulo a bala, os jesuítas não contavam com a presença deles tão cedo. Assim, em carta o padre Borôa informa: "Saíram de sua vila de São Paulo no ano passado de 1636 e caminhando sete meses, sujeitando (sic) nações com um exército de 150 portugueses com arcabuzes e 1.500 índios tupis bravios, além de outros muitos que se lhe agregaram pelo caminho, à força ou vontade, acercaram-se (os portugueses) de nossas reduções. Tiveram notícia deles o padre Antônio Ruiz e o padre Pedro Romero, que chegou por novembro à redução de Jesus Maria, que está na fronteira, e, julgando que ainda estavam longe, que não eram tantos nem eram de São Paulo, não chegariam até as nossas reduções." (Cf. Aurélio Porto. Ob, cit. p. 92) O padre Borôa confirma a composição de bandeira: 150 portugueses armados de arcabuzes, logo 10% da tropa, 1.500 tupis com arco e flecha. A esse punhado de portugueses ainda se juntam, no caminho, os minuanos amigos. Não podiam ser

conduzidos acorrentados, ou levados à força pelo meio dos matos. E se quisessem fugir, deslizariam como cobras em silêncio.

Assim, no dia 1.º de dezembro de 1636, à tardinha, os padres Pedro Romero e Pedro Mola e os irmãos Antonio Bernal e Juan de Cárdenas souberam "q' el enemigo estava dos (duas) leguas de alli y aun sabia que trahia tan grand exercito." (Cf. Aurélio Porto. Ob. cit. p. 98) "No dia seguinte, continua o historiador gaúcho, dia de São Francisco Xavier, estando a meia légua de distância, isto é, a 2 e meio km, já transposto o rio Pardo, em cuja margem direita ficava Jesus Maria, pelas oito horas da manhã, mandou Raposo Tavares aos padres um *parlamentário,* com carta de sua autoria, dizendo-lhes "*que vinha procurar comida para seu exército, que eles o recebessem em paz.*" Nada, porém, responderam os padres e, não sabendo "*que eram tantos*", julgaram poder resistir-lhes. Mas não furtemos ao precioso documento o seu sabor original e inédito de que os historiadores jesuítas e outros até hoje não privaram, para que melhor se ajuizar do ciclo do bandeirante do Sul. Diz textualmente a ânua original e autógrafa do padre Diogo de Borôa, datada de Santa Fé, abril, 10 de 1637:

"La Rev^{ma} tenia por matricula ya con chacaras alli mas (mais) de mil y seiscientos yndios, pero como era pueblo nuebo y vispera de cosecha q.^{do} la hambre (fome) suele ser grande casi todos fuera de 200 estaban ausentes buscando q. comer, en sus poblaciónes antiguas, y por montes e rios.

"Los 200 son sus mujeres y otros ciento q. vinieron de S. Xpual (Cristobal) y S. Ana q. estaban cerca con q. hicieron (fizeram) 300 en aquel cerco P.^{e} Mola y los h.^{os} (hermanos) A.^{to} (Antonio Bernal y Jn.^{e} (Juan) de Cardenas a dos (dois) deciembre, dia de nosso P.^{e} S. F.^{co} (Francisco Xavier), como a las ocho (oito) de la mañana embió (enviou) de media legua de alli Antonio Raposo Tabares cap.º *de los portugueses,* el mismo hombre q' destruyo las Red.^{es} (reduções) de Guayra una carta a los P.^{es} (Padres) con yndio *libre* y descomedido y al fin della (da carta) decia q' venia (vinha) *por comida* a los P.^{es} (Padres) para su exercito q' le recebiesen (recebessem) en paz a q' *no lo respondieron* nada los P.^{es} (Padres) y el marchado con su exercito con caja (caixa) y trompeta (trombeta) de guerra y vand.^{a} (bandeira de Cristo) tendida (estendida) al son de guerra se puso sobre la Rev.^{ma} y casa de los P.^{es} (Padres) y sus solda-

dos começaram a atirar sus arcabuces y alguns yndios que se recogian (recolhiam) a la casa de los P.^{es} (Padres) y a la Iglesia y el h.º (irmão) Ant.º (Antonio Bernal) con algunos tiros les yva (ia) anparando de los q' los tiravam (atiravam) por alejarlos (afastá-los) de alli y ellos acercandose (aproximando-se) mas (maia) yvan (iam) pelotiando y matando yndios de los del cerco q' los h.^{os} (irmãos) y otros dos (dois) yndios defendian con gran valor derribando (derrubando) tanbien de los suyos (seus) en defensa natural". (Cf. Aurélio Porto. Ob. cit. pag. 99)

45. *A história mal-contada*

Os jesuítas espanhóis contam a história com excesso de crueldades praticadas pelos portugueses. "Espadas, machadinhas e alfanges que derribavam cabeças, truncavam braços, desjarreteavam pernas, atravessavam corpos, etc. (Antonio Ruiz Montoya. "Conquista Espiritual", p. 280), uma carnificina horrorosa. Tudo isso era preciso para arrebatar a Portugal a glória de ser o pai e co-fundador da Companhia de Jesus. (Cf. Francisco Rodrigues S. J. "História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal". T-1.º, vol. II. p. 587. Porto, 1931). Montoya não sabia e nunca soube da correspondência trocada entre Loiola e o Padre Simão Rodrigues, Provincial da Companhia de Jesus em Portugal. Santo Inácio dirigia-se em 1545 ao Provincial em Lisboa nestes termos: "Como Sua Alteza (D. João III, rei de Portugal) tanto quer a esta Companhia (de Jesus) e por obras bem o mostra sempre com *generosidade crescente,* sendo senhor nosso... *de Sua Alteza é mandar e de nós obedecer,* pensando que Deus nos faz muito especial graça de o podermos em alguma coisa servir." (Cf. Francisco Rodrigues S. J. Ob. cit. p. 593.) Quatro anos mais tarde, quando D. João III pede a Loiola mais apóstolos para mandar para o Estado do Brasil, *patrimônio da Ordem de Cristo,* o Superior da Companhia de Jesus, de Roma, responde ao Rei de Portugal:

"*Não me ofereci eu de novo, pois todos estamos oferecidos e para sempre obrigadíssimos a Vossa Alteza (o Rei) o determinar, ordenar e julgar, e a nós o assentir e de vontade plena tudo executar...*" (Cf. Padre Francisco Rodrigues S. J. Ob. cit. p. 593)

1549

Tempo adiante, em 1551, quando D. João III, rei de Portugal, pede mais jesuítas, Santo Inácio responde-lhe:

"Sabe Aquele que é a suma sabedoria que falo de coração, que não somente obedeceria em enviar quem Vossa Alteza (o rei de Portugal) manda, ou qualquer outro desta mínima Companhia (de Jesus) *mais de Vossa Alteza do que nossa,* mas também com todas as minhas indisposições e idade, se Vossa Alteza me mandasse *ir lá de pés descalços,* sinto em mim devoção e consolação espiritual para sem demora me por a caminho. E espero n'Aquele que dá tão verdadeira afeição ao serviço de Vossa Alteza, que me daria também forças de lá chegar e de me empregar no que me *ordenasse para o servir*". (Cf. Francisco Rodrigues S. J. Ob. cit. ps. 593/594. São meus os grifos e palavras entre parênteses).

Montoya desejaria receber de seu rei essas demonstrações de reconhecimento pelo apostolado exercido com tanto sacrifício. E deu às suas cartas o tom patético de vítima indefesa.

Ora, os acontecimentos tiveram outro rumo. "Quando a bandeira de Raposo Tavares, pelas oito horas da manhã do dia 2 de dezembro de 1636, chegou à vista da redução de Jesus Maria, encontrou-a transformada em uma praça de guerra. Cobrindo-a, por um dos flancos acessíveis, havia uma grande muralha de taipa, terminando por um forte." Vendo os padres e irmãos que estavam cercados, e que os *portugueses e tupis* pegavam de suas armas, disparando seus arcabuzes e atirando suas flechas, começaram a defender-se, animando os índios que estavam em sua companhia e defendendo-os com alguns mosquetes que atiravam os padres e irmãos e dois ou três índios que entendiam alguma coisa disto. Não se atreveram os portugueses e tupis a acercar-se muito da casa e cerca dos padres." (Biblioteca Nacional Mas. I. 29. I 66). Coube a um índio defender uma parede do forte e o fez com tanta valentia com um mosquete que espantava. Achava-se entre as índias que se recolheram à igreja uma de ânimo varonil que saía de quando em quando para animar os índios e não se satisfazendo seu ânimo e valor em somente animá-los com palavras, fê-lo com a ação, pois tomou uma camiseta de um índio e, pondo-a sobre o vestido, armada de uma lança, e vendo que um tupi queria entrar pela porta do forte, defendeu-a a lançadas, e tantas lhe deu que o deixou ali por morto; depois, correndo a uma e outra parte do forte, onde supunha haver perigo, avisava a uns e a outros sobre a pontaria que o inimigo lhe fazia, e resistia aos que procuravam se aproximar." (Cf. Aurélio Porto. Ob. cit. p. 101).

Esta guarani anônima era da estirpe varonil da padeira portuguesa Brites de Almeida que, na batalha de Aljubarrota, onde os portugueses derrotaram os castelhanos, segundo a tradição, matou sete inimigos com a pá do forno. Com alguma diferença. No entrevero entre jesuítas espanhóis e portugueses de São Paulo, a brasilíndia guarani matou a lançadas um tupi, da sua própria raça. E a arma da portuguesa seria a pá do forno, enquanto que a arma da guarani era a lança velha de guerra.

46. *Os jesuítas espanhóis levantam um lenço branco*

A guerra sempre foi a diversão natural dos brasilíndios. Combatem entre eles próprios para exercitar as suas virtudes características. Por isso, diante de tanto heroísmo de seus comandados guaranis, o padre superior observa: "que tanto o ânimo com que se defendiam, que não pareciam senão soldados veteranos e experimentados em semelhantes encontros, animando-se uns aos outros sem fazer caso da multidão do inimigo, nem do sangue que derramavam das feridas recebidas, mas, pelo contrário, isso mesmo lhes dava mais ânimo e brio." E teve ainda por milagroso o fato de "haverem podido sustentar o combate quatro *religiosos* somente, cerca de cinco horas (pois os demais pouco faziam)", e "não se deve ter por menos maravilhoso o não terem morrido, sendo tantos os tiros de mosquetes e arcabuzes e tanta a flecharia, que apenas descobertas em uma e outra parte em que eram vistos, eram logo alvos de seis ou sete inimigos." (Cf. Aurélio Porto. Ob. cit. p. 101. B. N. Mas. I. 29-I, 66).

A resistência encontrada pelos portugueses paulistas era tenaz e forte. Iniciado o ataque, "mulheres, crianças e alguns índios não combatentes refugiaram-se na igreja, que era coberta de palha, *armados de arcabuzes,* flechas e tacapes se abrigavam na muralha e forte, feitos de 'buenas tapias' (taipas) a que se seguiam cercas de paus muito delgados. Alguns retardatários procuravam refugiar-se na igreja e casa dos padres, sendo alvos dos primeiros disparos dos assaltantes. E o irmão Antônio (Bernal) com alguns tiros foi amparando e matando alguns contrários 'en defensa natural'. "Enquanto se desenrolava a batalha, os que estavam na igreja, em altas vozes, rezavam as suas orações." (Aurélio Porto. Ob. cit. p. 101. O grifo e a palavra entre parênteses são meus. B. N. Idem.)

Logo no começo do combate, recebeu o irmão Bernal "um ferimento de bala no dedo mínimo da mão esquerda, tendo o projétil atingido o estômago sobre a imagem da puríssima Conceição de Nossa Senhora, de que lhe ficou o sinal, fazendo-o deitar algumas golfadas de sangue." Pouco depois levava o irmão Cárdenas outro balaço, não menos milagroso que o anterior, pois a bala, passando pelo peito do lado esquerdo para o direito, rompeu a sotaina sem tocar o colete até encontrar o braço direito que passou de parte a parte. "Outro balaço recebeu o mesmo irmão, de que ficou o sinal sem o ferir. O padre Romero foi quase atingido por uma bala que lhe passou junto ao rosto, e fói ferir um rapaz que estava a seus pés. E o padre Mola teve a cabeça ferida por uma bala pequena de chumbo que se alojou entre o couro e o casco." (Cf. Aurélio Porto. Ob. cit. p. 102. B. N. Ms. I. 29. I. 66)

O entrevero entre portugueses de "San Pablo" e jesuítas espanhóis invasores do *patrimônio da Ordem de Cristo* durou algumas horas. "Vendo os portugueses a resistência que se lhes opunha, e o valor com que os padres e irmãos defendiam a sua gente, e embora aqueles fizessem destroço e matassem muitos dos que estavam dentro da cerca e igreja dos padres, e que não estavam tão a salvo que não houvessem perdido já muitos dos seus índios e alguns portugueses com as balas e flechas dos nossos, puseram fogo por duas vezes à igreja, arrojando-o nas flechas e pela segunda que o fizeram abrasar a igreja e a casa dos padres, de que se salvaram poucas cousas causando confusão as lamentações da chusma, calor do dia e fogo, flechas e balas que choviam no cerco." (Cf. Aurélio Porto. Ob. cit. p. 102. B. N. Mas. I.29.I-66)

Assim, havia já "cinco horas durava a refrega e foi quando os padres capitularam erguendo um lenço branco e pedindo paz, suspenderam logo os bandeirantes o ataque que já lhes custava, segundo o padre Borôa, a vida de cinco paulistas (portugueses de São Paulo) e muitos feridos, inclusive 50 tupis que nesta 'refriega cairan." (Cf. Aurélio Porto. Ob. cit. p. 102)

47. *As fantasias do padre Montoya*

A imaginação do jesuíta padre Antonio Ruis Montoya era fecunda e brilhante. Era romancista. Não fosse ele ibérico de boa cepa. Prova-o a sua "Conquista Espiritual", citada linhas atrás, onde pinta o quadro da sua derrota, enfeitando-a. Não sonhava

ele que, trezentos anos mais tarde, a "Ânua" do seu superior, o padre Borôa, viesse dizer o contrário. No entanto, as mentiras montoyanas criaram a "lenda negra" dos bandeirantes. Até hoje é remoída e repisada pelos inimigos de São Paulo e dos paulistas, os quais não sabem que os homens de São Paulo e os paulistas até 1822 eram portugueses tanto quanto os pernambucanos, os cearenses, os baianos, os gaúchos, os mineiros, enfim, todos os brasileiros até a independência. E esses escritores não sabem que a Constituição Política do Império, outorgada a 25 de março de 1824, por D. Pedro I, o português-brasileiro número UM, deu a todos os *portugueses do Brasil a nacionalidade brasileira, até então inexistente.*

Todos os escritores da História do Brasil caíram e caem nesse equívoco. O próprio Capistrano de Abreu escreve: "*O Paulista, o Brasileiro, o Português* eram (sic) inimigo nato(?) desta gente (os brasilíndios) e o ódio originário fora cultivado pelos governadores espanhóis, chamando-os às guerras contínuas contra a infanda(!) colônia(?) do Sacramento." (Cf. Capistrano de Abreu. "Sobre a colônia do Sacramento". Em "Ensaios e Estudos", 3.ª série. p. 79. 1938.) Ora, até 1822, Paulista, Brasileiro e Português eram a mesma coisa. E até parece que estamos ainda nessa confusão, quando muita gente escreve: o Brasileiro, o Paulista, o Mineiro, o Nortista, o Nordestino, o Gaúcho, o Goiano, como se todos não fôssemos Brasileiros por mercê de Deus e da Constituição Política do Império, outorgada em 25 de março de 1824.

Assim, por falta de documentação publicada em seu tempo, o próprio Capistrano de Abreu observa: "Os sucessos dos Tapes provaram(?) mais uma vez não haver remédio em Assuncion, Rio ou Bahia. Os missionários esperavam ser mais felizes no além-mar e embarcaram Antonio Ruiz de Montoya para Madrid, Francisco Dias Taño para Roma. Conseguiu este bulas e censuras fulminantes, trouxe aquele as ordens mais precisas e encarecidas para as autoridades coloniais(?). Tudo perdido. Conhecidas as letras pontifícias no Rio, alborotou-se a população e a bula ficou suspensa. A irritação propagou-se pela marinha e intensificou-se serra acima. Defendidos por seu caminho inexpugnável, os paulistas (sic) expulsaram os jesuítas que só voltaram anos depois, à força de negociações e concessões. Implantou-se, portanto, o sistema seguido nas terras espanholas de encomendas ou administração dos índios; *algumas*

encomendas por testamento(?) couberam à Companhia de Jesus. Imagina-se mal neste figurino oportunista a consciência heróica de Manoel da Nóbrega." (Cf. Capistrano de Abreu. "Capítulos de História Colonial". p. 147. Os grifos são meus)

Ora, as "encomiendas" não tinham relação alguma com o sistema das Aldeias do Rei, no patrimônio da Ordem de Cristo, isto é, no Estado do Brasil, Província da Monarquia Portuguesa. E esse sistema foi mantido até 1759.

Tem-se a impressão de que os escritores da História do Brasil, até hoje, fazem os seus livros com os olhos nas colônias da Nova Inglaterra e raciocinam simplistamente: Se os Estados Unidos da América foram colônia da Inglaterra, também o Brasil foi colônia. Daí o consumo prodigalizante dessa palavra nos compêndios escolares para fixar no cérebro dos alunos o colonialismo soviético, segundo a ciência marxista. E daí Ortega y Gasset, em sua obra "El tema de nuestro tiempo", referir-se àquele poeta espanhol do século XIX que deslumbrado exclamou: "Hoy las ciencias adelantan que es una barbaridad. . ."

Mas voltemos aos jesuítas espanhóis e a Capistrano de Abreu. "Montoya conseguiu licença para aparelhar os índios com armas de fogo e adestrá-los na arte militar. Em breve os bandeirantes perderam a superioridade; derrotados, procuraram conquistas mais fáceis na serra de Maracaju, no alto Paraguai, entre Chiquitos, e por fim entre o gentio corso de língua travada." (Cf. Capistrano de Abreu. Ob. cit. p. 148)

Mas o autor de "Caminhos antigos e povoamento do Brasil" repete as fantasias do jesuíta espanhol Montoya, quase com as mesmas palavras: Os portugueses de São Paulo "abriram um postigo e saindo por ele a modo de rebanho de ovelhas que sai do curral para o pasto, (os bandeirantes) com espadas, machetes e alfanjes lhes derribavam cabeças, truncavam braços, desjarretavam pernas, atravessavam corpos. Provavam os aços de seus alfanjes em rachar os meninos em duas partes, abrir-lhes as cabeças e despedaçar-lhes os membros." E Capistrano horrorizado pergunta: "Compensará tais horrores a consideração por favor dos bandeirantes pertencerem agora ao Brasil as terras devastadas?" (Capistrano de Abreu: "Capítulos de História Colonial". p. 146)

Padre Borôa, superior do padre Montoya, responde na "Ânua" citada por Aurélio Porto em sua obra "História das Missões

Orientais do Uruguai", editada pelo Ministério da Educação em 1943. Não, porque tudo isso não é verdade. A imaginação de Montoya era impressionantemente sombria.

Linhas abaixo, Capistrano de Abreu vai nas águas do padre Montoya e repete-lhe as invencionices, como se fossem verdades enroladas em mentiras. Assim, Montoya dita e Capistrano repete: "À volta, as jornadas (dos bandeirantes) deviam ser inteiramente por terra; de outro modo não poderiam trazer as chusmas de prisioneiros de coleira(?) amarrados uns ao outros. Que destino davam a essa gente? Diz-nos Montoya que eram empregados em transportar nas costas para a marinha carne de vaca e porco; naturalmente carregariam sal na volta; outros passavam para o Rio onde havia interessados nessas piratarias; outros finalmente juntavam-se nas fazendas dos administradores." E para terminar, confiante na palavra do imaginativo Montoya, Capistrano escreve: "Em campanha, 'las mujeres de buen parecer, casadas, solteiras o(ou) gentiles, el dueño (o português de São Paulo) las encerraba consigo en un aposento, con quien pasaba las noches al modo que un cabron en curral de cabras." (Cf. Capistrano de Abreu. "Capítulos da História Colonial", ps. 146/147). Aí está como o português *povoador* é tratado pelo jesuíta Montoya. E mestre Gilberto Freyre sentencia: "Depois de Cristo ninguém tinha contribuído mais do que o português para a fraternidade entre os homens." (Gilberto Freyre. "O Mundo que o Português criou", p. 58).

48. *A carta do bandeirante aos jesuítas espanhóis*

À bandeira de Antônio Raposo Tavares seguiram-se a de André Fernandes em 1637, a de Fernão Dias Paes em 1639 e a de Jenônimo Pedroso de Barros, em 1640. Carta dirigida pelo cabo Manoel Pires aos jesuítas espanhóis diz: "Não imaginem vossas paternidades que viemos aqui com o engodo de vossos índios, que muito bem sabem vossas paternidades, o meu gentio (guarani) que havia por este rio já o enviei para diante"... E além da grande chusma de cativos(?) que estariam pelas alturas de Santa Teresa (redução) contidos nas paliçadas, ou a caminho de São Paulo, um número considerável de ibiraiaras (guaianases) acompanhavam *livremente* os vencedores de suas aldeias localizadas nas pontas do Apiterebi (ou rio da Várzea), *engrossando a coluna bandeirante.*" (Cf. Aurélio Porto. "História das Missões Orientais do Uruguai". p. 123) E estas palavras do

historiador gaúcho contradizem, frontalmente, as declarações do padre Montoya.

"Com data de 13 (de março de 1641), remetida por um parlamentário que arvorava bandeira branca, receberam os padres uma carta de um dos cabos da bandeira, o capitão Manoel Peres (que mestre Afonso Taunay julga ser Manoel Pires), constante, em tradução, da ânua do padre Ruyer e por nós traduzida do espanhol: "Meus Rev.mos P.es — Chegamos aqui para saber dos homens que V. P.es *prenderam há anos passados,* isto é, Pasqual Leite Pais e os demais dos quais nunca tivemos notícias nem por mar nem por terra, se são vivos ou mortos; pelo que vi ante-ontem vejo que V. P.es estão em *pé de guerra* e antes que tivéssemos chegado já este rio estava coalhado de *canoas de guerra* por ordem de V. P.es, às quais, quatro moços mal intencionados, sem ordem minha, procuraram sair de encontro, pelo que V. P.es sem nenhuma razão nem cristandade, que se eu viesse a fazer mal abalroara com todo o meu exército, mas antes *mandei recolher a gente* toda, e assim o fizeram, como V. P.es bem viram por compreender que eram religiosos e servos de Deus e nós cristãos; e logo, rio acima, querendo falar às canoas de V. P.es *levantamos uma bandeira branca,* ao que nos responderam muitas arcabuzadas, coisa que foi de mal a pior. E assim requeiro V. P.es da parte de Deus e de Sua Majestade uma e muitas vezes descarregando minha consciência, e a de todo este Real (arraial) sobre V. P.es do que possa suceder de hoje em diante, de parte a parte, pois o tem causado V. P.es, sendo claro que não tive tal intenção e por isto deixo traslado desta mesma carta para que em todo o tempo conste a verdade, pois não temos intenção de *fazer mal aos cristãos,* pois *ao que viemos não é mais do que saber de nossos irmãos e parentes* que, em sua mor parte, *são casados e estão carregados de filhos e filhas,* hoje em grande desamparo, clamando e pedindo justiça a Deus contra V. P.es pelo desamparo e miséria em que se veem; e assim como da parte do P.e *Vicente Rodrigues, da Companhia de Jesus* (jesuíta português de São Paulo), me pediram os interessados chegasse aqui para saber deles. E estimarei que V. P.es a caridade e a mercê de nos vermos e, principalmente, que nos digam *missa e ouçam algumas confissões,* pois estamos na santa quaresma. (O padre capelão da bandeira já teria regressado a São Paulo com o comandante Jerônimo Pedroso de Barros.) Não imaginem V. P.es que aqui viemos com o engodo

de seus índios, pois muito sabem V. P.^{es} o muito gentio (guarani) que havia neste rio já o enviei para diante e com que V. P.^{es} venham cá falar comigo verão e acharão ser tudo certo e verdadeiro. Eu fico esperando a V. P.^{es}, ou resposta, e não seja a que se deu a Antônio Raposo Tavares em Jesus Maria, e V. P.^{es} muito bem sabem o que disso resultou, o que entendo não farão V. P.^{es} e assim querendo V. P.^{es} vir aqui o podem fazer confiadamente sem receio nenhum: eu fico esperando a V. R. P.^{es} a quem Deus guarde etc. — 13 de março de 1641. De V. P.^{es} — servidor que suas mãos beija. — O cap. Manoel Pires." (Cf. Aurélio Porto. Ob. cit. ps. 125/126).

O historiador não tem o poder de adivinhar as intenções do bandeirante, autor desse documento. Esse papel cabe a filósofos da história, sociólogos da história, ensaístas da história e, principalmente, aos marxistas da história, os maiores adivinhões do passado e do futuro, segundo o jargão do materialismo histórico, também conhecido por teoria materialista da história ou teoria econômica da história. E para isso receberam das mãos do próprio Karl Marx a chave ou a gazua para desvendar todos os mistérios históricos, sem exceção alguma.

49. *A tragédia de quinta-feira santa*

Em várias ocasiões procuraram os portugueses de São Paulo comunicar-se com os jesuítas espanhóis, sem resultado. "Só, mais tarde, animoso, o padre José Domenech aproxima-se da paliçada inimiga, exprobando o procedimento dos (portugueses) paulistas e oferecendo os serviços espirituais dos padres se houvesse ali feridos em perigo de morte, aos quais estariam prontos a confessar. Respondeu-lhes o comandante que tinham 11 brancos (portugueses) gravemente feridos, com também alguns índios." (Cf. Aurélio Porto. Ob. cit. ps. 126/27).

Mas o entrevero entre a tropa bandeirante e os guaranis prossegue. "Aos 16 de março, entre refregas contínuas e assaltos dos índios (das reduções) estiveram os mamelucos (tupis e luso-tupis) na paliçada de que saíam para investir contra os inimigos. Retiraram daí, sempre acossados pelos catecúmenos (guaranis), construindo, mais adiante, novas fortificações para sua defesa. Mas os soldados de D. Inácio Abiaru (o cacique tape) não lhes davam tréguas para cuidar de seus feridos, que eram muitos e, assim, ainda, por dois dias, mantiveram contato com os inimigos vermelhos (os tupis). Nesses recontros os próprios chefes (dos

tapes) Neenguiru e Abiaru foram tomados (presos) pelos bandeirantes e libertados pelos índios (tapes). No último dia, oitavo de combates contínuos, 18 de março, os missioneiros (jesuítas espanhóis) os perseguiram das seis horas da manhã às três horas da tarde. Haviam perdido mais de 60 mortos, sendo poucos os que não estivessem feridos." (Aurélio Porto. Ob. cit. p. 127).

A ânua do superior dos jesuítas espanhóis é um documento revelador da sua fúria religiosa. Combatiam com os defensores do *patrimônio da Ordem de Cristo,* ou seja, do Estado do Brasil, até o último tape reduzido, bem armados e municiados. E batalhavam na ilusão de que as reduções estavam em território da Coroa de Espanha.

"A fim de melhor se refazerem, os (portugueses) paulistas embrenharam-se nas matas entre o Mbororé e Acarágua, sem que seus perseguidores pudessem encontrá-los, nem saber o rumo que haviam tomado. E assim passaram-se seis dias, conseguindo os fugitivos atingir as aldeias de Acaragua onde se situaram, erguendo o seu real (arraial). Não esmoreceram, porém, os padres no intuito de se verem livres de tão terrível inimigo. Convicto estava este (o capitão bandeirante) de gozar alguns dias de tranqüilidade, entregue a seus deveres devocionais, pois corria a semana santificada pela morte do Redentor. E no Acaragua, onde os restos da bandeira destroçada se acolhera, na *quinta-feira santa,* que deve ter passado a 25 de março, os (portugueses) paulistas estavam ocupados "*em levantar cruzes, erguer calvários, enramar arcos e preparar estações para as solenidades da Paixão". Jamais supuseram que em "tais dias santos", consagrados às cerimônias religiosas, ao culto do Senhor, pudessem cristãos empunhar armas* para verter sangue humano, principalmente religiosos de tão austeras virtudes". (Cf. Aurélio Porto. Ob. cit. p. 127. As palavras entre aspas são do documento revelado pelo historiador gaúcho, a "Ânua do padre jesuíta Cláudio Ruyer" — Biblioteca Nacional, I, 29, I, 93. Col. de Ângelis. Original e autógrafa. São meus os grifos e as palavras entre parênteses.)

"E foi exatamente nesse dia que, tendo localizado os fugitivos, sobre eles *caiu o forte exército dos catecúmenos* (tapes, comandados pelos jesuítas espanhóis) sob o comando de D. Inácio Abiaru e *imediata direção dos padres da Companhia de Jesus.* Após refregas incessantes e desesperada defesa dos mamelucos

(lusotupis e tupis), em que perderam muitos homens, conseguiram estes por-se a salvo, fugindo novamente para os matos. Domingo da Páscoa, não obstante incessantes buscas, perderam os índios (tapes) o contacto com os restos da bandeira destroçada, que já havia tomado grande distância, por ásperas serranias, matos fechados que marginam o Uruguai. E o *exército cristão voltou às suas reduções para celebrar com "Te Deum" festivas e largas manifestações de alegria a auspiciosa vitória.* Isto foi a 28 de março, em que deve ter caído a Páscoa de 1641." (Cf. Aurélio Porto. Ob. cit. p. 127)

50. *O regresso da bandeira derrotada*

"Trágico o retorno dos remanescentes dessa bandeira que, embrenhada pelos sertões rio-grandenses, só devem ter atingido o povoado piratiningano um ano e meio mais tarde. Transposto o Uruguai, nas proximidades do Alto Uruguai, atingindo aldeias dos infiéis (infiéis, porque não pertenciam às reduções e eram amigos dos portugueses paulistas) ibiraiaras que ficavam nas cabeceiras do Apiterebi, hoje rio da Várzea, ou Uruguai-pitã dos demarcadores. Até chegar a essas alturas, *segundo a documentação jesuítica,* haviam sido várias vezes assaltados pelo índios gualachos, hordas antropófagas que dominavam aquele sertão, vindos do Norte sob a pressão dos brancos que baixavam do Iguaçu. E nesses recontros (os bandeirantes) haviam perdido ainda alguns mortos, sob cruéis atrocidades, descritas pelo padre Cristóvão Altamirano, que até ali persegue os mamelucos (lusotupis)." (Cf. Aurélio Porto. Ob. cit. ps. 128/129. Os grifos e as palavras entre parênteses são meus).

A caça aos bandeirantes, ou seja, aos portugueses de São Paulo, não enfraquece. Os jesuítas espanhóis estão engajados no extermínio dos portugueses paulistas, ou seja, nos portugueses de São Paulo, porque os lusopaulistas haviam procurado expulsar os invasores do *patrimônio da Ordem de Cristo,* politicamente, Estado do Brasil, Província da Monarquia Portuguesa. E por isso não descansam.

"Meses depois do assédio de Mbororé, diz o irmão Simon Mendez, confirmado pelo padre Dias Taño (Pastells — 2.º 60. Portanto insuspeitos, pois são jesuítas espanhóis), mandaram os padres, sabendo que os (portugueses) paulistas estavam pelo território rio-grandense, *uma força bem armada de 150 catecúmenos (tapes das reduções), sob o comando do capitão-gene-*

ral Inácio Abiaru para, novamente, *hostilizá-los*. Depois de muitos dias de marcha encontraram dez 'portugueses' (sic) que procuravam fazer um forte nas imediações das reduções. *Batidos pela força*, dispersaram-se, *com morte de cinco*, tendo libertado (estavam presos, por acaso?) 45 infiéis (porque não eram das reduções jesuíticas) que haviam capturado. Algum tempo depois, *muitos contingentes de soldados das reduções* acharam rancheados em uma paliçada alguns (portugueses) paulistas que foram obrigados a fugir." (Cf. Aurélio Porto. Ob. cit. p. 128). Os jesuítas espanhóis revelam-se senhores de imaginação a toda prova. Contam, com simplicidade, como dez portugueses tinham "aprisionado 45 indígenas infiéis". E esquecem-se de dizer que esses "prisioneiros" *eram amigos dos portugueses*.

"Um destacamento de bandeirantes que saiu à preia (aprisionar) de infiéis (tapes não pertencentes às reduções), encontrou pelas alturas de Tebiquari um troço de índios cristãos (reduzidos) que, quando da destruição de Santa Teresa, se teria retirado para as imediações desse rio. Depois do assalto, que colheu alguns, *outros se entregaram espontaneamente*, com o intuito de mais tarde promoverem uma revolta entre os prisioneiros(!). À noite levaram a efeito o intento, destroçando-os. Outros "10 portugueses de outra tropa, que eram os melhores soldados de Jerônimo Pedroso" (Pastells. II. 65), "tiveram igual destino." (Cf. Aurélio Porto. Ob. p. 128.) São meus os grifos e as palavras entre parênteses.)

51. *O rei de Espanha agradece os serviços de seus vassalos, os jesuítas espanhóis*

Em 21 de maio de 1640, o rei Filipe IV de Espanha, em real cédula ao Vice-Rei do Peru, Marquês de Mansera, escrevera que era "mui conveniente que todos os Índios do Prata, Paraguai, antigos cristãos(?) de cuja lealdade se não podia duvidar, fronteiriços dos *portugueses, se exercitassem no manejo das armas de fogo pela falta que havia de espanhóis*, para que se pudessem defender dos irreparáveis danos que a experiência mostrara haverem recebido dos *portugueses da vila de São Paulo*. Apenas se tomassem providências sobre o requerimento das armas, de pólvora, das munições que deviam ser cuidadosamente vigiadas pelos *jesuítas. Convinha também fazer com que nas reduções assistissem irmãos militares que houvessem pelejado no Chile.*" (Arquivo General de Índias 76-3-28. Os grifos são meus.)

Os espanhóis do Paraguai eram contra os jesuítas patrícios. Simpatizavam mais com os portugueses paulistas, porque os guaranis das reduções não lhes podiam prestar "servicio personal" pois trabalhavam somente para os religiosos. "Assim, por exemplo, neste momento de crise, iminente à invasão (luso) paulista, queria a câmara (Cabildo) de Assunção, que o governador paraguaio, Dom Pedro de Lugo, a 3 de dezembro de 1640, informasse a Sua Majestade sobre o estado dos índios de Corpus e Ytapua acerca do pagamento de taxa e tributo em serviço pessoal. O Cabildo da capital paraguaia mostrava-se alarmado pelo decorrer o boato de que determinara a Real Audiência de Charcas fosse a mita (repartição que se fazia dos guaranis para retirar deles os que deviam ser usados nos trabalhos públicos) paga em espécie, nessas aldeias recentemente apadroadas por Dom Pedro de Lugo. A isto se recusavam os encomenderos de Assunção energicamente, representam o Cabildo contra tal providência a mostrar 'el inconviniente, grande desconsulelo y alteración que causaria a los índios circunvecinos que hacen mitas, si los dichos índios del Paraná pagasen sus tributos y tassas (taxas) en especie." (Cf. Afonso d'E. Taunay. Obra cit. p. 141/142. Pastells, II, doc. 642. As palavras entre parênteses são minhas.)

Entre os espanhóis o Cabildo era o governo das cidades, onde se reuniam apenas os homens mais abastados. Não havia eleições para isso. Ao terminar o seu mandato, eles *indicavam* os substitutos. Para isso o povo não era chamado. Já nas Câmaras de Vereadores lusobrasileiras o *povo elegia* os seus representantes, segundo as *Ordenações do Reino*, ou seja, a Constituição Política da Monarquia Portuguesa. O povo não elegia o rei, mas tinha o direito de eleger os seus governantes locais, livremente. O próprio rei de Portugal respeitava às *Repúblicas de Vereadores lusobrasileiras.* E designava com o título de República as Câmaras de Vereadores lusobrasileiras.

Tempo adiante, quase cinco anos mais tarde, o rei de Espanha, Filipe IV, escrevia. "Yo, El-Rey" mandava ao seu governador do Paraguai que agradecesse aos índios das reduções o cargo da Companhia de Jesus (espanhola), "por lo bien que se han defendido de los *portugueses del Brasil.* "Em recompensa a estes serviços de tão boa vassalagem dizia Sua Majestade: "No consintaes que se hagan molestias no novedades com los índios de dichas reduciones y cuideis mucho de su alivio que

asi conviene a mi servicio." (Cf. Afonso d'E. Taunay. "História Geral das Bandeiras Paulistas". T-3.º p. 142)

52. *O rei de Espanha é grato aos guaranis*

No dia 1.º de dezembro de 1640, D. João IV foi aclamado em Lisboa rei de Portugal, do Estado do Brasil, do Estado da Índia (Ásia) e do senhorio da África Portuguesa. Seis anos mais tarde, em 1646, Filipe IV, rei de Espanha, não contente por ter perdido a coroa de Portugal, mostra-se grato aos guaranis por terem rechaçado os bandeirantes portugueses nos rincões sul-riograndenses. Para ele os guaranis eram vassalos da coroa de Espanha, comandados pelos jesuítas vassalos espanhóis. Por isso incentiva(?) os guaranis, vassalos da coroa de Espanha, comandados pelos jesuítas espanhóis, fiéis vassalos da monarquia castelhana, a fixarem-se, definitivamente, no território onde ergueram as reduções porque era da América Espanhola. Assim, em 14 de fevereiro de 1647, nova cédula de Filipe IV refere-se às façanhas dos guaranis: "Habian defendido su(?) tierra echando (expulsando) a los *portugueses* de ella astá ponerlos en huida (fuga) ignominiosamente por dos (duas) vezes, con que hoy gozan de paz sin que los *portugueses* se hubiesen atendido a volver sobre ellos." E estivera o Paraguai a pique de se perder! Assim, como estes bons índios em recompensa solicitavam da munificência real "alguma merced que lhe pudiese ser de alivio en los tributos que *pagan*", encarregava, ele, rei, ao fiscal da Audiência de Charcas, Dom Geronymo de Camargo, que cuidasse do alívio e conservação dos índios das ditas reduções, "todavia porque conviene alentarlos para que continuen al servicio con sus armas". Tudo isso porque tais serviços "gravados ficavam no peito de seu grato soberano", como diria um dinasta, seu descendente, aos descendentes de alguns dos assaltadores do Paraguai, naquela época, expandia-se o coração paterno do Sr. D. Filipe IV:

"Le dareis en mi nombre las gracias por lo bien que me ayo servido de ellos y le encargareis le continuen en lo adelante por las occasiones que se puedan ofrecer con el celo y atención que asta aqui alentandolos mucho para que los aga asi conviene a mi servicio." (Cf. Afonso d'E. Taunay. Ob. cit. p. 142/143)

Mas Filipe IV precisa dos trabalhos dos jesuítas espanhóis para anexar, de uma vez por todas, o território das missões gaúchas à América Espanhola. Por isso, na mesma data, em outra cédula régia encarrega ao seu vice-rei peruano Marquês de Man-

serra, que empregasse todo o cuidado em aliviar às condições dos guaranis das reduções das províncias ribeirinhas do Uruguai e no Paraná, "por lo bien que han servido defendiendose de los rebeldes de Portugal." "Balientisimamente, de doce años a esta parte", salvando o Paraguai de cair em mãos dos (portugueses) paulistas, como estes *rebeldes* intentavam!" (Afonso d'E. Taunay. Ob. cit. p. 143. Arquivo General de Índias. 122-3-2).

Filipe IV não acreditava no fato de ter perdido a coroa de Portugal. Custava-lhe a crer nesse acontecimento. Por isso, para ele, até o próprio D. João IV, rei de Portugal, era vassalo rebelde da coroa espanhola, quanto mais os portugueses paulistas, que defendiam o *patrimônio da Ordem Cristo.*

53. *O rei de Portugal, Governador da Ordem de Cristo, e o Exército Lusobrasileiro*

Restaurada em 1640 a Monarquia Portuguesa, o rei de Portugal assume o mestrado da Ordem de Cristo e oficializa o Exército Lusobrasileiro para defender o patrimônio da Ordem de Cristo. Na realidade, ele fora organizado para a expulsão dos piratas holandeses do Norte, por João Fernandes Vieira, português da Ilha da Madeira; André Vidal de Negreiros, português da Paraíba; Henrique Dias, português preto da Bahia, comandante do regimento de pretos; e Dom Antônio Filipe Camarão, brasilíndio nordestino, comandante do regimento dos brasilíndios. E o Exército Lusobrasileiro surge, para a defesa do *patrimônio da Ordem de Cristo,* com os quatro elementos formadores do Estado do Brasil: o português pernambucano João Fernandes Vieira, o *Governador da Liberdade Divina*; o lusoparaibano André Vidal de Negreiros, filho de pai português e mãe brasilíndia; o preto lusobaiano Henrique Dias e o português brasilíndio Filipe Camarão. Todos portugueses a serviço de Portugal e da Ordem de Cristo. "Como é sabido, os monarcas portugueses transformaram a Ordem da Cavalaria, *instituição universal,* mas de caráter profundamente individualista, em Ordens Militares, *nacionais,* em que o cavaleiro obedecia à disciplina e defendia os interesses do Estado." Seguiram nisso o exemplo das outras nações peninsulares, cuja tática excederam. *Não se depara na História Universal, um caso como a Ordem de Cristo, votada, durante um longo período, à obra nacional dos Descobrimentos. Daqui, também, o caráter juntamente heróico e político que assi-*

nalou a Cavalaria Portuguesa." (Cf. Jaime Cortesão. "Introdução à História das Bandeiras". II — p. 186).

Assim, se a Ordem de Cavalaria de Nosso Senhor Jesus, ou Ordem de Cristo, constituída pela Cavalaria Portuguesa, única no gênero na História das Civilizações, não foi combater em Jerusalém, em contrapartida foi a Cavalaria dos Oceanos e depois a Cavalaria Bandeirante para estar em todos os continentes, inclusive ao *patrimônio da Ordem de Cristo,* politicamente, o *Estado do Brasil,* a fim de propagar o *lusocristianismo,* onde irradiam a civilização grega, o espírito jurídico romano e a teologia judeu-cristã. E por isso, o português foi em trezentos anos, na Europa, na Ásia, na África e no Brasil, marinheiro, mercador, missionário e militar, no bandeirismo.

Nessas condições, na constituição do Exército Lusobrasileiro, a fim de expulsar, para o todo sempre, no Nordeste, os piratas holandeses, entram todos os elementos étnicos componentes da formação histórica brasileira, multirracial, multicultural e transcontinental: portugueses de Portugal, portugueses da África, portugueses do Brasil, lusobrasilíndios, brancos, vermelhos e pretos, todos portugueses na inteligência, na alma, no coração, todos soldados da Ordem e Milícia de Cavalaria da Ordem de Cristo. E reconheceu isso D. João IV, o rei de Portugal, ao galardoar, como galardoou, generosamente, João Fernandes Vieira, o GOVERNADOR DA LIBERDADE DIVINA; André Vidal de Negreiros, o lusoparaibano; D. Antônio Filipe Camarão, lusopernambucano, Governador dos brasilíndios; Henrique Dias, o preto lusobaiano, Governador dos Pretos, não com palavras, como Filipe IV, rei de Espanha.

54. *O jesuíta português Padre Antônio Vieira e a bacia do Prata*

A idéia de estabelecer as missões jesuíticas portuguesas em território paraguaio com os guaranis vinha desde 1551, ao pensamento do jesuíta português padre Leonardo Nunes, em São Vicente. No ano seguinte, Padre Manoel da Nóbrega manifesta o mesmo pensamento. "Tanto para Nóbrega, como para Tomé de Sousa, *como até para Anchieta, o Paraguai era parte integrante da mesma expressão geográfica, o Brasil.*" (Cf. Serafim Leite, S. J. "História da Companhia de Jesus no Brasil", T-1, p. 338). E o mapa da Terra do Brasil, desenhado por Lopo Homem, cartógrafo real, isto é, do rei D. Manoel I, publicado em Lisboa,

em 1517, de que falamos em capítulo anterior, inclui o *patrimônio da Ordem de Cristo* até o estuário do rio da Prata, ou seja, a bacia platina. (Cf. José de Anchieta. "Cartas", 14).

Nessas condições, quase cem anos mais tarde, o jesuíta português padre Antônio Vieira revive a idéia de Leonardo Nunes, Nobrega e Anchieta, em carta da Holanda, 20 de janeiro de 1648, ao Marquês de Niza, ministro de D. João IV, onde diz:

"Também se pode intentar a conquista do Rio da Prata, de que antigamente recebíamos tão consideráveis proveitos pelo comércio, se podem conseguir ainda maiores, se ajudados dos (portugueses) de São Paulo marcharmos, como é muito fácil, pela terra dentro, e conquistarmos algumas cidades sem defesa, e as minas de que ela a Espanha se enriquece, cuja prata por aquele caminho se pode trazer com muito menos despesas. Ouvi que em França se está fazendo uma companhia muito poderosa, para a conquista desse Rio da Prata, sem dúvida por notícias tiradas do nosso reino, e por ventura que as informações do Cardeal tirem a este fito. E assim me parecia, quando ele falasse a V. Ex.^{cia} na matéria, poderia V. Excia. responder-lhe que o Rio da Prata não é conquista de consideração porque não tem prata nem cidades, senão de ali a quinhentas léguas de campos desertos, de onde vinham alguns mercadores a comprar negros que ali lhes levávamos, e que se acabou com a guerra de Castela; e, para ver se este comércio se pode renovar, uma das ordens que levou Salvador Correia foi mandar tomar aquele porto. E assim é necessário que Sua Majestade o faça logo e que V. Excia. escreva, como também farei, porque bastam dois navios, e duzentos ou trezentos homens, para tomar Buenos Aires, que é única povoação que ali há de castelhanos, e nós não antecipamos, podem os franceses tomar-nos a bênção, o que nos estava sempre muito mal, porque, demais da perda do comércio, ficarão com eles todos os mares e portos do Sul, *de que sempre fomos absolutos e pacíficos senhores*." (Cf. "Cartas do Padre Antônio Vieira" — Coordenadas e anotadas por João Lúcio D'Azevedo. T-1.º ps. 135/136. Coimbra, 1925. São meus os grifos e palavra entre parênteses.) Este final da carta do grande jesuíta lusitano, "Imperador da Língua Portuguesa", segundo o decassílabo de Fernando Pessoa, revela a divergência política reinante entre os religiosos da Ordem de Loiola: os jesuítas portugueses estão frontalmente contra os jesuítas espanhóis, invasores do *patrimônio da Ordem de Cristo*, ou seja, do Estado do Brasil, província da Monarquia Portuguesa.

Ora, a idéia de transferir a sede da Capital da Monarquia Portuguesa de Lisboa para o Brasil vinha sendo trabalhada pelos estadistas lusitanos desde Martim Afonso de Sousa, o criador das Câmaras de Vereadores Lusobrasileiras, quando em 1535, de regresso a Lisboa, aconselha D. João III, o humanista, a instalar o seu governo em território brasileiro, para fundar aqui um grande império. Cem anos mais tarde, por meados de 1647, D. João IV, após a restauração da Monarquia Portuguesa, já tinha resolvido mudar a capital do Império Português para a Bahia, no *patrimônio da Ordem de Cristo,* então Vice-Reino do Estado do Brasil, elevado a Império Brasileiro, cento e cinqüenta anos antes de D. João VI instalar a capital da Monarquia Portuguesa no Rio de Janeiro. E, para isso, D. João IV toma a maior providência do seu governo: incumbe Antônio Raposo Tavares, o Rei dos Bandeirantes, de traçar as fronteiras do patrimônio da Ordem de Cristo a Oeste, com a América Espanhola.

55. *Os jesuítas portugueses e as dimensões geográficas do patrimônio da Ordem de Cristo*

Os jesuítas portugueses conheciam, como as autoridades portuguesas do Estado do Brasil, a dimensão geográfica do patrimônio do Estado do Brasil. Não apenas os padres Leonardo Nunes, Manoel da Nóbrega e José de Anchieta no século XVI, e o padre Antônio Vieira já citados, no século XVII. Além deles, outros. Nesse caso, o documento abaixo confirma as palavras do grande jesuíta português, citado anteriormente: "... *todos os mares e portos do Sul, de que sempre fomos absolutos e pacíficos possuidores*". (C. Jaime Cortesão. "Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil". II — p. 284).

"Informação da entrada que se pode fazer da Vila de São Paulo ao Grande Pará que é o verdadeiro Maranhão chamado também Rio das Almazonas, cuja barra está na costa do mar de Pernambuco contra as Antilhas 340 léguas e da Bahia do Salvador, 440.

"Dada por Pero Domingues um dos trinta portugueses que da dita vila foram descobrir no ano de 1613, conformam com ele os mais companheiros que hoje vivem.

"Para mais clara inteligência suponhamos primeiro que a demarcação de todo este *Estado do Brasil, Província de Santa Cruz*, está fechada com dois limites como com duas chaves, uma das quais é o nomeado *Rio da Prata*, que está em 35 graus da

linha geral para o Sul; a segunda é o afamado *Pará* (foz do Amazonas) que por sua notável largura mereceu que os naturais lhe pusessem o tal nome, que significa mar; porquanto a tem tamanha que sua barra se não satisfaz com menos que com cento e mais léguas. (116 km?) Sua primeira ponta parte do Sul, dista do equinocial pouco mais de um grau e a do Norte pouco mais de meio. Fecham estas duas chaves 900 léguas por costa, não fazendo caso das voltas das particulares enseadas." (Cf. Serafim Leite S. J. "Páginas de História do Brasil" — Uma grande bandeira paulista ignorada — ps. 99/111. C. E. N. 1937. Os grifos e as palavras entre parênteses são meus.)

A bandeira de Pero Domingues levou 19 meses na viagem da vila de São Paulo à foz do Amazonas. A informação do jesuíta padre Araújo foi escrita em São Paulo cerca de 1523, pois partira desta vila em 1613, "haverá oito para anos", diz o original inédito. E por ela se verifica, geograficamente, como os jesuítas portugueses conheciam muito bem a dimensão territorial do *patrimônio da Ordem de Cristo*.

Tempo adiante, em 1633, o padre jesuíta Simão de Vasconcelos, ao tratar da América Portuguesa e da América Espanhola, refere-se ao Tratado de Tordesilhas, escrevendo:

"Esta repartição se deve averiguar pelo que corta a linha imaginária ou mental de que falamos, que vai lançada de norte a sul, do último ponto da linha transversal de trezentos e setenta léguas da ilha de Santo Antão (arquipélago de Cabo Verde) para o poente. Mas como nesta linha transversal os compassos de uns andaram mais, e mesmo liberais os de outros, ou de propósito, ou levados das diversas arrumações das cartas geográficas, veio a ocasionar-se nesta matéria variedade: porque uns correm aquela linha transversal de maneira que a mental de norte a sul vem cortar a América para o reino de Portugal vinte e quatro graus de comprimento somente, outros trinta e cinco, outros quarenta e cinco (deixando outras opiniões de menos conta) e todas estas variedades nascem das causas apontadas. A primeira opinião de vinte e quatro graus é escassa, nem tem fundamento algum, convence-se com a experiência, posse vista das cartas geográficas. A última que dá cinqüenta e cinco graus é de compasso mais liberal, não parece tão ajustada aos princípios referidos. As duas entremeias de trinta e cinco e quarenta e cinco graus me parecem ambas verdadeiras, bem entendidas; porque a que dá trinta e cinco graus fala pelo que o *Brasil está*

de posse por costa, e a que dá quarenta e cinco fala pelo que lhe convém, em virtude da linha que corre o sertão; e são ambas certas."

Depois destes exames da carta geográfica aberta debaixo dos seus olhos, o jesuíta português Simão de Vasconcelos continua:

"*Está de posse o Brasil da terra por costa desde o grão rio das Almazonas até o Prata; porque no das Almazonas começam suas povoações que correm até passante Cananéia e senhoream dali em diante todos os mais portos com suas embarcações e comércio, e no rio da Prata está posto seu marco na ilha dos Lobos, como é notório. Nem deste rio da Prata para o Norte junto à costa possuem coisa alguma Castelhanos, como se deixa ver pela experiência e mapas; segura fala logo a opinião que dá trinta e cinco graus pelo que estamos de posse por costa.*"

O jesuíta português Simão de Vasconcelos, na sua exposição geográfica, é claro, correto e concludente: do Amazonas ao Prata, "na ilha de Lobos, como é notório", todo esse litoral é do *patrimônio da Ordem de Cristo,* politicamente Estado do Brasil, Província da Monarquia Portuguesa.

"Pelo que, prossegue Vasconcelos, convém em virtude da linha que corre o sertão falam ao certo os que dão quarenta e cinco graus. Esta verdade poderá experimentar todo o cosmógrafo curioso; porque se com exata diligência arrunar as terras do mundo e depois com compasso fiel medir a linha que dissemos, desde a ilha de Santo Antão trezentas e setenta léguas ao Poente, achará que a linha de norte a sul, que do último ponto desta divide as terras da América, vai cortando direita ao rio das Almazonas pelo riacho que chamam de Vicente Pinzon, e correndo pelo sertão deste Brasil até sair no porto ou *baía de São Matias,* quarenta e cinco graus pouco mais menos do equinocial, distante da boca do grão rio da Prata para o Sul cento e setenta léguas (177 km?); no qual lugar é constante fama se *meteu marco da coroa de Portugal."* (Cf. Simão de Vasconcelos. "Chronica da Companhia de Jesus do *Estado do Brasil."* L. 1.º § 15/16. Lisboa 1663. Capistrano de Abreu. "Sobre a Côlonia do Sacramento". Em "Ensaios e Estudos". 3.ª série. ps. 69, 70, 71. 1938. Os grifos são meus.)

56. *Da foz do rio de Vicente Pinzon até a baia de S. Mateus*

O jesuíta português Vasconcelos escreve o texto acima com os mapas feitos pelos cartógrafos lusitanos, analisando-os. Ele está

de acordo com Gabriel Soares de Souza, quando se dirige ao rei Filipe II, de Espanha, e 1.º de Portugal, em 1587: o Estado do Brasil "começa além da ponta do rio das Amazonas, da banda do Oeste, pela terra do Caraíbas, donde se principia o Norte desta *província* e indo correndo esta linha pelo sertão dela ao Sul, parte o Brasil e conquistas dele, *além da baía de São Matias,* por 45°, pouco mais ou menos, distantes do equinocial." (Cf. Gabriel Soares de Souza. "Tratado Descriptivo do Brasil." caps. II/111)

57. *A cartografia é documento histórico*

Embora o original dessa obra fosse escrito em castelhano e publicado em 1587, já no reinado de Filipe II de Espanha e I de Portugal, nem o rei, nem seus cosmógrafos impugnaram nem contestaram a declaração de Gabriel Soares de Souza. Aceitaram-na e silenciaram. E com a *união* (não unidade) das duas coroas, o momento não era chegado para tratar do assunto.

Ora, *quando em começos de janeiro de 1535, D. João III faz a primeira divisão administrativa do patrimônio da Ordem de Cristo, em Capitanias,* politicamente ainda *Província de Santa Cruz,* esse trabalho é feito *num mapa desenhado em Lisboa, onde estão* inscritos os nomes de quase todos os *portos, baías, enseadas, rios e ilhas do território brasileiro, mas também do estuário do rio da Prata para baixo até o Estreito de Fernão de Magalhães,* onde figura a *baía de São Matias,* com a Linha de Demarcação traçada de norte a sul. *Todo esse litoral, desde o rio de Vicente Ianez Pinzon, até o Estreito de Magalhães já, havia sido medido, palmo a palmo, pelos marinheiros e geógrafos portugueses, conforme se verifica nesse documento.* E daí a cartografia ser um documento para o historiador pesquisador.

Além disso, em 20 de janeiro de 1535, quando D. João III assina a "Carta de doação e foral de terra concedidas Martim Afonso de Sousa, constituinte da Capitania de São Vicente, o item (6) diz: "Em mercê lhe faço como rei e senhor destes e assim como *governador e perpétuo administrador que sou da Ordem e Cavalaria do mestrado de Nosso Senhor Jesus Cristo.*" (Cf. Pedro Taques de Almeida Paes Leme. "História da Capitania de V. Vicente". Com um estudo biográfico do autor, por Afonso de E. Taunay. S. Paulo. s/d. p. 165).

Nessas condições, quando os *jesuítas espanhóis* invadem e apossam-se das terras aquém dos rios Paraná e Uruguai, em começos do século XVII, os *jesuítas portugueses* Antônio de Araújo, Antônio Veira e Simão de Vasconcelos declaram que *o patrimônio da Ordem de Cristo, politicamente, Estado do Brasil,* estendia-se por terra até à baía de São Matias. E em todo esse litoral, do Amazonas ao rio da Prata, estava povoado pelos portugueses. Mas os *jesuítas espanhóis* resolvem arrebatar a glória de D. João III ser o protetor da Companhia de Jesus. Para isso, desencadeiam a guerra contra os portugueses de São Paulo, os lusobandeirantes. E criam a *lenda negra* dos bandeirantes "caçadores de escravos".

58. *O território do patrimônio da Ordem de Cristo*

Dezenove anos após o descobrimento do Brasil, em 1500, os portugueses já haviam feito o levantamento cartográfico do litoral brasileiro, da foz do Amazonas à foz do rio da Prata, documenta o mapa de Lopo Homem, cartógrafo real, publicado em Lisboa em 1519. Tempo adiante, em 1576, Pero de Magalhães Gandavo, o primeiro historiador lusobrasileiro, publica em Lisboa a sua "*História da Província de Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*". Barbosa Machado, em "Biblioteca Lusitana", T-III, p. 591, informa que Pero de Magalhães Gandavo nascera em Braga, filho de pai flamengo, residira por alguns anos no Brasil, donde regressa a Portugal, lá abre escola pública entre o Douro e Minho, constitui família e foi insigne humanista, conhecedor do grego e do latim. No "Prólogo" da primeira edição (1576), repetido na segunda (1858), ele diz: "A causa principal que me obrigou a lançar mão da presente História, e sair com ela à luz, foi por não haver até agora pessoa que a empreendesse, havendo já sessenta anos que esta *Província* (de Santa Cruz) é descoberta." (Ob. cit. p. XIX).

Logo no capítulo I explica por que a terra cabralina recebera o nome de *Província de Santa Cruz,* dizendo: "O que não parece carecer de mistério, porque assim como nestes Reinos de Portugal trazem a cruz no peito por insígnia da Ordem e Cavalaria de Cristo, assim prouve a Ele que esta terra se descobrisse a tempo o tal nome lhe pudesse ser dado neste santo dia, pois havia de ser possuída de Portugueses, *e ficar por herança de patrimônio no Mestrado da mesma Ordem de Cristo.*" (Cf. Pero

de Magalhães Gandavo. "História da Província de Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil." 2. ed. p. 3. Lisboa, 1858).

No capítulo segundo, Gandavo escreve: "Em que se descreve o sítio e qualidade desta *Província*", expondo: "Esta *província* Santa Cruz está situada naquela grande América, uma das quartas partes do mundo. Dista o seu princípio dois graus da equinocial para a banda do Sul, e daí se vai estendendo para o mesmo Sul até quarenta e cinco graus. De maneira que parte dela fica situada debaixo da zona tórrida e parte da temperada. Está formada esta *Província* à maneira de uma *harpa,* cuja costa pela banda do Norte corre do oriente ao ocidente e está olhando diretamente à Equinocial; e pela do Sul confina com outras *Províncias* da mesma América povoadas e possuídas de povo gentílico (ameríndios, na linguagem atual) com que ainda não temos comunicação. E pela do Oriente confina com o mar Oceano Áfrico (hoje Atlântico), e olha diretamente os Reinos de Congo e Angola até ao Cabo de Boa Esperança, que é o seu oposto. E pela do *Ocidente confina com as altíssimas serras dos Andes e fraldas do Peru* as quais são tão soberbas em cima da terra que se diz terem as aves trabalho em as passar. E até hoje só um caminho lhe acharam os homens vindo do Peru a esta *Província,* e este tão agro, (difícil) que em passar perecem algumas pessoas caindo do estreito caminho que trazem, e vão parar os corpos tão longe dos vivos que nunca mais os vêm, nem podem ainda que queiram dar-lhes sepultura. Destes e de outros extremos carece esta *Província Santa Cruz*; porque com ser tão grande não tem serras, ainda que muitas, nem desertos nem alagadiços que com facilidade senão possam atravessar. Além disto, esta *Província* sem contradição a melhor para a vida de homem que cada uma de outras da América. . ." (Cf. Pero de Magalhães Gandavo. Ob. cit. p. 4).

Ao escrever a sua "História da Província de Santa Cruz", publicada em Lisboa em 1576, Gandavo tinha diante dos olhos os mapas do Brasil, feitos por Lopo Homem, publicado em Lisboa, em 1519, cinqüenta e sete anos antes, e o de Bartolomeu Velho, também publicado em Lisboa em 1561, havia quinze anos. E esses dois mapas documentam como os portugueses já tinham feito o reconhecimento geográfico do *patrimônio da Ordem de Cristo,* politicamente, Estado do Brasil, de norte a sul, de leste a oeste, em meio século, para reproduzi-lo cartograficamente.

59. *Raposo Tavares traça as fronteiras do patrimônio da Ordem de Cristo a Oeste, em 1650*

Na carta ao Marquês de Nisa, já referida, o jesuíta padre Antônio Vieira, então conselheiro do rei de Portugal, sugere a D. João IV o reconhecimento dos Andes, a Oeste, do *patrimônio da Ordem de Cristo,* pois o religioso tinha grande ascendência no ânimo de sua majestade, para serem conhecidas as fronteiras do Estado do Brasil com a América Espanhola. (Cf. Jaime Cortesão. "Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil" II. p. 141. Lisboa, 1966). Dessa incumbência é encarregado o Rei do Bandeirismo, o sertanista Antônio Raposo Tavares, em 1647, informa o historiador Jaime Cortesão, na obra citada (146). Nesse fim de 1647, a bandeira, repartida em duas tropas, parte desta cidade de São Paulo. A primeira, mais numerosa, sob o comando de Antônio Raposo Tavares, compunha-se de cento e vinte portugueses paulistas e mil e duzentos tupis. Organizada a segunda com oitenta homens de São Paulo e cerca de setecentos tupis, comandada pelo lusobaiano, natural de Salvador, Antônio Pereira de Azevedo, filho de Manoel de Azevedo Negro e de Maria Pereira, mas casado em São Paulo com Virgínia Missel, filha de João Missel Gigante. E a segunda tropa segue no rasto da primeira em março de 1648.

Tietê abaixo, descido o Paraná, cada uma das tropas subiria, segundo caminho já conhecido, o rio Ivinhema, rumo ao Itatim, donde passaram aos rios Aquidauana e Miranda, e, por fim, entraram no Paraguai, a segunda no rasto da primeira. Assim, a tropa de Raposo Tavares marcha diretamente à região onde hoje se ergue Corumbá; no século XVIII Albuquerque e Puerto de San Fernando no século XVI. E, galgados os contrafortes dos Andes até os altiplanos andinos, para descer à planicie amazônica. "Não se perca de vista que a bandeira se desenrolou numa região tropical, que medeia exatamente entre o trópico de Capricórnio e o Equador e entre as *duas maiores bacias hidrográficas do mundo,* numa longitude de terras entrepostas equivalente à latitude do espaço abarcado. E ora cortando planaltos, de cuja aresta se precipitam rios encachoeirados, que obrigam dezenas e dezenas de vezes a puxar à sirga (corda) ou a varar por terra os batelões e as cargas; ora atravessando pantanais mortíferos; ora rasgando picadas na selva, onde o índio, a onça e a cobra espreitam; já cortando as savanas ressequidas e estéreis; logo trepando os contrafortes duma das mais altas cordi-

lheiras da terra, de cujo cimo, quando a neve se funde, a água se despenha em catadupas e torrentes; para depois correr planícies monótonas e cálidas, onde a veia dos rios cava poços e túneis subterrâneos; e baixar, enfim, em plena selva equatorial, uma escadaria de gigantes, de cachoeira em cachoeira, por um rio que atravessa a floresta com a majestade de um deus, até desaguar no Amazonas, chamado o rio-mar, tamanho o volume, a vastidão e grandeza da massa de água, que arrasta e precipita no Atlântico.

"Não se esqueça também, que dois terços dos sertões percorridos pela expedição eram inteiramente desconhecidos dos bandeirantes; e, mais do que isso, estavam fora de qualquer conhecimento científico. Um mistério de serras, rios, cataratas, tórridos calores e frios de gelar, homens e feras brutas rodeavam esse punhado de homens. A natureza e a vida, antes de ser violadas, punham a máscara de ameaça e espanto." (Cf. Jaime Cortesão. Ob. cit. ps. 212/213). E daí o assombro do padre Antônio Vieira ao ver a empresa sugerida por ele a D. João IV, realizada, para escrever: "verdadeiramente foi uma das mais notáveis que até hoje se tem feito no mundo!"

60. *Raça de gigantes*

Assim, "los portugueses de San Pablo y los portugueses del Brasil", segundo escreveram os jesuítas espanhóis do Paraguai, pertencem àquela raça de gigantes que fizeram o reconhecimento dos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico e foram os descobridores das três quartas partes do planeta; esses mesmos Portugueses prolongaram no *patrimônio da Ordem de Cristo,* politicamente, Vice-Reino Estado do Brasil, as "memórias gloriosas, daqueles Reis", que por África, Ásia e Brasil, "foram dilatando a Fé e o Império." (Camões. "Lusíadas". I-II).

Não se pode estabelecer o paralelo entre a empresa de Raposo Tavares e outra qualquer do mesmo vulto, porque outra igual a essa não existe na História das Civilizações. A qualquer outra "faltou a grandeza bárbara do cenário, a variedade inóspita dos climas e o esforço múltiplo dos trabalhos, que exigia dos homens uma energia física e uma constância moral, que excediam a mais alta medida humana, pois devia fundir a força dos gigantes e a consciência dos heróis". (Jaime Cortesão. Ob. cit., p. 213). E, para fazer da epopéia raposiana um poema épico, era preciso tê-la vivido, assim como Camões velejou "por mares

nunca dantes navegados", a fim de imortalizar a gente maravilhosa e ímpar dos "Lusíadas".

Esses portugueses de São Paulo e portugueses do Brasil são bandeirantes. Vede-os. "Ei-los que abordam o Paraguai e os seus pantanais. Quase um ano passaram trilhando veredas ásperas e abruptas, entre selvas, ou descendo rios vertiginosos, saltando por cachoeiras, itaipavas e rápidos, carregando o barco e a tralha pelos varadouros improvisados nas arribas das margens. Vão descansar? Não. Pelejam com índios armados de flechas e arcabuzes e comandados por padres jesuítas (espanhóis), aguerridos. A defesa obriga-os à ofensiva. Dão e recebem golpes. Matam e são mortos. E sangrando ainda dos combates, reencetam a marcha. Em frente, os pantanais encharcam e alagam a planície; recobrem os arbustos, que mal repontam da superfície turva. A lama transforma-se em abismo, que repuxa e afoga os homens. Por toda parte o inimigo espreita, ora em canoa, ora a cavalo, patinhando no lodo. Tresmalhados os bandeirantes, caem varados pelas flechas. Saltam no tremedal; e enfiam a custo por alguma senda da floresta. Mas os mosquitos pululam por miríades; abatem-se sobre a presa indefesa; colam-se à pele e sugam com voracidade o sangue. Ali se contam dezenoze mosquitos por centímetro quadrado. Mais um pantanal, o do Taquaral, e depois a savana, sem fruto agreste ou água para a goela ressequida. Os homens morrem à fome e à sede. E quando, enfim, esquálidos, emaciados, quase nus e cobertos de sangue e lama atingem o acampamento do capitão-mor, tremem de febre, devorados pela malária, o béri-béri e quantas maleitas tropicais a selva e o marnel dos trópicos exalam."

Mas esses bandeirantes são portugueses de Portugal, portugueses do Brasil, tupis e lusotupis de Piratininga, são os lusíadas do patrimônio da Ordem de Cristo, são os cavaleiros de Cristo oceânicos do século XVI, na arrancada terrestre, gigantesca e maravilhosa. E a fé inquebrantável, indômita e impetuosa anima-os, encoraja-os, estimula-os.

"Descansam alguns meses. Breve repouso para tamanhos males e quebranto. E a marcha recomeça. Agora a tropa incorporada entra na savana abrasada, onde não correm fontes, nem verdeja arbusto, mas nos últimos charcos da lama esverdeada carcaças e bichos tumefactos trescalam pestilência. Começa depois a escalada dos Andes, empresa de ciclopes. Por má for-

tuna dos historiadores, o testemunho de Vieira foi truncado nessa parte. Ainda assim o que se pode apurar do estropiado relato deixa entrever os bandeirantes lutando com os chiriguanos, inimigo tenacíssimo, que conhece como as próprias mãos o terreno que os outros pisam pela primeira vez. Bravura inútil: as ciladas colhem-nos sem defesa. A neve e o vento gélido tolhem por todo sempre os membros dos que ficaram apenas feridos. Deixam em farrapos nas brenhas a pouca vestimenta. Sangram; estão famintos e exaustos; o mais indomável e feroz dos índios — o ciringuano — não lhes dá quartel; e chegaram os dias impreteríveis de partir. Entram então a baixar a Guapeí talvez, desde o porto de Tarata, nos altos da montanha, ou um pouco mais ao Sul."

Raposo Tavares habituara-se a ver longe, desde criança, na distância da planície, a linha remota do horizonte baixo a perder-se no infinito entre o céu e a terra. Nascera na freguesia de São Miguel, em Beja, no Alentejo, em Portugal. Agora ali no topo da cordilheira dos Andes, ele contemplava a planície na dimensão do espaço. E preparava a tropa bandeirante para a descida.

61. *Os bandeirantes lusopaulistas no Amazonas*

Antônio Raposo Tavares era natural da freguesia de São Miguel, em Beja, no Alentejo, em Portugal, donde viera com cerca de vinte anos, para São Paulo de Piratininga, em 1618, em companhia de sua mãe Francisca Pinheiro da Costa Bravo e de seu pai Fernão Vieira Tavares, nomeado Governador da Capitania de São Vicente, pelo seu donatário Conde de Monsanto. Habituara-se desde criança a ver ao longe distância longínqua da planície a linha remota do horizonte baixo a perder-se no infinito entre o céu e a terra. Casa-se no planalto piratininguara com Beatriz Furtado de Mendonça, filha do bandeirante Manoel Pires, um dos chefes do clã dos Pires, no ano de 1622. E em 1624 é nomeado Capitão da Ordenança, milícia civil-militar formada para a defesa da vila de São Paulo, embrião do Exército Luso-brasileiro e do Exército Brasileiro. (Cf. Tito Lívio Ferreira. "História de São Paulo". vol. 1.° p. 168. Gráfica Biblos Ltda., São Paulo.)

Pelo seu estilo de vida, o alentejano possuía todas as condições naturais para ser, como foi, o Rei do Bandeirismo. Pela cultura herdada, lusitano com raízes romano-árabes, tinha as

grandes capacidades andejantes, a resistência de tenaz andarilho, os sentidos agudíssimos a serviço do poder excepcional de orientação no infinito deserto das solidões sertanejas. Além disso tudo, cioso em extremo de suas dignidades de homem. E tanto João Ramalho quanto Antônio Raposo Tavares, o primeiro patriarca dos Bandeirantes e o segundo Imperador do Bandeirismo, foram portugueses, arquiportugueses do seu tempo e de todas as épocas, povoadores por excelência do *patrimônio da Ordem de Cristo,* juridicamente Estado do Brasil, Província da Monarquia Portuguesa.

Assim, no topo da cordilheira dos Andes, Antônio Raposo Tavares contempla a paisagem desdobrada entre o céu e a terra, após a escalada vitoriosa da sua bandeira. E prepara-se para serpentear à beira dos abismos terríveis, na descida para a planície amazônica.

"Mas o Rio Grande, ao descer escarpa abaixo os Andes, tem, de vez em vez, seu quê de torrente e de catarata subterrânea; engolfa-se entre as rochas, sob um toldo cerrado de arvoredo; corre na treva líquida, onde a luz submersa vem das águas lampejantes; e torna-se forçoso a cada passo, mal se ouve o rugir próximo da cascata, encostar à margem, trepar nos blocos caóticos e resvaladiços da penedia, içar a canoa, levá-la mais abaixo e recomeçar numa agonia, sem descanso, a navegação de Tântalos, sequiosos da planura. Esta foi, talvez, a parte mais dolorosa do trajeto infindável.

"Que a empresa nesta parte do curso andino do Guapeí exigisse energias sobre-humanas, outros testemunhos, ainda que tardios e alheios à bandeira, o comprovam. Para avaliarmos a magnitude do feito, temos que considerar que os espanhóis, só volvido mais de um século, começaram a navegar o Rio Grande desde o seu alto curso, como meio mais rápido de comunicação com zona extrema dos seus territórios, que lindavam com o Brasil." (Cf. Jaime Cortesão. "Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil." II. p. 816). E somente os lusopaulistas, afeitos à luta, sem trégua, contra a hostilidade selvagem da selvagem natureza, poderiam realizar "a empresa ciclópica de baixar a gigantesca escadaria do Madeira." (Cf. Jaime Cortesão. Ob. cit. p. 219).

A bandeira chegou a Gurupá quase dizimada. "Contava a tradição conservada por Machado de Oliveira no 'Quadro Histórico, que o 'regresso de Raposo Tavares através dos sertões

(de São Paulo a Belém) durou anos e ao cabo deles se achou tão desfigurado, que foi desconhecido por sua família e parentes'. Não custa a crer. E o que se diz do chefe pode afoitamente afirmar-se dos seus subordinados. Os sofrimentos, trabalhos e privações tinham sido os mesmos. Três anos e alguns meses em que atravessaram sertões inviolados, sofrendo todas as agruras de terras nunca vistas e climas nunca experimentados, enfermidades várias e desconhecidas, para as quais não havia remédio nem defesa, ataques insidiosos duma fauna quase invisível e minúscula, e esse estar continuamente alerta contra os perigos certos e os imaginários, deixaram os poucos bandeirantes que restaram — cinqüenta e nove no dizer de Berredo, — esquálidos, famintos, esfarrapados, o cabelo e a barba intensa, mais parecendo fantasmas, ou bichos, que seres humanos". (Cf. Jaime Cortesão. Ob. cit. ps. 222/223).

Na luta desigual, fantástica e vigilante contra tudo e contra todos, — ameríndios, feras e serpentes —, esses portugueses paulistas, esses tupis e lusotupis nem homens pareciam ao terminar a incrível jornada sertaneja.

"Bem poderá dizer-se que o desbaratado pelotão não passava de um farrapo de bandeira. Farrapo e bandeira, usando aqui a palavra, quer no sentido de expedição paulista, quer de símbolo de uma pátria, que apesar de roto em cem refregas, continua desfraldado, dando sentido e glória à pequena falange." (Cf. Jaime Cortesão. Ob. cit. p. 223).

Assim, à foz do Amazonas chegam esses cinqüenta e nove bandeirantes do périplo lusíada nas Américas, graças à determinante vontade férrea do seu grande Capitão, em tudo igual aos grandes capitães da História de todos os povos. Esses cinqüenta e nove homens eram os heróis dos mil e duzentos tupis e dos cento e vinte portugueses paulistas. Dos documentos não consta que os 1.200 tupis da tropa fossem carregados de coleiras de ferro ao pescoço, segundo fantasiou o padre Montoya, o jesuíta espanhol, a quem se deve a criação da lenda negra dos paulistas, "caçadores de escravos." E se os tupis fugissem para os matos, ninguém jamais os caçaria.

O gênio do paduano Tito Lívio, autor da "História de Roma", escrita no tempo do imperador Augusto, narra a passagem dos Alpes feita por Aníbal, à frente do exército cartaginês para conquistar a Itália. O historiador latino escreveu uma das páginas mais belas da História das Civilizações E o estilo brilhan-

te dessa imponente narrativa empalidece em face do intenso resplendor do gigantesco périplo da bandeira de Antônio Raposo Tavares, na demarcação das fronteiras ao Oeste do patrimônio da Ordem de Cristo com a América Espanhola.

62. *A organização paramilitar da Bandeira*

O gênero de vida relativo às origens e formação das bandeiras e do bandeirantismo dos portugueses paulistas até meados do século XVIII encontra-se no "Regimento dos capitães-mores e mais capitães e oficiais das companhias de gente de cavalo e de pé e da ordem que terão em se exercitarem", seguido da "Provisão sobre as Ordenanças, agora novamente feita com algumas declarações que não estavam no primeiro Regimento", 10 de dezembro de 1570 e 15 de maio de 1574, no reinado de D. Sebastião, governador e perpétuo administrador da ORDEM E CAVALARIA DO MESTRADO DE NOSSO SENHOR JESUS CRISTO, ou seja, da ORDEM DE CRISTO. E o Estado do Brasil é patrimônio da Ordem de Cristo desde 22 de abril de 1500, data do descobrimento da Província de Santa Cruz, hoje República Brasileira.

Esse opúsculo editado em 1570 foi reeditado em 1574, 1623, 1624, 1642 e 1694. O texto da publicação de 1570, reproduzido nas seguintes, começa com estas palavras do rei D. Sebastião:

"Hei por bem que cada oito dias haja exercício, em domingo ou dia santo. E no lugar onde houver uma só *bandeira* irão ao exercício duas esquadras, que são cinqüenta homens, a um domingo, e outras duas ao outro até irem todas. E a gente desta *bandeira* se exercitará toda junta ao cabo do mês. E onde houver duas *bandeiras* irão cada domingo cinco esquadras, de maneira que cada quinze dias se exercite uma *bandeira* toda junta. E se forem mais *bandeiras* que duas, irá uma *bandeira* cada domingo, de maneira que por esta ordem se exercitem todas as companhias, uma vez em cada mês.

"E os ditos capitães-mores de toda a gente e assim os capitães das *bandeiras* do termo, nos lugares e limites que eles tiverem a seu cargo a gente de pé, terão isso mesmo capitães da dita gente de cavalo e a farão exercitar pelo modo acima dito."

As reedições sucessivas provam como foram divulgadas no Estado do Brasil, ao longo de mais de duzentos anos. (Cf. Jaime Cortesão. "Paulicea e Lusitana Histórica", Vol. 1 (1494-1609) I-IV partes. XCV e segs. Publicações do Real Gabinete Por-

tuguês de Leitura do Rio de Janeiro. Edição comemorativa do IV centenário da Fundação da cidade de São Paulo. Lisboa, 1956).

Assim, em 25 de maio de 1741, em Arraias (hoje Estado de Goiás), o governador da Capitania de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas, assina o *Regimento* que há de usar a *BANDEIRA* que vai explorar a Campanha do Rio do Sono.

Porquanto o *Povo* destas minas e ribeiras de Pernatinga, Palma e Paraná, com ânimo e *lealdade portuguesa* tem concorrido com gente, ouro, armas e munições e mais coisas necessárias para se formar uma BANDEIRA poderosa, que, igualmente *política e cristã,* possa fazer serviço a Deus Nosso Senhor... nomeio para Cabo das Companhias das terras novas das ribeiras das Palmas e Pernatininga ao Capitão-mor Lourenço da Rocha Pita, e por Cabo das Companhias da ribeira do Paraná ao Sargento-mor Salvador de Almeida e por Comandante de toda a *Bandeira* ao Coronel José Velho Barreto do Rego, os quais regerão e comandarão na forma das Instituições e Regimento do mesmo teor, que a cada um mando dar pela maneira seguinte: "Em treze artigos desse Regimento a palavra BANDEIRA foi escrita vinte e duas vezes. E o governador de São Paulo estava na região de Goiás. (Cf. Tito Lívio Ferreira. "História de São Paulo" 1.º vol. ps. 374 e segs. Gráfica Biblos. 1968)

Assim, a *Bandeira* é um organismo civil paramilitar com sua oficialidade portuguesa, naturais de Portugal e do Brasil, com objetivos políticos e cristãos, para o devassamento, defesa e povoamento do *patrimônio da Ordem de Cristo,* cuja tropa é tupi e lusotupi, ou seja, filho de pai português e mãe tupi e a linguagem tupi é utilizada nas ordens de comando e nos exercícios. E assim o português se tupinizou e o tupi se aportuguesou.

63. *Os "Lusíadas" no inventário do bandeirante*

Nesse caso, os Portugueses filiam à Caravana, a Caravela e a Bandeira. A primeira vem do Oriente para o Ocidente. Nela ressoa o passo compassado na fuga do tempo. A segunda retoma-lhe o ímpeto, do Ocidente para o Oriente, na crista alvacenta das ondas rumorejantes. Vem a seguir o tropel secular da terceira. Os Caravaneiros passam. Refazem o caminho de oásis em oásis. Os Caravelistas velejam os oceanos entre con-

tinentes, aproximando-os. Os Bandeirantes avizinham sertões largados na distância infinita; congregam brasilíndios dispersos em tribos guerreiras, ocupam-se em "fazê-los homens, antes de quererem fazê-los anjos", na expressão de Domingos Jorge Velho. Para isso saem de São Paulo rumo ao Norte, ao Nordeste e ao Noroeste; vão para o extremo sul e sudoeste, e avançam de leste para o oeste. Do alto vale do Tietê descem para os verdes vales do Rio Grande, do Araguaia, do Tocantins, do Paraná, do Paraguai, do São Francisco, do Açu, do Amazonas, do Guaporé, do Jequitinhonha, do Jacuí, do Ibicuí e do Rio da Prata. E da gigantesca plataforma dos Andes baixam aos chapadões do Mato Grosso e Goiás, à planície amazônica, às chapadas dos Cariris e do Apodi, aos sertões baianos, às montanhas auríferas das Minas Gerais, aos campos de Guarapuava e do Iguaçu, às caatingas de Pernambuco, do Piauí, do Maranhão, às coxilhas e aos pampas sul rio-grandenses.

Por isso mesmo, os portugueses de São Paulo, ou seja, os lusopaulistas, continuam a unidade lusíada, "serviam o nome luso com a mesma constância e o espírito dos Capitães das jornadas da África, e das jornadas da Índia, dos vassalos da conquista do Oriente." (Cf. Afonso d'E. Taunay. "História Geral das Bandeiras Paulistas." T.V.C. XII. — "Os bandeirantes e os Lusíadas. Um episódio de 1616. O inventário do sertão de Pero de Araújo. As estâncias do poema camoniano no auto bandeirante." Ps. 82 e segs.).

Assim, "Fernão Mendes Pinto, no Oriente, e Raposo Tavares, no Brasil, são portugueses e arquiportugueses. Portugueses de nascimento, nas atitudes, no inacreditável poder de vontade que os anima e sustenta, na constância e maleabilidade com que se moldam a todas as situações e, sobretulo, nesse *instinto político que os leva a imprimir a seus feitos e gestos um cunho nitidamente construtivo; de colaboração na obra empreendida desde os dias de Sagres, em Portugal.*" E linhas abaixo: "Não há pois lugar para dúvida: na sua essência (o bandeirantismo) é um fenômeno eminentemente, visceralmente português." (Cf. Júlio de Mesquita Filho. "Ensaios Sul-Americanos", p. 144).

Nesse caso, o Bandeirantismo nos prova, como filosofia de vida, ser a essência do humanismo lusíada onde arde e brilha a espiritualidade viva do lusocristianismo, em cuja contextura se dinamizam a civilização grega, o espírito jurídico romano e a teologia judeu-cristã, para unir, no patrimônio da *Ordem de*

Cristo, portugueses e brasilíndios na mesma consciência social e caldear a Comunidade Lusobrasileira. Por isso, o Caravelista e o Bandeirante se fundem e conduzem no seu interior, na sua alma, no seu pensamento, os ancestrais romanos e árabes, identificados nos lusíadas pelas suas cartas de nobreza, de civismo e nacionalidade, em face da Monarquia Lusitana, então reinante. E por isso ressoam na alta planetar de todos os Bandeirantes, de ontem, de hoje e de sempre, como um toque de clarim no clarear da manhã brasileira, as palavras épicas de D. Pedro II, o Rei Bandeirante:

"Cabo da Tropa da Gente de São Paulo que vos achais na cabeceira do Tocantins e Grã-Panrá, eu, o Príncipe, vos envio muito saudar. . ." (Cf. Tito Lívio Ferreira. "Discurso de posse na Academia Paulista de Letras", em 16 de abril de 1975).

64. *A gente paulista na defesa da integridade do patrimônio da Ordem de Cristo*

Sentinelas colocados nas fronteiras do território do patrimônio da Ordem de Cristo, ao Sul, ao Sudoeste e ao Oeste, os portugueses de São Paulo, ou sejam os portugueses paulistas, na linguagem da época, e os tupis, deram magníficas provas de bravura e lealdade lusopaulistas. Assim, na guerra dos bandeirantes lusopaulistas contra os jesuítas espanhóis invasores do atual Estado do Rio Grande Sul, os portugueses de São Paulo contavam com a tropa formada por tupis do planalto e minuanos dos pampas gaúchos, contra as tropas aguerridas e bem armadas de arcabuzes dos religiosos de Santo Inácio de Loiola, as quais arregimentavam o total de três mil soldados índios. "Assessoravam os catecúmenos, divididos em três corpos do exército (jesuítico), sob o comando geral de Vera Mujica (mestre-de--campo), os padres Pedro Ximenes, Jacinto Marques, José Antônio de Solinas, tendo por superior o padre João de Rojas." (Cf. Aurélio Porto. "História das Missões Orientais do Uruguai". p. 294).

Assim, "a efetiva expansão portuguesa para o Sul, que se dirige para o Prata sempre ambicionado, cuja posse deveria ser um secular motivo de dissídios e de lutas sangrentas, só se realiza em fins do século XVII. D. Manoel Lobo quem se incumbe de fundar a Nova Lusitânia, que logo denomina de Cidadela do Sacramento, ou mais propriamente de Nova Colônia (Militar) do Santíssimo Sacramento, liga, com seu martírio e

com o seu estoicismo de soldado, os alicerces desse marco muito além da linha de Tordesilhas." (Cf. Aurélio Porto. Ob. cit. p. 269).

D. Manoel Lobo era vassalo, portanto, soldado do Rei de Portugal, a serviço da Monarquia Lusitana. Ao erguer a Colônia Militar do Sacramento, no estilo romano, D. Manoel Lobo defende o *patrimônio da Ordem de Cristo* na sua dimensão territorial, para além do estuário do Rio da Prata, conforme documentam os mapas dos cartógrafos portugueses e o afirmam os jesuítas portugueses Nóbrega, Anchieta e Vasconcelos, citados em capítulos anteriores. Para a guerra contra os jesuítas espanhóis, os portugueses eram obrigados a levar, por mar, as tropas dos tupis e lusotupis, os mantimentos, armas e munições. Logo, com o auxílio precário e incerto dos poderes públicos, a expedição portuguesa tinha em toda a frente "um inimigo poderoso, contando com auxílio dos jesuítas espanhóis, que tinham às suas ordens milhares de índios, aguerridos e disciplinados, não poderia resistir ao forte embate que se preparava." (Cf. Aurélio Porto. Ob. cit. p. 271). E na retaguarda do exército jesuítico-índio estava a tropa espanhola enviada pelo governador de Buenos Aires para conduzir os prisioneiros lusitanos para os cárceres argentinos e chilenos, onde morriam de fome e doenças, à míngua de socorros.

"A segunda carta que D. Manoel Lobo escreveu ao príncipe (D. Pedro II, rei de Portugal), datada de Buenos Aires, de 21 de setembro de 1680 (transcrita logo abaixo) ainda inédita, (em 1943) resume, melhor do que poderíamos fazer, essa epopéia que foi a queda da praça. Transcrevendo-a, na íntegra, em primeira mão, historiamos, melhor, os fatos que o fidalgo português relaciona, na sua simplicidade epistolar. Envoltos numa auréola de martírios, os defensores da Colônia (Militar) honram as tradições de bravura da gente lusa. Não falta, porém, a nódoa de uma traição de paulistas (portugueses), que aberra dos sentimentos bandeirantes da terra." (Cf. Aurélio Porto, Ob. cit. p. 271). Mas a lealdade e a deslealdade são próprias e contraditórias das criaturas humanas. Por isso mesmo, Camões lembra Fernão de Magalhães, português de certo no valor, mas não no amor da Pátria. E observa:

> "O Magalhães, no feito com verdade
> Português, porém não na lealdade."
>
> (Lusíadas. X-46)

A contrastar com a traição de alguns portugueses paulistas, "*ergue-se, num fundo de apoteose, um vulto varonil de mulher, D. Joana Galvão, que vendo cair morto o esposo, capitão Manoel Galvão, toma-lhe da mão ainda quente a espada gloriosa e se atira ao fragor da luta, e não se rende embora lhe queiram poupar a vida, tombando trespassada de feridas sobre o corpo inerte do esposo, na mais heróica e admirável das atitudes da raça.*" (Cf. Aurélio Porto. Ob. cit. p. 217).

Os governos do Rio Grande do Sul e de São Paulo têm uma dívida de honra para saldar com essa mulher de raras qualidades. Deviam dar-lhe o nome a uma rua de Porto Alegre e de São Paulo, em cuja placa fosse gravado: *Rua ou Avenida Joana Galvão, a bandeirante paulista que deu a vida pela integridade do patrimônio da Ordem de Cristo, hoje Pátria Brasileira."* E em todas as escolas nacionais o nome de Joana Galvão devia ser mencionado na lista das heroínas brasileiras.

65. *Os portugueses paulistas num documento do fim do século XVII*

Até 7 de setembro de 1822 não havia a Nação Brasileira, nem existia a nacionalidade brasileira. O período lusobrasileiro (1500-1822) desdobra-se em província de Santa Cruz (1500-1549), Estado do Brasil (1549-1639), Vice-Reino do Estado do Brasil (1639-1815), Reino do Brasil integrado no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815-1822), constituía-se do *património da Ordem de Cristo* governado pelos reis de Portugal até o *desmembramento* do Reino Brasileiro da Monarquia Portuguesa pelo príncipe-regente D. Pedro, português, natural de Lisboa. Ele assume a *nacionalidade brasileira,* portanto é o *brasileiro número um,* para outorgar a Constituição Política do Império Brasileiro em 25 de março de 1824, a todo o povo brasileiro, ou seja, a todos os portugueses naturais do Brasil e aos portugueses naturais de Portugal, daí em diante, *juridicamente,* brasileiros, por força da *primeira* Constituição Política citada acima.

Assim, o *período lusobrasileiro* (1500-1822) é *integralmente* português, como de 1822 em diante o *período nacional* é brasileiro, porque é constituído pelo Império Brasileiro, por um Imperador Brasileiro, nascido em Lisboa, o qual abdica o trono em 7 de abril de 1831 em favor de seu filho D. Pedro II, brasileiro, nascido no Rio de Janeiro. Logo o *período lusobrasileiro* escreve-se com páginas da História de Portugal, assim como o

período nacional escreve-se com capítulos da História do Império Brasileiro e da República Brasileira. E, assim, pela graça de Deus, o Brasil não foi colônia, pois era e é patrimônio da Ordem de Cristo.

Por isso, todos os brasileiros pela *naturalidade* até 1822, eram portugueses pela nacionalidade. Nesse caso, quando um escritor anônimo se dirige, pouco depois de 1690, a D. Pedro II, Rei de Portugal, o Bandeirante, para referir-se aos *homens de São Paulo,* na realidade ele trata dos *portugueses de São Paulo, ou portugueses paulistas,* segundo escreviam os reis de Espanha e os espanhóis do Paraguai e de Buenos Aires. Assim, esse documento diz: "Sua Majestade podia se valer dos homens de São Paulo, fazendo-lhes honras e mercês, que as honras e os interesses facilitam os homens a todo o perigo, porque são homens capazes para penetrar todos os sertões, por onde andam continuamente sem mais sustento que caças do mato, bichos, cobras, lagartos, frutas bravas e raízes de vários paus, e não lhes é molesto andarem pelos sertões anos e anos, pelo hábito que têm daquela vida. E suposto que estes *paulistas,* por alguns casos sucedidos de uns para com outros, sejam tidos por insolentes, ninguém lhes pode negar que o sertão todo que está *povoado* neste Brasil eles o conquistaram do gentio bravo (brasilíndios) que tinha destruído e assolado as vilas de Cairu, Boipeda, Camamu, Jaguaripe, Maragogipe e Peruaçu, no tempo do governador Afonso Furtado de Mendonça, o que não puderam fazer os mais governadores antecedentes por mais diligências que fizeram para isso.

"Também se lhes não pode negar que foram os conquistadores dos Palmares de Pernambuco, e também se podem desenganar que sem os *paulistas* com o seu gênio nunca se há de conquistar o gentio bravo que se tem levantado no Ceará, no Rio Grande (do Norte) e no sertão da Paraíba e Pernambuco, porque o gentio bravo por serras, por penhas, por matos, por caatinga só com o *gentio manso* (tupis) mesmo se há de conquistar e não com algum outro poder, e dos *paulistas* se deve valer Sua Majestade para a conquista de suas terras." (Cf. Capistrano de Abreu. "Páginas de História Colonial", ps. 153--154. 1.ª ed. — Tito Lívio Ferreira. "História de São Paulo". 1.º vol. — p. 307).

Esse documento anônimo, do fim do século XVII, explica a lealdade e o valor dos vassalos portugueses nascidos em São Paulo e em Portugal. Da mesma forma, por essa mesma época,

no decênio de 1600 a 1700, o Procurador da Fazenda Real expunha o seu parecer a D. Pedro II, o rei Bandeirante, "sobre as queixas e requerimentos dos Paulistas". Esse parecer insiste: "Por várias vezes tenho dito que os *Paulistas* são o melhor, ou a única defesa que têm os povos do Brasil contra os inimigos do Sertão, pois só eles são acostumados a penetrá-los, passando fomes, sedes e muitos outros contrastes, a todas as outras pessoas totalmente insuportáveis. Assim o acaba de mostrar a experiência na guerra dos Palmares que se vai concluindo com seu valor e experiência, não bastando por tão largo tempo as incríveis despesas que pela Fazenda Real e dos moradores se tem feito e as multiplicadas expedições empreendidas contra os negros rebeldes." (Cf. Ernesto Ennes. "As Guerras dos Palmares". Doc. 53. p. 311. C.E.N. São Paulo. Tito Lívio Ferreira. "História de São Paulo". Vol. 1.º — p. 308).

66. *Das aldeias do rei às reduções jesuíticas*

Em 1549 a primeira turma de jesuítas chefiados pelo Padre Manoel da Nóbrega chega à Bahia, *a serviço de Portugal,* enviados por D. João III, o rei humanista, para iniciar os trabalhos da catequese dos brasilíndios e instalar a primeira escola pública e gratuita, lusobrasileira. Por ordem expressa do monarca, *os religiosos não podiam morar nos aldeamentos indígenas.* Deviam residir em casa própria, ao lado dos Reais Colégios, onde eram professores pagos pela Coroa lusitana. E assim, as aldeias e os colégios eram do rei de Portugal, porque os jesuítas estavam e estiveram de 1549 a 1759, durante 210 anos, a serviço da Monarquia Portuguesa.

Em fins do século XVI, os jesuítas portugueses de São Paulo requerem ao governador da Capitania de São Vicente fosse-lhes entregue o governo das aldeias do rei, para facilitar o exercício do seu ministério. Deferido o requerimento, o diretor do Real Colégio de São Paulo apresenta-se à Câmara de Vereadores paulistana para assumir o poder na administração dos aldeamentos indígenas, ao redor de São Paulo. Reunido o plenário, em 1592, a Câmara de Vereadores recorre ao "ajuntamento do povo", e, democraticamente, realiza o plebiscito. Os vereadores eram representantes do povo, eleitos por ele. A Edilidade era uma República autenticamente popular. O povo não elegia o seu rei, mas podia eleger os seus vereadores, segundo a lei eleitoral capitulada nas "Ordenações", a Constituição Política do

Reino de Portugal. (Cf. Manoel Rodrigues Ferreira. "História dos Sistemas Eleitorais Brasileiros". São Paulo, 1976). E o próprio rei D. João V, o rei Mineiro, em carta de Lisboa, 16 de julho de 1715, refere-se à "*República*" da Câmara de Vereadores da cidade de São Paulo. (Cf. Tito Lívio Ferreira. "História de São Paulo." Vol. 1.º — p. 359).

Assim, convocados os eleitores da Vila de São Paulo, a maioria votou contra o despacho favorável do governador da Capitania, Jorge Corrêa. Num total de 147 eleitores, apenas três votaram a favor das pretensões dos jesuítas. E o procurador Alonso Peres, numa algaravia de portunhol, isto é, misto de português e espanhol, escreve: "assino jo procurador do consejo (Concelho) por mi e por todos los que faltan aqui fuera, tirante de los tres concedieron com o mas pobo." (Cf. "Atas da Câmara Municipal de São Paulo", vol. I). E os reis de Portugal sempre respeitaram as liberdades municipais.

Iniciada em 1549 a educação lusobrasileira com o Padre Manoel da Nóbrega, primeiro Secretário da Educação do Estado do Brasil, ou seja, do patrimônio da Ordem de Cristo, 210 anos mais tarde, em 1759, funcionavam no Vice-Reino do Estado do Brasil, vinte Reais Colégios, doze Reais Seminários, dois Reais Recolhimentos Femininos e um Real Colégio Feminino em Salvador (Bahia). (Cf. Tito Lívio Ferreira. "História da Educação Luso-brasileira". ps. 218/19. 1966 — São Paulo. Edição Saraiva).

Exposto em linhas gerais o trabalho dos jesuítas portugueses catequistas e educadores, a serviço de Portugal e sustentados pela Monarquia Portuguesa, vejamos como era o processo educativo dos jesuítas espanhóis nas reduções implantadas por eles no território gaúcho, isto é, no extremo sul do patrimônio da Ordem de Cristo. Cerca de cem anos após os jesuítas espanhóis terem instalado o sistema de reduções no Paraguai, estavam em fins do século XVII estabelecidos nos rincões aquém do rio Uruguai, onde reúnem os povos das sete missões ou colônias como também chamavam. E para os jesuítas, os índios eram colonos.

Em 1693 missionavam nesse território jesuítas espanhóis, italianos e tiroleses. Nesse ano chega o noviço depois padre Antônio Sepp, tirolês, para auxiliar os missioneiros. Ouve ainda falar dos paulistas bandeirantes e escreve: "Saiba o benévolo leitor que os portugueses habitantes do Brasil guerrearam outrora estes pobres índios e os levaram cativos para o Brasil.

Eram mais de cem mil homens. Como fossem esses índios escravos oprimidos, com incessantes trabalhos na fabricação do açúcar (esta é a produção dos brasis), sucumbiram um após outro, de sorte que, nestes dias em que escrevo, mal se encontrará índio nosso no Brasil. E embora os desumanos brasis tenham perdido todos estes índios, devorando-os em parte, em parte inutilizando-os pelas privações e trabalhos, não perderam por certo a esperança de obter outros. Ainda hoje em dia, pois, devem os nossos índios temer o inimigo. Eis porque de nenhum modo convinha separar e afastar muito a nova *colônia* da antiga, para que, em caso de invasão, os índios cristãos se pudessem unir mais depressa, prestar mútuo socorro, pegar em *armas* e rechaçar o mais ligeiro possível o inesperado inimigo que ameaçasse suas cabeças, repelindo-o para longe de seus territórios. Nada direi da outra razão palmar: a saber que, no correr dos tempos, se deveriam fundar mais e mais colônias..." (Cf. Padre Anônio Sepp S. J. "Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos". Ps. 204/205. Livraria Martins. São Paulo 1943).

O jesuíta tirolês repete os exageros dos seus superiores espanhóis quando escreve: "mais de cem mil homens" vieram das reduções para o Brasil. Afirma que a maioria morrera nos trabalhos do engenhos de açúcar. Ora, nesse serviço morriam os escravos negros. Tanto os tupis quanto os guaranis eram guerreiros por índole, por natureza, por passatempo. E se os guaranis lutavam com arcabuzes, os tupis guerrêavam com arco e flexa.

67. *Os guaranis trabalham à custa de surras*

A respeito dos guaranis, o padre Antônio Sepp escreve: "Estes índios são tão pueris, tão grandemente simplórios e de juízo tão curto, que os primeiros Padres, que converteram estes povos, duvidaram realmente se eram capazes de receber os Santos Sacramentos. Não são capazes de inventar e excogitar algo que seja de seu próprio juízo e intuição, mesmo que fosse o mais simples trabalho manual, mas sempre precisa estar o Padre junto deles e orientá-los e fornecer-lhes moldes e modelos. Quando os tiverem, podem estar certos que o farão bem igualzinho ao original. É indescritível sua habilidade imitativa." (Cf. Padre Antônio Sepp. ob. cit. p. 132). Assim, os guaranis, reduzidos às artes mecânicas, são copiadores. Mas se imitam não têm

capacidades criativas. E para trabalhar precisam apanhar boas surras como crianças indolentes.

"Mas nós, continua Padre Sepp, não conseguimos fazer com que os índios, em sua pura preguiça, semeiem mais de uma ou duas rocinhas de 18 passos de grão turco. E mesmo isto só o conseguimos com *tundas*. Ainda no domingo passado tornou-se absolutamente necessário passar uma *sova* em alguns índios que não haviam amanhado a terra e nem haviam procurado encontrar um arado. Nossos arados não são feitos de relha de ferro, porque donde tirar tanto ferro, mas são feitos do primeiro tronco de árvore que se encontre e apontado como um arado." (Ob. cit. p. 134). Esses arados de pau já eram empregados pelos portugueses de Piratininga, deste fins do século XVI, segundo os inventários desses anos. E por serem livres, os tupis não apanhavam dos jesuítas portugueses para se dedicarem à lavoura.

Os guaranis não têm a preocupação do dia de amanhã, observa o Padre Sepp. Devoram tudo num dia sem deixar nada para o dia seguinte. (p. 135) "Quando chega a época do amanho e da sementeira, o que comumente se dá no mês de junho e julho, o Padre dá a cada índio duas ou três juntas de bois para o amanho da roça, que muitas vezes não vai além de quinze passos. A roça, sem dúvida, não é tão pequena por falta de terra — porque esta não tem marcos nem cercas, mas está aí livre, para quem queira cultivá-la — mas por pura preguiça!" E não dariam conta deste punhado de terra se o Padre não apertasse o agricultor preguiçoso com *sovas* e inspeções incessantes. E não amanhariam este punhado de terra nem em dois meses e mal fariam uma carreira por dia, mas dependurariam sua rede entre duas árvores e fariam folga perpétua." (Padre Antônio Sepp. Ob. cit., ps. 135/6).

68. *Os índios são comunistas de nascença*

Quando o padre aparece para ver o trabalho do casal guarani nada encontra. A fome levou-o a comer as sementes. E a fome obrigou-o a matar os bois, churrasqueá-los a fogo vivo com o pau do arado e comê-los sem preguiça alguma (p. 126). "Aos europeus isto parece incrível, mas aqui entre nós é a dura verdade, que os índios deixam, por pura preguiça, estragar as espigas de milho maduras e amarelas, se os Padres não os ameaçam com 24 pencadas de sova como castigo." (ob. cit. p. 137). Mas o Padre Sepp continua: "Se alguém pergunta: de que ma-

neira costumais castigar esses índios? respondo brevemente: Como um pai castiga aos filhos que ama, assim castigamos os que o merecem. Naturalmente não é o Padre que pega do açoite, mas o primeiro índio que estiver à mão — aqui não temos varas de bétula ou outras semelhantes — e coça o delinqüente assim como na Europa o pai surra o filho ou o patrão o aprendiz. Assim, são castigados grandes e pequenos e também as mulheres. Castigar desta maneira paternal tem resultado extraordinário, também entre os bárbaros mais selvagens, de sorte que nos amam em verdade como os filhos ao pai." (p. 137).

Logo o Padre Sepp é sincero quando escreve ingenuamente: "Não haverá no mundo todo um povo que tanto nos ame. E quando se os açoita ou coça, não gritam, não praguejam, e tu não ouvirás uma só palavra de má vontade, impaciência ou raiva. Se o castigo for muito, invocam os santíssimos *nomes, Jesus Maria,* e recebem a surra com a máxima paciência, sim, até gratidão. Depois de castigados, vão logo ter com o Padre, beijam-lhe a mão sacerdotal e externam seu reconhecimento nas seguintes palavras: "Meu pai, mil e dez mil vezes te agradeço que por teu castigo paternal me abriste o juízo e me tornaste no homem que antes fui." Esta doçura e paciência nestes bárbaros selvagens — ninguém n'a estimará demais. E quem na Europa, que assim desta maneira suporte uma surra bem merecida? Quanta gritaria, quanta praga! Coisa semelhante nem eu nem os outros Padres ouvimos há anos uma só vez que fosse da boca de índios ou índias." (idem, ps. 137/138).

Tenho a impressão que Marx e Engels sonharam com os comunistas ameríndios, quando em meados do século XIX quiseram reformar os europeus, pela opressão, a ferro e fogo, ao querer obrigá-los a regressar ao estado natural de "selvagens bárbaros", na expressão do Padre Sepp. Essa parelha de filósofos da geografia da fome implicou, solenemente, com a civilização e com o progresso, muito embora os "progressistas" contestem os papas do comunismo, a religião dos consertadores do homem e da mulher desde Adão e Eva. E o comunismo espartano estava morto e sepultado.

Padre Sepp cuida dos graúdos e dos miúdos. Este cromo oferecido por ele aos psicólogos de hoje, porque naquele tempo não havia psicologia nem psicólogos, é sugestivo. "As criancinhas superam em muito o amor e o respeito que demonstram os adultos. Muitas vezes se reúnem em meu pátio, sentam-se no

chão nu, no maior silêncio, só porque aqui se sentem à vontade e me querem ver, caso eu saia do quarto. Isso lhes é o maior consolo, principalmente quando lhes dirijo a palavra, perguntando isto ou aquilo da doutrina cristã, ou quando dou uma agulha ou um anzol aos que sabem bem responder; ou quando lhes dou um monte de limas, limões e pêssegos que aqui dão aos montes, ou ainda quando lhes dou licença de atirar ao alvo com suas flechas e lhes prendo um pedaço de carne no alvo, cabendo a carne àquele que acertar. Tudo isto faço seguidas vezes. Então estes anjinhos inocentes começam a saltar, a alegrar-se e a gritar: "*Pay, ·Pay, che oro hui hu,* Pai, pai, gosto de ti, *che oro hai hu, che pia guibe,* do fundo do coração." (Padre Antônio Sepp. ob. cit. p. 138).

Os portugueses paulistas, em trezentos e vinte e dois anos de convivência com os tupis, adaptaram-se aos usos e costumes deles. E, na medida humana do possível e do impossível, tupinizaram-se para aportuguesar os tupis, na *tropa bandeirante,* organizada para defender o imenso *patrimônio da Ordem de Cristo,* desde o rio Oiapoque ao Norte, ao Chuí ao Sul, desde o Atlântico a Leste aos contrafortes dos Andes a Oeste, povoando, civilizando, humanizando.

69. *O século de ouro do patrimônio da Ordem de Cristo*

No declinar do século XVII, D. Pedro II, o rei bandeirante, encoraja os portugueses paulistas a penetrar os sertões das alterosas, para além da serra da Mantiqueira, em busca de ouro. Para isso escreve carta ao vassalo bandeirante Fernão Dias Pais, o Caçador das Esmeraldas, já famoso pelas suas jornadas às reduções jesuíticas do Paraguai e dos rincões gaúchos. O sucessor do rei bandeirante é D. João V, o rei mineiro. O século XVIII é o século do ouro do período lusobrasileiro. O ouro das Minas Gerais propicia à Monarquia Portuguesa a construção de igrejas, edifícios públicos, conventos e auxílios a Ordens religiosas de Salvador da Bahia, Rio de Janeiro, Ouro Preto, Sabará, Congonhas do Campo, São João del Rei, Pernambuco, Paraíba, Belém do Pará, Goiás, Maranhão e Mato Grosso, segundo a documentação existente nos arquivos do Brasil e de Portugal, à espera de pesquisadores-historiadores não bitolados pelo marxismo e pelo negativismo exóticos. E os monumentos históricos dessas cidades refletem o progresso artístico e inte-

lectual, social e econômico, do século de ouro do período lusobrasileiro.

Estudioso de assuntos econômicos, o Dr. José Pires do Rio, engenheiro paulista, é o primeiro a fazer uma análise séria e honesta da economia lusobrasileira, observando: "O açúcar e o ouro. A produção exportável dos canaviais de Pernambuco, da Bahia e do Rio de Janeiro, base da economia do Brasil no primeiro século e meio de sua vida colonial(?) não se deixou suplantar pelas minas de ouro do século XVIII, das quais teriam saído essas 70.000 arrobas tão faladas pelos que pedem contas rigorosas aos governos da colonia(?) e da metrópole(?) durante 120 anos de extração desse metal precioso. Efetivamente, as 70.000 arrobas de ouro, dando a média de 9.000 quilos por ano, com valor de 12.200 contos (de réis) ao câmbio de 27 d., correspondiam à metade do valor do açúcar de Pernambuco, a medir-se pela exportação do fim do século passado (XIX). O quinto desse metal, arrecadado pelo Fisco, longe de atingir 14.000 arrobas, não passou de 7.673, conforme Rocha Pombo, quantia acumulada em 120 anos de arrecadação e cujo valor total, ao câmbio de 70 d. (setenta) por mil-réis, que vigorava ao chegar ao Brasil o príncipe regente (futuro D. João VI, o rei lusobrasileiro) orça em 46.202 contos (de réis), correspondentes à média de cerca de 390 contos (de réis) por ano, sem descontar-se a despesa de arrecadação. O Brasil, entretanto, para custeio dos serviços públicos, já despendia, no ano de 1810, cerca de 3.000 contos (de réis) muitas vezes mais do que lhe rendia o quinto do ouro, ao câmbio do tempo. *Curioso de notar-se é o fato que o Transwaal (África do Sul) de hoje, nos três últimos anos, de 1925 a 1927, produzindo libras 120.000.000 de ouro metálico, forneceu tanto ouro como quando o Brasil Colonial(?),* em mais de um século de trabalho mineiro." (Cf. José Pires do Rio. "Traços da evolução econômica do Brasil", em "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", p. 14. Vol. 27. São Paulo, 1930. São meus os sublinhados e as palavras entre parênteses).

Pires do Rio usa as palavras "colonial", "colônia", "metrópole", *não existentes na linguagem histórica, isto é, na linguagem dos documentos do período lusobrasileiro (1500-1822),* introduzidas em 1810 na sua "History of Brazil" pelo escritor inglês Robert Southey. Ao traduzir a obra do original inglês para o português, em 1862, o tradutor Luís Joaquim de Oliveira e Castro (edição da livraria de B. L. Garnier) foi fiel ao pensamento de Southey.

Daí os historiadores brasileiros *aceitarem* o linguajar southeyno, inteiramente ao arrepio da linguagem dos documentos, isto é, da linguagem da História do Brasil, período lusobrasileiro. E desse equívoco se aproveitam os marxistas e os negativistas para deturparem, deformarem, denegrirem a História do Brasil, generalizando.

70. *A defesa do patrimônio da Ordem de Cristo*

A defesa do patrimônio da Ordem de Cristo, politicamente, Vice-Reino do Estado do Brasil, Província da Monarquia Portuguesa, foi feita ao longo do período lusobrasileiro, durante 322 anos, pelos portugueses de Portugal, unidos aos portugueses do Brasil, ou seja, os lusobandeirantes, tupis, lusotupis e brasilíndios. Para isso, a Monarquia Portuguesa manda construir fortes e fortalezas, a começar ao Sul, pela Colônia Militar do Sacramento, sobre o estuário do Rio da Prata, Iguatemi (na fronteira do Paraguai com Mato Grosso), ao Norte, desde a foz do Amazonas ao extremo Oeste, a partir de Tapajós, Macapá, Santo Antônio de Curupá, Santarém, São José de Marabitanas, Paru, Almeirim, Barcelos, São Gabriel, Rio Negro, Borba, *Príncipe da Beira,* Tabatinga, e a Oeste Vizeu, Casalvasco, Vila Maria (mais tarde S. Luís de Cáceres), Albuquerque (hoje Corumbá), Coimbra, Mondego (agora Miranda) e Fecho dos Morros. Num total de vinte e dois (22) fortes nas fronteiras com a América Espanhola, com guarnições cuja oficialidade é portuguesa, de Portugal e do Brasil, e a tropa é brasilíndia. Além desses vinte e dois fortes construídos no interior, havia os fortes e fortalezas do mar, para a defesa das vilas e cidades litorâneas expostas aos assaltos da pirataria inglesa, francesa e holandesa.

Desses vinte e dois (22) fortes portugueses levantados em pleno sertão, o mais importante é o Príncipe da Beira, estende-se "em um quadrado fortificado pelo sistema de Mr. de Vauban, revestido de cantaria, erigido em terreno sólido e próprio para uma defesa, por ser o mais elevado, que se encontra, desde a foz do Mamoré até a do Baurez, além da situação geográfica do Mamoré, Guaporé, Itonamaz, e dito Baurez, (rios que comunicam as missões espanholas de Moscos nele estabelecidas, passando necessariamente as desta nação [tribo] com muita freqüência pelo espaço intermédio) pelo que concludentemente se deixa ver a precisão que ali havia de uma fortaleza que fosse fronteira a tantos pontos para os Estabelecimentos Portugueses,

e que ao mesmo tempo servisse de Registro aos Canoeiros, que todos os anos sobem do Pará e pagam nele os Direitos (impostos) de Sua Majestade, pois só daqui para cima se pode extrair fazendas" (produtos comerciáveis). (Cf. João Vasco Manuel de Braun. "Roteiro Corográfico da viagem que se costuma fazer na Cidade de Santa Maria de Belém, Capital do Grão-Pará, à Vila Bela, capital de Mato Grosso. Tirado do Diário Astronômico, que no Rio Madeira fizeram os Oficiais Engenheiros e Doutores Matemáticos, que no ano de 1781 foram mandados por ordem de Sua Majestade. [Rainha de Portugal, D. Maria 1.ª] a demarcar a Terceira Divisão dos Reais Limites. E das práticas e teóricas indagações e combinações que nos Rios e Povoações interiores têm feito. . . em 1784). O original desse documento existe na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Foi publicado na "Revista do Instituto Histórico Brasileiro", em 1860, e em Belém do Pará, em volume de 36 páginas.

A mais importante fortaleza da defesa do patrimônio da Ordem de Cristo, representada pelo Vice-Reino do Estado do Brasil, é o *Forte Príncipe da Beira,* construído na margem direita do rio Guaporé, no Território do Guaporé, fronteiriço à Bolívia. "Quadrado de 110m, 50 de lado com quatro baluartes à Vauban, de 59 metros por 48, tendo por nomes os de Nossa Senhora da Conceição, Santo Antônio, Santa Bárbara e Santo André Avelino." (Cf. Roger Courteville. "Le Mato Grosso", p. 10). O Governador de Mato Grosso, Luís de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres, em pessoa, fez o lançamento da pedra fundamental, em 20 de janeiro de 1776. Foi terminado em agosto de 1783. Construído num contraforte da serra dos Parecis, cujas vertentes vêm morrer no rio Guaporé, é uma obra gigantesca. Dificuldades ciclópicas foram vencidas para levar os materiais até esse ponto. Nas cercanias não havia pedreiras. As pedras trabalhadas vieram de Lisboa como lastro de navios até Belém do Pará, donde subiram o rio Amazonas e o Madeira, através de suas corredeiras, ao Guaporé, o Itenez dos bolivianos, com os primeiros mil alqueires de cal. Depois de Albuquerque, hoje Corumbá, Paraguai acima até o Jauru, até chegar o Guaporé, numa distância de mais de 1.500 quilômetros. Quatro de seus canhões de bronze, de calibre 24, vieram de Lisboa até o Pará, donde subiram o rio Tapajós e levaram cinco (5) dias para chegar ao forte.

A planta do forte é de autoria do Capitão de engenharia Ricardo Franco de Almeida Serra, formado na Universidade de

Coimbra, de quem falaremos mais adiante. A execução coube ao genovês Domingos Sambucetti, a serviço da Monarquia Portuguesa. As muralhas do forte têm dez (10) metros de altura. Para a grande obra vieram operários de Portugal, de Belém do Pará e do Rio de Janeiro. Duzentos homens ali trabalharam diariamente na construção, que durou seis anos. Manoel Espiridião da Costa Marques, engenheiro, que ali esteve em 1906, escreveu:

"Nas povoáções bolivianas de Madalena, de Baúres, de São Joaquim, há telhas, há portadas, há tijolos das casas da fortaleza, como há também imagens de sua capela desta última povoação! No porto de Antofogasta, no Pacífico, uma vez um cruzador inglês comprou um dos pequenos canhões de bronze, que tem as armas de Portugal do tempo de D. Maria I e o levou para o Museu Histórico de Londres! Estou disto perfeitamente informado. E assim as sólidas casarias de dentro da fortaleza, que formavam duas ruas e que eram nobres moradas dos comandantes do forte e dos oficiais; capela, armazéns, depósitos têm apenas hoje as suas paredes, que sendo de pedra e cal, hão de ficar de pé e hão de atestar por muitos séculos a nossa incúria porque, se prevalece o argumento de que a fortaleza nunca teve o valor estratégico que lhe deram os seus fundadores, essas espaçosas casas serviram de moradas a destacamentos militares de que o governo central e estadual não deveria prescindir neste ponto de nossa fronteira. Para mim é a obra mais monumental do Estado." (Cf. Generoso Ponce Filho. "O Forte do Príncipe da Beira", em Rev. "Cultura Política" n.º 28 — Ano III. Rio 1943. ps. 159/167).

71. *O Tratado de Limites de 1750*

Em 13 de janeiro de 1750 Portugal e Espanha assinam o Tratado de Limites entre o patrimônio da Ordem de Cristo, representado pelo Vice-Reino do Estado do Brasil e a América Espanhola. Os três artigos desse documento, abaixo transcritos, dizem claramente:

"Art. XIV — Sua Majestade Católica em seu nome e de seus herdeiros e sucessores cede para sempre à Coroa de Portugal... todas e quaisquer povoações e estabelecimentos, que se tenham feito por parte de Espanha no ângulo de terras compreendido entre a margem setentrional do rio Ibicuí e a oriental do Uruguai.

Art. XVI — Das povoações ou Aldeias que cede Sua Majestade Católica na margem oriental do Uruguai sairão os Missionários com todos os móveis e efeitos, levando consigo os Índios para aldear em outras terras de Espanha; e os referidos Índios poderão levar todos os seus bens móveis e semoventes, e as Armas, Pólvora e Munições que tiverem; em cuja forma se entregarão as Povoações à Coroa de Portugal com todas as suas Casas, Igrejas e Edifícios e a propriedade e posse do terreno...

Art. XXII — Determinar-se-á entre as duas Majestades o dia em que se hão de fazer as mútuas entregas da Colônia do Sacramento com o Território adjacente e das terras e Povoações compreendidas na cessão, que faz Sua Majestade Católica na margem oriental do rio Uruguai, a qual não passará do ano, depois de se firmar este Tratado..."

O Tratado de 1750 fora redigido por Alexandre de Gusmão, lusossantista, isto é, português nascido em Santos, primeiro ministro de D. João V, o rei mineiro. "A linguagem e o teor todo desse memorável Tratado estão dando testemunho da sinceridade e boas intenções das duas cortes. Parece, na verdade, os dois soberanos contratantes terem-se adiantado ao seu século." (Cf. Robert Southey. "História do Brasil", 6.º vol., ps. 8/9. ed. 1862). "Ratificado o convênio por parte de Portugal em 26 de janeiro e por parte de Espanha em 8 de fevereiro, foram em 17 de janeiro de 1751 assinados três outros Tratados, em Madri, pelos quais, respectivamente, se regulavam as instruções dos comissários que deviam passar ao sul da América, se formulavam artigos separados sôbre as mesmas instruções e se prorrogava o termo das entregas mútuas para se estenderem por todo o ano de 1751. Para presidirem a execução do pactuado a corte de Lisboa nomeou comissários principais Gomes Freire de Andrade, governador e capitão-general do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo para a divisão do Sul, e Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Estado do Maranhão para a divisão do Norte, este substituído depois por D. Antônio Rolim de Moura (português nascido no Brasil), governador do Mato Grosso. A corte de Madri, por sua vez, nomeou seus comissários especiais para a divisão do Sul o Marquês de Valdelírios, D. Gaspar de Munive León Garabito Telo Y Espinosa, natural do Peru, e para a divisão do Norte o chefe de esquadra D. José de Iturriaga." (Cf. R. Garcia. Anais da Biblioteca Nacional. Tratado de 1750. I, 8).

No início dos preparativos para a execução da tarefa, ordenada pelo rei de Portugal, ainda no Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada envia instruções ao coronel Cristóvão Pereira de Abreu, português nascido em Portugal, residente em Sorocaba, para passar à cidade de São Paulo e que organizasse um batalhão de duzentos portugueses paulistas, selecionados, para formar a vanguarda a fim de preceder ao conhecimento prático do terreno a região demarcadora. Por sua vez, a fim de cumprir as cláusulas do Tratado, junto aos jesuítas espanhóis invasores do território patrimonial da Ordem de Cristo, o rei de Espanha designa, por indicação do Geral da Companhia de Jesus, o padre Lope Luiz Altamirano, o qual embarca para a América em companhia do comissário Marquês de Valdelírios. Sediado em Japeju, o padre comissário Luiz Altamirano, em 27 de fevereiro de 1753 sente-se ameaçado em sua vida, pois entre os tapes lavra o boato de que esse jesuíta "estava a serviço dos portugueses", resolve seguir para Buenos Aires e deixa o padre Francisco Xavier Limp em seu lugar para efetuar a mudança dos Sete Povos. Nessa altura entra em cena o jesuíta Lourenço Balda e escreve para Buenos Aires que os tapes estavam em pé de guerra, pois foram convencidos que o padre Altamirano não "era sacerdote e sim português" e que iria expulsá-los de suas reduções "y asy que lo echaran rio abajo." (Doc. Trat. vol. LII, 362).

"Os 'Documentos sobre o Tratado de 1750', publicados nos dois magníficos volumes dos *Anais da Biblioteca,* lançam luz sobre os acontecimentos da época. *Ante a insurreição geral dos índios, que não se importavam de pertencer a esta ou aquela coroa, mas que agiam em legítima defesa de suas terras e bens,* os padres dos Sete Povos nada mais fizeram do que reproduzir o gesto antigo de seus predecessores e tudo arriscar para os socorrer, material e espiritualmente, nessas horas de sofrimento, em que jogavam os destinos de sua secular organização." (Cf. Aurélio Porto. Ob. cit. p. 427).

Ora, cem anos antes, os jesuítas espanhóis haviam conduzido os guaranis das reduções paraguaias, o seu *habitat* secular, para as campinas gaúchas, onde se localizaram. No entanto, então esses pobres índios não reclamaram, não protestaram, não se insurgiram contra o fato de serem levados para outras regiões e abandonaram seus bens e terras com toda a naturalidade. Se lermos com atenção o depoimento do padre jesuíta Antônio Sepp,

citado nos capítulos 63, 64 e 65, verificamos como os índios têm o físico do adulto e a mentalidade infantil. Os psicólogos já chegaram a esse juízo. Assim como entre os brancos há palavras cujo sentido escapa a certos indivíduos, também os índios não compreendem o alcance do nosso vocabulário. Em sua última obra "Combat avec l'ombre", Jung comprova essa assertiva. Ele visitou uma povoação asteca, no México, onde conversou longamente com o cacique. Este disse ao psicólogo: — 'Não compreendo os europeus. Eles vivem desvairados, à procura de riquezas. Dizem que pensam com a cabeça.' Jung pergunta-lhe: — 'Você com o que pensa?' O interrogado responde, apontando o peito: — 'Com o coração.' E os astecas têm o nível intelectual acima dos pobres ameríndios.

Nesse caso, para os jesuítas espanhóis, "não há duvidar do empenho que puseram na mudança dos Povos, embora lhes fosse o mais cruel de todos os sacrifícios. Mas, *sentindo-se desprestigiados, quase anulados ante a desconfiança dos índios,* quando estes se organizam para combater forças disciplinadas e superiores (portuguesas e espanholas), *num ato de desespero,* não os abandonam à mercê da própria sorte e, num gesto que não os deprime, preferem assistir a seus filhos e com eles receber o peso do golpe tremendo. Além do *padre Balda, considerado a alma da resistência, os padres Adolfo Skal, Tedeo Enis e Miguel de Sotto assumem maiores responsabilidades. Acusam-nos os documentos de serem os organizadores da resistência armada, "y especialmente Balda y Enis, mandaram hacer las baterias y les enseñaban la formación."* (Doc. sobre o Tratado. Anais. LII. 444). *Conhecida a organização militar das doutrinas, ver-se-á que esses aprestos guerreiros vinham de épocas bastante remotas... Santos como Cristóvão de Mendoza, Boroa, Romero e outros haviam resistido, à mão armada, em defesa dos seus pobres catecúmenos, ante a agressão das bandeiras."* (Aurélio Porto. Ob. cit. ps. 428/429. Os grifos e as palavras entre parênteses são meus.)

Não houve agressão das bandeiras. Os lusobandeirantes, vassalos da Coroa Lusitana, defendiam o patrimônio da Ordem de Cristo ocupado por invasores. Competia-lhes, como portugueses, defenderem esse território sagrado, segundo as bulas dos Papas do século XV, porque estavam sob a guarda e jurisdição da Monarquia Portuguesa. Por isso, os reis de Portugal faziam todos os esforços, possíveis e impossíveis, para manter

intato esse patrimônio descoberto pela Milícia da Ordem de Cristo. E o *povoamento português* intenso vai começar com as famílias açorianas fundadoras de Porto Alegre.

"Outros (jesuítas) mais tarde, *a serviço dos espanhóis, haviam defendido a terra contra a expansão portuguesa.* A história reproduzia-se, agora, em proporções maiores. Diz o padre Enis, em uma declaração, jurando 'in verbo sacerdotis', "que habia procurado la transmigración del mismo modo que los santos padres y verdaderos pastores de los rebaños de Cristo en la primitiva Iglesia, licita y santamente animaban a los cristianos a desamparar sua tierra y haciendas por los mandatos de los Emperadores." (Cf. Aurélio Porto. Ob. cit. p. 429. Doc. sobre o Tratado. Anais LII, 444).

73. *Jesuítas portugueses e jesuítas espanhóis*

O historiador português, jesuíta padre Serafim Leite, explica e esclarece: "Na história da Colônia (Militar) do Sacramento aparecem Jesuítas de Portugal e Jesuítas de Espanha, a saber: Jesuítas da Província do Brasil e Jesuítas da Província do Paraguai. Todos da Companhia, *mas com deveres políticos opostos.* Num ponto, os mesmos: na unidade da doutrina e da moral, unidade substancial, religiosa, a mesma em todo o mundo, como no Universo são unidos na Fé e na Moral todos os católicos cultos, conscientes e dignos de tão grande nome e honra. Mas assim como no resto do mundo, em tempo de guerra se encontram Católicos nos dois campos opostos, assim também neste, *os Jesuítas do Brasil defendiam a bandeira portuguesa (pois estavam a serviço da Monarquia Lusitana), os Jesuítas do Paraguai, a bandeira espanhola.* Era a estrita obrigação de cada qual, como cidadãos e patriotas. Nem todos os historiadores, mesmo os de nota, têm compreendido esta verdade. Os Jesuítas espanhóis, com a experiência dolorosa das depredações praticadas nas suas Aldeias (reduções) pelos "Paulistas" ou "Portugueses de São Paulo", termo correlativo naquela época, ou simplesmente "Portugueses", temiam que a Colônia (Militar) do Sacramento fosse outro baluarte de inimigos, donde saíssem novas investidas e lhes destruíssem as Missões. Não se enganaram no seu pressentimento. O que levou foi um século a realizar-se. Porque foi dela, da Colônia (Militar) do Sacramento, na *troca* (sic) proposta pelo Tratado de 1750, que veio a depredação e ruína total das Reduções. Explica-se, pois, a *atividade*

incessante dos Jesuítas castelhanos em colaboração com os elementos oficiais de Espanha para dificultar ou suprimir aquele Gibraltar platino. Luta longa de contrastes, reveses e glórias." (Cf. Serafim Leite, S. J. "História da Companhia de Jesus no Brasil", Vol. VI. p. 536. São meus os grifos e as palavras entre parênteses).

Neste caso, o Gibraltar eram as reduções dos jesuítas espanhóis levantadas no patrimônio da Ordem de Cristo, e a Colônia Militar do Sacramento fora construída para defesa desse território invadido pelos religiosos castelhanos, pois eram como guarda avançada ou ponta de lança estrangeira nas terras entregues à defesa e jurisdição da Milícia da Ordem de Cristo. Por isso mesmo, os jesuítas portugueses diretamente contratados pela Coroa de Portugal para catequizar o gentio, isto é, os brasilíndios, e ensinar nos Reais Colégios, porque os Colégios eram do Rei de Portugal, *não tinham jurisdição alguma sobre os indígenas, pois as Aldeias eram a residência natural desses novos vassalos portugueses cristianizados cujos usos e costumes, sociedade e maneiras de vida era preciso respeitar e foram respeitados pelos portugueses.* Com esse pensamento, da Bahia, 5 de julho de 1559, já com dez anos de trabalhos no patrimônio da Ordem de Cristo, Padre Manoel da Nóbrega escreve a Tomé de Sousa, em Lisboa: "*Porque pera isso fuy com meus Yrmãos mandado a esta terra, e esta foy a yntenção de nosso Rey (D. João III) tam cristianíssimo, que a estas partes nos mandou.*" (Cf. Padre Manoel da Nóbrega, "Cartas do Brasil e mais escritos". (Opera Omnia) com introdução e notas históricas e críticas de Serafim Leite S. J., Coimbra, 1955).

Da mesma forma, o jesuíta Padre Antônio Vieira, do Maranhão, 20 de abril de 1657, escreve a D. Afonso VI, rei de Portugal:

"*Que Vossa Majestade mande vir maior número de religiosos da Companhia (de Jesus) para que ajudem a levar adiante o que têm começado os que cá estamos; porque é o único meio (posto que mui trabalhoso para os ditos religiosos) com que só se podem reduzir estas gentilidades (brasilíndios).* E porque à nossa notícia tem chegado que, contra os missionários (Jesuítas) *que neste Estado servimos a Deus e a Vossa Majestade,* e contra o governo da dita missão, se tem presenteado a Vossa Majestade algumas queixas, *pedimos humildemente a Vossa Majestade* seja Vossa Majestade mandar-nos dar vista de todas,

porque a todos esperamos satisfazer de maneira que fique conhecido com grande clareza quão úteis são os missionários da Companhia (de Jesus), não só ao melhoramento espiritual dos Portugueses e Índios, senão ainda ao temporal de todos." (Cf. Padre Antônio Vieira. "Cartas". ed. João Lúcio de Azevedo. 1.º vol. p. 470. Coimbra, 1925).

Quanto aos Tapes que haviam ficado nos Povos, *receosos do mau tratamento que lhes davam os espanhóis, quando o exército português se pôs em marcha,* "fugiam, escondendo-se nos bosques", onde "ficavam expostos à fome e à miséria." (Cf. Aurélio Portò. Ob. cit., ps. 565/566). "Aos chefes dessas famílias são dados nomes portugueses, fazendo com que se confundam com os povoadores brancos." (A. Porto. Ob. cit., p. 573).

74. *A demarcação das fronteiras do patrimônio da Ordem de Cristo*

Em duas cartas secretíssimas, respectivamente datadas de Lisboa, 6 de julho de 1752 e 17 de março de 1755, o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, escreve a Gomes Freire de Andrade, no Rio de Janeiro, dando instruções para a execução do Tratado de Limites de 1750, ao sul e ao norte do patrimônio da Ordem de Cristo. A primeira contém 33 artigos. A segunda é da mesma data, cujo original está corrigido pelo autor. Com essas cartas veio a relação das pessoas enviadas de Lisboa para a demarcação das fronteiras no sul do patrimônio da Ordem de Cristo, politicamente, Vice-Reino do Estado do Brasil, província da Monarquia Portuguesa.

"Sul. 1.ª Tropa de Castilhos até à foz do Ibicuí: Coronel de infantaria com exercício de engenheiro, Miguel Ângelo Blasco, genovês; Astrônomo padre jesuíta Bartolomeu Panigai, veneziano; Capitão-tenente José Rollen Vandreck, holandês; Ajudante José Ignácio Piton, francês; Tenente de infantaria com exercício de engenheiro, Adam Wantzel Hestcko, alemão; Cirurgião José Poliani, piemontês. Esta 1.ª tropa no retorno pode vir pela comarca de São Paulo e Minas Gerais a tirar o mapa destes distritos.

2.ª Tropa do Ibicuí até defronte do Igureí. Tenente-General José Fernandes Pinto Alpoim, que está no Rio de Janeiro, português; Astrônomo Padre jesuíta Bartolomeu Pincete, genovês; Capitão Carlos Ignácio Reverend, alemão; Ajudante José Maria

Cavagna, italiano; Desenhador Ponzone, italiano; Cirurgião Maurício da Costa, português. Esta 2.ª tropa no retorno pode vir pelo Goiás, rio de São Francisco e sertão da Bahia.

3.ª Tropa da foz do Igureí até à do Jauru. Sargento-mor José Custódio de Sá e Faria, português; Astrônomo Dr. Michele Ciera, paduano; Capitão João Baptista Havelle, suíço; Tenente Ignácio Hatton; Geógrafo Guilherme de Bazines, suíço; Cirurgião Bartolomeu da Silva, português. Esta 3.ª tropa no retorno pode vir por Cuiabá, conduzir água da Botuca e recolher-se por Piauí e sertão de Pernambuco.

Norte. 1.ª Tropa desde a boca do Japurá até às terras de Surinam. Sargento-mor José Gonçalves, que está no Pará, português; Astrônomo padre jesuíta Xavério Haller, alemão; Capitão João André Schwebel, alemão; Ajudante Adam Leopoldo de Breuning, alemão; Cirurgião Daniel Paink, alemão. Esta 1.ª tropa no retorno pode vir pelas cabeceiras do rio Branco e montes que confinam com o distrito de Caiena e depois visitar as terras do cabo Norte. 2.ª Tropa para marcar a linha de Leste-Oeste. Sargento-mor Sebastião José da Silva, português; Astrônomo Dr. Agostinho Brunelli, bolonhês; Capitão Gaspar João Gerardo de Cronsfeld, alemão; Ajudante Henrique Antônio Galuzzi, italiano; Desenhador José Antonio Landi, bolonhês, arquiteto, (dele falarei mais adiante); Cirurgião Antônio de Matos, português. Esta 2.ª tropa no retorno pode visitar os rios Tapajós e Xingu e passar a tirar o mapa ao Pará até o Maranhão.

3.ª Tropa desde o rio Madeira até a foz do Jauru. Capitão Gregório Rebelo Guerreiro Camacho, português; Astrônomo Padre jesuíta Inácio Stezentmartony, alemão; Ajudante Filipe Frederico Sturms, alemão; Tenente Manuel Gotz; Cirurgião Domingos de Sousa, português. Esta 3.a tropa no retorno pode ser a condução da água da Bouca depois ir descer pelo rio Araguaia e Tocantins e finalmente tirar o mapa desde Maranhão pelas Capitanias do Ceará, Rio Grande (do Norte) até a Paraíba. Nesse total de 36 homens a serviço de Portugal, apenas nove são portugueses, os vinte restantes são estrangeiros, *todos* vassalos da Monarquia Portuguesa. A *naturalidade* era genoveses, alemães, italianos, venezianos, placentino, piemontês, francês, holandês, suíço. A nacionalidade surge em 1792, com a primeira República Francesa. Até esta data, os homens eram vassalos desta ou daquela monarquia. Daí em diante, há cidadãos franceses, porque a sua *pátria* é todo o território da República da França. No século

XIX há os vassalos ou súditos da Monarquia Inglesa. Com o Império Brasileiro há os súditos ou cidadãos da Monarquia Brasileira porque a Pátria Brasileira surge após a Independência com a Nação Brasileira. Do século XIX em diante a naturalidade indica o lugar do nascimento. Até 1822 todos os nascidos no património da Ordem de Cristo eram portugueses. E dessa data em diante, com a Nação, surge a nacionalidade brasileira. (Cf. Sousa Viterbo, Ob. cit. 2 vols. Francisco Adolpho de Varnhagen. "História Geral do Brasil." Vol. IV. Notas da secção XLIII.)

Assim, *todos* os componentes das seis tropas eram *vassalos portugueses,* pagos pela Monarquia Portuguesa. Em moeda atual, a despesa *mensal* de Portugal, apenas com essa tropa especialmente contratada para demarcação das fronteiras do patrimônio da Ordem de Cristo, politicamente o Vice-Reino do Estado do Brasil, talvez ultrapassasse a quantia de um trilhão e trezentos bilhões de cruzeiros (Cr$ 1,300. bilhões de cruzeiros). Sem contar, está claro, com os vencimentos dos governadores das Capitanias, das autoridades civis e militares, do Exército Lusobrasileiro, dos bispos, padres, frades e freiras. Nessa despesa se incluiu, até 1759, a Companhia de Jesus, cujos professores dos Reais Colégios eram pagos pela Monarquia Lusitana. E, com estes documentos, os escritores da história do Brasil, bitolados pelo materialismo histórico e pela miopia do colonialismo, podem supor que o *povoamento lusobrasileiro* foi uma "operação comercial".

Cumpre-me aqui fazer especial referência ao português natural da Bahia, isto é, lusobaiano, a serviço de Portugal, Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, autor da notável obra "A Viagem Filosófica" às Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Corumbá (1783-1792), volume 1, com desenhos coligidos e coloridos pelo inadjetivável pesquisador Professor Dr. Edgard da Cerqueira Falcão, Editados por Gráficos Brunner Ltda. São Paulo — Brasil — MCMLXX. Nessa viagem científica, o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira foi acompanhado pelo jardineiro botânico Agostinho José do Cabo, pelos desenhadores José e Joaquim Freire. José Antonio Landi chegou ao Pará integrado na 2.ª Tropa de Demarcação das fronteiras — Norte do Vice-Reino do Estado do Brasil. Trabalhou ora como desenhador-naturalista, ora como arquiteto. Na "Viagem Filosófica"

podem ser vistos e admirados os desenhos coloridos de José Antonio Landi. E daí esta justa referência ao pesquisador Professor Dr. Edgard de Cerqueira Falcão.

Nos dois volumes de "Expedições científico-militares enviadas ao Brasil", de autoria do pesquisador Sousa Viterbo, tantas vezes citados neste livro, aparecem os nomes e as obras de duzentos e onze (211) engenheiros militares, arquitetos, cientistas e desenhistas Portugueses de Portugal e do Brasil, estrangeiros, todos a serviço de Portugal e do patrimônio da Ordem de Cristo.

75. *A defesa do patrimônio da Ordem de Cristo a Oeste e Sudoeste*

O engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra, português nascido em Portugal, formado pela Universidade de Coimbra, recebera do rei de Portugal a incumbência de construir o Forte Príncipe da Beira, cuja planta fora traçada por ele, às margens do rio Guaporé, na fronteira com a Bolívia, a Oeste. Esse monumento de arquitetura militar, sem igual nas três Américas, é o documento concreto levantado há duzentos anos pelos portugueses de Portugal, portugueses do Brasil, todos irmãos, pela raça, pelo sangue e pelos ideais, pelos lusobrasilíndios, filhos de pais portugueses e mães brasilíndias e pelos brasilíndios; esse monumento imponente há de sempre bradar, pela sua voz de pedra, o quanto e como Portugal cuidava, com todo o carinho, da defesa heróica do patrimônio da Ordem de Cristo, politicamente Vice-Reino do Estado do Brasil, província da Monarquia Portuguesa. E esse documento impressionante, construído em plena selva amazônica, aguarda até hoje a visita dos historiadores honestos, não bitolados pelo materialismo histórico e pelos tecnicistas materializados, mas dos historiadores conscientes dos nossos valores humanos tão amesquinhados pela ignorância histórica dos escritores literatejantes.

Além do Forte Príncipe da Beira, o engenheiro militar Ricardo Franco de Almeida Serra constrói outros fortes nas fronteiras do patrimônio da Ordem de Cristo com a América Espanhola. O Arquivo Militar do Rio de Janeiro possui os seguintes mapas originais:

— Mapa de parte do rio Guaporé, e dos rios Sararé, Galera, São João e Branco, seus braços na qual vai lançada a derrota

da diligência que por ordem do . . . Senhor João de Albuquerque de Melo e Cáceres (Governador da Capitania do Mato Grosso) se fez pelo alferes de dragões Francisco Pedro de Melo, no ano de 1795, navegando pelo rio Branco até perto do seu nascimento; e atravessando dele por terra até o rio de S. João e Aldeia Carlota, e deste lugar, pelo mais alto do terreno a sair pelo rio Galera no Arraial de S. Vicente e ponte do Sararé, da qual continua até os Quilombos do Pindaituba... Igualmente vai configurada a derrota da diligência que no ano de 1794 se fez por ordem do mesmo senhor pelos campos dos Parecis e cabeceiras dos rios Galera e Jurina, com parte do notável rio Juruena pelo tenente engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra..."

— Carta geográfica do rio Guaporé desde a sua origem principal até a sua confluência com o rio Mamoré e igualmente dos rios Alegre, Barbados e Verde e Paraguai; com parte do Baures e Itonamas, que nele deságuam, assim como do rio Jauru e do rio Aguapeí, seu braço com o rio Cuiabá e parte do Paraguai. Em que da mesma forma vai configurado todo o terreno limítrofe entre os *estabelecimentos portugueses* adjacentes à Vila Bela, capital do Mato Grosso e Forte Príncipe da Beira, e as províncias espanholas de Chiquitos e Moxos, que à Real Presença de Sua Majestade... faz de presente subir o governador (de Mato Grosso) João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres em conseqüência das diligências, configurações e observações que, desde o ano de 1781 até o de 1790, se têm feito nestes vastos terrenos; pelos engenheiros e astrônomos empregados na Demarcação dos limites da mesma Capitania, cuja Carta Geográfica serve de continuação à do rio Madeira, desde a sua boca no rio Amazonas, até a confluência que nele faz o rio Mamoré, e vai marcada debaixo do n.º 1 pelo sargento-mor engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim José Ferreira." (Cf. Sousa Viterbo, "Expedições científico-militares enviadas ao Brasil". Coordenação, aditamentos e introdução de Jorge Faro. II vol. ps. 87/88 ed. Panorama Lisboa 1964)

"O Patriota", jornal literário e político editado no Rio de Janeiro anteriormente a 1814, publicou os seguintes trabalhos de Ricardo Franco de Almeida Serra:

— Descrição Geográfica da Capitania de Mato Grosso.

— Discurso sobre a urgente necessidade de uma povoação na cachoeira do salto do rio Madeira para facilitar o útil e in-

dispensável comércio, que pela carreira do Pará se deve fomentar para o Mato Grosso...

— Diário da diligência do reconhecimento do rio Paraguai, desde o lugar do marco da boca do Jauru até abaixo do presídio (Forte) de Nova Coimbra, que compreende a configuração das Lagoas, Gaiba, Uberava, e Mandiorem, e das serras do Paraguai, e igualmente o reconhecimento do rio Cuiabá, até a vila deste nome, e dela por S. Pedro del Rei até Vila Bela, 1786.

— Diário resumido sobre a configuração do Paraguai desde o marco e foz do rio Jauru até abaixo do presídio (praça militar) de Nova Coimbra... pelos engenheiros R. F. de Almeida Serra, A. P. da Silva Pontes, Francisco José de Almeida e Lacerda. Datado de Vila Bela, 20 de agosto de 1787.

— Diário da viagem dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé até Vila Bela, Capital do Governo de Mato Grosso, em que vão emendadas e corretas todas as diferenças de que foi suscetível o que se fez da mesma viagem no ano de 1782, tempo em que ainda não estava verificada astronomicamente a posição geográfica dos mais notáveis pontos desta longa navegação. Acrescentado de muitas notícias essenciais sobre os três mencionados rios, assim como dos mais rios laterais que neles entram. 1790.

— Diário do rio Madeira. Viagem que a expedição destinada à demarcação dos limites fez do rio Negro até Vila Bela. 1790.

Exceto o primeiro, o qual pertence ao "Arquivo Militar do Rio de Janeiro" e foi publicado na "Revista do Instituto Brasileiro", vol. XX, 1857, os outros fazem parte das coleções da Biblioteca Nacional da mesma cidade. (Cf. Sousa Viterbo. Ob. cit. ps. 88/89)

76. *Os Lusíadas construíram o Brasil*

Na bem documentada obra, "Expedições Científico-Militares enviadas ao Brasil", *no período lusobrasileiro* (1500-1822) de autoria do infatigável pesquisador português Francisco Marques de *Sousa Viterbo,* médico formado pela Faculdade de Medicina, cientista e humanista, estão relacionados os nomes e os trabalhos de duzentos e vinte e seis (226) construtores do Brasil, porque a Província de Santa Cruz, quando foi descoberta em 22 de abril de 1500, por Pedro Álvares Cabral, era um continente

coberto inteiramente de imensa e maciça floresta, habitada apenas por homens nus e mulheres nuas, isto é, pelos brasilíndios e brasilíndias analfabetos, ignorantes e imaturos-adultos com a mentalidade infantil. Para catequizar os brasilíndios e fazê-los cristãos, alfabetizá-los e alfabetizar os lusobrasilíndios, ou seja, os filhos dos pais portugueses e das mães brasilíndias, portugueses pela raça, pelo sangue e pela cultura, D. João III, rei de Portugal, assume o compromisso de sustentar a Companhia de Jesus no mundo e nomeia o Padre Manoel da Nóbrega, primeiro Secretário da Educação do Estado do Brasil, Província da Monarquia Portuguesa, constituído no *patrimônio da Ordem de Cristo, onde tudo estava por fazer, precisava de ser feito e foi feito por lusíadas,* portugueses de Portugal e portugueses do Brasil, todos portugueses porque tinham o mesmo sangue, as mesmas leis, os mesmos direitos e prerrogativas capituladas nas *Ordenações,* a Constituição Política do Império Lusitano. Assim, já em 20 de dezembro de 1662, a Câmara de Vereadores de Salvador, capital da Bahia, pede a D. Afonso VI, rei de Portugal, a criação da UNIVERSIDADE LUSOBRASILEIRA na Capital do Vice-Reino do Estado do Brasil, porque o ensino ministrado no Real Colégio do Salvador, pelos mestres jesuítas, era de nível universitário, desde o elementar ao superior, com as quatro Faculdades: de Letras, de Filosofia, de Teologia e de Matemáticas. Consultada a Universidade de Coimbra, ela aceitava os estudos de humanidades feitos nos Reais Colégios Lusobrasileiros, mas reservava-se o privilégio de conceder o doutorado pela congregação coimbrã. (Cf. Tito Lívio Ferreira. "História da Educação Luso-brasileira." p. 88 e segs.).

Assim, D. João V, o rei mineiro, protege e anima as ciências exatas e astronômicas. Manda instalar no Real Colégio de Santo Antão, em Lisboa, onde lecionavam mestres jesuítas, pagos pela Monarquia Portuguesa, o Real Observatório Astronômico. Manda vir da Itália dois jesuítas italianos, os padres João Batista Carbone e Domingos Capacci, estudiosos de astronomia, e entrega-lhes o Real Observatório de Lisboa, em 19 de setembro de 1722. Em 1729, esse mesmo rei manda ao Vice-Reino do Estado do Brasil, os padres jesuítas Diogo Soares, português, e Domingos Capacci, italiano, para ordenarem as Cartas Geográficas do patrimônio da Ordem de Cristo e assentar os verdadeiros meridianos do Brasil e dos seus principais portos e Cabos, com respeito aos estabelecidos na Europa e ilhas do Cabo Verde. As

observações astronômicas feitas pelos dois jesuítas, achadas exatíssimas, foram comunicadas às Academias da França e da Inglaterra. Traçaram cartas geográficas do Rio de Janeiro, dos litorais sulinos até o rio da Prata, das Capitanias de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. E em fevereiro de 1740, o Padre Capacci faleceu em Vila Boa de Goiás.

Em 1.º de outubro de 1749 contratou os serviços da expedição científico-militar enviada ao Brasil, por seu filho, o rei D. José I, com engenheiros militares e cientistas portugueses e estrangeiros para executarem o Tratado de Limites de 1750, celebrado entre as Coroas de Portugal e de Espanha, de que tratamos em capítulos anteriores. *Anualmente*, os gastos dessa expedição científico-militar para demarcar as fronteiras do *patrimônio da Ordem de Cristo* foram orçados em 13:000.000 (treze contos de réis) cerca de um trilhão e trezentos bilhões de cruzeiros em moeda atual. (Cf. Sousa Viterbo. "Expedições Científico-militares enviadas ao Brasil". p. 54) Nessa expedição havia portugueses, italianos, suíços, alemães e franceses, todos vassalos a serviço da Monarquia Portuguesa. Os jesuítas italianos eram astrônomos, Brunelli e Ciera, engenheiros, Landi, arquiteto. Brunelli navegou 3.600 km pelo rio Amazonas, chegando às fronteiras do Peru. Demorou-se oito anos nesse serviço. No reinado de D. Maria I, o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, lusobaiano, formado na Universidade de Coimbra, por conta da Coroa Portuguesa, realiza a sua famosa *Viagem Filosófica,* isto é, científica, de 1783 a 1793. Nesses dez anos de reconhecimento do rio Amazonas, até os limites do Peru, realiza obra vultosa, na preciosa colheita etnográfica e de história natural. Em capítulo anterior já nos referimos a ela. Alexandre Rodrigues Ferreira ocupa, a par de Brotero e de Correia da Serra, um dos lugares mais distintos no mapa bibliógrafo-científico da História das Civilizações; apesar de os escritores da história do *período luso-brasileiro* o ignorarem.

77. *O Condestável da defesa do patrimônio da Ordem de Cristo*

O engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra constrói o Forte do Príncipe da Beira, na fronteira com a Bolívia, e o Forte Coimbra, na fronteira de Mato Grosso com o Paraguai. O governador da Capitania pede-lhe para traçar o plano da defesa da Capitania de Mato Grosso. Do Forte Coimbra, sob o seu

comando, em 31 de janeiro de 1800, Ricardo Franco de Almeida Serra envia ao Governador matogrossense o "Parecer e informação sobre a defesa da Capitania de Mato Grosso, incluindo o plano de guerra." (Manuscrito. 1-32, 21, 2. da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro). Acompanha esse documento a "Memória ou informação dada ao Governo sobre a Capitania de Mato Grosso." (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. II, 19, 2.ª ed.) "copiado de um manuscrito oferecido ao Instituto pelo sócio correspondente Dr. José Antonio Pimenta Bueno (Marquês de São Vicente) que o fez trasladar do manuscrito original, que existe na Secretaria do Governo de Cuiabá." (Manuscrito da Biblioteca Nacional — Rio de Janeiro).

Esse trabalho do engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra é importante por fazer o estudo geográfico de Mato Grosso, notadamente de seus rios, por serem únicas e importantes vias de comunicações, navegação e penetração do imenso território, por onde transitavam os transportes de espanhóis e portugueses. Assim ele observa:

"Manda-me V. Excia. pela sua ordem de 19 de setembro do presente ano (1799), ouvir e dar o meu parecer e informação sobre a Capitania de Mato Grosso; a mais acomodada à localidade do País; tendo por princípio assegurar perfeitamente as comunicações entre as suas principais partes, quais são o Cuiabá e Mato Grosso, e outros lugares internos e externos.

"Um plano de guerra, para a Capitania do Mato Grosso ou seja ofensiva ou defensiva, demanda essenciais conhecimentos quais são, o geográfico do terreno limítrofe, a população do país inimigo, as suas forças e recursos, os lugares mais expostos, os que oferecem cômodas estradas, e mais próximas correlações entre os confinantes estabelecimentos, a segurança destes e a posse de outros, que por interessantes possam compensar a despesa de uma guerra, que sempre deve ter por objeto algum fim útil, não só para o estado atual dessa Capitania, mas para a sua futura segurança e aumento; a qual confinando por quinhentas léguas (cerca de 3.000 km, já percorridos pelos portugueses) de extrema com domínios espanhóis, dez vezes mais povoada do que ela, cobre a maior parte do amplíssimo Brasil, guardando nos seus varios sertões *sabidos tesouros,* e contendo na sua superfície de quarenta e oito mil léguas os nascimentos de maior paralelo(?) corpo de grandes rios, que com trezentas léguas de

curso vão confluir no máximo das Amazonas e o total de muitos outros grandes rios, que se dá livre entrada para o centro das Capitanias de São Paulo e Goiás.

"E valendo-me das noções adquiridas pelo largo espaço de dezenove anos de residência nesta Capitania de Mato Grosso, empregando muitos deles, no reconhecimento e configuração dos rios da Madeira, Guaporé, Alegre, Barbados, Jauru, Paraguai e Cuiabá, assim como nos terrenos confinantes com as possessões espanholas, *fazendo de tudo os respectivos e diversos mapas geográficos, diários e partes, como Comandante que fui de todas estas diligências*..." (Sebastião da Silva Furtado. "Cel. Ricardo Franco de Almeida Serra. — Expoente do Real Corpo de Engenheiros, construtor e defensor do Forte de Coimbra." ps. 72/73. Ministério da Guerra. Edição comemorativa do sesquicentenário de sua morte. 1809 — 21 de janeiro de 1909 — Rio de Janeiro 1960. São meus os grifos, os sublinhados e as palavras entre parênteses.)

O historiador-pesquisador observa, por esta descrição geográfica, feita em 1799, há 181 anos, como o ensino de História do Brasil em nossas escolas, em todos os graus, está ultrapassado. O objetivo dos ensinantes, através do papel carbono dos manuais de História Pátria, é sedimentar, no coração e na alma das crianças e dos moços, as palavras de Frei Vicente do Salvador, escritas antes dos Portugueses *formigarem* por todo o *patrimônio da Ordem de Cristo,* politicamente Estado do Brasil, Província do Monarquia Portuguesa. Essa imagem dos Portugueses ficarem arranhando o litoral como caranguejos está gravada na mente de todos os brasileiros. No entanto, ignoramos que em 1800 já os Portugueses, os Lusíadas dos séculos XVI, XVII e XVIII, haviam medido, palmo a palmo, o continente lusobrasileiro. E, assim, o ensino da História do Brasil e o ensino da Geografia do Brasil não existem em nossas escolas de todos degraus, para alegria dos escritores da história bitolados pelo materialismo histórico, também conhecido por teoria materialista da história ou teoria econômica da história.

78. *O reconhecimento do patrimônio da Ordem de Cristo em trezentos anos*

O engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra, Condestável do patrimônio da Ordem de Cristo, português de nascimento,

brasileiro de coração, escreve, em 1799, há 181 anos, notável documento, até hoje ignorado inteiramente pelos escritores da história imaginativa. Para eles a história precisa ser "repensada" como eles "pensam". E vivem, economicamente, "repensando-a".

No "Parecer e informação sobre a defesa da Capitania de Mato Grosso", o engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra "estuda as redes potâmica e paraguaia, irrigadoras do Mato Grosso: rios Madeira, Mamoré e Guaporé, todos com os seus afluentes, assim fazendo também quanto ao Paraguai e seus afluentes, Jauru, Verde, Paraguai-Mirim, Mondego.

"Fez o *estudo logístico* da Capitania, e o das províncias espanholas com elas confinantes. (Moxos, Chiquitos, Sta. Cruz de la Sierra e Paraguai.) Examina detida e discriminadamente a população de ambas as partes e estabelece-lhes o confronto. Encontra uma população portuguesa de 24.000 habitantes, dos quais 50% escravos e apenas, afora estes, 2.784 homens de 16 a 50 anos de idade, enquanto que nas províncias espanholas lindeiras viviam 240.000 pessoas, incluindo 50% de índios e, com exceção destes, 27.840 homens. (Cf. Major Sebastião da Silva Furtado. ob. cit. p. 73)

Ricardo Franco escreve quando vesperava o ano de 1800: a *população portuguesa.* Não fala em população brasileira. Da mesma forma não diz, "colônia" e "colonos" conforme falam os colonialistas e os complexados pelo colonialismo. Dos 2.740 homens, menos de 1/3 seria de portugueses. Os restantes eram brasilíndios e lusobrasilíndios não-escravos. Eles não andariam pelos matos arrastando grossas coleiras de ferro, segundo a inventiva do padre jesuíta Montoya. Mas quando se trata de escravos a fantasia se distrai. E, se a *população portuguesa* fronteiriça andava por 24.000 moradores, a população espanhola lindeira orçava por 240.000 indivíduos, apenas dez vezes mais.

Assim, o documento de Ricardo Franco de Almeida Serra é completo:

"A agricultura, o comércio, a pecuária, a capacidade das embarcações portuguesas e das espanholas, distância e tempo de viagem pelas diversas vias de comunicação das duas partes, tudo é examinado ponderadamente. Estuda a enorme importância da *Fazenda do Camapuã.*" (Major Sebastião da Silva Furtado. ob. cit. p. 73) Objetivo, preciso, pragmático, Ricardo Franco observa:

"É o lugar do Camaquã, não preciso para a anual e freqüentada navegação ponderada, mas um ponto que, unindo a extrema das três Capitanias de Mato Grosso, S. Paulo e Goiás, serve de atalaia, e cobre por aquele lado a entrada para elas. A posse de um tal ponto assim como vigia, assegura a posse de vastos terrenos; se passar a domínio espanhol, lhos franqueia todos. Pois nos amplos povoados e sertões da América é um lugar importante. Senhoreia centos de léguas de terras." (Major Sebastião da Silva Furtado. ob. cit.)

No século XIX, as monções paulistas cruzariam o istmo do Camaquã, em território matogrossense. Os portugueses conheciam os pontos estratégicos nas rotas do comércio lusopaulista. E para eles pediam a atenção dos governadores.

79. *O plano de defesa do patrimônio da Ordem de Cristo a Oeste*

Ricardo Franco de Almeida Serra elabora, a seguir, o "Plano da defesa" solicitado pelo Governador do Mato Grosso. Para isso, divide a extrema matogrossense em três fronteiras: 1.ª a do Forte Príncipe da Beira; 2.ª a de Vila Bela; 3.ª a do Forte Coimbra. Aponta para elas as funções, os recursos e as medidas necessárias; indicando os presídios, isto é, os fortes que deviam ser estabelecidos nos principais pontos estratégicos, sobretudo nas bocas dos maiores rios. Prevê a decadência inevitável de Vila Bela se lhe tirassem a capital da Capitania, que a fazia viver depois que as minas vizinhas se haviam exaurido. Indica, a favor da permanência da Capital, a necessidade de manter *povoada* a região. É, nesse passo, um precursor geopolítico da fronteira. Noutro trabalho seu ("Memória . . .sobre a Capitania de Mato Grosso") clama por uma *política de povoamento*, como tal, urgente necessidade, a fim de assegurar a posse da amplíssima região e ter à mão prontamente os homens de que a Capitania necessitasse para a sua defesa. Viu-se, já, o tempo gasto nas viagens do Pará e de S. Paulo para lá. Sabe-se, também, do tempo (anos) que se necessitou para transportar, de Belém para o Forte Príncipe da Beira, as peças necessárias à sua defesa.

"Examina o engano célebre da tomada dos dois morros de Coimbra como fecho do rio, mas conclui, face ao calado dos botes espanhóis, que necessitavam navegar pela "madre do rio" e no período da inundação dos terrenos circunjacentes, pelas vantagens da localização ali do novo Forte de Coimbra, a cuja

construção se dedicaria de corpo e alma. "Coimbra — diz ele — fecha e guarda esta entrada, sendo a barreira e segurança de tão abertos terrenos; a sua perda não só envolverá a dita povoação de Albuquerque, mas entrega aos Espanhóis com o "domínio dos rios Mondego e Taquari a navegação de todo o Paraguai... e a aquaviva de S. Paulo. Os diferentes presídios (fortes) por ele sugeridos serão as tranqueiras que barrarão as pretensões espanholas. Cabia-lhe o comando geral da fronteira do Paraguai. Consagrar-se-ia-ia, pois, inteiramente à efetivação das providências que preconizara." (Cf. Major Sebastião da Silva Furtado. Ob. cit., ps. 73/74)

Lusíada matogrossense é o título conquistado pelo português Ricardo Franco de Almeida Serra à custa da própria vida, dada ao patrimônio da Ordem de Cristo.

"Como engenheiro, delineara a traça das fortificações que lhe cumpria executar a todo o transe, servindo de pedreiro ("enquanto não chegou o mestre pedreiro que V. Excia. remeteu, eu mesmo fui o mestre"), confessa R. Franco a 10 de dezembro de 1797 ao Capitão-General e, simultaneamente, providenciava a respeito do abastecimento de víveres ao presídio (Forte) e se carteava com as autoridades castelhanas." A obra precisava ser ultimada, exigia-lhe a defesa do *patrimônio da Ordem de Cristo,* politicamente, Vice-Reino do Estado do Brasil, Província da Monarquia Portuguesa." Acicatavam-no, impelindo-o a isto, as virtualidades da raça, os exemplos magníficos de *Afonso de Albuquerque* e de *D. João de Castro,* na Índia (Ásia), e todos os grandes vultos da Pátria, que haviam dado *meio mundo ao mundo,* dilatando o Império e propagando a Fé. Consagra-se por inteiro à *obra política lusitana de edificar uma grande Nação em terras do Novo Mundo. Ricardo Franco não os desmereceria.*" (Major Sebastião da Silva Furtado. Ob. cit. ps. 78/79)

Assim os Portugueses, na Ásia e no Brasil, chamem-se Afonso de Albuquerque, D. João de Castro e Ricardo Franco de Almeida Serra, têm o mesmo sentido político, *"nitidamente construtivo"*, escreve Júlio de Mesquita Filho. ("Ensaios Sul-Americanos", p. 144)

Nesse caso, escreve o Mal. Fernando do Nascimento Fernandes Távora, in Bol. Especial n.° 505, de 25 de agosto de 1955, da 9.ª R.M., Gen. J. B. Matos em "os Monumentos Nacionais" — SGMG — Imprensa do Exército, 1957: "Foi Franco quem

escolheu o local, projetou as obras e desenhou a "Planta do novo Forte de Coimbra. — Situado na margem ocidental do Paraguai, na Latitude de 19°55′ e Longitude de 32°2′ — do qual se lançou a primeira pedra no dia 03 de novembro de 1797, para substituir a fraquíssima, arruinada, indefesa e antiga Estacada, ou Presídio (Forte) deste nome. — Por ordem do Ilmo. e Exmo. sr. Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Governador e Capitão-General da Capitania do Mato Grosso." O original desta planta pertence à Mapoteca da DSG-1209 F 611 30. Foi reproduzido no vol. 104 da Biblioteca do Exército em 1953, no trabalho "Coronel Ricardo Franco" de autoria do Gen. Raul Silveira Melo.

80. *Os espanhóis do Paraguai atacam o Forte de Coimbra*

No soerguer do século XIX, Ricardo Franco de Almeida Serra comanda o destacamento do Forte de Coimbra, quando lhe chega a notícia trazida pelos brasilíndios Guaicurus, amigos dos portugueses, do próximo ataque dos espanhóis do Paraguai, capitaneados pelo governador de Assunção, Don Lazaro de Ribera, em pessoa. O destacamento do Forte de Coimbra compunha-se de soldados guaicurus, cavaleiros, e meia dúzia de oficiais inferiores, portugueses. "A notícia dada pelos índios era perfeitamente verossímil e o Comandante Ricardo Franco de Almeida Serra tratou logo de preparar a defesa do Forte. Pediu socorros ao Governador de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, e já haviam partido estas de Vila (então Capital da Capitania), quando ali chegaram canoas do presídio (Forte Bourbon, espanhol) pedidas pelo dito Comandante-chefe, comunicando que depois do dia 16 de setembro (de 1801) em que fora atacado pelos espanhóis, que fizeram fogo até ao dia 17; nele bateram chamada, lançaram bandeira branca e 16 canoas com 16 pessoas cada uma, do centro das quais saiu um com uma carta de D. Lazaro de Ribera, comandante daquela ação, do teor seguinte:

"Ayer tarde tube la honra de contestar al fuego que V. S. me hizo, y habiendo reconocido en aquelas circunstancias que las fuerzas con que imediatamente voy atacar ese fuerte son muy superiores a las de V. S. no puedo dejar de hacer ver que en este momento, que los vasalos de S. M. Católica (o rei de Espanha) saven respetar las leys de la humanidad, aun en medio da misma guerra. Portanto, yo requero a V. S. se rienda pronta-

mente a las armas de el-rey my amo, pues de lo contrario el canon y la espada decidiran la suerte de Coimbra, sufriendo su desgraciada guarnición todas las extremidades de la guerra, de cuyos estragos se verá, se V. S. conviene con mil propuesta, contestando-me (respondendo-me) categoricamente, en el termino de una ora. — A bordo de la sumoca *Nuestra Señora del Carmen*, 17 de setembro de 1801. De V. S. su atento y reberente servidor — *Lazaro da Ribera*. Sr. Comandante del Fuerte de Coimbra". (Cf. Rocha Pombo. "História do Brasil" 1.ª ed. Vol. VI, ps. 402, 403, 404, notas do pé da página.)

No terceiro quartel do século XV, os espanhóis do Paraguai chegaram até Iguape e incendiaram esta vila, donde foram expulsos pelos portugueses de São Vicente e do planalto. No século XVI, os jesuítas espanhóis transpõem o rio Paraná e instalam as suas reduções no pontal formado pelos rios Paraná e Paranapanema, com índios guaranis trazidos do Paraguai, para atrair os tupis das aldeias do rei de Portugal, catequizados pelos jesuítas portugueses de São Paulo. Os portugueses de São Paulo, isto é, os lusobandeirantes vão às reduções dos jesuítas espanhóis e, com a tropa formada pelos tupis e lusotupis, obrigam os invasores a refluir para o território paraguaio. Fracassada a tentativa dos jesuítas espanhóis de penetrarem no *patrimônio da Ordem de Cristo*, eles tangem os guaranis reduzidos rumo ao Sul, para se fixarem na margem oriental do Uruguai, dentro do *patrimônio da Ordem de Cristo*, politicamente, Vice-Reino do Estado do Brasil, província da Monarquia Portuguesa. Os bandeirantes, isto é, os portugueses paulistas, partem, de novo, para as campinas gaúchas, à frente dos tupis e lusotupis do planalto para expulsar os invasores do *patrimônio da Ordem de Cristo*. Nos rincões gaúchos, os jesuítas espanhóis conseguem arrebanhar os tapes para formar, ao lado dos guaranis, o exército jesuítico. Por sua vez, os minuanos confraternizam com os tupis e lusotupis e formam, com os portugueses, a tropa bandeirante. E a guerra entre os portugueses paulistas e os jesuítas espanhóis vai ser terrivel, segundo vimos em capítulos anteriores.

Para a execução do Tratado de Limites assinado em 1750 entre as coroas portuguesa e espanhola, os jesuítas espanhóis comandam o seu exército de tapes e guaranis preparado com armas de guerra e desobedecem às ordens do rei de Espanha, pois sentem-se desacreditados perante os índios das missões por eles construídas. E afinal, mesmo constrangidos, foram obriga-

dos a deixar esse pedaço do *patrimônio da Ordem de Cristo,* indevidamente ocupado por êles, em obediência às condições do referido Tratado.

81. *A resposta do comandante português ao comandante espanhol*

Lida a carta do comandante espanhol, Ricardo Franco responde imediatamente, nestes termos:

"Ilm.º e Exm.º sr. — Tenho a honra de responder categòricamente a V. Excia. que *desigualdade de fôrças sempre foi um estímulo que animou os portugueses,* por isso mesmo, a não desamparar os seus postos e defendê-los até uma das duas extremidades — ou de repelirem o inimigo, ou de sepultarem-se debaixo das ruínas do Fortes que se lhes confiaram; e nesta resolução se acham todos os defensores deste presídio (fortaleza), que têm a honra de ver em frente a excelsa pessoa de V. Excia. a quem Deus guarde muitos anos. — Coimbra, 17 de setembro de 1801. Ilm.º e Exm.º sr. D. Lázaro da Ribera. (a) Ricardo Franco de Almeida Serra." (As palavras entre parênteses são minhas.)

Em seguida, a descrição dos encontros entre Portugueses e Espanhóis:

"Voltaram os que vieram nas 16 canoas (256 homens), com esta resposta, que acendeu o ânimo do dito D. Lázaro. Em 18 de dito mês de setembro chegou à ponta de cima do Forte em ar de desembarcar; mas uns poucos de tiros de arcabuz com que foram recebidos e que fizeram ir ao rio sete dos seus, os fizeram dissuadir desta tentativa. Passados à parte oposta, sem responderem com um só tiro, estando ao alcance de mosquetes, a 19 passou D. Lázaro para o lado debaixo do presídio (Forte), e fez um terrivel fogo. Em 20 mandou à horta, e nos matou uns porcos e doze cabeças de gado; mas disparando-se-lhes dez tiros de uma emboscada nossa que estava na ponta do mato, ficou ali um morto e levaram quatro às costas, além de outros que mal corriam. Afinal contiveram-se de semelhantes aventuras, contentando-se de nos fazer fogo com a sua artilharia, que era de calibre 4,6 e 8. O fogo da tarde do dia 24 foi mais amiudado e extenso até à noite, principiando pelas nove horas a descer o rio (Paraguai) em retirada; e nos dias 25, 26 e 27 ainda se viam as suas velas, que vagarosamente se retiravam, e em 28 puseram em liberdade na boca da Bahia Negra, a dois índios

Guaicurus que tinham ida a Bourdon, *de nossa parte,* explorar e haviam sido apreendidos; dizendo-lhes que, como os Portugueses que estavam em Coimbra *eram poucos,* e eles queriam se juntassem muitos, se retirariam a dar tempo a que se juntassem muitos, para depois voltarem a acabar todos de uma vez. A perda do inimigo em mortos e feridos, no presídio (Forte) e na ação do dia 12 na boca da Bahia Negra, computou-se, e conferiram os índios (Guaicurus), em número de vinte, sem que de nossa parte houvesse outro dano mais do que o imenso incômodo, pois que no dia 15 havia o Tenente-coronel comandante (Ricardo Franco de Almeida Serra) feito abandonar a estacada velha, onde tínhamos quartéis, por não ser defensável, e passar tudo para o novo Forte, dentro do qual não havia ainda edifício algum que reparasse da estação; e nos nove dias que durou a ação houve dois de copiosa chuva. . . Finalmente Coimbra, cujos defensores seriam quarenta, pouco mais ou menos, ficou salva com glória; e o inimigo cuja força deitava de seiscentos e cinqüenta pessoas, assaz superior, se retirou com perda e vergonha." Daí a três meses atacava Francisco Rodrigues do Prado (1.º de janeiro de 1802), o Forte espanhol de São José, levando-o de vencida e fazendo-o arrazar." (Cf. Rocha Pombo. "História do Brasil", 1.ª ed. Vol. VI, ps. 402, 403, 404. Notas ao pé das páginas. As palavras entre parênteses são minhas.)

82. *O Forte de Coimbra é a sepultura do lusíada brasileiro*

Conclui Virgílio Corrêa Filho, (historiador matogrossense) in "As Raias":

"E a despeito das doenças que o molestavam (além de outros acessos, Ricardo Franco adoeceu a 12 de janeiro de 1798, e só entrou em convalescença a 20 de fevereiro), por vezes, conseguiu ultimar a tempo a remodelação do Forte, onde se gloriou de maiores louros, ao raiar do novo século. Caetano Pinto pagou-lhe as amabilidades anteriores, de forma análoga, ao escrever a Rodrigo de Sousa Coutinho (Ministro do Reino de Portugal) em 2 de dezembro de 1801:

"O Tenente-Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra foi o que me propôs esta obra (o Forte de Coimbra), foi o primeiro que conheceu a sua necessidade, e o que a tem terminado até o ponto em que se acha, com a mesma guarnição e quase sem despesa de real fazenda (hoje Ministério da Fazenda), servindo

ele de arquiteto, de feitor, de mestre pedreiro e carpinteiro." (Revista do Instituto Histórico Brasileiro. T-XXXVIIII. p. 101. As palavras entre parênteses são minhas.)

"É carater excelente, de escol, ele a fez com carinho e perfeição. Em tudo o mais, é Virgílio Corrêa Filho quem o diz, procurava cumprir com o seu dever com a máxima retidão, quer nos trabalhos técnicos, quer nos atinentes à parte administrativa. (Major Sebastião da Silva Furtado. ob. cit. p. 79)

O nome do Engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra está inscrito no Forte Príncipe da Beira, na margem direita do rio Guaporé, para descansar no Forte de Coimbra, na margem esquerda do rio Paraguai. Seu nome fixa, definitivamente, a fronteira a Oeste, desde a Bolívia ao Paraguai. E nos dois Fortes, em ambos, por ambos e com ambos combatera, com as armas da inteligência, do espírito, da cultura, do amor à terra brasileira.

"Assim, a guerra entre Espanha e Portugal vivida na América, tem, felizmente, curtíssima duração, pouco menos de dois meses. A paz de Badajoz, assinada a 06 de julho de 1801, põe fim às hostilidades. Posto que doente, *Ricardo Franco* pode retornar à prancheta, à cartografia de Mato Grosso e à redação de seus relatórios e pareceres. No ano seguinte, de 1802, terminava Ricardo Franco o mapa de Mato Grosso, obra grandiosa em que reunia o fruto de suas explorações e o de seus companheiros. Justo é dizer que um dos melhores elementos de exatidão dessa carta se deve à determinação das longitudes principais, por Antonio Pires da Silva Pontes (Lusomineiro, natural de Mariana) e Francisco José de Lacerda e Almeida (Lusopaulistano, natural da cidade de São Paulo, ambos formados na Universidade de Coimbra), diz Jaime Cortesão, in "História da Cartografia no Brasil — séculos XVI a XVIII" — Aulas proferidas no Itamarati."

"Isto, não lhe tira o mérito. Porém quem conhece os trabalhosíssimos processos de elaboração dos originais cartográficos manuscritos, e quer situar um empreendimento destes no desconforto e desaparelhamento de Coimbra ou de Vila Bela em 1802, não é preciso argumentação para exaltar o valor, o alcance e o significado de um tal empreendimento. A obra fala por si; é por demais eloqüente. "Surge, assim, o "Mapa Geográfico da Capitania de Mato Grosso, formado no ano de 1802 por ordem do Ilm.º sr. Caetano Pinto de Miranda Montenegro, governador e capitão-general da mesma Capitania"... ao qual

já nos referimos. Por volta de 1804 cessaria a elaboração de trabalhos cartográficos e descritivos originais. A saúde de Ricardo Franco piorava, sensivelmente. Era o Comandante-Geral da Fronteira do Paraguai (1809) — diz o Cap. Silvio de Almeida, op. cit. — quando a morte o colheu nesse mesmo Forte de Coimbra, onde se cobrira de glória. A 21 de janeiro de 1809, morre como vivera, cristã e nobremente, restituindo, em plena agonia, as peças do material que lhe estavam distribuídas, deixando forro seu escravo Damião, e, entre lágrimas e soluços, pedindo que "em recompensa dos seus bons serviços e tanta amizade", do governador, para este "amparar os seus filhinhos que por tais reconhecia e igualmente a Mãe destes meninos." E a Mãe destes meninos lusobrasilíndios era uma brasilíndia a quem amara portuguesmente.

"Deixava "poucos e usados bens". *Durante vinte e sete anos* dedicara diuturnamente seu saber e atividade à terra matogrossense." (Cf. Major Sebastião da Silva Furtado. ob. cit. p. 85.)

83. *Portugueses e estrangeiros vassalos da Monarquia portuguesa enviados ao Brasil*

Duzentos e vinte e seis (226) funcionários da Monarquia Portuguesa foram enviados ao Brasil, pelos reis de Portugal, na sua maioria engenheiros, astrônomos, geógrafos, cosmógrafos, cartógrafos e desenhistas, portugueses e estrangeiros, *todos vassalos da Coroa Lusitana, pois eram pagos pela Fazenda Real,* hoje Ministério da Fazenda, de 1549 a 1822, cerca de duzentos e setenta e três (273) anos, a partir de Luís Dias, mestre de obras, encarregado de construir os principais edifícios públicos de Salvador da Bahia, Capital do Estado do Brasil, província da Monarquia Portuguesa, cuja planta da cidade fora traçada por engenheiro da repartição competente, em Lisboa. (Cf. Sousa Viterbo. "Expedições científico-militares enviadas ao Brasil". Coordenação, aditamentos e introdução de Jorge Faro. I-II volumes. Edições Panorama. Lisboa. 1964)

A maioria era portuguesa, alemães em grande número, depois italianos, alguns holandeses, suíços e poucos franceses. Dos alemães é preciso salientar a obra do Capitão engenheiro militar João André Schwebel, realizada no *patrimônio da Ordem de Cristo,* politicamente, Vice-Reino do Estado do Brasil, província da Monarquia Portuguesa, em seis anos de trabalhos na região amazônica, de onde a doença o obrigou a recolher-se

a Lisboa, onde ficou agregado ao rol dos capitães engenheiros da Corte.

"Foi um dos militares contratados por D. João V, em 1750, para uma missão científica na América Portuguesa, e foi talvez dos que mais trabalharam: pelo menos é da sua atividade que restam mais vestígios. A sua obra mais importante é a coleção existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, sob o seguinte título (em linguagem atualizada):

"Coleção dos prospectos (aspectos) das aldeias e lugares mais notáveis que se acham em o Mapa que tiraram os engenheiros da expedição, principiando da cidade do Pará até a aldeia de Mariná no rio Negro, onde se acha o arraial, além dos prospectos de outras três últimas aldeias chamadas Camara, Bararua, Dari: situadas no mesmo rio. Executadas pelo Capitão engenheiro João André Schwebel, ano, 1756. (É o original. Contém 25 prospectos feitos a traço de pena com tinta da China. A sua enumeração pode ler-se no Catálogo da Exposição da História do Brasil sob o n.º 16.824.)

— Mapa geográfico da ilha Joanes, em Marajó. Rodeada por mar e por terra, por Florentino Silveira Frade, morador desta ilha e posto em ordem pelo Capitão engenheiro Schwebel no ano de 1757. (Original a aquarela 0^{m} 500 × 0^{m} 698, do Arquivo Militar do Rio de Janeiro, sob o n.º 2054)

— Mapa hidrográfico de parte dos rios Amazonas e Negro. Levantado pelos oficiais engenheiros Sebastião José (da Silva), João Schwebel, Felipe Sturms, Adam Leopoldo de Breuning, e ratificado pelas observações astronômicas do Padre Inácio Samartoni. (Duvida-se que seja o original. 0^{m} 408 × 1^{m} 860, do Arquivo Militar do Rio de Janeiro, sob o n.º 1616.)

— Mapa Geográfico dos rios por onde navegou o Ilm.º e Exm.º sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado (Governador da Capitania do Pará e irmão do Marquês de Pombal, ministro do rei D. José I) saindo da cidade do Pará para o arraial do Rio Negro, no dia 2 de outubro de 1754, com a exata declinação da maior parte do rio Amazonas e rio Negro, por onde o mesmo sr. continuou a viagem até a aldeia de Mariná, notando-se também a entrada dos mais rios, que vêm a comunicar, ou confundir as suas águas com os antecedentes, juntando as estações ou lugares de repouso com o sinal de uma entrelinha. Executada pela direção e diligência dos engenheiros da expedição, o Sarg.^{to}-mor Sebastião José (da Silva) o Cap. João André Schwe-

bel, o Ajud. Frederico Sturms e o Ajud. Adam Leopold de Breuning e ratificado pelas observações astronômicas do Padre Inácio Samartoni." (Cópia e aquarela com $0^m,444 \times 2^m,689$, do Arquivo Militar do Rio de Janeiro.)

Os trabalhos realizados pelo Cap. eng. Schwebel foram considerados valiosos pelo Governador da Capitania do Pará e enviados ao Marquês de Pombal, quando, por motivo de doença, regressou a Lisboa com informações de caráter administrativo e cartográfico relativas à região amazônica. E por isso, na capital portuguesa, foi incluído na lista dos capitães engenheiros da Corte, com o mesmo ordenado, vantagens e regalias como se estivesse em serviço no Vice-Reino do Estado do Brasil, província da Monarquia Portuguesa.

No Arquivo Militar de Lisboa existem os seguintes trabalhos de Schwebel:

— Prospecto do norte da cidade de Belém do Grão Pará. Tirada por ordem do Exm.º D. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão General e Governador do mesmo Estado. Em o ano de MDCLIII. Desenhado do original por João André Schwebel, capitão engenheiro. (Original aquarelado.)

— Prospecto do poente da mesma cidade de Belém do Grão Pará. Desenhado por João André Schwebel. (Original aquarelado.)

Na coleção de manuscritos pertencentes à Casa dos Duques de Palmela, em Lisboa, existe o seguinte atlas, composto de 41 cartas, aquareladas a cores ou simplemente a negro:

— Mapa geográfico do rio das Amazonas até onde conserva este nome e toma o de rio dos Solimões, chamado assim pelas nações (tribos) que nelas habitam. Juntamente com a grande parte do rio Negro até a Cachoeira Grande, compreendendo-se neste último todas as Missões que administram os Padres Carmelitas. Com os prospectos dos lugares mais famosos circunvizinhos dos ditos rios. Executado pelo capitão engenheiro João André Schwebel, no ano de 1758."

Os padres carmelitas foram os substitutos dos jesuítas nas referidas missões do rio Amazonas. E, nessas obras de catequese, os carmelitas eram pagos pela Monarquia Portuguesa, como foram os jesuítas de 1549 a 1759, para missionarem no patrimônio da Ordem de Cristo, ou seja, no Vice-Reino do Estado do Brasil.

O atlas de Schwebel contém os seguintes mapas:

— Sem título (zona dos cursos dos rios Negro e Amazonas, situada na longitude 311° a 329° 30′, e na latitude norte de 0° 55′ a 4° 25′ sul.).

— Planta geométrica da cidade de Belém do Grão Pará.

— Prospecto da cidade do Grão Pará, na parte do Norte.

— Prospecto da cidade do Grão Pará, da parte do Oeste.

— Prospecto da ribeira, onde fabricam as canoas, sita no rio Maju.

— Prospecto do sítio, junto do igarapé Mirim, que tem comunicação com o rio Maju, e com o do Tocantins.

— Sem título (zona do rio Tocantins e ilha de Marajó e cidade do Pará, situada na longitude de 327° 32′ a 329° 44′ e na latitude sul de 1° 18′ a 2° 18′).

— Prospecto do sítio de Maruaru, que tira o seu nome de uma baía assim chamada.

— Prospecto de uma aldeia de Guaricuru, no rio do mesmo nome, administrada pelos Padres da Companhia (de Jesus).

— Prospecto da aldeia de Aracaru, no rio do mesmo nome, administrada pelos Padres da Companhia (de Jesus).

— Prospecto da fortaleza de Gurupá com a sua povoação.

— Prospecto do sítio de Aicaja, que deriva o seu nome de uma ponta de terra, passando a fortaleza de Gurupá.

— Prospecto da aldeia de Arapiá, administrada pelos Padres de Santo Antônio. (Assim, carmelitas, jesuítas e frades missionavam por conta da Monarquia Portuguesa.)

— Sem título (zona da ilha de Marajó situada na longitude de 326° 5′ a 327° 42′, e na latitude sul de 0° 50′ a 1° 50′).

— Prospecto da aldeia de Cavianã administrada pelos religiosos Capuxos da Província da Piedade. (Os carmelitas, jesuítas, frades de Santo Antônio e frades capuchinhos são sustentados pela Monarquia Portuguesa para cristianizarem os brasilíndios.)

— Prospecto de um sítio chamado Tapara, junto ao rio Xingu.

— Prospecto da aldeia chamada a Boa Vista, ao pé do rio Xingu.

— Prospecto da aldeia Mataru, administrada pelos religiosos capuchos da Província da Piedade.

— Sem título (zona da região do rio Amazonas, situada na longitude de 324° 29′ a 326° 5′, e na latitude sul 1° 22′).

— Prospecto do Forte, e da aldeia de Tapajós, administrada pelos Padres da Companhia (de Jesus).

— Sem título (zona situada na longitude 322° 47′ a 324° 26′ e na latitude sul 1° 40′ a 2° 40′).

— Prospecto do Forte, e da aldeia de Pauxis, administrada pelos religiosos Capuxos de Santa Boa-Ventura. (Carmelitas, jesuítas, frades de Santo Antonio, capuchinhos da Piedade e Capuchinhos de Santa Boa-Ventura, todos a serviço da Monarquia Portuguesa para cristianizarem os brasilíndios.)

— Sem título (zona da região do rio Amazonas, situada na longitude de 321° 14′ a 322° 40′, e na latitude sul de 1° 38′ a 2° 46′).

— Sem título (zona da região do rio Amazonas, situada na longitude de 319° 35′ a 321° 12′, e na latitude sul de 2° 27′ a 3° 26′).

— Prospecto da fortaleza do rio Negro.

— Sem título (zona da região do rio Amazonas, situada na longitude 317° 55′ a 319° 37′, e na latitude sul de 2° 34′ a 3° 35′).

— Prospecto da aldeia chamada Iaú, administrada pelos religiosos Carmelitas.

— Sem título (zona da região do rio Xingu, situada na longitude 316° 9′ a 317° 46′, e na latitude sul 2° 5′ a 3° 5′).

— Prospecto da aldeia chamada Pedreira, administrada pelos religiosos Carmelitas.

— Prospecto da aldeia Aracari, administrada pelos religiosos Carmelitas.

— Sem título (zona da região do rio Negro, situada na longitude de 316° a 317° 39′, e na latitude sul 1° 4′ a 2° 5′).

— Prospecto da aldeia de Camarã, administrada pelos religiosos Carmelitas.

— Prospecto da aldeia de Marivã, administrada pelos religiosos Carmelitas, onde se acha o arraial.

— Sem título (zona da região do rio Negro, situada na longitude de 314° 19′ a 315° 56′, e na latitude sul de 0° 39° a 1° 40′).

— Prospecto da aldeia Camarã ou Caboquana, administrada pelos religiosos Carmelitas.

— Prospecto da aldeia chamada Bararuá, administrada pelos religiosos Carmelitas.

— Prospecto da aldeia chamada Dari, administrada pelos religiosos Carmelitas.

— Sem título (zona da região do rio Negro, situada na longitude de 313° 14′ a 315°, e na latitude norte 0° 40′ de latitude sul).

— Sem título (zona da região do rio Negro, situada na longitude 311° 15′ a 313° 12′, e na latitude sul de 0° 22′ a 1° 22′). (Cf. Sousa Viterbo. "Expedições científico-militares enviadas ao Brasil". II vol. ps. 88/89/91/92/93/94/95. As palavras entre parênteses são minhas.)

A magnífica documentação cartográfica de Schwebel referente ao reconhecimento geográfico da bacia amazônica mandado fazer por D. José I, rei de Portugal, em meados do século XVIII, comprova como os portugueses, desde século e meio antes, segundo o jesuíta espanhol Juan-Bautista Ferrufino, "en rompiendo, como ellos dicen, el Certon en una provincia, vuelven una y otra vez hasta medirla a palmos..." (Jaime Cortesão. "Introdução à História das Bandeiras" II. Col. De Angelis. II. p. 197) E foi o que fizeram os portugueses, aliados aos tupis, os lusobrasilíndios, porque para isso contribuíram, com o seu sangue, especialmente, as brasilíndias, e os lusobrasileiros, ou portugueses do Brasil, desde 1500 a 1822, ao longo de trezentos e vinte e dois anos de desbravamento, povoamento e civilização do *patrimônio da Ordem de Cristo,* politicamente, Província de Santa Cruz (1500-1549), Estado do Brasil (1549-1639), Vice-Reino do Estado do Brasil (1639-1815) e Reino do Brasil (1815-1822) unido ao Reino de Portugal e Algarves, com D. João, o Rei Lusobrasileiro, no Rio de Janeiro, Capital do Império Português, onde se integravam o Reino de Portugal, o Reino do Brasil, os Reinos de Angola e Moçambique (África Portuguesa), e o Estado da Índia (Ásia), Macau à porta da China e ilhas Solor e Timor, na Oceania, os arquipélagos da Ilha da Madeira, Açores e Cabo Verde, todos os vassalos e depois súditos eram portugueses, brancos, pretos (África), amarelos

(Ásia), vermelhos (brasilíndios), lusotupis, lusobrasilíndios, lusoafricanos e lusoasiáticos. E todos formados pelo humanismo lusíada criador do lusocristianismo onde irradiam a civilização grega, o espírito jurídico romano e a teologia judeu-cristã.

85. *O humanismo universalista dos portugueses no patrimônio da Ordem de Cristo*

O universalismo lusíada está indissoluvelmente integrado na formação espiritual, social, religiosa, política, histórica e geográfica de nossa terra e nossa gente, de 22 de abril de 1500 aos dias de hoje. O patrimônio da Ordem de Cristo, isto é, o Brasil de hoje, deve-lhe a sua integridade física, moral, espiritual, religiosa e social, embora não a proclame aos quatro ventos, pelos meios de comunicação do nosso tempo, tais como a escola, o jornal, a televisão e o rádio.

Ao surgir para a História das Civilizações, em 22 de abril de 1500, o *patrimônio da Ordem de Cristo* teve a sua *certidão de nascimento* lavrada em Porto Seguro, 1.º de maio de 1500, por Pero Vaz de Caminha, dez dias após o seu nascimento. Esse documento é a credencial com que Portugal apresenta o *patrimônio da Ordem de Cristo* às nações civilizadas já batizado com o nome de *Província de Santa Cruz,* unida à Monarquia Portuguesa. Assim, esses dois elementos — o físico e o espiritual — foram interligados para todo o sempre. E, para o etnólogo Padre José Afonso Bueno de Morais Passos, a *certidão de nascimento* do Brasil, — documento único na história dos povos civilizados — ou seja a Carta de Pero Vaz de Caminha, "*deve ser lida com a alma de joelhos.*"

Por isso, a "*Carta* de Caminha é, sem a menor sombra de figura literária, o *auto de descobrimento do Brasil, e da sua posse em nome de Cristo, pela Coroa Portuguesa.*" (Cf. Jaime Cortesão. "A Carta de Pero Vaz de Caminha". p. 81. Portugália. Lisboa s/d.)

O capitão-mor, isto é, o chefe principal da expedição, Pedro Alvares Cabral, mandou Nicolau Coelho a terra. Esse português é o primeiro europeu a pisar o nosso continente. Na praia o esperavam cerca de uma vintena de homens. Pero Vaz de Caminha descreve-os:

"Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham

todos rijamente sobre o batel; e Nicolau Coelho fez-lhes que pousassem os arcos. E eles os pousaram." E esse primeiro encontro foi amistoso, porque os recém-chegados já haviam entrado em contato com os africanos.

Páginas adiante, Pero Vaz de Caminha continua:

"A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Não fazem o menor caso de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto." A nudez, a candura, a inocência desses homens não foi censurada nem humilhada pelos Portugueses. Eram criaturas humanas ainda no estado primitivo da humanidade. Homens e mulheres adultos com mentalidade infantil. Por isso, mais adiante, Vaz de Caminha observa:

"Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos e compridos pelas espáduas e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínham nenhuma vergonha."

No domingo da Pascoela, 26 de abril de 1500, mandou o Capitão-mor celebrar a primeira missa na ilha de Vera Cruz, no interior do Porto Seguro, hoje litoral baiano, no altar muito bem preparado. A missa foi celebrada por Frei Henrique de Coimbra (Soares no século), acolitada pelos doze frades franciscanos chefiados por ele. Os cânticos religiosos elevaram-se ao céu, pela primeira vez no mundo novo, naquela manhã luminosa e bendita. 'Ali era (estava) com o Capitão a *bandeira de Cristo,* com que saiu de Belém, *a qual esteve sempre levantada, da parte do Evangelho.* Acabada a missa, desvestiu-se o padre (sacerdote) e subiu a uma cadeira alta; e nós todos lançados por essa areia. E pregou uma solene e proveitosa pregação, da história do Evangelho, e no fim da qual tratou da nossa vinda e do achamento desta terra, conformando-se com o sinal da Cruz, *sob cuja obediência viemos,* o que foi muito a propósito e fez muita devoção." Assim, "acabada a pregação, voltou o Capitão, com todos nós, para os batéis, *com nossa bandeira alta.*" Logo, "nossa bandeira alta", isto é, levantada, não era a bandeira de D. Manoel nem a da Monarquia de Portugal. E era a bandeira de Cristo.

Ao terminar a sua "Carta", onde está lavrada a *certidão de nascimento* da Província de Santa Cruz, patrimônio da Ordem de Cristo, "o escrivão de Cabral, ferido pela graça pródiga da terra e a inocência maleável dos habitantes, mede-lhes as possibilidades". (Jaime Cortesão. ob. cit. p. 129) Vaz de Caminha na soleira desse momento único, o seu presente, procura devassar o futuro da nossa terra e da nossa gente. "O cidadão do Porto, habituado a velar pelas coisas do bem comum, escreve: "E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo por bem das águas que tem." (Jaime Cortesão. ob. cit. p. 129.) Porque lhe interessa a criatura humana, a terra completamente coberta de uma floresta imensa e indevassada, tudo na época do machado de pedra, envolto na inocência da inteira nudez, revelada com tanta agudeza e objetividade; esse português renascentista detém-se nos homens e nas mulheres diante dos seus olhos admirados. "Mas a piedade cristã, a elevada humanidade do homem afeito a lutar pelas classes populares, volta-se para os aborígines: "Porém o melhor fruto que nela se pode fazer me parece que será salvar esta gente e esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza (o rei D. Manoel) em ela deve lançar."

A certidão de nascimento do patrimônio da Ordem de Cristo, no Mundo Novo, brota da pena de Caminha com a grandeza natural e a simplicidade encantadora de quem fica deslumbrado em face desse espetáculo inédito e maravilhoso.

"Se o mistério da missa foi celebrado, pela primeira vez, naquele Novo Mundo, sob um docel gótico de leito, e a posse da terra imensa, com o alçar da Cruz, acompanhada pelas cerimônias duma festa religiosa em aldeia portuguesa, assim a maneira simples de dizer coisas sublimes assinala a *Carta* de Caminha.

"E, se essa forma de expressão lhe confere um dos caracteres mais originais da história e da arte lusitanas, nessa época, o sentido da dignidade humana, a penetrante compreensão do exótico e o abraço da fraternidade cristã em que envolve o homem primitivo e nunca visto, fazem do *Auto de nascimento do Brasil e do Novo Mundo,* porventura, o mais belo e puro testemunho do humanismo universalista dos Portugueses." (Jaime Cortesão. ob. cit. p. 139)

86. A Universidade de Coimbra e o patrimônio da Ordem de Cristo

O nome desta cidade portuguesa — Coimbra, a lusa Atenas — está presente no amanhecer luminoso da nossa terra e nossa gente, vivo para a eternidade, na "Carta" de Pero Vaz de Caminha escrita em Porto Seguro, 1.º de maio de 1500, no litoral atlântico, hoje litoral baiano, a D. Manoel 1.º, rei de Portugal e GOVERNADOR E PERPÉTUO ADMINISTRADOR DA ORDEM E CAVALARIA DE NOSSO SENHOR JESUS CRISTO, ou ORDEM DE CRISTO, porque a Província de Santa Cruz, incorporada à Monarquia Portuguesa, era e é *patrimônio da Ordem de Cristo,* prolongamento da Ordem dos Templários em Portugal, segundo as bulas dos Papas Martinho V, Nicolau II, Calixto III e o breve de Adriano VI.

Logo, a "Carta" de Pero Vaz de Caminha é a *certidão de nascimento do Brasil,* patrimônio da Ordem de Cristo, governado e administrado pela Coroa Portuguesa. Nesse documento, *único* na História das Civilizações, a lusa-Atenas perfila-se como sentinela espiritual da civilização lusíada em nosso continente, na pessoa de Frei Henrique Soares de COIMBRA, o qual fora *desembargador* da Casa da Suplicação em Lisboa e trocara a toga de magistrado pelo hábito franciscano, em Alenquér. E Frei Henrique de COIMBRA, a terra natal do imortal religioso, abençoa, com suas mãos piedosas, o Brasil, patrimônio da Ordem de Cristo, naquela manhã histórica de 25 de abril de 1500, em Porto Seguro, há quatrocentos e oitenta anos.

Tempo adiante, em 1348, D. João III, rei de Portugal, GOVERNADOR E PERPÉTUO ADMINISTRADOR DA ORDEM E CAVALARIA DE NOSSO SENHOR JESUS CRISTO, isto é, ORDEM DE CRISTO, nomeia o jesuíta padre Manoel da Nóbrega, formado em teologia, filosofia e direito canônico, pela *Universidade de Coimbra,* em 1542, *primeiro* Secretário da Educação do Estado do Brasil, Província da Monarquia Portuguesa, para criar a *rede escolar lusobrasileira.* Padre Nóbrega chega à Bahia, em 29 de março de 1549, em companhia de Tomé de Sousa, primeiro Governador-Geral do Estado do Brasil, e funda o primeiro Real Colégio em Salvador, capital da Capitania da Bahia, e, nesse mesmo ano, o segundo, em Porto Seguro. Aí, Nóbrega celebra o primeiro Natal rezado no patrimônio da Ordem de Cristo, no mesmo local onde, quarenta e nove anos

antes, Frei Henrique de COIMBRA concelebrara, com seus franciscanos, a primeira missa em terra firme, na praia de Porto Seguro, já no continente do patrimônio da Ordem de Cristo, com a bandeira de Cristo desdobrada aos ventos de leste para o oeste, rente do Evangelho. E com Nóbrega vieram mais cinco jesuítas, sob a sua direção: Padres Antonio Pires, Leonardo Nunes, João de Azpicuelta Navarro e os Irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jacome. Todos portugueses, menos um de Navarra, Espanha, mandados por D. João III, Governador e administrador da Ordem de Cristo.

Esse mesmo rei de Portugal manda em 1550 mais quatro jesuítas portugueses. Três anos mais tarde, em 1553, a pedido de Nóbrega, manda mais nove jesuítas: Padres Luiz da Grã, português, formado em teologia, filosofia e direito civil pela Universidade de COIMBRA, Ambrósio Pires e Braz Lourenço, e os Irmãos José de Anchieta, canarino, formado em humanidades pela Universidade de COIMBRA, Antonio Blasques, castelhano, João Gonçalves e Gregório Serrão, ambos portugueses. E todos os jesuítas eram *vassalos portugueses,* não importa o lugar onde hajam nascido, porque estavam a serviço de Portugal e da Monarquia Lusitana, na sua qualidade de evangelistas e professores dos Reais Colégios Lusobrasileiros. Isso afirma el-rei D. Sebastião, neto de D. João III, na carta de doação de Lisboa, 07 de novembro de 1564:

"D. Sebastião, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém-mar em África, Senhor de Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio, Arábia, Pérsia e da Índia (Ásia), e como GOVERNADOR E PERPÉTUO ADMINISTRADOR QUE SOU, DA ORDEM E CAVALARIA DO MESTRADO DE NOSSO SENHOR JESUS CRISTO..." Por este documento, "PORTUGAL ASSUMIA, ASSIM, NA PESSOA DO SEU CHEFE SUPREMO (O REI GOVERNADOR E ADMINISTRADOR DA ORDEM DE CRISTO), O ENCARGO OFICIAL DE SUSTENTAR OS PADRES DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL", *patrimônio da Ordem de Cristo.* (Cf. Serafim Leite, "História da Companhia de Jesus no Brasil", ps. 113, 114. Tito Lívio Ferreira. "História da Educação Lusobrasileira". ps. 48, 49.)

Setenta anos após Frei Henrique de COIMBRA ter abençoado, em Porto Seguro, o patrimônio da Ordem de Cristo, Padre Manoel da Nóbrega, fundador dos Reais Colégios de São Paulo e

do Rio de Janeiro, nascido em Sanfins do Douro, província de Trás-os-montes, Portugal, em 18 de outubro de 1517, falece no Rio de Janeiro em 18 de outubro de 1570. Foi enterrado na igreja dos Jesuítas, no alto do Morro do Castelo. Com a demolição do Morro do Castelo em 1926, as cinzas do BANDEIRANTE DE DEUS no Brasil, na palavra do Papa João XXIII, foram jogadas nas águas da baía de Guanabara. Assim se confirma o pensamento dos cavaleiros da Ordem de Cristo: "A minha alma dou-a a Deus, o meu corpo dou-o ao mar." Nascido na ilha das Canárias, em pleno Atlântico, em 19 de março de 1534, Padre José de Anchieta falece em Reritiba, hoje Anchieta, no Espírito Santo, em 09 de junho de 1597 e não se sabe onde foram sepultados seus restos mortais. Nóbrega e Anchieta, dois Cavaleiros de Cristo a serviço de Deus e da Monarquia Portuguesa, filhos espirituais da Universidade de *Coimbra,* mortos nos trabalhos ásperos de evangelizar e civilizar o *patrimônio da Ordem de Cristo, politicamente* o Estado do Brasil, província da Monarquia Portuguesa.

Decorridos duzentos e dez anos do ensino ministrado nos Reais Colégios Luso-brasileiros, pelos jesuítas portugueses, professores públicos pagos pela Monarquia Portuguesa, em 1759 havia no patrimônio da Ordem de Cristo, vinte (20) Reais Colégios: 1 — Real Colégio da Bahia (Salvador); 2 — Real Colégio de Olinda (Pernambuco); 3 — Real Colégio do Rio de Janeiro; 4 — Real Colégio de Santo Alexandre (Belém do Pará); 5 — Real Colégio de Vigia (Pará — delta do Amazonas); 6 — Real Colégio de São Luís (Maranhão); 7 — Reais Colégios de Alcântara (Maranhão); 8 — de Fortaleza (Ceará); 9 — do Piauí; 10 — da Paraíba (João Pessoa); 11 — do Recife; 12 — de Ilhéus (Bahia); 13 — de Porto Seguro (Bahia); 14 — de Santiago (Vitória — Espírito Santo); 15 — de São Vicente (São Paulo); 16 — de São Paulo; 17 — de São Miguel (Santos); 18 — de Paranaguá (Paraná); 19 — do Desterro (Florianópolis); 20 — Colégio da Colônia Militar do Sacramento (sobre o Rio da Prata). Doze Reais Seminários: 1 — Nossa Senhora das Missões (Belém do Pará), São Luís do Maranhão, Aquirás (Ceará), Paraíba (João Pessoa), Olinda, Cachoeira — Giquitaia — Conceição — (Bahia), São Paulo, Mariana, Paranaíba (Maranhão) e Itapicuru (Maranhão). Real Colégio Feminino de Salvador (Bahia) e dois Recolhimentos Femininos: do Maranhão e do Sagrado Coração de Jesus (Igaraçu), Pernambuco.

Extinta a Companhia de Jesus, em Portugal e no Brasil, na Ásia e na África, províncias ultramarinas portuguesas, onde a Monarquia Portuguesa sustentava os religiosos da Companhia de Jesus como professores públicos, o rei de Portugal nomeia professores leigos, isto é, não-sacerdotes, para não haver solução de continuidade na educação lusobrasileira. E foram chamados mestres-regios, isto é, mestres nomeados pelo rei.

87. *O primeiro Grão-Mestre da Maçonaria Brasileira*

Trezentos anos após a viagem de Cabral, no amanhecer de 1800, o nome de Coimbra foi escrito com sangue luso no Forte de Coimbra, sentinela avançada sempre alerta, levantado pelas mãos calejadas do lusitano Coronel Engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra, o lusíada matogrossense, formado na Universidade de Coimbra. Ricardo Franco traçara as plantas do Forte Príncipe da Beira e do Forte de Coimbra, rentes aos contrafortes da cordilheira dos Andes, na fronteira Oeste e Sudoeste do patrimônio da Ordem de Cristo, Vice-Reino do Estado do Brasil com a América Espanhola. E o Coronel Engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra morre em 1808, no Forte de Coimbra, onde foi sepultado.

Nascido na cidade de Santos, em 13 de junho de 1763, José Bonifácio de Andrada e Silva, *português do Brasil,* formado em filosofia e direito pela Universidade de Coimbra, bolsista da Monarquia Portuguesa para estudar nos principais centros científicos da Europa, diplomado pela Universidade de Upsala, na Suécia, *professor da Universidade de Coimbra*, o PATRIARCA DA INDEPENDÊNCIA DO REINO DO BRASIL, em 1822, falece em Niterói, em 05 de abril de 1838. Os restos mortais do primeiro Grão-Mestre da Maçonaria Brasileira, defensor da unidade territorial, geográfica, histórica, espiritual e social do *Patrimônio da Ordem de Cristo*, politicamente o IMPÉRIO BRASILEIRO, estão no Panteão dos Andradas com os de seus irmãos Antonio Carlos e Martim Francisco, formados na *Universidade de Coimbra*, e repousam na terra natal da Santíssima Trindade, a cidade de Santos, no Estado de São Paulo.

Professor da Universidade de Coimbra, quando o Príncipe-Regente do Reino de Portugal, D. João, o futuro D. João VI, o Rei lusobrasileiro, transfere, em 1808, a capital da Monarquia Portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro, José Bonifácio de Andrada e Silva, lente de Mineralogia e cientista de renome eu-

ropeu, permanece em Portugal, e no posto de Tenente-Coronel organiza o Batalhão Acadêmico e à frente dos estudantes impede a entrada de um batalhão de franceses na Universidade, derrotando-os.

José Bonifácio pede licença da sua cadeira de mineralogia na Universidade de Coimbra em meados de 1817. No ano seguinte está na sua "pátria", isto é, a sua terra natal, Santos. Em janeiro de 1822 é nomeado, por D. Pedro, Regente do Reino do Brasil, primeiro-ministro. Instalado o Grande Oriente do Brasil, no Rio de Janeiro, em 28 de maio de 1822 ele é eleito primeiro Grão-Mestre e Joaquim Gonçalves Ledo, primeiro Vigilante. O Grão-Mestre é maçom azul, monarquista. O primeiro Vigilante é maçom vermelho, republicano. José Bonifácio luta pela independência do Reino do Brasil, na sua integridade geográfica. E Gonçalves Ledo quer fazer de cada província uma República, assim como Bolivar fez com a América Espanhola, fragmentando-a.

Ao requerer sua habilitação "para o serviço de Sua Majestade" após a sua formatura, na Universidade de Coimbra, em Direito e Filosofia, o lusosantista escreve: "Diz José Bonifácio de Andrada e Silva, Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, *natural do Principado do Brasil, Capitania de São Paulo*"..." O Estado do Brasil era Principado desde 1645 e os escritores da História do Brasil não sabem.

Assim, a Província de São Paulo era monarquista. Prova-o o documento enviado pelo Senado da Câmara de Vereadores de São Paulo, em 31 de dezembro de 1821, ao Príncipe D. Pedro, com a assinatura de centenas de nomes paulistanos. José Bonifácio leva essa representação ao Rio de Janeiro e entrega-a ao Regente. "Senhor. Se é indubitável que a Nação Portuguesa, por seus feitos imortais, tem sido em todas as épocas considerada como uma Nação de heróis; se é certo que nenhum Povo da Terra lhe pode disputar virtudes sublimes, que tanto a enobrecem, tais como a adesão e *fidelidade* a seus Reis, entusiasmo pela glória e patriotismo exaltado, também é incontestável que ela é sempre a mesma; que os mesmos sentimentos a animam, *quer habite um ou outro hemisfério*. A História do Brasil atesta esta verdade. As heróicas proezas dos pernambucanos por espaço de sete anos, contra seus tiranos invasores, os holandeses; os gloriosos e felizes esforços dos Baianos, Fluminenses e outros povos (do Brasil) repelindo, por vezes, agressões estrangeiras,

são exemplos que assaz evidenciam quanto os *Portugueses nascidos no Brasil* prezaram sempre a independência, ainda que agrilhoados pelo bárbaro despotismo." (Cf. Tito Lívio Ferreira e Manoel Rodrigues Ferreira. "A Maçonaria na Independência Brasileira". 2 vols. 2.ª ed. ps. 369/370)

E o "bárbaro despotismo" a que se refere o documento é o da pirataria holandesa no Nordeste.

88. *Da Ordem dos Templários à Ordem de Cristo*

O Império de Roma educou as suas províncias ao impor aos povos romanizados a língua latina, o direito e o município, estruturando-as. A mitologia grega dera às ondinas os nomes de Ásia, África e Europa, logo aplicados, o primeiro ao continente amarelo e o segundo ao continente negro. Roma, a educadora sem par, com a língua latina lega-nos a civilização grega, com o direito, as liberdades sociais e, com o município, as liberdades políticas. No madrugar do Renascimento, preparado ao longo da Idade Média, após a queda de Constantinopla, hoje Istambul, em 1443, o humanista e Papa Pio II batiza o antigo Império de Roma, cristianizado, com o nome de Europa. E assim, *Mater* et *Magistra,* Mãe e Mestra, Roma disciplinou os povos latinizados para constituírem as nações da Europa.

Mas a invasão árabe, iniciada no século VI, obriga os povos latinizados a se unirem para abater os invasores nas planícies ao norte do antigo Império de Roma, no século VIII. Nos séculos seguintes, a Igreja de Roma organiza a Cavalaria Medieval para ir ao Oriente Próximo expulsar os islamitas, isto é, os infiéis, de Jerusalém, a Terra Santa. Forma-se a Cruzada com as Ordens religiosas de frades guerreiros. E a mais importante é a Ordem dos Templários. No século XI, D. Henrique de Borgonha, armado cavaleiro na Corte de Borgonha, — "Henrique, dizem que segundo Filho de um Rei de Hungria expr'imentado" — (Camões. "Os Lusiadas", C. III-XXV), vai servir Afonso VI, rei de Leão, na península ibérica, para combater na guerra da Reconquista, ao lado dos leoneses. Casa-se com a princesa dona Teresa, filha de Afonso VI, que dá ao casal, como dote de casamento, o condado de Portucale, depois Portugal, situado entre os rios Minho e Douro. Portucale era um porto fiscal na Lusitânia, antiga Província do Império de Roma, estabelecido pelos romanos. Ali se ergue hoje a cidade do Porto, capital nortenha de Portugal. Assim, Portugal nasce de um dote de

casamento do conde D. Henrique de Portucale e da princesa dona Teresa de Leão. E, ao falecer, no século seguinte, o conde D. Henrique de Portucale já tinha conquistado, aos árabes, o território até Coimbra para integrá-lo no condado portucalense.

Afonso Henriques, da estirpe de Henrique, filho do casal Henrique e Teresa, no século XII, em 1140, em plena Idade Média, funda a Monarquia Portuguesa e o Reino de Portugal, com o condado de Portucale e Coimbra, e é aclamado o primeiro rei lusitano por seus vassalos com o título de D. Afonso I, da dinastia afonsina. Portugal surge, num só bloco, numa unidade perfeita, com as três condições básicas para ser uma nação independente — território, povo e governo, — acontecimento único na História das Civilizações. E D. Afonso I cria a Pátria Portuguesa, a primeira a oeste do antigo Império de Roma.

D. Afonso I prossegue na guerra de Reconquista iniciada por seu pai, o conde Henrique de Portucale, mas o exército lusitano, formado por vassalos portugueses, não consegue expulsar os infiéis ainda sediados em Lisboa. Com o auxílio da Cavalaria Medieval, composta de soldados flamengos, alemães, francos e ingleses, de passagem pelo litoral português, em navios a vela, rumo a Jerusalém, D. Afonso I à frente da Cavalaria Portuguesa, reforçada por seus irmãos de armas, conquista Lisboa e o Algarve, reino árabe integrado no reino de Portugal.

Nessa altura, já se encontram frades cavaleiros da Ordem do Templo estabelecidos desde o condado de Portucale, entre Douro e Minho. Tempo adiante recebem o castelo de Soure, como doação de D. Afonso Henriques, *seu confrade*. Por esse tempo já era mestre dos cavaleiros do Templo Gualdim Paes, o qual começa a erguer o Convento de Tomar, a cavaleiro do rio Nabão, inteiramente de pedra trabalhada com engenho e arte. O convento de Tomar, ao lado dos Conventos da Batalha e dos Jerônimos, e da Torre de Belém, na foz do Tejo, formam os monumentos de pedra mais imponentes de Portugal e constituem maravilhas rendilhadas pelas mãos dos artistas mais famosos de seu tempo. E no mosteiro da Batalha escreve Gilberto Freyre: "Pedras coradas de tanto serem vistas e admiradas."

89. *O Papa português e a Ordem de Cristo*

Em 1312 o Papa Clemente V, sob pressão de Filipe o Belo, rei de França, suprime a Ordem dos Templários, cujo patrimônio

em França foi sequestrado por aquele monarca. Mais político do que o rei de França, D. Dinis, rei de Portugal, solicitou do Papa fossem confiados à Coroa Lusitana os bens patrimoniais da Ordem de Cristo existentes em Portugal, sob a alegação de que Portugal era vassalo de São Pedro e da Santa Sé, e com a renda do patrimônio deixado pelos frades do Templo, o reino português fundaria uma nova Ordem de cavalaria portuguesa para defesa do seu território. "Perante o Papa João XXII declararam os procuradores de El-Rei D. Dinis os fundamentos, pelos quais os bens que os templários possuiam no seu reino se não podiam anexar ou incorporar na Ordem do Hospital, sem grave prejuízo da Coroa e dos seus súditos; e entre os fatos que apontava, como um dos principais, o dos males e assolações causadas pelos mouros na repetida invasão das terras cristãs. Como remédio eficaz propuseram que em Castro-Marim, castelo forte do reino de Algarve e na fronteira inimiga se fundasse uma nova ordem de cavalaria de lidadores de Jesus Cristo, à qual D. Dinis estava disposto a entregar o castelo. Acedeu o Pontífice, e a ordem foi instituída no castelo de Castro Marim, que ficava sendo a cabeça dela. Nesta casa devia celebrar os seus capítulos a nova cavalaria; as profissões deviam ser feitas segundo a regra de Calatrava. Determinou o Pontífice que a ordem se denominasse de cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo, e designou para seu mestre Gil Martins, que já antes o era da casa de Avis. *D. Dinis doou à ordem todos os bens que haviam pertencido aos templários e mais a vila de Castro Marim.*" (Cf. Fortunato de Almeida. "História de Portugal", T-1.º, Livro II, ps. 246/247. Coimbra 1922. O grifo é meu.)

"Em 04 de dezembro de 1307 (ainda antes de o Papa Clemente V extinguir a Ordem dos Templários), Eduardo II da Inglaterra dirigiu, aos reis de Portugal, Castela, Sicília e Aragão, uma carta em defesa dos Templários, que "pela defesa da Fé Católica resistiram aos inimigos de Cristo, e que pelas suas ações, valor e fadiga se tornaram ilustres e recomendáveis". Pedia afetuosamente a El-Rei de Portugal que considerasse "com a maior atenção o muito que se devia à dita Milícia e as cláusulas dos perversos que (segundo a opinião dele, Rei de Inglaterra) eram propagados pela cobiça e pela inveja, e pelo zelo do bem; em conseqüência do que lhe requeria não fizesse ou não deixasse fazer algum mal (aos ditos Templários) que residissem em Portugal, até que fossem condenados segundo as leis canônicas." (Cf. Fortunato de Almeida. Ob. cit. Visconde

¶ A regra ⁊ diffin-
çoões da oꝛdem do
meſtrado de noſſo
ſenhoꝛ Jeſu chꝛiſto.

Folha de rosto da Regra da Ordem de Cristo (1504)

de Santarém. "Quadro Elementar". t. IX, ps. 21/28) Tinham endereço direto as palavras do rei da Inglaterra. D. Dinis teve a inteligência e sensibilidade moral e espiritual para compreendê-las. O papa conservou o direito, para si e seus sucessores, de criar cavaleiros de Cristo. E assim, a Ordem dos Templários passa a ter o nome de Ordem de Cristo, segundo a bula do Papa João XXII, de 14 de março 1319.

90. *A Ordem de Cristo e o humanismo lusíada*

Assim, a Ordem de Cristo cria o humanismo lusíada ecumênico onde resplandece o lusocristianismo aquecido ao sol da filosofia grega, do espírito jurídico romano e da teologia judeu-cristã. Nesse caso, "para pôr em evidência, quanto em nossas forças couber, os grandes serviços prestados à civilização cristã e à pátria portuguesa por tão ilustres filhos dela, começaremos pelos seus egrégios antecessores — os gloriosos cavaleiros do Templo — para procedermos com rigor histórico, clareza e justiça: estes como fundadores de um reino cristão e independente, e aqueles pela audácia do seu ânimo, que levou através das regiões desconhecidas e bravas dos oceanos o valente e crente Portugal, a *abrir ao mundo inteiro as fulgentes portas da civilização moderna.*" (Cf. Vieira Guimarães. "A Ordem de Cristo" p. VII-)

Assim, a bula do Papa João XXII, de 14 de março de 1319, é o documento da fundação da Ordem de Cristo, onde se lê a "forma do juramento que o Mestre Dom Gil Martins e cada um de seus sucessores deve fazer ao Papa", com esta condição: "Não venderei, nem doarei, nem empenharei, nem empresarei, ou de algum modo alienarei, sem consultar o Pontífice, as possessões pertencentes à minha casa e dita Ordem (de Cristo). Assim me ajude Deus e estes seus santos Evangelhos.".

O documento da "Aceitação e ratificação do Senhor Rei Dom Dinis, do conteúdo da bula acima", em Lisboa, aos 05 de maio de 1357, está escrito em língua portuguesa e não em lingua latina, ainda vigente em todo Portugal.

A bula da união dos mestrados das Milícias da Ordem de Cristo, de Sant'Iago da Espada e de Aviz, com a assinatura do Papa Júlio II, foi "dada em Roma em São Pedro, no ano da Encarnação de Nosso Senhor de mil quinhentos e cinqüenta e um, aos quatro de janeiro do nosso Pontificado." E, embora independentes entre si, as três Ordens — de Cristo, de Sant'Iago

Fo.ij.

Aqui se começa a Re-
gra da ordem do mestrado de nosso se-
nhor Jhesu christo.

Prologo na reformaçam
da sagrada ordẽ da Caualleria de nos-
so redemptor Jhesu xpo. Feyta autori-
tate apostolica.

Iohãnes dei et apo-
stolice sedis gratia eps olim
Lamacen. et nunc visensis:
judex delegatus et executor
auctoritate apostolica ad in-
fra scripta specialiter deputatus. vniuersis
et singulis quos infra scriptũ tangit nego-
ciũ vel tãgere poterit qũolibet in futurũ
salutẽ. Noueritis quod nuper scda die janua-
rij. anno dñi. M.cccc.xliiij. i ciuitate Ulix-
bonensi in aula seu palacio excelẽtissimi et
nobilissimi dñi infãtis dñi Hẽrici ppetui

a ij

Primeira página da Regra da Ordem de Cristo — Lisboa, 1504

da Espada e de Aviz — estavam reunidas e sob a jurisdição dos reis de Portugal. (Cf. "Definições e estatutos dos Cavaleiros e Freires da Ordem de N. S. Jesus Cristo", com a história da origem e princípios dela. Com licença da Santa Inquisição, Ordinário e Paço. Em Lisboa Por Pedro Craesbeeck, Impressor de el Rei. Ano de MDCXXVIII.)

O título III trata "dos Mestres que até agora houve nesta Ordem de Cristo". "*O oitavo governador desta Ordem foi o Infante D. Henrique, filho de el Rei D. João de boa memória;* (que além de ser mais que todos os outros Mestres, zeloso da conservação, aumento e reformação desta Ordem) com sua indústria *abriu as portas à navegação e comércio do grande mar Oceano, nunca dantes navegado, e manifestou o nome e fé de Jesus Cristo aos povos, e gentes de tantas e tão distantes ilhas* por ele descobertas, sujeitando-as e aplicando as rendas delas; de tudo o que se descobriu por mar, da barra de Lisboa para fora, a esta Ordem de Cristo no espiritual por Bulas Apostólicas e consentimento dos Reis para honra de Deus e da Santa Igreja; e além das mais igrejas que edificou é a Santa Maria de Belém, termo desta cidade de Lisboa no ano de mil quatrocentos e sessenta, que por esta invocação (sob a qual o dito Infante por sua devoção a ergueu) perdeu aquele lugar o seu antigo nome, que era Restelo e se chamou Belém até hoje e como em tudo que fazia, procurava o acrescentamento desta Ordem de Cristo, resguardando (como ele dizia) os muitos bens dela e suas pessoas tinham recebido..."

"O undécimo foi o dito Duque (de Vizeu) D. Manoel, que depois foi Rei destes Reinos, o qual continuando o descobrimento dos mares e terras, a que deu princípio o Infante D. Henrique seu tio, e chegando com ele até o descobrimento e conquista do Oriente, e grandes províncias e Reinos daquelas partes, ainda que tudo isto fosse obrigação mui devida a ele como Rei, se pode atribuir a que *também tinha como Mestre desta Ordem...*"

"O duodécimo foi el Rei D. João o terceiro, seu filho e sucessor o qual depois de lhe ser concedida esta administração do *Mestrado de Cristo,* pelo Papa Adriano VI, no ano de mil quinhentos e vinte e dois, e depois a administração dos Mestrados de Sant'Iago e de Aviz por Júlio III, em sua vida, somente alcançou do mesmo Papa Julio III no ano de mil e quinhentos e cinqüenta e um no segundo ano do seu Pontificado,

Item. Ordenamos que jejuũem os ditos caualleiros ⁊ freires hũ dia na ſomana .ſ. ha ſeſta feira ⁊ mais hos dias ordenados pella ſctã ygreja. E pollo mays jejuũ que cada huũ quiſer fazer. lhe damos has bençoões ⁊ perdoões da ordem ⁊ da ſee apoſtolica ⁊ de ſam Pedro ⁊ de ſam Paulo. E andando hos dictos cauallleyros na guerra. açerq̃ do jejuũ façã como lhes ho meeſtre mandar.

¶ Capitulo ſetimo do comer da carne.

Item. Ordenamos que hos dictos caualleiros ⁊ freyres poſſam comer carne tres dias na ſomana a fora ho domigo em q̃ ha deuẽ de comer ⁊ pollo dia q̃ damos q̃ he ha ſegũda feira aalem do q̃ he ordenado. lhes mandamos q̃ diguã çinquo vezes ho pater noſter ⁊ aue maria aa honrra de noſſo ſenhor.

Capitulo .viij. do ſilencio.

Item, ordenamos q̃ açerca do ſilençio dos que ſom conuentuaaes: façã como lhes mãdar ho ſeu prior.

Página da Regra da Ordem de Cristo — Lisboa, 1504

Capitulo noue da en- leiçam do mestre nouo.

Item.ordenamos ⁊ mandamos que a enleiçom do meestre se faça com ho co mẽdador moor ⁊ dom prior ⁊ sam chri stauo ⁊ claueiro ⁊ com noue caualleyros hos mays ançiaãos q̃ na ordem ouuer q̃ aaquelle tempo da enleiçõ poderem seer presentes. E ha forma da enleiçõ seja segundo forma do di reito canonico ⁊ segundo has constituiçoões da ordẽ assi açerqua da pessoa: como modo ⁊ forma da dicta enleiçom.

¶ Capitulo .x. que fa la dos nouiços.

Item.ordenamos ⁊ mãdamos que ho offiçio que se haa de fazer aos nouiços: faça sse segũdo tem d̃ costume em suas ordena çoões antiguas: com Ueni creator spũs: ⁊c.

¶ Capitulo.xj.da apro uaçam dos priuilegios.

Itẽ.Aprouamos confirmamos ⁊ mãda mos q̃ hos da dicta ordem vsem dos co stumes: statutos: preuilegios ⁊ liberda-

Página da Regra da Ordem de Cristo — Lisboa, 1504

que fossem *perpetuamente* unidos estes três Mestrados à Coroa destes Reinos..."

"O décimo terceiro foi el-rei D. Sebastião, que Deus tem, seu neto, filho do príncipe D. João, seu filho, que faleceu em vida de seu pai e sucedeu a seu avô à Coroa destes Reinos..."

O título V trata "Da união do Mestrado da Ordem de Cristo à Coroa Real destes Reinos (de Portugal e Algarves), e da obrigação que os Governadores e Perpétuos Administradores que hoje são os Reis (de Portugal) têm de jurar.

"Pela União do Mestrado da nossa Ordem à Coroa Real ficaram os Reis deste Reino Governadores e Perpétuos Administradores dela; porém de tal maneira que ainda hoje lhes chamam Mestres; e assim como os *Mestres tinham obrigação* de fazer juramento de fidelidade à Santa Sé Apostólica assim têm os Reis Governadores"...

91. *A Cruz Vermelha aberta em branco lembra a chaga de Cristo*

"A forma do juramento é a seguinte:

Eu N. Rei de Portugal e dos Algarves, como *Governador e* perpétuo Administrador que sou da *Ordem e Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo,* prometo obediência a nosso senhor o Papa N. e a seus sucessores canonicamente eleitos, e prometo obedecer a suas cartas e mandados, como obediente filho da Santa Madre Igreja.

E assim juro a estes Santos Evangelhos, que corporalmente toco com minhas mãos, que farei e cumprirei com todo o meu poder as coisas abaixo declaradas."

Entre as obrigações imperativas do Rei está:

"Não alhearei os bens da dita Ordem em homens seculares, nem em outras pessoas; e os que estiverem alheados farei quanto puder para os tornar à jurisdição da Ordem."

O título VI trata: "De como esta Ordem é verdadeira Religião com obrigação dos três votos substanciais." Os três votos são: Obediência, Castidade e Pobreza. O Convento de Tomar é a Casa da Ordem de Cristo. Os monges cavaleiros devem obedecer ao Mestre e Governador, sem o que não haverá disciplina, não podem ser contra Deus e contra a religião. Quanto à castidade: "Posto que antigamente a Castidade era pura e absoluta, que impedia e anulava o Matrimônio; contudo de

gaçã ⁊ comercio de etiopia arabia persia ⁊ da
jndia como gouernador ⁊ ppetuo administra-
dor q̄ somos da ordẽ ⁊ cauallaria do mestrado
de nosso sñor Jesu xpo. Fazemos saber a vos
dõ prior do cõuento de tomar da dita ordem q̄
foão nos pedio por merçee. que por q̄nto elle
desejaua ⁊ tinha d̄uaçã de ẽtrar na ordẽ da ca
uallaria de nosso sñor Jesu xpo nos prouuesse
o proueer do auito da dita ordẽ. E veendonos
como elle he pessoa que a dyta ordẽ ⁊ a nos
pode muj bẽ seruir ⁊ por lhe fazer merçee nos
praz de o prouer do dito auito. Porẽ vollo no-
teficamos ⁊ vos mãdamos q̄ lho lançeis neste
cõuẽto segũdo as definçõoes da dita ordẽ. E de
pois q̄ lhe o dito auito for lãçado elle estara no
dito cõuẽto   dias cõtinuos ⁊
estara aos oficios que nelle se fezerem de dia ⁊
sera loguo como lhe for lãçado assentado no li
uro da matricola que temos mandado per di-
finçam que aja no dito cõuẽto. s. do dia mes ⁊
anno em que lhe foy lançado. E os dias que
assi no conuento esteuer nõ sayra de dentro da
cerca da villa sem vossa licença dada em tal lu
gar. ⁊c. Scriptas estas definçoões em a nossa
villa de tomar a oyto dias do mes de Dezem
bro. Antonio carneiro o fez anno de nosso se-
nhor Jesu xpo de mil ⁊ quinhentos ⁊ tres.

S

Última página da Regra da Ordem de Cristo — Lisboa, 1504

alguns anos a esta parte por dispensação da Santa Sé Apostólica podem os Comendadores e Cavaleiros dela casar e professão castidade conjugal, que hoje é da essência desta Ordem, no que toca aos sobreditos." E assim, os cavaleiros de Cristo, de 1628, podem casar, ter mulher e filhos, com exceção dos monges.

O título IX trata da Cruz e diz: "E porque esta Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo é mais própria à insignia da sua Cruz e com ela começou desde o tempo de sua fundação, ordenamos e definimos que os Freires, Comendadores e Cavaleiros a tragam sempre em seus vestidos, assim fora como dentro em suas casas; e a Cruz será de forma que se mostra no princípio deste livro, sem diminuição alguma, *de cor vermelha, aberta em branco, em significação da chaga que foi aberta no santíssimo lado de Cristo, o branco ha de ser direito sem pontas, ha de ser de pano de lã vermelho, perfilado de retroz da mesma cor.*"

92. *A alma e a ação do Principe do Atlântico*

Investido pelo Papa Martinho V nas funções de Governador e Administrador do patrimônio da Ordem de Cristo, constante de terras, castelos e vilas, o Infante D. Henrique, Príncipe do Atlântico, tem em suas mãos todo o poder material para realizar uma obra ímpar na História das Civilizações, da mais alta espiritualidade. Nenhum outro soberano do planeta, imperador ou rei, construiu a sua glória para a eternidade, como esse obscuro Infante de Portugal no amanhecer radioso do Renascimento. "Cavaleiros destemidos e recursos monetários ali os tinha, e, senhor do mando e de posse deles, armou e tripulou barinéis e caravelas, que lhe iam abrir a sua esteira de glória e a Portugal a grandeza e o poderio dos séculos XV e XVI. Nas horas vagas, deixadas ou furtadas aos negócios de sua casa, aos do mestrado de Cristo e aos da política do reino, embora pareça que não, muitas e muitas vezes vai a oeste do Algarve, ao alto do cabo de São Vicente, e ali, a sós, ou com os rudes marítimos, interroga as estrelas, estuda os ventos e tenta perscrutar os insondáveis segredos do grande mar." (Cf. Vieira Guimarães, "A Ordem de Cristo". ps. 103/104.) E do promontório de Sagres partem os portugueses em meados do século XV para transformar o mundo medieval no mundo moderno, pondo, cientificamente, a serviço da humanidade, a força indomável dos ventos atlânticos para obrigá-los a impelir as caravelas portuguesas no rumo desejado. E assim, ele é o primeiro homem

na face da Terra a substituir, nos barcos a vela, a força humana dos remadores, pela força poderosa dos elementos da natureza domados, para obrigá-los a conduzir as caravelas no rumo desejado.

"Contudo Lagos continuava a ser o principal centro das lides marítimas e dali partiram desse ninho, como diz o distinto escritor Oliveira Martins, marítimo que foi de águias ou gaviões do mar. Daí ensaiaram o vôo, ao depois estendido por todos os céus do mundo, essas aves de larga envergadura que nas asas brancas levavam marcada a vermelho de sangue a cruz de Cristo, brazão de Portugal." (Cf. Vieira Guimarães. Ob. cit. p. 104)

D. Henrique era a alma, a inteligência e a ação da Ordem de Cristo, empenhadas na obra imortal de abrir as portas da Europa ao mundo moderno. D. Henrique lutava contra as trevas do mar. Daí ensaiaram o vôo, ao depois estendido por todos os Açores e terras até a foz do Casamansa; eram pérolas arrancadas ao Oceano, que se iam engastar no grande e brilhante diadema de glória que cingia a ampla fronte do insigne e ilustre mestre da Ordem militar, a mais notável de Portugal e quiçá do mundo." (Cf. Vieira Guimarães. Ob. cit.) A mais notável do mundo porque educou a sua gente, o seu povo, a sua pátria ao dar-lhes a religião do trabalho, da dignidade, da consciência de criar a civilização ecumênica construída pelo amor, com amor e para o amor com as mulheres da África, da Ásia e do Brasil, patrimônio da Ordem de Cristo. E a civilização ecumênica, essencialmente portuguesa, fulge no lusocristianismo, onde irradia a cultura grega, o espírito jurídico romano e a teologia judeu-cristã.

Naturalmente, a diferença do meio, do clima e da gente vária obriga o lusitano a adaptar-se ao ambiente. Mas o homem é o mesmo, assim como as forças espirituais, reservadas nele, são as mesmas. "O tipo humano que a assombrosa epopéia cria é idêntico a si mesmo, quer surja nos mares da Índia, da China ou do Japão, quer emerja das sombrias florestas que das praias de S. Vicente galgam a Serra do Mar para estender-se interminavelmente pelo planalto central a dentro. Mais ainda: na Ásia, na África e na América, o português mantém intacta *a sua singular plasticidade, aquele poder de adaptação biogenética que o torna o único tronco do ramo indo-europeu capaz de viver e prosperar em qualquer latitude, na Terra-Nova ou em Macau, na Califórnia ou em Moçambique, em Cuiabá, Manaus, S. Pau-*

lo, Rio Grande ou em Timor. No Oriente, reagindo contra um meio eriçado de obstáculos e em contacto com civilizações quase sempre superiores à sua, o português estagna. O choque entre a cultura que lhe é própria e a estrutura psicossocial das velhas coletividades hindus é-lhe desfavorável. O que não impede que por toda parte, *na Arábia, na Abissínia e na Pérsia permaneçam, tanto nas populações como nos usos e costumes, nas línguas e dialetos e muitas vezes na arquitetura locais, traços indeléveis de sua passagem, que encheriam um dia de admiração ao próprio Gobineau.*" (Cf. Júlio de Mesquita Filho. "Ensaios Sul-Americanos." 1.ª ed. p. 143. Os grifos são meus.)

93. *O espanto de Gobineau*

O francês conde Artur de Gobineau exerceu, cerca de três anos, as funções de embaixador da França na Pérsia, hoje o Iraque, na Ásia. Escritor de renome, aprendeu a Língua Portuguesa para ler no original "Os Lusíadas", o mais alto poeta do Renascimento, cujo poema épico hoje está traduzido em todas os idiomas vivos, inclusive em japonês, depois de dez anos de trabalhos dos tradutores da terra dos Samurais. Pleiteou junto ao seu governo a sua transferência para igual cargo em Atenas. E foi designado embaixador da França no Brasil, onde se tornou grande amigo do Imperador D. Pedro II.

Em 1855, há 125 anos, ele escreve ainda na Pérsia:

"Toda esta região está cheia de nomes portugueses. Em Mascate, as casas e o forte, tudo é de construção portuguesa. Não me espanta que a Inglaterra, dispondo de imensos recursos, tenha feito o que fez. Mas que Portugal, sem dinheiro, sem população, tenha deixado semelhantes traços do seu poderio, desde Goa até Gondar, na Abissínia, eis o que é incompreensível."

Gobineau não compreende, mas continua face à evidência. Ele não exige provas, porque esses são os documentos diante de seus olhos. Por isso, extasiado, escreve:

"Admiro, por certo, as grandes obras da Holanda, da Inglaterra e da França, na Ásia. Pois bem! Esses três impérios foram e ainda são os mais poderosos que o sol tem iluminado. Seus recursos, em homens, em dinheiro, em crédito estão à altura de qualquer serviço. Portugal, porém, definhava de fome, quando maior era a sua glória; Portugal que nunca pôde pagar os ordenados dos seus governadores, dos seus almirantes, oficiais

e soldados; Portugal para quem equipar e expedir para a Índia um navio constituía um esforço doloroso; foi esse mesmo Portugal, que, *após ter descoberto o caminho para o mundo de suas façanhas,* conquistou a África Oriental e aprofundou a conquista até o interior das terras africanas, como se a conquista não bastasse, *plantou nela grande número de monumentos cujas ruínas estão ainda de pé;* fundou estabelecimentos ao longo da costa da Arábia, como Aden e Mascate, ou cidades soberbas como Ormuz no Golfo Pérsico, e Goa, na costa do Malabar, estabeleceu-se nas ilhas do mar das Índias e *interveio na política da China onde construiu Macau,* e, *caso talvez ainda mais surpreendente, deixou tão profundamente as suas características em toda parte por onde passou que é fácil verificá-las, não só nos monumentos, nas cidades que ainda existem, como, também, através de uma população ainda importante que se diz portuguesa, pois Portugal semeou tão longe a fé católica.*

"Confesso que tais resultados, em confronto com os meios, parecem-me *um dos maiores espetáculos da História, e que as mais brilhantes façanhas de Atenas e de Cartago,* porque PORTUGAL MOSTROU AO MUNDO O QUANTO PODE O GÊNIO HUMANO, porque se aquelas cidades realizaram grandes feitos, malgrado serem pequenas, eram contudo ricas, ENQUANTO PORTUGAL JAMAIS POSSUIU, A SERVIÇO DE SEU GÊNIO, OUTRA COISA QUE NÃO FOSSE A CAPA E A ESPADA." (Artur de Gobineau. "Trois Ans en Asie", trad. port. I-p. 120)

Gobineau admira-se, assim como muita gente erudita se admira, embora não tenha coragem de dizer, de Portugal ter criado à sua imagem e semelhança, na intertropical Portuguais, porque a raça lusitana, isto é, a raça portuguesa, ou seja, a raça lusíada, à qual pertencem os descendentes de portugueses "plantou a cruz em cada continente". (Manuel Bandeira. "Camões".) Para isso não pediu licença à Europa. Portugal contou consigo mesmo, apenas. E os Portugueses no mundo eram *Cavaleiros de Cristo a serviço de Deus.*

94. *Portugal na África*

Antes de chegarem à Ásia, os portugueses estacionaram na África. Tanto no continente amarelo como no continente negro, os portugueses, isto é, os lusíadas deixam, para todo o sempre, as marcas eternas de sua maneira de estar na vida. Principal-

mente, no Brasil, onde nada existia, tudo precisava ser feito e foi feito. Embora todos os historiadores e todos os sociólogos tenham esquecido, é preciso ressaltar o papel das africanas, das asiáticas, das brasilíndias e das brasileiras anônimas nessa missão cristã dos portugueses, única no planeta, de povoarem a Terra com amor, pelo amor e para o amor da espécie. Por isso mesmo é preciso lembrar a sentença de Gilberto Freyre:

"*Depois de Cristo ninguém tinha contribuído mais que o português para a fraternidade entre os homens.*" (Cf. Gilberto Freyre. "O Mundo que o Português criou". p. 58) Criou com a mulher branca, preta, amarela e vermelha (brasilíndia), porque sem Maria não existiria Cristo. E por isso, os portugueses foram, durante quatro séculos, do século XV ao século XVIII, os ímpares povoadores CAVALEIROS DE CRISTO A SERVIÇO DE DEUS.

"O fato que impressiona vivamente a quem, no estudo das línguas africanas das costas ocidental e oriental da África, tem necessidade de folhear vocabulários, é a grande cópia de palavras portuguesas, já aclimatadas, já assimiladas, recebidas no uso comum, com foros de naturais", escreve o filólogo patrício Antônio Joaquim de Macedo Soares no ensaio publicado cerca de 1886, onde estuda os "Vestígios portugueses nas línguas do Ocidente e do Oriente da África."

O autor desse trabalho fala de povoações *brasileiras* em Moçambique, antiga província portuguesa no continente negro, para realçar a ação civilizadora dos Portugueses na África, asseverando:

"É fácil demonstrar essa proposição tão agradável a nós Brasileiros, que nos orgulhamos de descender desse pequeno e heróico povo de descobridores, de arrojados marinheiros, de intrépidos soldados, e, o que é mais, de *geógrafos* por instinto e por educação. *Não há canto nas cinco partes do Mundo onde não haja pisado pé português.* Não há façanha, marítima ou terrestre, cometida por gente de outra nação, que não tenha sido precedida de feitos, mais ou menos remotos, de algum filho de Portugal. Ingleses, alemães, franceses e italianos, qual o viajante que não tenha deparado da África vestígios dos Portugueses?"

Assim o francês Gobineau e o brasileiro Antonio Joaquim de Macedo Soares proclamam o quanto os Portugueses, *cavaleiros*

de Cristo a serviço de Deus, contribuíram para a civilização da humanidade. E podem as grandes potências bélicas deste entardecer cinzento do século XX atingir o elevado nível espiritual de Portugal dos séculos XV, XVI, XVII e XVIII para os lusíadas criarem, como criaram, uma civilização ecumênica numa atmosfera de paz e de respeito pela dignidade humana, — se as mais poderosas nações do planeta estão mergulhadas no materialismo ateu, onde o povo vive para comer e não come para viver e cujos exércitos estão preparados para destruir a civilização cristã, .a única digna do homem e da mulher onde o espírito e alma ainda vivem.

Mas o filólogo brasileiro continua: "Nos seus vocabulários, nas suas gramáticas, nas suas relações de viagem, aí estão sem o saberem, *documentado* com palavras portuguesas a procedência de seus rivais; e quando pensam ter descoberto mares e terras, lá vão achar batizados com nomes portugueses os acidentes geográficos do mundo, que eles (os estrangeiros) supunham ignorado."

Pesquisador científico e estudioso da nossa latina Língua Portuguesa, o filólogo brasileiro afirma:

"Percorra-se qualquer carta (geográfica) da África; no seu contorno não há quase nome que seja português, ou fixado por navegador português. Estropiam-nos estrangeiros, os ingleses principalmente, esses flibusteiros do século XIX; trocam, substituem por outros, tentam por todos os meios apagar as pegadas dos *batedores de Sagres, os guardas avançados da civilização européia no continente negro.* Mas impossível; lá arremetem sobre o mar, indeléveis índices nos cabos Não, Bojador, Branco, Verde, de Santa Maria, Serra Leoa, das Palmas, de São Jorge da Mina, das Três Pontas, Formoso, Lopes, do Padrão, Ledo, Negro, Frio, da Boa Esperança, das Agulhas, das Correntes, Natal, Delgado, Guardafui, Bom e outros; lá se encurvam as baías e os golfos de Porto Seguro, do Corisco, de Nazaré, dos Camarões, da Baleia, de Angra, de Santa Helena, de Saldanha, de Santa Luzia, da Lagoa; lá surgem as ilhas, lá se dilatam as costas, e surgem as cidades, as vilas, que ainda nos mapas estrangeiros conservam os nomes que lhes puseram os que as descobriram." (Cf. Antonio Joaquim de Macedo Soares. "Vestígios portugueses nas línguas do Ocidente e do Oriente da África." Tito Lívio Ferreira. "Técnica da Pesquisa Histórica". ps. 111/112/113 — São Paulo, 1974)

Ao francês Gobineau e ao brasileiro Macedo Soares junta-se o inglês culto, documentando. "Mas o espírito Cristão e Humanista, de que Portugal deu testemunha, continuou, não só através dos trabalhos dos missionários portugueses, conseguindo — mesmo em tempos de perseguição — que se mantivesse a Fé Cristã e a Língua Portuguesa. Mantém-se ainda hoje (1961) uma comunidade portuguesa em Malaca, Ásia, vivendo em bairro próprio e dispondo de uma escola onde florescem as tradições lusitanas. Elemento expressivo desse fato é um grupo folclórico de moças e moços, que apresentam danças e canções regionais em *Língua Cristã,* que é, mais ou menos, o *Português do século XVII com influências da Língua Malaia.*" (W. E. Smith. Professor de História na Universidade de Londres)

95. *O cunho nitidamente construtivo da raça portuguesa*

Embora os escritores da história imaginativa, marxista, materialista e maciça baseada na infra-estrutura de cimento armado da economia de subsistência, isto é, uma economia brasilíndia, teorizem com a luta de classes; esse processo de generalizar é simplista e destrutivo porque se inflama todo no ódio do homem contra o homem e, principalmente contra a mulher, como se fosse possível ele viver sem ela na face da Terra. Nesse caso, os portugueses jamais pediram licença a quem quer seja para valorizarem como valorizam, com amor, carinho e ternura, as mulheres de todos os continentes, porque sem elas eles nada teriam construído, como construíram, humanamente, na faixa intertropical do planeta, para semearem o lusocristianismo onde irradiam a civilização grega, o espírito jurídico romano e a teologia judeu-cristã. E assim cumpriram o preceito cristão: "Crescei e multiplicai-vos."

"Levada a cabo em meio a populações extremamente densas e altamente civilizadas, a epopéia portuguesa cria figuras gigantescas: os Gamas, os Almeidas, os Albuquerques, os Castros e os Pachecos. Nenhuma, porém, encarna melhor as virtudes plásticas da raça do que esse prodigioso espírito de soldado, de escritor, de diplomata e, mais do que tudo, de aventureiro, que se chama Fernão Mendes Pinto. Na América, onde o meio agreste, rude e primitivo, não comporta o florescimento das faculdades intelectuais, que em tão alto grau exornam a personalidade do companheiro de S. Francisco Xavier, surge Antonio Raposo Tavares, figura sobre-humana e de herói de uma das

mais famosas façanhas de que guarda memória a história da humanidade: a sua "entrada" através de S. Paulo e Mato Grosso, dos Chacos, dos Andes bolivianos, do alto Peru e Quito, até as nascentes do Amazonas." (Cf. Júlio de Mesquita Filho. "Ensaios Sul-Americanoc." 1.ª ed. ps. 143/144). E Raposo Tavares sobreleva-se aos homeríadas, para ser o lusíada ímpar demarcador das fronteiras do patrimônio da Ordem de Cristo a oeste.

"Ora, Fernão Mendes Pinto, no Oriente, e Raposo Tavares, no Brasil, são portugueses, arquiportugueses. Portugueses de nascimento e nas atitudes, no inacreditável poder de vontade que os anima e sustenta, na constância e maleabilidade com que se amoldam a todas as situações e, sobretudo, nesse *instinto político que os leva a imprimir a seus feitos e gestos um cunho nitidamente construtivo*, de colaboração na obra empreendida desde os dias de Sagres, Portugal." (Cf. Júlio de Mesquita Filho. Ob, cit. p. 144) E esse forte espírito cristão construtivo não esmorece em quatro séculos, de 1400 a 1800, para deixar "*pela vida, a alma em pedaços repartida.*" (Camões)

"Esse gênio particular que levou o *Infante D. Henrique a conceber e a executar a conquista científica dos mares,* Afonso de Albuquerque, o Império do Oriente, e os *descendentes de Martim Afonso de Sousa a lançarem as bases do Brasil de hoje, é o que distingue o português de todos os outros povos daquela época.* E é ainda o que caracteriza o autor da "peregrinaçam en que dá conta de muytas e muyto extranhas cousas que vio e ouvio no reino da China, no da Tartária, no Soman, que vulgarmente se chama Sião, no de Calaminhan, no de Pegu, no de Morvão", etc., etc., etc., como a *réplica asiática de Raposo Tavares.*"

Feito este paralelo, o sociólogo do bandeirismo lusopaulista continua:

"Durante vinte anos de aventuras através dos domínios do Preste João, da "Arabia feliz, da China, Tartária, Macassar, Çamatra e outras muytas províncias daquele oriental archipélago dos confins da Ásia, a que", no seu saborosíssimo falar, "os escritores chins, Siamês, Guevos e léquios nomeiam nas suas geografias por pestanas do mundo", Fernão Mendes Pinto mercadeja, desempenha delicadas embaixadas e, finalmente, acompanha S. Francisco Xavier na sua catequese ao Japão, *sem*

jamais esquecer que é português e como tal lhe cabe servir a el-Rei. É também bradando aos jesuítas (espanhóis), afirma Montoya, que ia expulsá-los de toda a província de Guaíra, "porque era dos portugueses e não do rei de Espanha", que à frente da "bandeira" famosa Raposo Tavares se apossa das missões de S. Miguel, Santo Antônio, Jesus Maria, Encarnación, S. Xavier e S. José."

Assim, os lusobandeirantes de São Paulo são os *cavaleiros de Cristo a serviço de Deus* e do rei de Portugal porque expulsam os invasores do *patrimônio da Ordem de Cristo,* politicamente, do Estado do Brasil, independente desde 1500.

Assim, Júlio de Mesquita Filho assevera: "Não há, pois, lugar a dúvidas. *O "bandeirismo", na sua essência, é um fenômeno eminentemente, visceralmente, português.*"

A seguir, Júlio de Mesquita Filho explica as razões históricas, sociológicas e raciais porque *somente os portugueses e nenhum outro povo* estava em condições humanas para fazer do *bandeirismo* o prolongamento da epopéia lusíada, feita por lusíadas, com os lusíadas e para os lusíadas no *patrimônio da Ordem de Cristo,* devassando-o, povoando-o, humanizando-o.

Por isso mesmo, o sociólogo do bandeirismo conclui:

"Daí o bandeirismo propriamente dito: Raposo Tavares, Fernão Dias (Pais), Bartolomeu Bueno e Borba Gato. Daí também a *nacionalidade brasileira.* (Cf. Júlio de Mesquita Filho. "Ensaios Sul-Americanos." 1.ª ed. ps. 144/145. São meus os grifos e as palavras entre parênteses.)

96. *A Ordem de Cristo e o padroado português*

Para galardoar os esforços inestimáveis do Infante D. Henrique, Príncipe do Atlântico, a Ordem de Cristo recebia em paga, do Papa Eugênio IV, a jurisdição espiritual dobre as conquistas do continente negro. Tempo adiante, "o espiritual das terras conquistadas e por conquistar como se do patrimônio de Tomar fossem", palavras do documento com que D. Afonso V, a pedido do Infante, seu tio, e confirmado pelos Papas Nicolau V e Calisto III, concedia, como D. Duarte já tinha feito, anteriormente, esse grande prêmio, em reconhecimento dos altos serviços prestados à Pátria pelos Cavaleiros de Cristo.

Numerosíssimas bulas deram origem à epopéia dos descobrimentos portugueses. Está nesse caso a importantíssima *Inter*

caetera de 13 de março de 1455, enviada pelo Papa Calisto III, a qual firma o vasto e gloriosíssimo Padroado ultramarino, um dos mais belos, ricos e esplêndidos florões do poderio espiritual, religioso e cultural de Portugal no planeta. Assim, as terras descobertas e por descobrir daí em diante, ficavam *multus diocesis,* como pertencentes a Tomar, cujo padroado era exercido pelo Prior-Mor da Ordem Cristo, sediado no Convento de Tomar. O padroado era o direito de nomear sacerdotes para as igrejas vagas nos territórios de ultramar. Nesse caso, Portugal conquista o direito de fundar fortalezas nas terras descobertas, construir igrejas e mandar padres portugueses pregar, batizar, cristianizar os povos de outros continentes. E assim pertencia à Ordem de Cristo o grande direito de nomear, diplomar sacerdotes nessas igrejas e administrá-las, pois não apenas os valentes cavaleiros de Cristo a serviço de Deus lutavam com as tempestades oceânicas e com os infiéis, mas concorriam para a grandeza do nome português, com os seus religiosos e com aqueles a quem ela dava poderes para alargar, aumentar, engrandecer a civilização cristã.

Por essa forma, os Papas conferiram a soberania das conquistas e dos descobrimentos portugueses. Nessas condições, o rei doou ao imortal administrador da Ordem de Cristo, o espiritual dessas terras, mas também o *quinto* de todos os produtos trazidos ao reino provenientes dessas novas regiões, onde ninguém podia ir com navio armado sem especial licença da Ordem de Cristo. E assim, o Príncipe do Atlântico enriquece espiritual e materialmente a sua poderosa Ordem para que ela viesse a descobrir, como descobriu, *geograficamente,* dois terços do planeta para nele implantar a religião de Cristo.

Assim, na armada de Cabral, os treze religiosos pisaram as areias de Porto Seguro, onde Frei Henrique de Coimbra abre o missal iluminado pelo sol do *novo continente,* protegido pela bandeira de Cristo desfraldada às brisas da manhã bendita, para o celebrante abençoar o *patrimônio da Ordem de Cristo* com as suas mãos franciscanas. E a armada cabralina veleja o Atlântico e prossegue para o oceano Índico para atingir Calecute, na Ásia, com as rendas da Ordem de Cristo, em Portugal, cujos bens patrimoniais estavam representados por terras, vilas e castelos, administrados pelo Governo de Tomar.

Tempo adiante, o rei D. João III, Governador e Administrador da Ordem e Mestrado de Nosso Senhor Jesus, com o seu padroado, envia para a Ásia, a fim de evangelizar o Oriente,

os jesuítas chefiados por Francisco Xavier, futuro São Francisco Xavier em 1542, o qual vai até o Japão em companhia de Fernão Mendes Pinto, com renda da Ordem de Cristo. Em 1549 manda o Padre Manoel da Nóbrega, nomeado pelo rei primeiro Secretário do Estado do Brasil, patrimônio da Ordem de Cristo. Em 1564, D. Sebastião, bisneto de D. João III e bisneto de D. Manoel I, Governador e Administrador do Mestrado e Ordem de Cristo, com os rendimentos da Ordem de Cristo, "*Portugal assumia assim, na pessoa do seu Chefe Supremo, o encargo oficial de sustentar os Padres da Companhia da Ordem de Cristo no Brasil.*" (Cf. Serafim Leite S. J. "História da Campanhia de Jesus no Brasil" T-1.º pas. 113/114.) E esse encargo Portugal o desempenhou até 1759.

Em começos do século XIX, D. João, Governador, Administrador e Grão-Mestre da Ordem de Cristo, Príncipe Regente do Reino de Portugal *e Principe do Brasil*, futuro D. João VI, o Rei Luso-brasileiro, solicita do Conselheiro Azeredo Coutinho, o seu parecer sobre a Ordem de Cristo. Esse documento diz: "ALEGASÃO (sic) JURÍDICA, na qual se mostra que são do Padroado da Coroa, e *não* da ORDEM MILITAR DE CRISTO, as Igrejas, as Dignidades, e Benefícios dos Bispados de Cabo Bojador para o Sul, em que se compreendem os Bispados de Cabo Verde, São Tomé, Angola, *Brazil,* Índia, até à China. Oferecida a Sua Alteza Real o *Príncipe do Brazil* e Regente de Portugal, por D. Joze Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, Bispo de Pernambuco, eleito de Bragança e Miranda, do Conselho de Sua Magestade. Lisboa. Na Of. de Antonio Rodrigues Galhardo, Impresor do Conselho de Guerra e do Almirantado. Anno M.DCCC.IV. Por ordem Superior."

Publicada no ano de 1804, em Lisboa, a Alegação Jurídica expõe as razões por que são Padroado da Coroa Portuguesa as Igrejas, as Dignidades e Benefícios dos Bispados de Cabo Verde, São Tomé, Angola, *Brasil,* Índia até à China, e não da Orde Cristo. E seria assunto a ser discutido por casuístas.

97. *Lista dos Mestres, Governadores e Administradores e Grão-Mestres da Ordem de Cristo em Portugal*

Mestres

D. Gil Martins, D. João Lourenço, D. Martim Gonçalves Leitão, D. Estevão Gonçalves Leitão, D. Rodrigo Anes, D. Nuno Rodrigues, D. Lopo Dias de Sousa.

Governadores e Administradores

INFANTE D. HENRIQUE — PRÍNCIPE DO ATLÂNTICO, Infante D. Fernando, D. João (duque de Viseu), D. Diogo (duque de Viseu), D. Manoel (duque de Beja e rei — o Venturoso), D. João III, D. Sebastião, D. Henrique (Cardeal-rei), D. Filipe I, D. Filipe II, D. Filipe III (período da união das coroas de Portugal e Espanha), D. João IV, D. Afonso VI, D. Pedro II, D. João V, D. José I.

Governadores, Administradores e Grão-Mestres

D. Maria I, D. João VI, D. Miguel I.

Grão-Mestres

D. Maria II (brasileira, natural do Rio de Janeiro, filha de D. Pedro I e da Imperatriz D. Leopoldina, irmã de D. Pedro II, Imperador Brasileiro), D. Pedro V (filho de D. Maria II e do príncipe-consorte Fernando de Saxe-Coburgo e Gotha, sobrinho de D. Pedro II, Imperador do Brasil), D. Luís I, D. Carlos I e D. Manoel II, último rei de Portugal.

Proclamada a República Portuguesa (1910), foram Grão-mestres-Presidentes: Sidônio Pais, Canto e Castro, Teixeira Gomes, Bernardino Machado, Mendes Cabeçadas, Gomes da Costa, Oscar Carmona, Craveiro Lopes e Américo Thomás.

98. *A Ordem de Cristo é instalada no seu patrimônio brasileiro*

No alvorecer do século XIX D. João, Regente do Reino de Portugal, *Príncipe do Brasil,* Governador, Administrador e Grão-mestre da Ordem de Cristo, desde 1802, e futuro D. João VI, criador do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815, amadurece o plano da mudança da Capital da Monarquia Portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro, Capital do Vice-Reino do Estado do Brasil, *patrimônio da Ordem de Cristo.* Em começos de 1808, D. João *instala* no Rio de Janeiro a Capital da Monarquia Portuguesa, isto é, de uma Monarquia Européia, acontecimento único na História das Civilizações, *pois coloca no mesmo nível político e social* o Reino de Portugal, na Europa, e o Vice-Reino do Estado do Brasil, nas Américas. E isto não compreendem nem podem compreender os escritores da

história imaginativa, bitolados pelo materialismo histórico, também conhecido por teoria materialista ou teoria econômica da história, porque eles se alimentam da luta de classes e não lhes interessa onde elas não existem nem podem ser inventadas.

Ao criar o Reino do Brasil integrado no *Reino de Portugal, Brasil e Algarves,* cuja Capital é o Rio de Janeiro, em 1815, D. João VI, o Rei Lusobrasileiro, coloca-se na vanguarda política e social do planeta, porque cinqüenta e sete (57) anos mais tarde, em 1862, a Coroa Inglesa estrutura o Reino Unido da Grã-Bretanha com a Inglaterra, Canadá e Austrália. E a Capital da Monarquia Portuguesa está no Reino do Brasil desde 1808 até 1822, durante catorze anos.

Assim, as Ordens Militares de Nosso Senhor Jesus Cristo, Sant'Iago da Espada e São Bento de Aviz tiveram no Brasil dois períodos distintos: no primeiro, quando o Estado do Brasil, depois Vice-Reino do Brasil e Reino do Brasil estavam integrados no Império Lusitano, sob a administração, governo e mestrado dos seus reis, e, no segundo, após a Independência, no Império Brasileiro. Nesse caso, houve a continuidade autônoma das três instituições portuguesas no patrimônio da Ordem de Cristo. E apenas a tradição conserva nos símbolos e nos nomes das antigas ordens portugueses.

Pela sua importância e por estar intimamente ligada à formação da nossa terra e nossa gente, a Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo, desde a missa concelebrada por Frei Henrique de Coimbra, tempo adiante Bispo de Ceuta, segundo Pero Vaz de Caminha, "ali estava com o Capitão (Pedro Álvares Cabral) a bandeira (de Cristo), com que saíra de Belém (Lisboa) e a qual esteve sempre alta da parte do Evangelho", e sob esse símbolo de Cristo, nasceu e continua nossa terra e nossa gente, em todos os acontecimentos da História do Brasil, tanto no *período lusobrasileiro* como no *período nacional* até a proclamação da República Brasileira.

Os marcos plantados na terra, *patrimônio da Ordem de Cristo,* desde o Cabo de São Roque, no Rio Grande do Norte, até Cananéia, traziam de um lado o escudo das quinas de Portugal e de outro a Cruz de Cristo. Significavam que "*as terras conquistadas pertenciam ao Rei de Portugal para a difusão da Fé.*" O primeiro marco de pedra foi plantado por Gonçalo Coelho em 1501, o segundo por Martim Afonso de Sousa, em 1532, a quem D. João III dera poderes amplos, gerais e intransferíveis

para *criar,* como *criou,* a Câmara de Vereadores de São Vicente em 22 de janeiro de 1532 e a Câmara de Vereadores de Piratininga, hoje Câmara Municipal de São Paulo. em 10 de outubro de 1532. A Câmara de Oficiais, como então se escrevia, integrava os três poderes: *legislativo,* com as posturas, *executivo,* com o procurador, *judiciário,* com o alcaide e *juiz* com o presidente. Este era o juiz-presidente, a quem competia distribuir justiça ao povo e "repúbrica". Todos eleitos pelo povo, segundo o Código Eleitoral vigente capitulado nas Ordenações do Reino, a Constituição Política da Monarquia Portuguesa. A Câmara de Oficiais, hoje Câmara Municipal ou Câmara de Vereadores, era uma *República Citadina.* O povo não elegia o seu Rei, mas podia eleger os seus representantes à sua República. Martim Afonso de Sousa implanta, com as Câmaras Municipais de São Vicente, em 22 de janeiro de 1532 e a de Piratininga, hoje da cidade de São Paulo, o município lusobrasileiro, com os três poderes: o legislativo, o executivo e o judiciário, no *patrimônio da Ordem de Cristo,* em 1532, há quatrocentos e quarenta e oito (448) anos. E para isso, Martim Afonso de Sousa institui o nosso sistema judiciário no patrimônio da Ordem de Cristo: "Repartiu o Capitão-mor (Martim Afonso de Sousa) a gente (portuguesa) nestas duas *vilas* (São Vicente e Piratininga) e fez (elegeu) oficiais (vereadores); e *pôs tudo em boa ordem de justiça;* de que a gente toda tomou muita consolação, com verem *povoar vilas* e ter *leis* e sacrifícios, *celebrar matrimônios* (com o padre) e viver em comunicação com as artes; *a ser cada um senhor do seu;* e investir as injúrias particulares; e *ter todos os outros bens da vida segura e conversável.*" (Cf. "Diário de Navegação" de Pero Lopes de Sousa). E Martim Afonso de Sousa nomeia tabeliães para São Vicente e Piratininga.

Instalada no alto do Inhapuambuçu, entre os rios Tamanduateí, após o arruamento da Vila e as doações de datas de terras aos seus moradores, vive ali isolada de toda a comunicação, a não ser com a aldeia de João Ramalho, a duas leguas de distância, na direção de São Vicente. Em 8 de abril de 1553, dezenove anos mais tarde, a Câmara de Vereadores de Piratininga é transferida para Santo André da Borda do Campo, segundo autorização de Tomé de Sousa, primeiro Governador Geral do Estado do Brasil, para em junho de 1560, com a mesma denominação de Câmara de Vereadores de Piratininga, ser

transferida para o mesmo local onde fora fundada em 1532 por Martim Afonso de Sousa, junto do Real Colégio de São Paulo, fundado em 1553 pelo Padre Manoel da Nóbrega, *por ordem de D. João III, Rei de Portugal,* e instalado em 25 de janeiro de 1554, por ordem do Desembargador Mem de Sá, terceiro Governador-Geral do Estado do Brasil. Martim Afonso de Sousa, com os poderes dados por D. João III, funda as duas primeiras Câmaras de Vereadores no patrimônio da Ordem de Cristo, sem o respectivo foral, porque apenas o Rei podia fundar vilas, hoje denominadas cidades. E no foral de doação da Capitania de São Vicente, lavrado em 20 de janeiro de 1535, de D. João III, lê-se: "Esta mercê lhe faço como rei e senhor destes reinos, e assim como *governador e perpétuo administrador que sou da Ordem e Cavalaria do Mestrado de Nosso Senhor Jesus Cristo*..." E pelo foral de 20 de janeiro de 1535, D. João III estipula "os direitos, foros e tributos e cousas que na dita terra (patrimônio da Ordem de Cristo) hão de pagar, assim do que a mim e à coroa dos meus reinos pertence, ao dito Capitão (Martim Afonso de Sousa) por bem desta doação; e havendo respeito à qualidade dita terra, a se ir ora novamente morar e *povoar* e aproveitar a dita terra..." No item *1* estabelece que as terras serão dadas em sesmaria — "a quaisquer pessoas de qualquer qualidade e condição que sejam, contanto que sejam cristãos livremente, sem foro nem direito algum, somente o dízimo que serão obrigados a pagar à *Ordem do Mestrado de Nosso Senhor Jesus Cristo*..." (Cf. Pedro Taques de Almeida Paes Leme, "História da Capitania de S. Vicente", com um escorço biográfico do autor, por Afonso de E. Taunay. ps. 165, 166, 167. s/d).

99. *A Ordem de Cristo no Império Brasileiro*

"A 24 de agosto de 1820 começa no Porto a revolução lusobrasileira. O rastilho do movimento salta da foz do Douro para a foz do Tejo. Atira-se por cima do Atlântico e acende labaredas, imediatamente, nas capitais do Reino do Brasil. E a Revolução portuense vai transformar-se, em poucos meses, graças à Maçonaria, em Revolução lusobrasileira". (C. Tito Lívio Ferreira e Manoel Rodrigues Ferreira. "A Maçonaria na Independência Brasileira"). E assim, naquela data, madruga na cidade do Porto, em Portugal, a independência do Reino do Brasil, criado por D. João VI, o rei Lusobrasileiro.

Instala-se a Regência revolucionária em Lisboa em dezembro de 1820. Em 1808, treze anos antes, quando D. João, Regente do Reino de Portugal e Príncipe do Brasil, estabelecera no Rio de Janeiro a capital do Império Lusitano, — *fato único na História das Civilizações, porque instala nas Américas a sede da Monarquia Portuguesa, portanto da Monarquia Européia, para preservar a unidade geográfica, política, histórica e social do Império de Portugal* e para defender o *patrimônio da Ordem de Cristo* da cobiça dos países imperialistas europeus. Assim, *o Rei Lusobrasileiro salva o Brasil da desintegração territorial* e de perder a sua *identidade lusobrasileira, pois corríamos o risco de nos coagirem após trezentos anos de luta, paixão e morte de milhões de portugueses sepultados no solo brasileiro pela nossa liberdade, com o desbravamento, povoamento e humanização do patrimônio da Ordem de Cristo,* a sermos COLÔNIA FRANCESA, INGLESA OU HOLANDESA, para alegria dos colonialistas, principalmente dos escritores da história marxista, bitolados pela luta de classes e pelo linguajar da história materialista, também chamada teoria materialista da história ou teoria econômica da história. E até hoje os colonialistas e os marxistas choram lágrimas de crocodilo porque o Brasil não foi colônia, por ser *patrimônio da Ordem de Cristo.*

"D. João VI via, talvez como ninguém, o destino do Reino do Brasil, quando a 26 de abril de 1821 deixava a Guanabara. Aqui ele percebia a luta secreta e silenciosa, travada nos subterrâneos da Maçonaria, entre os 'Azuis' monarquistas constitucionalistas e os 'Vermelhos' republicanos e jacobinos. Deixava a D. Pedro, Regente do Reino Brasileiro, a tarefa de enfrentar os vagalhões da revolta em marcha. Em Lisboa, o Rei do Brasil e de Portugal ia ser prisioneiro dos "Vermelhos" republicanos. No Brasil e em Portugal dominava, nessa altura, o poder misterioso do "Supremo Arquiteto do Universo". E antes do Rei chegar fazem-se reformas radicais no regime." (Cf. Tito Lívio Ferreira e Manoel Rodrigues Ferreira. "A Maçonaria na Independência Brasileira", 1.º vol., pgs. 239 e segs. 2.ª ed. Comemorativa do Sesquicentenário da Independência Brasileira. Gráfica Biblos Ltda. São Paulo). Assim, o Supremo Arquiteto do Universo, D. João VI, o Rei Lusobrasileiro, D. Pedro I e José Bonifácio de Andrada e Silva, a Maçonaria Brasileira "Azul" monarquista e o Império do Brasil salvaram o *patrimônio da Ordem de Cristo* de ser desintegrado, esfacelado, fragmentado

em vinte e tantas republiquetas sem expressão geográfica, para serem colônias de soberania limitada como se verifica hoje na Europa. *E o nome BRASIL desapareceria para sempre do planeta por não existir a Pátria Brasileira.*

Vencida a tempestade política armada em Portugal após o regresso do monarca *lusobrasileiro* a Lisboa, D. João VI, porque fora Rei de Portugal e do Brasil, e era um privilégio dos soberanos portugueses, investidos pela Santa Sé, no cargo de *Administrador e Governador do Mestrado da Ordem e Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo*, de *transmitir* ao *Imperador do Patrimônio da Ordem de Cristo no Brasil*, os mesmos privilégios atribuídos pelos *Sumos Pontífices* Martinho V, Nicolau V, Calisto III, Adriano V e Júlio III, pelas Bulas dos séculos XV e XVI, já mencionadas. E assim fez D. João VI, o Rei Luso-brasileiro, pelo documento de Lisboa, 13 de maio de 1825, onde o *Rei Luso-brasileiro declara:*

"Sou também servido, como Grão-Mestre, Governador e perpétuo Administrador dos Mestrados, Cavalaria e Ordens de *Nosso Senhor Jesus Cristo*, de São Bento de Aviz e de São Tiago da Espada, *delegar*, como delego, no meu dito filho, *Imperador do Brasil e Príncipe Real de Portugal e Algarves* (D. Pedro I do Brasil e D. Pedro IV de Portugal), *toda a comprida jurisdição e poder* para conferir os benefícios da primeira ORDEM (DE CRISTO) e os Hábitos de todas elas no dito Império." (Cf. Luís Marques Poliano, "Ordens Honoríficas do Brasil". p. 69. Imprensa Nacional. Ministério da Educação e Cultura do Brasil--1943).

"Raros os homens de governo que nos mandou Portugal, desde o descobrimento (*no período luso-brasileiro*) que não fossem professos da Religião de Cristo. *Sobre o peito dos que sustentaram a posse da terra, combateram os invasores e dilataram as fronteiras para além da linha de Tordesilhas, brilhava sempre a Cruz de sangue da ordem famosa.*" (Cf. Luís Marques Poliano. Ob-cit. p. 169).

Na própria moeda portuguesa, cunhada na Casa da Moeda da Bahia, como a *moeda provincial*, encontra-se no "Assento de 05 de janeiro de 1695" (registrado em 3 de março de 1695, Livro I, fls. 22 e 23 do Arquivo da Casa da Moeda do Rio de Janeiro), a ordem para a forma que devia ter o numerário:

"...Resolveu o sr. Dr. João de Lencastro, governador e capitão-general deste Estado (do Brasil), com o Doutor João da

Rocha Pitta, superintendente da dita Casa (da Moeda), que se seguisse aquela forma, que abaixo se mostrava, a saber: que de uma parte da moeda estivessem as armas reais (dos reis de Portugal) e na circunferência delas as letras *Petrus II Dei Gratia Portugaliae et Brasiliae Dominus,* (D. Pedro II Rei de Portugal e Senhor do Brasil). E no reverso da dita moeda, a *Cruz da Ordem de Cristo,* com a *esfera* do meio e entre os claros dos braços da cruz esta legenda SUB QUO SIGNO NATA STABIT" (Sob que nasceu e continuará). (Cf. Luís Marques Poliano. Ob. cit. p. 60).

Após a Proclamação da República a Cruz da Ordem de Cristo aparece em algumas moedas comemorativas. Na série do IV Centenário do Descobrimento, no pano da caravela, contornada de estrelas, a Cruz de Cristo, dentro da legenda circular *In Hoc Signo Vince,* com este sinal vencerás. Toda a espécie de serviços prestados ao Estado do Brasil pelos *Cavaleiros de Cristo a serviço de Deus* era paga com os hábitos da Ordem de Cristo. E assim, no *período lusobrasileiro* e no *período nacional* a Igreja estava *unida* à Monarquia Portuguesa e à Monarquia Brasileira pelo vínculo jurídico da Ordem de Cristo.

100. *O Papa Leão XII confirma as bulas de seus antecessores*

Em 15 de maio de 1827, o Papa Leão XII assina documento declaratório concedendo ao Imperador do Brasil o Grão-Mestrado da Ordem de Cristo. Assim, em 3 de novembro de 1827 o Visconde de São Leopoldo responde ao presidente da Assembléia Imperial: "Ilm.° e exmo.° sr. Acuso a recepção do ofício, da data de ontem, com o qual me dirigiu V. Excia. a bula da confirmação do grão-mestrado das três ordens militares na pessoa de Sua Majestade o Imperador, comunicando-me que a Câmara dos Deputados achava que a dita bula continha disposição geral manifestamente ofensiva à Constituição e aos direitos do nosso augusto senhor, por cujo motivo não podia ser aprovada pelo corpo legislativo e como V. Excia. igualmente me participa que a Câmara precisava saber se ela fora solicitada por ordem do Governo, respondo a V. Excia. que nas instruções dadas a Monsenhor Vidigal, se lhe ordenou que solicitasse de Sua Santidade a referida Bula de confirmação. Deus guarde a V. Excia. Paço, 3 de novembro de 1827. Visconde de São Leopoldo. Sr. José Carlos Pereira de Almeida Torres."

Melindres republicanos dos maçons "Vermelhos", deputados à Assembléia Imperial. "É o que consta dos 'Anais'. Mas se a bula foi rejeitada pela Câmara não foi revogada pelo poder outorgante — a Santa Sé. Conferida em caráter perpétuo, não *criava* no Brasil uma nova Ordem de Cristo nem *retirava* a Portugal a que sempre lá existiu, mas precisamente a *compartia* entre os dois países, onde, desde então, passariam a ter vida simultânea, bem que independente." (Cf. Luís Marques Poliano. Ob, cit. ps. 74/75). E assim a Ordem de Cristo, mantida no Brasil, *patrimônio da Ordem de Cristo,* é o liame permanente entre as duas pátrias, a portuguesa e a brasileira, porque a nossa terra e a nossa gente foi defendida ao longo de trezentos e vinte e dois anos pelos *Cavaleiros de Cristo a serviço de Deus.* Por isso, a bula *Preclaera* teve na Assembléia Imperial apenas dois defensores, D. Marcos Antônio, Bispo do Maranhão e D. Romualdo Antônio de Seixas, Arcebispo da Bahia, mais tarde Marquês de Santa Cruz. D. Pedro I concedeu 4.392 mercês durante o seu reinado: 3 de São Tiago (confirmadas na Regência), 500 de Aviz e 2.630 de Cristo, além de 189 da Rosa e 1.174 do Cruzeiro, nacionais.

Nacionalista roxa, a Regência, período de "ensaio aclimador da República", manteve as Ordens, valorizando-as. Pelo decreto n. 321, de 9 de setembro de 1843, D. Pedro II regulariza as Ordens de origem portuguesa, definitivamente. Assim, estabelece que serão "de ora em diante tidas e consideradas como meramente civis e políticas, destinadas para remunerar serviços feitos ao Estado tanto pelos súditos do Império como estrangeiros beneméritos." Cada uma se constituía de 12 grão-cruzes e comendadores e cavaleiros em número ilimitado. O Grão-Mestre era o Imperador e o Comendador-Mor de todas elas era o Príncipe Imperial. E o artigo 2.° conserva as mesmas insígnias, embora estabeleça diferenças nas fitas que mantêm, as mesmas cores trazem, as de Cristo e São Tiago, orlas de azul e a de Aviz, orlas de vermelho. Das antigas Ordens portuguesas a mais distribuída é a de Cristo, no segundo reinado: 51 grão-cruzes, 1.201 comendadores e 5.947 cavaleiros. A Ordem de São Tiago, embora mencionada expressamente no decreto de 1841, desde então não foi distribuída.

Na realidade, não houve, durante o *período lusobrasileiro,* de 1500 a 1822, o "nativismo" inventado pelos escritores do começo do século XIX. Antes do desmembramento do Reino

Brasileiro da Monarquia Portuguesa, *todos brasileiros pela naturalidade eram portugueses do Brasil pela nacionalidade, porque só havia a nacionalidade lusitana e a pátria portuguesa.* Portugueses foram Alexandre de Gusmão e Bartolomeu de Gusmão, naturais de Santos; portugueses eram *todos os conjurados da inconfidência mineira,* todos portugueses do Brasil ou de Portugal donde vieram todos os *cavaleiros de Cristo a serviço de Deus* e os do Brasil, para desbravarem, povoarem, civilizarem, defenderem o *patrimônio da Ordem de Cristo,* hoje a Pátria Brasileira. E eram tão portugueses do Brasil como os portugueses de Portugal.

Pensionista da Coroa Portuguesa, José Bonifácio de Andrada e Silva, futuro Patriarca da Independência, primeiro Grão-Mestre do Grande Oriente Brasileiro, recebe o certificado conferido por Fourcroy, em Paris, 16 de janeiro de 1791, onde se lê: "Certifie que Monsieur Joseph Boniface D'Andrada, PORTUGAIS DU BRÉSIL, a suivi un cours particulier de minéralogie et de Chimie dans mon Laboratoire depuis de 17 de Septembre 1790 jusqu'au primier Janvier 1791 avec toute l'assiduité et tout le zêle possibles." (Cf. "Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva". Coordenadas e reproduzidas por Edgard de Cerqueira Falcão. Vol. III, p. 44, Santos, 1964). José Bonifácio diplomara-se em Direito e Filosofia na Universidade de Coimbra, onde seria, de regresso da Universidade de Upsala, na Suécia, professor de Mineralogia. Em 30 de julho de 1812, o lusossantista, isto é, o português de Santos, escreve ao Conde de Funchal, candidato ao Governo de Santa Catarina, onde declara: "Folgarei muito ir morrer na Pátria e viver o resto de meus dias debaixo do seu natural Senhor, POIS SOU PORTUGUÊS CASTIÇO." (Cf. Hélio Vianna. "Correspondência de José Bonifácio (1810-1820)". Separata da *Revista de História,* p. 229, São Paulo, 1963). E a pátria a que José Bonifácio se refere é Santos, sua terra natal, e o Senhor natural é D. João VI, o Rei Lusobrasileiro.

Quanto ao nacionalismo roxo, ele surge depois de 1822, no início do *período nacional.* Assim, o bacharel Francisco Gomes Brandão, formado na Universidade de Coimbra, natural da Bahia, refuga os apelidos portugueses *Gomes Brandão,* e abrasileirou-se com o nome de Francisco Gê de Acaiaba Montezuma. E daí os nomes indígenas Mororó, Ibiapina, Carapinima, além de outros.

Instituída em 14 de março de 1319, pelo *Papa português* João XXII, e aceita por D. Dinis, rei de Portugal, em 5 de maio de 1357, a Ordem de Cavalaria e Milícia de Nosso Senhor Jesus Cristo, isto é, constituída por monges-militares portugueses — *Cavaleiros de Cristo a serviço de Deus* — e da Pátria Portuguesa, desbravam, povoam, civilizam e humanizam o *patrimônio da Ordem de Cristo*, hoje PÁTRIA BRASILEIRA, porque sobre o peito trazem a CRUZ, *de cor vermelha, aberta em branco, em significação da chaga que foi aberta no Santíssimo lado de Cristo; o branco há de ser direito sem pontas, há de ser de pano de lã vermelho perfilado de retrós da mesma cor*", segundo a bula do Papa português João XXII, na data de 14 de março de 1319.

101. *A princesa brasileira Rainha de Portugal*

Decorridos quinhentos e vinte e seis anos, na quinta-feira, 4 de setembro de 1845,

"Na catedral de Lisboa,
Sinto sinos repicar:
Serão anos da princesa?
Dalgum santo a festejar?
É a Rainha que se parte
Té às terras de Tomar.
Em formoso palafrem
Bem a vejo cavalgar:
Um mui brilhante cortejo
Após ela caminhar:
Segue a estrada que vai ter
Té às terras de Tomar."

(Cf. Vieira Guimarães. "A Ordem de Cristo". p. 408. Lisboa. MCMXXXVI).

O poeta lisboeta refere-se, nos setissílabos acima, à PRINCESA BRASILEIRA, RAINHA DE PORTUGAL, Dona Maria II, carioca, nascida no Rio de Janeiro, filha do Imperador D. Pedro I e da Imperatriz Dona Leopoldina. Seu pai nascera em Lisboa, é o BRASILEIRO NÚMERO UM e fundador da Monarquia Brasileira, em 1822. Para isto, ele cria o direito da dupla nacionalidade: é Brasileiro sem deixar de ser Português, herdeiro da Coroa Portuguesa. Assume a *nacionalidade brasileira*, criada por ele, para outorgar a todos os *portugueses do Brasil e portu-*

gueses de Portugal, a *nacionalidade brasileira*, nos termos da Constituição Política Imperial de 25 de março de 1824. Em 1826, seu pai D. João VI declara D. Pedro I seu sucessor no trono lusitano. Nesse caso, D. Pedro I, Imperador do Brasil, vai ser D. Pedro IV, Rei de Portugal. D. Pedro IV coloca a Coroa Portuguesa na fronte de D. Maria II, a *Princesa Brasileira, Rainha dos Portugueses* de 1834 a 1853. E recebe o título de *A Educadora*.

Naquela festiva manhã de quarta-feira, 4 de setembro de 1845, D. Maria II, a Educadora, dirige-se ao Convento de Cristo, em Tomar, com "brilhante cortejo". A Rainha Brasileira dos Portugueses é o Grão-Mestre da Ordem de Cristo em Portugal, assim como seus antepassados o foram, desde D. Maria I, sua bisavó, D. João VI, o Rei Lusobrasileiro, seu avô, seu pai D. Pedro I, Imperador dos Brasileiros, e seu irmão mais novo, D. Pedro II, Imperador do Brasil. Assim, os dois irmãos, *ambos brasileiros e cariocas*, Dona Maria II, Rainha de Portugal e D. Pedro II, Imperador do Brasil, são, ao mesmo tempo, ela Grã-Mestre da Ordem de Cristo em Portugal e ele Grão-Mestre da Ordem de Cristo no Brasil. Em continuidade à Ordem dos Templários, a Ordem de Cristo em Portugal consolidou a independência da Monarquia Portuguesa e do Reino Lusitano. Na Província de Santa Cruz, depois Estado do Brasil, Vice-Reino do Estado do Brasil e Reino do Brasil, integrado no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, a Ordem de Cristo está *presente* em nossa terra, desde a primeira missa concelebrada em Porto Seguro, no domingo, 26 de março de 1500, por Frei Henrique de Coimbra, depois Bispo de Ceuta, na África, quando a *Bandeira da Ordem de Cristo*, levantada por Pedro Álvares Cabral, *esteve sempre ao lado do Evangelho, flutuando*; e a posse, desbravamento, povoamento, humanização e evangelização do *Brasil, patrimônio da Ordem de Cristo*, foi o mais alto labor apostólico, ao longo de trezentos anos, dos portugueses, dos tupis, dos lusotupis, dos lusobrasileiros — portugueses de Portugal e portugueses do Brasil — com sangue, suor e lágrimas, para glória dos

Cavaleiros de Cristo a serviço de Deus,

ou seja, os Lusíadas bandeirantes. Deles escreve de São Paulo, a 11 de dezembro de 1766, D. Luís Antônio de Sousa Botelho, Governador da Capitania de São Paulo:

"São os Paulistas (Portugueses de São Paulo), segundo minha própria experiência, grandes servidores de Sua Majestade. No seu real nome fazem tudo quanto se lhes ordena, expõem aos perigos a própria vida, gastam sem dificuldade tudo quanto têm e vão até o fim do mundo sendo necessário. O seu coração é alto, grande e animoso, o seu juízo grosseiro e mal limado, mas de um metal muito fino; são robustos, sadios e capazes de sofrer os mais intoleráveis trabalhos. Tomam com gosto o estado militar, oferecem-se para acometer os maiores perigos, facilmente se armam e fardam à sua própria custa." (Secretaria do Governo de São Paulo. Livro de registro da correspondência com os governadores. Cf. Azevedo Marques. "Apontamentos..." p. 264. 1.ª ed.).

102. *Os "Lusíadas" no inventário do bandeirante falecido nos sertões de Goiás em 1617*

"Aos 29 do mês de dezembro do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil seiscentos e dezessete, por ser já passado o dia do Natal do Senhor, e por ser morto e falecido Pero de Araújo, naquele sertão de Paraupava, na tranqueira e arraial do capitão Antônio Pedroso de Alvarenga, mandou o chefe bandeirante que o seu escrivão Francisco Rodrigues da Guerra, fizesse o inventário da fazenda deixada pelo defunto e falecido, dando-se juramento a Ascenso Luiz Grou, para que avaliasse as cousas, conforme sua consciência." (Cf. Afonso d'E. Taunay. "História Geral das Bandeiras Paulistas". T-V, ps. 82 e segs.).

Após demoradas, pacientes e fatigantes pesquisas geográficas feitas nos sertões goianos, o historiador e sertanista Manoel Rodrigues Ferreira localizou o rio Paraupava, denominação antiga dada ao atual rio Araguaia. Logo, "foram pois os bandeirantes de São Paulo, do 'ciclo Paraupava' (1590-1618) os primeiros geógrafos do Interior da América Portuguesa. Eles eliminaram dos mapas, que eram elaborados em Portugal, a mítica Lagoa Paraupava, marcaram os cursos dos três grandes rios e assim estabeleceram as bases da cartografia científica do Interior do Brasil. Nesses primeiros mapas do Brasil elaborados em Portugal com as informações dos sertanistas de São Paulo, a Lagoa Paraupava passou a ser substituída pela denominada Ilha Pa-

raupava (hoje Ilha do Bananal), situada no meio do Rio Paraupava (hoje Rio Araguaia)". (Cf. Co. Sivar Hoeppner Ferreira. Resumo do livro "As Bandeiras do Paraupava", de autoria do historiador Manoel Rodrigues Ferreira, editado pela Prefeitura do Município de São Paulo em 1977).

Em 25 de abril de 1616, o bandeirante lusopaulista Pero de Araújo fizera o seu testamento perante os seus companheiros de jornada, nesta cidade de São Paulo, "estando são e em perfeito juízo por não saber o que Deus dele faria naquele sertão." (Cf. Afonso d'E. Taunay. ob, cit.).

Procede-se em plena selva do patrimônio da Ordem de Cristo ao leilão dos poucos bens deixados pelo bandeirante falecido. "A todos os termos da arrematação rubricava Antônio Pedroso, pospondo-lhe invariável, hierárquica e hieraticamente as duas simples palavras: "O capitão". (Cf. Afonso de E. Taunay. Ob. cit.). Antônio Pedro de Alvarenga era o *capitão* da bandeira, o chefe civil respeitado e obedecido por todos, o comandante cujas ordens eram acatadas e cumpridas em pleno sertão, o juíz sob cuja alçada estavam os componentes solidários da companhia bandeirante. "Singela e solene mostra desse instinto de organização, profundo entre os paulistas. Instigação que aqueles homens, perdidos no deserto, no meio de transes da vida tão precária, tão constantemente ameaçada, a cuidar zelosamente dos deveres jurídicos, a respeitar os direitos dos ausentes e a razão de ser social..." (Cf. Afonso de E. Taunay. ob. cit.). Naquela solidão sertaneja, ordeada por todos os lados pela floresta imensa, a bandeira cumpria religiosamente os deveres de homens e cristãos — Cavaleiros de Cristo a serviço de Deus. Portugueses europeus, portugueses paulistas, tupis aportuguesados e lusotupis confraternizam ao redor do fogo aceso no centro do acampamento improvisado. O idiona lusitano e a língua tupi se acasalam, se misturam, se irmanam livremente, em voz baixa, pausada e compassada. E nos longos silêncios, por entre o crepitar das chamas, ouve-se o vozear imponente da selva misteriosa e rumorejante.

"E agora na terra americana, prosseguia, incansável, insaciável, *a epopéia lusa*, renovada pelos homens nascidos no planalto de Piratininga, de um cruzamento que elevava a mentalidade vermelha (brasilíndia) e reforçava a agilidade branca (por-

tuguesa). Afuroador da floresta brasileira sentiria o escrivão da bandeira a percepção confusa de que era um dos continuadores dos seus antepassados de Aljubarrota, das lides do rei de Boa Memória e do Condestável Santo, que prosseguiam nas jornadas da África e do Oceano, da Ásia e da América. Repelia-se o castelhano e dilatava-se esse Brasil que as bulas e os tratados queriam mutilado.

"E era a sua gente, a gente de São Paulo, a gente já nascida no Brasil que promovia a obra de alargamento da terra de Santa Cruz.

"— Nós outros, que aqui estamos, perdidos no deserto, diria de si, padecemos talvez mais do que vassalos da conquista da África e do Oriente!

"E assim, de repente, irrompendo-lhe na alma (do escrivão da bandeira) pela voz do Épico, o clamor da sua raça, levou-o a irresistível associação de idéias e das situações a escrever, no dorso do inventário do mísero e obscuro soldado da bandeira, caído na selva em prol da obra da dilatação do Brasil, uma das estrofes narradoras do episódio máximo do Poema." (Cf. Afonso de E. Taunay. ob. cit. As palavras entre parênteses são minhas.)

E o escrivão da bandeira copia as quatro estâncias seguintes de "*Os Lusíadas*":.

"Entrava neste tempo o eterno lume
No animal Nemaeo truculento
E o mundo que co'o tempo se consume,
Na sexta idade andava enfermo e lento;
Nela vê, como tinha por costume,
Cursos do Sol quatorze vezes cento,
Com mais noventa e sete, em que corria,
Quando no mar a armada se estendia.

C-V. II.

Passamos o limite aonde chega
O Sol, que para o Norte os carros guia,
Onde jazem os povos a quem nega
O filho de Climene a cor do dia;
Aqui gentes estranhas lava e rega

Do negro Sanagá a corrente fria,
Onde o cabo Arsinário o nome perde,
Chamando-se dos nossos Cabo Verde.

C-V. VII.

As Dórcadas passamos, povoadas,
Das irmãs que outro tempo ali viviam,
Que de vista total sendo privadas,
Todas três dum olho se serviam:
Tu só, tu, cujas tranças encrespadas
Netuno lá nas águas acendiam,
Tornada já de todas a mais feia,
De víboras encheste a ardente areia.

C-V.-XI.

Assim passando aquelas regiões,
Por onde duas vezes passa Apolo,
Dois invernos fazendo e dois verões,
Enquanto corre dum a outro polo,
Por calmas, tormentas e opressões,
Que sempre faz no mar irado Eolo,
Vimos as Ursas, apesar de Juno,
Banharem-se nas águas de Netuno.

C.-V. XV.

"E a voz do Épico atingiu a altura dos ecos imortais...

"Quanto dominado pelo sentimento indizível de solidariedade de sua raça, não se sentiria o escrivão da bandeira pertencer àquela gente mais que ousada, vencedora do filho aspérrimo da Terra, do titã oceânico, cujo domínio derruíra?

"Quanto não perceberia ser também um dos obreiros da glória e da dominação lusa sobre a vastidão dos mares e das terras, através das terríveis agruras da selva brasileira?..." (Cf. Afonso de E. Taunay. Ob. cit. ps. 82 a 87).

E os lusobandeirantes eram os lusíadas do patrimônio de Cristo, *Cavaleiros de Cristo a serviço de Deus.*

103. *O Grão-Mestre de Cristo morre combatendo.*
D. Sebastião (1557-1578) (Paulo Bomfim)

Discorre em silêncio o quarto centenário do desaparecimento de D. Sebastião. Quase no mesmo silêncio que envolve, no Brasil, o cinqüentenário da morte de Jackson de Figueiredo, de outra guerra santa. Procurei dezenas de explicações para a figura do monarca português. Já o vi arrasado por certos historiadores, ferido por economistas e sociólogos, dissecado à luz de todas as análises psicológicas e santificado pela Poesia. Seu perfil atravessa o tempo e habita o espaço da lenda. Resiste a tudo, porque pertence à dimensão dos mitos. Alcácer-Quibir não matou uma nação, mas deu luminosidade sobrenatural a um processo de agonia histórica. D. Sebastião não é um homem do Renascimento, mas da Idade Média. Pertence à época espiritual de Santa Teresa D'Ávila e de São João de la Cruz. Nasceu e foi criado num universo de guerreiros e de místicos, de mouras feiticeiras e de espadas com encanto. A península libertara-se há pouco de sete séculos de domínio muçulmano. Toda a genealogia do jovem rei está mergulhada em lutas de libertação de terra e da conquista do céu. Provém do mesmo mundo da Távola Redonda e dos Doze Pares de França, do Cid Campeador e do Amadis de Gáula, dos milagres de Santo Antônio e do martírio do Infante Santo. Camões pede a D. Sebastião o 11.º canto dos *Lusíadas*. E ele entra pela eternidade a cavalo, como mais tarde Saint-Exupery chegaria a ela em seu avião de caça. O Quinto Império é a quinta dimensão local onde os mitos são reais. O sebastianismo continuou vivo nas caravelas, desaparecidas, nos bandeirantes que ainda não voltaram do sertão, no sacrifício do arraial de Canudos, na alma do povo que, cansado de tantos anti-heróis, espera por seu arquétipo que desafia as leis do bom senso. D. Sebastião fez da vida um ritual, do mesmo modo como, quatrocentos anos depois, o faria também Mishima, o último samurai. Com Bayard, com Maximiliano D'Áustria e com ele a cavalaria agoniza e se transfigura. Sua invocação é a Mensagem de Fernando Pessoa. Nela o Poeta e Herói se completam nos versos que justificam a tragédia e a glória de Alcácer-Quibir:

> "Sem a loucura que é o homem
> Mais que a besta sadia
> Cadáver adiado que procria."

104. *Ode a João Ramalho (Paulo Bomfim)*

O MAR

Nos oceanos da noite,
Grandes naus de asas selvagens
Plantam cruzeiros de sangue
No topo das ondas verdes.
— A alma do vento mora
Na alvura das velas pandas.
Nos oceanos da noite
Homens cobertos de ferro
Mergulham as mãos sedentas...
Nas claras manhãs futuras...
(No bojo das caravelas
Há gemidos de madeira
Lembrando a canção das árvores).
Dos oceanos da noite
Há quatro séculos surgia
Entre peixes e gaivotas,
Do horizonte e das espumas,
A flor azul da saudade...

A TERRA

Os flancos verdes da terra
Há longas luas repousam
Entre plumas e cocares...
Das estradas que caminham
Liquidamente ao sertão,
Dos ventos que vêm de longe
Falando de cousas raras,
Dos olhos cor de esmeralda
Que brilham na noite escura,
Do perigo que reside
Nos labirintos da mata,
Das mulheres cor de bronze
Que esperam por não sei quem,
Do ouro e das pedras raras,
Das cantigas da Mãe-d'água,
Dos mais remotos segredos:
— Parte o convite à aventura,
O chamado do mistério,
A voz dos grandes abismos.

E a vida nova que surge
De um mundo novo que nasce
Entre ciladas da morte.
Em tudo existe o convite...
— E o Homem cor do luar
Galga a Serra e entrega a alma
À presença da paisagem.

O HOMEM

Senhor da gente paulista
É vosso o chão que pisamos!
Em cada canto da terra
Existe a gota de sangue
Que semeastes na neblina
Das manhãs de nossa raça!
É vossa a terra que dorme
Sob a pedra das calçadas...
São vossas as paliçadas
De pedra, cal e cimento
Que vossos netos ergueram
Contra o cinzento dos céus!
É vossa a glória inda viva
De vossos filhos bronzeados:
Corações que renasceram.
Do coração que trouxestes
Sobre as ondas que apagaram
Vossas pegadas na praia.
Corações pulsando heróicos
Entre os gibões e o infinito...
Corações onde vivia
O sangue do vosso sangue.
Senhor da gente paulista,
É vosso o chão que pisamos;
Hoje é mais alto o planalto
E vossos olhos contemplam
Dos olhos de vossos netos
O novo dia que surge;
Dia que nasce do dia
Que o milagre faz nascer,
Manhã que veio da noite
Na alvura das velas pandas
E pôs a flor da saudade

Nos cabelos de Bartira!
Senhor da gente paulista!
Renasceis em vosso povo,
Sois vós que vindes de longe,
É vosso o chão que pisamos.

105. *O testamento de João Ramalho (1580-1980)*

Há quatrocentos anos, precisamente aos três dias do mês de maio do ano de 1580, o testamento original de João Ramalho, o Patriarca dos bandeirantes, era averbado pelo tabelião Lourenço Vaz, escrivão do primeiro ofício da Vila de São Paulo de Piratininga. O primeiro historiador a informar a existência desse documento é Frei Gaspar da Madre de Deus, o autor de "Memórias para a História da Capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo", cuja primeira edição foi publicada em Lisboa em 1798. Em apêndice à 3.ª edição, publicada em 1920, nesta imperial cidade de São Paulo, mestre Afonso d'Escragnolle Taunay, cujo nome declino com saudade, acrescenta-lhe "Notícias dos anos em que se descobriu o Brasil e nas entradas das religiões e suas fundações, etc.", onde o historiador beneditino depõe: "Eu tenho uma cópia do testamento original de João Ramalho escrito nas notas da Vila de São Paulo pelo tabelião Lourenço Vaz, aos 3 de maio de 1580. À fatura do dito documento, além do referido tabelião, assistiram o Juíz Ordinário (presidente da Câmara de Vereadores da vila piratininguara) Pedro Dias e quatro testemunhas, os quais todos ouviram as disposições do testador. Ele duas vezes repetiu que tinha alguns noventa anos de assistência nesta terra, sem que alguns dos circunstantes lhe advertisse que se enganava, o que certamente fariam se o velho por caduco errasse na conta; porque bem sabiam todos que em 1580 ainda não chegava a assistência dos portugueses na Capitania de São Vicente, aonde entrara Martim Afonso de Sousa com a sua armada no dia de São Vicente, 22 de janeiro de 1532; e este fato tão notável não podia ignorar morador algum de S. Paulo, por ainda existirem alguns povoadores que vieram na armada com suas mulheres e seus filhos. Eu pudera numerar alguns dos primeiros que viviam e fizeram testamento no ano de 1601."

Até aqui o monge beneditino prende-se ao texto do documento. Mas, a seguir, desliza para o terreno escorregadio do argumento, da conjectura e do pressuposto, observando: "Se pois na era de 1580 contava João Ramalho alguns noventa anos de

residência no Brasil, segue-se que aqui entrou em 1490, pouco mais ou menos; e como a América pela parte do Norte foi descoberta em 1492, resulta que no Brasil assistiram portugueses oito anos pouco mais menos antes de se saber na Europa que existia o mundo novo; digo portugueses no plural, porque das Memórias do Padre Jorge Moreira, escritas no meio do século passado, consta que com João Ramalho veio Antônio Rodrigues, o qual, diz o autor, casara com uma filha de Piquirobi, Cacique da aldeia de Ururuaí".

Ora, a tese, neste caso tese, de Frei Gaspar fora posta para ser discutida, em 1797, segundo a primeira edição publicada em Lisboa, isto é, cento e cinqüenta e seis anos antes de ter sido descoberto um documento pelo qual se prova que o historiador paulista estava certo. Assim, há cerca de quarenta anos, o pesquisador pernambucano Jordão de Freitas apresenta uma Comunicação do Congresso Luso-brasileiro de História, realizado em 1940, em Lisboa, sob o título de "O descobrimento precolombiano da América Austral pelos portugueses", e o subtítulo "A fortaleza e a feitoria de Pernambuco", afirmando: "Certa parte do nordeste brasileiro — Pernambuco — foi descoberta, ocupada e habitada por portugueses ainda no reinado de D. João II, não pouco antes de Pedro Álvares Cabral haver aportado à terra a que pôs o nome de Terra de Vera Cruz (22 de abril de 1500)." Essa comunicação pode ser lida, na íntegra, no volume IX, da página 11 à página 26, do *Congresso do Mundo Português,* contendo "Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso Luso-brasileiro de História. (VII Congresso)" — Tomo I — 1.ª Secção — Lisboa 1940.

106. *A prova judicial*

O Professor Jordão de Freitas alicerça o seu estudo na leitura de longo documento judiciário descoberto por ele em 1926 no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa. Alicerça-se em penetrante leitura desse longo documento encontrado por ele nas suas pesquisas. Trata-se de "documento até então inédito e *autêntico,* desconhecido na bibliografia quer nacional, quer estrangeira. Esse documento contém os nomes de cinco marinheiros portugueses — Antônio Corrêa, Gonçalo Leite, Bartolomeu Ferraz, Gaspar Palha e Pero Lopes de Sousa, além de D. Martinho de Portugal, arcebispo de Funchal, e traz a data de 12 de julho de 1539. Os depoentes contestam o libelo apresentado contra eles no Tribunal de Baiona, em 11 de março de

1538, por Bertrand de Ormessan, Barão de Saint-Blanchard, comandante da esquadra francesa do Mediterrâneo e armador da nau "Pellerine" aprisionada por Martim Afonso de Sousa, comandante da primeira expedição povoadora da Província de Santa Cruz, com carregamento de pau-brasil, na altura do litoral pernambucano. E esse extenso documento judiciário abre com estas palavras: "O que se deve fazer no Juízo de França no libelo que deu San Blanchard contra o arcebispo Pero Lopes de Sousa e outros."

Baseado no terceiro *provará* da segunda parte da contestação o autor assenta e fundamenta a razão de seu estudo: "Pernambuco (Fernambuco, Fernambugo) foi descoberto pelos portugueses e ocupado e começou a ser habitado pelos portugueses no ano de 1490, senão antes ainda." Os acusados Antônio Corrêa, Gonçalo Leite, Bartolomeu Ferraz e Gaspar Palha alegam: "Entendem provar que no ano de 1531 em tal mês a nau e gente que se diz serem do autor foram ter a Fernambuquo, porto do Brasil, onde estava *hum castelo e fortaleza feita por el rey nosso senhor e seus vassalos portugueses, a qual trinta e mais anos era feita e era o dito castelo e porto habitado pelos portugueses que tinham aí suas casas de morada havia quarenta anos e mais e ao tempo* que se diz a nau do autor aí chegar estava no dito castelo e feitoria do dito senhor e de muitos mercadores portugueses que tinham aí muitas mercadorias, assim de Portugal para tratar, como da terra que tinham havida, a saber: pau-brasil, algodões, peles de animais de diversas cores, papagaios e bugios e óleos e escravos e outras mercadorias de muita valia e assim tinham muita artilharia de cobre e ferro e pólvora, lanças, bestas, espingardas e outras armas ofensivas e defensíveis para sua guarda e contra seus inimigos."

107. *Os portugueses na América do Norte antes de Colombo*

Não bastasse esse documento judiciário inédito e autêntico, descoberto pelo pesquisador patrício Jordão de Freitas, em 1926, para provar ser verídica a declaração de João Ramalho, em seu testamento feito e apresentado em cartório em 1580, onde afirma, por duas vezes, ter 90 anos de assistência nesta terra, o pesquisador russo, o professor D. Zukernik, historiador soviético, afirma em 1959, há vinte e um anos, que a América não foi descoberta por Colombo, mas muito antes dele, por navegadores portugueses, ao final de paciente e minucioso estudo de

documentos espanhóis, italianos e portugueses, bem como de outros documentos raríssimos existentes nos arquivos das Bibliotecas de Moscou e Leningrado.

Essa informação foi publicada na revista soviética "Literatura e Vida", com assinatura do professor Furman, da Universidade de Vorone, Rússia. Segundo o pesquisador Zukernik, documentos inéditos de navegantes portugueses, existentes nos arquivos russos, provam que os lusitanos conheciam as Antilhas bem antes da viagem de Colombo em 1492, mas não teriam sido divulgados devido à política de sigilo dos reis de Portugal. E Zukernik afirma: "Com efeito, o que determinou Colombo na sua empresa foram os dados, e especialmente o mapa obtido dos marinheiros que já tinham visitado o Novo Mundo nos anos 80 de século XV. Demonstraremos que esses homens que visitaram a América anteriormente a Colombo eram marinheiros de um navio português." (Cf. D. Zukernik. "Uma nova luz sobre as expedições de Colombo". Em "Ocidente", Lisboa, janeiro de 1961, Vol. LX, ps. 3 e seguintes).

Ora, Frei Gaspar da Madre de Deus afirma, segundo a cópia do original do testamento, fora lavrado nas notas do tabelião Lourenço Vaz aos 3 de maio de 1580, e que, além do referido escrivão, assistiram a esse ato o juíz ordinário-presidente da Câmara de Vereadores de São Paulo, Pedro Dias — e mais quatro testemunhas. Assim, a ata da Câmara de Vereadores de São Paulo, datada de 9 de abril de 1580, fecha com estas palavras: "Eu, Lourenço Vaz, tabelião que a escreví. Gonçalo Fernandes, Pero Dias, João Maciel e Jorge Moreira." E a de 14 de maio desse ano foi encerrada pelo tabelião Lourenço Vaz, que, ao mesmo tempo, exercia as funções de escrivão da Câmara, hoje Secretário, com os vereadores Jorge Moreira, Gonçalo Fernandes, Pero Dias e João Maciel. Assim, está provada a palavra de Frei Gaspar: Em 3 de maio de 1580, Lourenço Vaz era tabelião de São Paulo de Piratininga e Pedro Dias funcionava como juiz-presidente, eleito para esse cargo em 16 de janeiro de 1580, conforme se lê na ata da Câmara de Vereadores dessa data.

Mas não faltaram arrogantes detratores do historiador paulista. João Mendes de Almeida e Moreira de Azevedo, dois cronistas cariocas, acusaram Frei Gaspar de ter forjado o documento, ridicularizando-o. A tanto chega a coragem dos escribas inimigos pessoais do documento. E escrevem por ouvir dizer, literatejando.

Guarda-mor do Campo, Alcaide-mor do Campo, isto é, representante do Rei de Portugal no planalto, João Ramalho, patriarca dos bandeirantes, é o primeiro homem no período lusobrasileiro da História do Brasil a levantar a voz no altiplano piratininguara em defesa das liberdades municipais ameaçadas pela negligência da autoridade competente. E aqui aproveito o ensejo para reivindicar para o ilustre acadêmico Professor Antônio Soares Amora a divisão científica da História do Brasil em período lusobrasileiro (1500-1822) e período nacional de 1822 em diante, quando o Reino do Brasil assume, juridicamente, o título de Império Brasileiro.

108. *A defesa das liberdades municipais*

João Ramalho não precisa de adversários para altear-se na História Pátria. Ele se apresenta como paladino das liberdades públicas, em nome da lei, do direito e da justiça, quando em 8 de janeiro de 1557 é convidado a comparecer ao plenário da Câmara de Vereadores de Santo André da Borda do Campo, como o máximo representante do rei de Portugal, a fim de prestigiar os representantes eleitos pelo povo andreense para cuidar dos interesses da *República citadina,* segundo capitulava o Livro das Ordenações do Reino, a Constituição Política da Monarquia Portuguesa. E o escrivão da Edilidade transcreve no livro de atas dessa data o seguinte documento:

"Requerimento que senhor capitão e alcaide-mor com os oficiais (vereadores) da Câmara desta vila de Santo André fizeram ao senhor Capitão e Ouvidor Jorge Ferreira.

"Em como requerem ao senhor capitão e ouvidor Jorge Ferreira. Pelo que lhe requerem da parte de Deus e de rei Nosso Senhor que lhe despache Vossa Mercê a pauta que desta vila foi, para se fazerem nesta vila os oficiais (vereadores) novos, como está em costume em as vilas como esta se fazerem, e de Vossa Mercê não querer despachar nossa pauta, e nos *querer tirar nossa jurisdição que nos deixou o senhor Tomé de Sousa, Governador,* a qual foi metido de posse por vereador desta Capitania, *com todas as liberdades conforme ao regimento e foral,* que está trasladado no livro da Câmara desta vila, de Sua Alteza (o rei); e Vossa Mercê o não querer despachar: *protestamos por todas as perdas e danos e danificações* desta vila e bens de órfãos que por falta de justiça se perderem por Vossa Mercê não prover com os ofícios como aqui temos em costume,

e dos assim Vossa Mercê não fazer, protestamos de tirar instrumento de cartas testemunháveis para maior alçada sermos providos com justiça. O qual requerimento fiz eu Diogo Fernandes, escrivão em esta casa do Concelho (da Câmara Municipal, escreveria hoje) desta vila, hoje oito de janeiro da era de mil e quinhentos e cinqüenta e sete anos. Assinaram aqui, Eu Diogo Fernandes, escrivão do público e da Câmara o escrevi. Álvaro Anes, Joanes Ennes, Gonçalo Fernandes, João Ramalho."

A pauta é hoje a cópia autêntica da ata das eleições realizadas para a renovação dos vereadores. O capitão-ouvidor Jorge Ferreira, genro de João Ramalho, devia verificar se o pleito havia corrido em ordem e se não houve fraude eleitoral. Capitão era o grau dado ao civil, equivalente a chefe. O protesto foi levado a São Vicente pelo pior caminho do mundo, de lá veio a pauta da eleição examinada e aprovada e no dia 5 de fevereiro de 1557 os novos edis já estavam na Câmara tratando dos negócios do povo. E nesse protesto do alcaide-mor e dos vereadores andréenses figura o nome de Gonçalo Fernandes, testemunha do testamento de João Ramalho, vinte e três anos mais tarde.

Assim, a inteligência universalista do português João Ramalho é de tradições latinas, porque nesse homem, escudeiro da rainha de Portugal e alcaide-mor do Campo de Piratininga, pulsa, com intensidade, o lusocristianismo, onde irradiam a civilização grega, o espírito jurídico romano e a teologia judeu-cristã.

Para encerrar esta evocação da Academia Paulista de Letras à memória de João Ramalho, o Patriarca dos Bandeirantes, no quarto centenário da sua morte, peço licença ao acadêmico Paulo Bomfim para dizer o Vigésimo Soneto do poema "Armorial", de seu imortal homônimo Paulo Bomfim, companheiro ilustre da nossa não menos ilustre Companhia.

SONETO

Paulo Bomfim

Se a treva amanheceu em madrugada,
Rememoremos hoje os dias mortos,
Sentindo que o planalto é realidade
Do sangue, mar antigo em nossa fronte.

Que às portas dos sertões depositemos
Espadas e cocares emplumados,
Para que os mortos, que já fomos, voltem
Do fundo de três séculos noturnos.

Quebrando o sortilégio da floresta,
Os que partiram na manhã nublada,
— O que de nós ficou sem regressar

Serão, em nosso mundo de vivências,
A intuição reencontrada no mistério,
A voz do rio na mudez do mar...

109. *A Democracia Coroada*

O Império de Roma romanizou o Ocidente e deu-lhe a Língua Latina, o Direito Romano e a alma greco-latina cristianizada, ao longo de quinhentos anos. Roma foi *Mater et Magistra,* Mãe e Mestra dos povos ao Oeste. Formou-os à sua imagem e semelhança. Basta isso para lhe sermos eternamente gratos. Mil anos após a desagregação do Império de Roma, em começos do século XV, Portugal vai ser e foi o porta-bandeira de Roma para criar novos Portugais em todos os continentes, à imagem e semelhança de sua Mãe e Mestra, a Cidade Eterna, enquanto os povos lutam entre si para serem nações e nacionalidades. Para isso, os Portugueses levantam, bem alto, a bandeira de Cristo, porque são os cavaleiros de Cristo a serviço de Deus, "plantam a Cruz em cada continente", segundo o poeta pernambucano Manoel Bandeira. E assim, os portugueses são cidadãos de inteligência universalista, mas de tradições romanas, define o Professor Adriano Moreira, sem perder a sua identidade lusitana.

Descoberto em 22 de abril de 1500, pelos portugueses, o *patrimônio da Ordem de Cristo* foi batizado por D. Manoel I, rei de Portugal, *Governador e administrador do Mestrado da Ordem de Cristo,* com o nome de *Província de Santa Cruz,* integrada na Monarquia Portuguesa. Em 1549 recebe o título de *Estado do Brasil,* dado por D. João III, para ser em 1639 *Vice-Reino do Estado do Brasil* e *Reino do Brasil integrado no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves,* de 1815 a 1822, por D. João VI, o Rei Lusobrasileiro. A 7 de setembro de 1822, D. Pedro I, Português de Portugal, é o Brasileiro número UM, com José Bonafácio de Andrada e Silva, Português do Brasil, o

Patriarca da Independência, ambos dão PÁTRIA AOS BRASILEIROS, sem sangue e sem desaparecer da face da Terra o nome BRASIL, para glória de nossa gente luso-brasileira. E, assim, o BRASIL surge no concerto das Nações civilizadas, em 1822, pela mão dos Portugueses, dos Tupis, dos Brasilíndios, das Portuguesas e das Brasilíndias, com estadistas formados na Universidade de Coimbra, no continente do *Patrimônio da Ordem de Cristo,* Província de Santa Cruz, coração e alma de nossa terra e nossa gente.

Um ano e meio após a Independência, D. Pedro I, o Português que se tornou, por sua livre e espontânea vontade, Brasileiro número UM, outorga a todos os portugueses do Brasil e de Portugal aqui residentes a nacionalidade brasileira, por força da Constituição Política do Império do Brasil, Carta de Lei de 25 de março de 1824. Em 7 de setembro de 1822 termina o *período lusobrasileiro* e começa o *período nacional.* No preâmbulo da Constituição Imperial, D. Pedro I assinala:

> "Fazemos saber a todos os nossos súditos que tendo-nos requerido os povos deste Império, juntos em Câmaras (de Vereadores) que nós antes jurássemos e fizéssemos jurar o Projeto de Constituição, que havíamos oferecido às suas observações para serem depois presentes à nova Assembléia Constituinte; mostrando o grande desejo que tinham de que ele se observasse já como *Constituição do Império,* por lhes merecer a mais plena aprovação e dele esperarem a sua individual e geral felicidade política: nós juramos o sobredito Projeto para observarmos e fazermos observar, como Constituição que de ora em diante fica sendo deste Império."

O título 1.° desse documento da nossa nacionalidade brasileira mantém a unidade lingüística, territorial, geográfica, histórica, religiosa e social do *patrimônio da Ordem de Cristo,* constituído em *nacionalidade brasileira,* com a designação de Império. E o título II, art.° 6.°, afirma: "São Cidadãos Brasileiros: 1.° — Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos ou libertos, ainda que de o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua nação." E assim, surge uma "democracia coroada", porque D. Pedro I prende-se às raízes da nossa formação municipal, implantada por Martim

Afonso de Sousa, em 1532, com a instalação das Câmaras de Vereadores de São Vicente e de Piratininga, em São Paulo, ao consultar as Câmaras Municipais Lusobrasileiras, legítimas representantes do nosso povo e nossa terra.

Após sessenta e sete anos, *o patrimônio da Ordem de Cristo* passa de Império a República, sem sangue e sem luta. José Bonifácio de Andrada e Silva, primeiro Grão-Mestre da Maçonaria Brasileira com o maçom D. Pedro I mantêm o *patrimônio da Ordem de Cristo* no Império Brasileiro. O Marechal Deodoro da Fonseca, Grão-Mestre da Maçonaria Brasileira, conserva a unidade do *patrimônio da Ordem de Cristo* com a República do Brasil. Assim, por ser a "exceção americana", na frase do historiador mineiro João Camilo de Oliveira Torres, em "A Democracia Coroada", (p. 543). E esta "exceção americana" tem suas origens no Império de Roma e no desenvolvimento de Portugal universalista, disseminador do lusocristianismo onde irradiam a civilização grega, o espírito jurídico romano e a teologia judeu-cristã.

Daí a surpresa dos republicanos, observa João Camilo de Oliveira Torres, quando o Presidente da República da Venezuela, Paul Rojas, exclama, ao saber da proclamação da República Brasileira: "Se ha acabado la unica República que existia en América, el Império del Brasil." E J. M. Alberdi considera: "O belo exemplo do Brasil não deve alucinar-nos, felicitemos a esse país pela fortuna que lhe coube, respeitemos a sua forma, que sabe proteger a civilização..." (Cf. João Camilo de Oliveira Torres. "A Democracia Coroada". p. 543, Rio de Janeiro, 1957).

E esse respeito mútuo, recíproco, político e social, deve existir sempre entre povos, nações, pátrias, governos, porque a nossa terra, a nossa gente, o nosso povo, a nossa Pátria, o nosso governo também sabe respeitar outros povos, outras nações, outras pátrias, outros governos independentes, autônomos e autodeterminados, porque O BRASIL É PATRIMÔNIO DA ORDEM DE CRISTO desde 22 de abril de 1500, respeitado pela Monarquia Portuguesa e construído pelos lusíadas bandeirantes, gente de Portugal e gente do Brasil, unidos, irmanados pelo espírito, pela inteligência, pelo sangue, pela alma, pelo coração, pela ação e pelo ideal.

Cavaleiros de Cristo a serviço de Deus.

"Entretanto, — pormenor surpreendente — foi no distante Portugal que as casas da Ordem (dos Templários) tinham se avantajado a todas as outras. Em 19 de março de 1128 — dois meses após o concílio de Troyes — a rainha Teresa (de Portugal) doa aos Templários o castelo e privilégio de Soure, sobre o rio Mondego situado na fronteira sul do seu reino. Alguns anos mais tarde, seu filho Afonso (Henriques) doou-lhes a imensa floresta de Cera ainda em poder dos mouros (árabes). Os cavaleiros conquistam essas terras após duros combates e fundam as cidades de Coimbra, Rodin e Ega (sic) com suas igrejas.

Dois séculos mais tarde, quando em outros paises a Ordem do Templo se apaga no descrédito, ela conserva o seu prestígio em Portugal. Quando o papa Clemente V decretou (sic) a supressão da Ordem, o *Rei D. Dinis de Portugal recusou perseguir os frades e fundou a Ordem de Cristo para recolher os Templários com o nome de Cavaleiros pobres. Essa outra Ordem teve o seu papel no século XV nas grandes viagens das descobertas ao longo da costa africana (dirigidas) pelo seu Grão Mestre o infante D. Henrique de Portugal.* Ela existe ainda hoje como distinção honorífica." (Cf. Marion Melville. "O nascimento da Ordem". Em "Historia", especial n.º 385 bis. ps. 5/13. trad. Tito Lívio Ferreira. Os sublinhados e as palavras entre parênteses são meus.)

"Em Portugal, a situação foi ainda maia clara: o Rei D. Dinis, o Liberal, recusou pura e simplesmente não perseguir a Ordem. O bispo de Lisboa, imitado pelos concílios de Salamanca e Tarragona, verdadeiramente reconheceu a inocência dos templários portugueses. *D. Dinis restabeleceu-os nos seus bens patrimoniais.* (Grifado no original) Com autorização do Papa João XXII, a nova Ordem recebe o nome *Milícia de Jesus Cristo* e observou a régra de Calatrava. Seu primeiro Grão-Mestre foi Gil Martins, que prestou juramento em 15 de março de 1319. (Regra de São Bento de Avís.)

"Em 1321, a Ordem de Cristo, cuja casa principal se encontrava em Castro Marin, contava mais de cento e sessenta comendadorias e a totalidade dos *milicianos era de ex-Templários franceses e portugueses,* (grifado no original) usando o manto branco com a cruz recortada em goles (vermelho). Trinta e

cinco anos mais tarde, a sede da Ordem regressa a Tomar, antiga comendadoria provincial portuguesa da Ordem do Templo.

"Desde o cabo Mogador (Marrocos) refere John Carpentier, não era permitido a nenhum navio português navegar sob outro pavilhão que não fosse o da Ordem (de Cristo). Foi sob este pavilhão dos Templários reformados que Vasco da Gama descobriu a Índia (Ásia), que Afonso de Albuquerque e D. João de Castro a conquistaram", escreve Corrêa de Serra em sua informação sobre os verdadeiros sucessores dos Templários.

"Assim, Maurice Guinguand não hesita em escrever, evocando a Ordem de Cristo: "Os Templários puderam, sob a nova denominação, completar uma obra que contribuiu consideravelmente para o expansionismo desse país (Portugal) onde sua sobrevivência persiste ainda." (Dcf. Daniel Réju. "Os supostos sucessores". Em "Historia", especial n.º 385 bis. ps. 111/121. Trad. Tito Lívio Ferreira, (Grifos e palavras entre parênteses são meus.)

Assim, a verdadeira sucessora da Ordem dos Templários é a Ordem de Cristo, criada pelo Rei de Portugal, D. Dinis. O Papa Clemente V promulgou o interdito contra a Ordem dos Templários, proibindo-a de funcionar como ordem religiosa. Privou-a desse direito, não o reconhecendo. Esse interdito proibitório facilitou a Felipe o Belo o direito de liquidar a Ordem na França e mandar queimar em Paris, em praça pública, o último Grão-Mestre Jacques de Molay, seu vassalo, pelo crime de *infidelidade*(?) No seu entender, o rei protege os seus vassalos. E o Estado repousa na fidelidade de seus soldados-vassalos. Mais político, mais estadista, com mais visão do futuro, D. Dinis, Rei de Portugal, protegeu os templários e transformou-os em Soldados de Cristo a serviço de Deus. E esses milicianos da Ordem de Cristo deram a Portugal a glória imortal dos *Lusiadas,* os heróis da epopéia sem par, universal, celebrada por Luís Vaz de Camões.

CAMÕES: HISTÓRIA, CORAÇÃO, LINGUAGEM

Carlos Drummond de Andrade

Dos heróis que cantaste, que restou
senão a melodia do teu canto?
As armas em ferrugem se desfazem,
os barões nos jazigos dizem nada.
É teu verso, teu rude e teu suave
balanço de consoantes e vogais,
teu ritmo de oceano sofreado
que os lembra ainda e sempre lembrará.
Tu és a história que narraste, não
o simples narrador. Ela persiste
mais em teu poema que no tempo neutro,
universal sepulcro da memória.
Bardo, foste os deuses mais as ninfas,
as ondas em furor, céus em delírio,
astúcias, pragas, guerras e cobiças,
lodoso material fundido em ouro.
Multissexual germinador de assombros,
na folha branca vieste demonstrando
o que ao homem, na luta contra o fado,
cabe tentar, cabe vencer, perder,
e nisto se resume a irresumível
humana condição no eterno jogo
sem sentido maior que o de jogar.
E quando de altos feitos te entedias
e voltas ao comum sofrer pedestre
do desamado, não te vejo a ti
perdido de saudades e desdéns.
Luís, homem estranho, que pelo verbo
és, mais que amador, o próprio amor
latejante, esquecido, revoltado,
submisso, renascente, reflorindo
em cem mil corações multiplicado.
És a linguagem. Dor particular
deixa de existir para fazer-se
dos de todos os homens, musical,
na voz de órfico acento, peregrina.

Que pássaro lascivo se intercala
no queixume sutil de tua estrofe
e não se sabe mais se é dor, delícia,
e espinho, afago, e morte, renascença?
Volúpia de gemer, e do gemido
destilar a canção consoladora
a quantos de consolo careciam
e jamais a fariam por si mesmo?
(Amaldiçoado dia de nascer
que em bênçãos para nós se converteu!)
Já tenho uma palavra pré-escrita
que tudo exprime quanto em mim se turva.
Pelos antigos e pelos vindouros,
foste discurso de geral amor.
Camões — oh som de vida ressoando
em cada tua sílaba fremente
de amor e guerra e sonho entrelaçados!

* * *

A HISTÓRIA

A História não existe antes de o historiador escrevê-la com documentos e na linguagem dos documentos, porque ela é a linguagem da História.

A História é unidade, continuidade e solidariedade. Unidade porque os acontecimentos se unem uns aos outros como os elos de uma corrente; continuidade, porque obedecem a uma ordem, a uma seqüência ininterrupta na dimensão do tempo irreversível; solidariedade, porque se interligam pelo espírito, pelo pensamento, pelas circunstâncias e pela vivência para a compreensão do homem, da sua época e do seu universo. A vivência do passado é a experiência do presente a iluminar o futuro. E por isso, o historiador pode afirmar: Não sou do passado, sou da Vida na dimensão do Tempo irreversível.

Tito Lívio Ferreira

ANEXO 1

A legislação civil portuguesa é conservada no Império Brasileiro e na República Brasileira até 1.º de janeiro de 1917.

LEI — DE 20 DE OUTUBRO DE 1823

Declara em vigor a legislação pela qual se regia o Brazil até 25 de Abril de 1821 e bem assim as leis promulgadas pelo Senhor D. Pedro, como Regente e Imperador daquella data em diante, e os decretos das Cortes Portuguezas que são especificados.

D. Pedro I, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Perpetuo Defensor do Brazil, a todos os nossos Fieis Subditos Saude. A Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Imperio do Brazil tem Decretado o seguinte.

A Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Imperio do Brazil Decreta.

Art. 1.º As Ordenações, Leis, Regimentos, Alvarás, Decretos, e Resoluções promulgadas pelos Reis de Portugal, e pelas quaes o Brazil se governava até o dia 25 de Abril de 1821, em que Sua Magestade Fidelissima, actual Rei de Portugal, e Algarves, se ausentou desta Côrte; e todas as que foram promulgadas daquella data em diante pelo Senhor D. Pedro de Alcantara, como Regente do Brazil, em quanto Reino, e como Imperador Constitucional delle, desde que se erigiu em Imperio, ficam em inteiro vigor na parte, em que não tiverem sido revogadas, para por ellas se regularem os negocios do interior deste Imperio, emquanto se não organizar um novo Codigo, ou não forem especialmente alteradas.

Art. 2.º Todos os Decretos publicados pelas Côrtes de Portugal, que vão especificados na Tabella junta, ficam igualmente valiosos, emquanto não forem expressamente revogados. Paço da Assembléa em 27 de Setembro de 1823.

Mandamos portanto a todas as Autoridades Civis, Militares e Ecclesiasticas, que cumpram, e façam cumprir o referido Decreto em todas as suas partes, e ao Chanceller-mór do Imperio que faça publicar na Chancellaria, passar por ella, e registrar nos Livros da mesma Chancellaria, a que tocar, remettendo os exemplares delle a todos os logares a que se costumam remetter, e ficando o original ahi, até que se estabeleça o Archivo Publico, para onde devem ser remettidos taes diplomas. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos 20 dias do mez de Outubro de 1823, 2º da Independencia e do Imperio.

Imperador com Guarda.

José Joaquim Carneiro de Campos.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Imperio do Brazil que declara o Codigo, Leis, Decretos, e Resoluções, que provisoriamente ficam em vigor, para terem observancia neste mesmo Imperio; tudo na fórma acima exposta.

Para Vossa Magestade Imperial ver.

Luiz Joaquim dos Santos Marrocos a fez.

Nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio a fls. 1 do Liv. 4º de Leis, Alvarás, e Cartas Régias, fica registrada esta Carta de Lei. — Rio de Janeiro, 27 de Outubro de 1823. — *José Pedro Fernandes.*

Monsenhor Miranda.

ANEXO 2

As três ordens religiosas e militares de Cristo, de São Bento de Avis e de São Tiago da Espada são declaradas honoríficas até a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, quando são extintas.

DECRETO N.º 321 — de 9 de Setembro de 1843.

Declara não serem d'ora em diante consideradas como Religiosas as Ordens Militares de Christo, São Bento de Aviz, e São Thiago da Espada; e dá diversas providencias a respeito das mesmas Ordens.

Attendendo a que, não obstante o *haverem-se conservado no Imperio, como Nacionaes,* e destinadas a remunerar serviços feitos ao Estado, as tres Ordens Militares de Cavallaria de Christo, São Bento de Aviz, e São Thiago da Espada, *em virtude da ampla disposição da Lei de vinte de Outubro de mil oitocentos e vinte tres,* e da pratica constante, e inalteravelmente observada de serem concedidos os differentes gráos dellas por Mim, e por Meu Augusto Pai, para o referido fim; não está com tudo de accordo com as circunstancias occorridas da Independencia do Imperio, e da não acceitação do Grão-Mestrado, que das sobreditas Ordens Militares se pretendera dar aos Imperadores do Brasil pela Bulla — Præclara Portugaliæ, et Algarbiorum Regum — que taes Ordens continuem a ser consideradas com a natureza, e caracter de Religiosas, de que aliás se achão inteiramente despojadas no Imperio desde que, por tão poderosas razões, deixárão de estar sujeitas, e subordinadas ás Autoridades, e Estatutos, por que dantes erão regidas, em quanto o Brasil fez parte do Reino de Portugal: Hei por bem Decretar.

Art. 1.º As Ordens Militares de Christo, São Bento de Aviz, e São Thiago da Espada ficão d'ora em diante tidas, e consideradas como meramente civis, e politicas, destinadas para remunerar serviços feitos ao Estado tanto pelos Subditos do Imperio, como por Estrangeiros benemeritos.

Art. 2.º Cada huma destas Ordens constará de Cavalleiros, e Commendadores, sem numero determinado, e de doze Grão-Cruzes; não comprehendidos neste numero os Principes da Familia Imperial, e os Estrangeiros, que serão reputados supranumerarios.

Art. 3.º Os Cavalleiros, Commendadores, e Grão-Cruzes das tres Ordens continuarão a usar das mesmas insignias, de que até agora tem usado, e com as fitas das mesmas côres; sendo porêm as das Ordens de Christo, e São Thiago, orladas de azul, e a da Ordem de Aviz orlada de encarnado.

Art. 4.º Os Cavalleiros usarão da insignia, ou venera enfiada na fita respectiva, atada em huma das casas de lado esquerdo do vestido, ou farda, como até agora se tem praticado; os Commendadores usarão da chapa, ou bordado sobreposto no lado esquerdo do vestido, ou farda, e da insignia pendurada de fita larga ao pescoço; os Grão-Cruzes, alêm da chapa, trarão ao tiracollo as bandas, ou fitas largas, como as das outras Ordens.

Art. 5.º O Imperador do Brasil será sempre o Grão-Mestre das tres Ordens; e o Principe Imperial, Commendador Mór de todas ellas.

Art. 6.º Os Principes da Familia Imperial, a que forem conferidas as Condecorações destas Ordens, prestarão nas Mãos do Imperador o juramento de serem fieis ao Imperador, e á Patria; os mais Subditos do Imperio, que forem promovidos aos differentes gráos, prestarão o mesmo juramento nas mãos do Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, do que se fará assento em hum Livro destinado para este fim, antes do que não se poderá fazer uso das insignias.

Art. 7.º As nomeações serão feitas por Decretos assignados pelo Grão-Mestre, e referendados pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, e por elle se expedirão as Cartas, que servirão de titulos aos agraciados, depois de prestado o juramento por si, ou por seus procuradores, sem necessidade de profissão, ou qualquer outro acto religioso.

José Antonio da Silva Maia, do Meu Conselho d'Estado, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Setembro de mil oitocentos e quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Antonio da Silva Maia.

Mas a obra do professor Tito Lívio Ferreira é mais abrangente.

Realizando perfeita síntese histórica, parte das próprias origens do Reino de Portugal (que nasceu de um dote de casamento), para se estender aos primeiros navegadores; à descoberta do Brasil; à primeira expedição povoadora; às origens das municipalidades lusobrasileiras; às capitanias e Santas Casas; ao primeiro Governador-Geral do Brasil; às Bandeiras e a outros episódios marcantes da História lusobrasileira.

Encerra a obra com um capítulo sobre o testamento de João Ramalho, patriarca dos Bandeirantes, e o primeiro homem no "período lusobrasileiro da História do Brasil a levantar a voz no altiplano de Piratininga em defesa das liberdades municipais ameaçadas pela negligência das autoridades."

A ORDEM DE CRISTO E O BRASIL é, indiscutivelmente, obra indispensável aos estudiosos de nossa História.

A ORDEM DE CRISTO E O BRASIL

- A fundação do Reino de Portugal
- Os primeiros navegadores
- Os portugueses na América do Norte antes de Colombo
- Os Templários: origem da Ordem de Cristo
- A Ordem de Cristo e o humanismo lusíada
- Influência da Ordem na formação do Brasil
- O testamento de João Ramalho
- O Brasil é patrimônio da Ordem de Cristo